O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo

José Antônio Carvalho

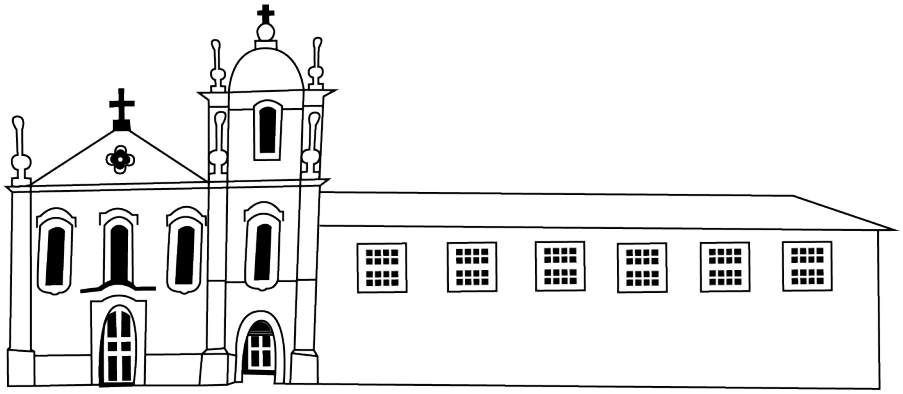


EDUFES

O COLÉGIO E AS RESIDÊNCIAS DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO



JOSÉ ANTÔNIO CARVALHO



O COLÉGIO E AS RESIDÊNCIAS DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

2ª edição revista

EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, 2019

Presidente da República Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania Osmar Terra

Secretário Especial de Cultura José Henrique Pires

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretores do Iphan Andrey Rosenthal Schlee, Hermano Queiroz, Marcelo Brito, Marcos José Silva Rego, Robson Antônio de Almeida

Superintendente do Iphan no Espírito Santo Elisa Machado Taveira

Chefe da Divisão Técnica Luciana da Silva Florenzano

Chefe da Divisão Administrativa Elienne Machado Brum

Coordenação do Projeto Maria Dirce Pereira de Oliveira, Antônio Carlos Cordeiro dos Santos
Coordenação Editorial Bruna Wandekoken

Produção gráfica, diagramação, edição de imagens, e criação de capa
Luís Henrique Lima Braga

Revisão José Antônio Carvalho, Bruna Wandekoken

EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus de Goiabeiras
Vitória – ES . Brasil . CEP 29075-910
+55 (27) 4009-7852 . edufes@ufes.br . www.edufes.ufes.br

Reitor Reinaldo Centoducatte

Vice-reitora Ethel Leonor Noia Maciel

Secretário de Cultura Rogério Borges de Oliveira

Diretor da Edufes Wilberth Claython Ferreira Salgueiro

Conselho Editorial Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Fábio Demolinari de Miranda, Fátima Maria Silva, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, José Armínio Ferreira, José Elias Feres de Almeida, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes

Secretário Executivo Douglas Salomão

Secretária do Conselho Editorial Tânia Canabarro

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Carvalho, José Antônio.
C331c O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo [recurso eletrônico] / José Antônio Carvalho. - Dados eletrônicos. - 2. ed. rev. - Vitória : EDUFES, 2019.
372 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-397-3
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso:
<http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Jesuítas - Espírito Santo (Estado) – História. 2. Jesuítas - Missões. 3. Escolas religiosas. 4. Arquitetura jesuítica. I. Título.

CDU: 27-789.5

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

Para Valéria e Rafael — as razões pelas quais este trabalho chegou ao fim — com muito carinho

Ao professor e arquiteto Cristiano Woelfel Fraga, para quem a execução deste trabalho é, de alguma forma, a realização de um de seus sonhos de estudioso

À professora dra. Francesca Cavalli, pelo trabalho e pela paciência

Ao professor Oliézi Modolo e à professora Elfriede Stadler Orssich

pelo auxílio no levantamento das medidas das plantas

Para Maria Marques Carvalho minha amada esposa pelo muito de ajuda e carinho



Sumário

Apresentação, 13

Prefácio da 1ª Edição, 17

Sobre o Livro, 19

O poder da história, 21

Introdução, 27

Capítulo 1

Colégio e residência dos jesuítas no Brasil, 33

A missão dos jesuítas no Brasil, 33

A conversão do gentio e a catequese, 35

Os aldeamentos indígenas formados pelos jesuítas, 40

A liberdade dos índios, 43

A 'casa' jesuítica: o Colégio. A residência, 47

Os estabelecimentos dos jesuítas, 48

O Colégio: estabelecinemto de ensino superior, 49

Programa construtivo, 51

A quadra como programa construtivo dos jesuítas, 52

A origem da quadra aplicada no Brasil, 53

A nova utilização da quadra, 55

A escolha do local onde situar os edifícios, 55

Evolução dos estabelecimentos jesuíticos, 57

Nas vilas portuguesas, 57

Nos aldeamentos, 60

A padronização de um 'edifício modelo', 64

Capítulo II

O Colégio do Espírito Santo em Vitória, 67

A capitania do Espírito Santo até a chegada dos jesuítas, 67

A religião e o ensino no Espírito Santo antes dos jesuítas, 69

Os jesuítas no Espírito Santo, 70

A construção primitiva, 74

1. A fundação do 'Colégio dos Meninos de Jesus', 74

2. A chegada das 'Constituições' ao Espírito Santo, 80

3. A possibilidade da 'quadra', 81

4. O possível local primitivo, 85

A construção definitiva, 91

1. Inácio de Azevedo e Antônio da Rocha, 91

2. Um naufrágio providencial e a nova Igreja, 93

3. O Colégio e seu desenvolvimento, 96

A expulsão dos jesuítas do Espírito Santo, 99

O Colégio dos Jesuítas como sede do governo após a expulsão, 101

Estado atual do prédio, 105

Capítulo III

Aldeamentos no Espírito Santo, 123

Primeiros aldeamentos, 125

As duas primeiras aldeias: Nossa Senhora da Conceição e São João, 127

Aldeias: de residência e de visita, 130

Aldeias que permaneceram, 135

Aldeia de São João, em Carapina, 137

Aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, 138

Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba, 142

Aldeia dos Reis Magos, em Nova Almeida, 145

Capítulo IV

As residências, 155

Residência de São João Batista na aldeia de São João (Carapina), 155

Localização, 156

O edifício após a expulsão dos jesuítas, 160

Estado atual, 161

Residência de Nossa Senhora da Conceição na aldeia de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari), 174

Localização, 179

A residência dos jesuítas e o arcediago Antônio de Siqueira Quintal, 179

O edifício após a expulsão, 182

Estado atual, 186

Residência de Nossa Senhora da Assunção na aldeia de Reritiba (Anchieta), 193

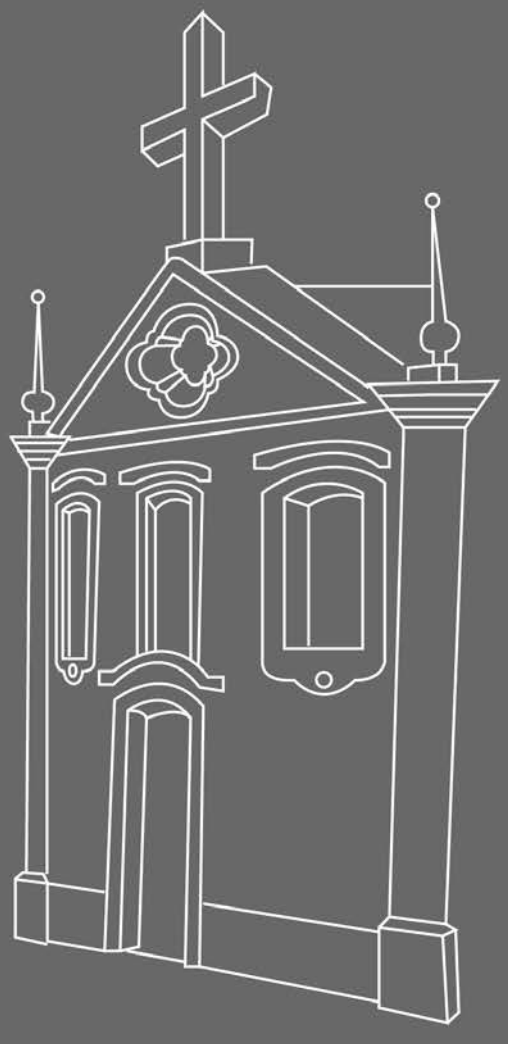
Localização, 193

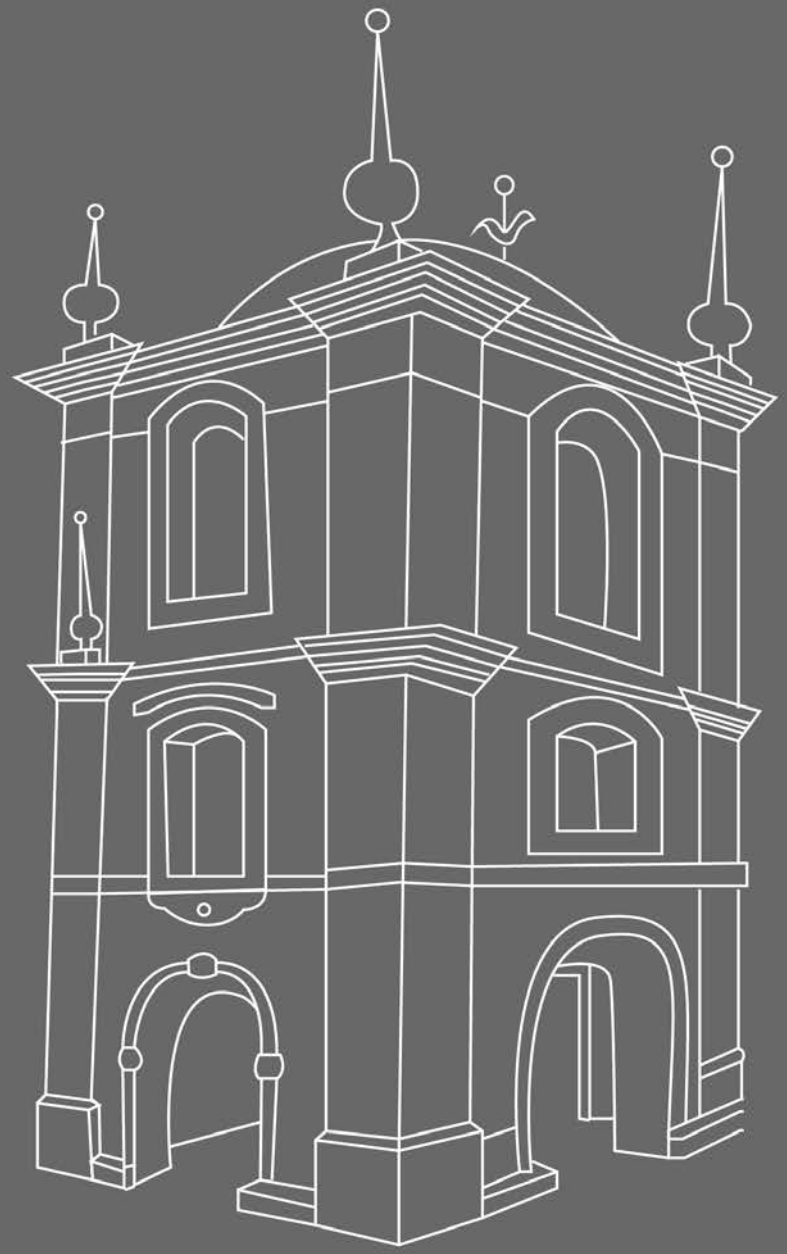
O edifício após a expulsão, 198
Uma possível reconstituição, 219
Estado atual, 224
Residência de Reis Magos, na aldeia de Reis Magos, em Nova Almeida, município da Serra, 241
Localização, 241
O edifício após a expulsão, 242
O estado atual, 265

Capítulo V
Colégio/residência: análise comparativa, 281
Localização, 281
Programa construtivo, 285
Colégio/residência propriamente dita, 285
A igreja, 295
A planta, 295
Frontaria, 316
1. Frontão, 316
2. A frontaria propriamente dita, 320
3. A torre, 320
a. Aspecto formal, 324
b. Cúpula, 334
c. Vãos e sineiras, 334

Conclusões
Características no Espírito Santo, 341
Quanto ao Colégio/residência, 341
Localização, 341
Programa construtivo, 341
Vãos de fachada, 342
Quanto à igreja, 342
As torres, 342
O partido da nave, 342
Os vãos sobre a nave, 342
Fachadas, 344
Influências exercidas sobre outras igrejas, 344
Nave, 344
Capela-mor/nave, 345
Vãos na fachada, 345
Frontão, 345
Torres, 346
Observações finais, 346

Nota explicativa, 351
Apresentação da 1ªEdição, 355
O nosso autor, 359
Referências, 363





Apresentação

Esta terra é nossa empresa

Manuel da Nóbrega

Durante os primeiros séculos de conquista do Brasil, defender o território e preservar a cultura europeia na Colônia foram duas preocupações constantes do Estado português. Atividades atribuídas, respectivamente, aos militares e aos religiosos. Para cuidar da "saúde das almas", em 1549, o jesuíta Manuel da Nóbrega desembarcou na Bahia, fundando a Província Brasileira da Companhia de Jesus. Foi a partir de Salvador que os inacianos rapidamente estabeleceram uma rede de unidades espirituais e culturais constituída de aldeias, missões, capelas, igrejas, colégios, seminários e fazendas. Assim, com enorme vigor e competência, contribuiram de forma inquestionável para o desenvolvimento da civilização material no Brasil e para a constituição de uma cultura genuína. Comprovando tal afirmativa, cabe lembrar a obra do padre José de Anchieta, autor da Arte da gramática da língua mais falada na costa do Brasil, o tupi; e um dos fundadores do Colégio de São Paulo, em Piratininga, atual cidade de São Paulo.

Criado em 1937, com a finalidade de promover – em todo o país e de modo permanente – a preservação do patrimônio cultural do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional incluiu o expressivo legado jesuítico em suas primeiras ações de proteção e conservação. Foram onze tombamentos logo em 1938, entre os quais a Catedral Basílica de Salvador (BA), o Seminário de Olinda (PE), a Capela de São Pedro d'Aldeia (RJ), o antigo Colégio de Paranaguá (PR) e as ruínas da igreja de São Miguel (RS). Paralelamente aos acautelamentos pioneiros, foram realizados detalhados estudos sobre a contribuição dos jesuítas

nas artes plásticas e arquitetura. Trabalhos de grande importância como os assinados por Lucio Costa, Robert Smith, John Bury e Germain Bazin.

No Espírito Santo, até o presente momento, são quatro os bens de origem jesuítica considerados Patrimônio Nacional: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência em Anchieta, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Guarapari, a Igreja dos Reis Magos e Residência em Serra e a Igreja Nossa Senhora da Ajuda em Viana. Do ponto de vista historiográfico, nada se compara à obra de José Antônio Carvalho, O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo, com primeira edição em 1982, mas fruto de mestrado defendido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1979, portanto, originalmente escrito há 40 anos. No entanto, a obra mantém-se atual e exemplar. Em seus quatro capítulos, dedica-se a contextualizar o processo de conversão dos gentios e de instalação dos primeiros estabelecimentos jesuíticos; a explicar o caso do Colégio de Vitória; a explorar os aldeamentos do Espírito Santo (Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção, São João e Reis Magos); e a detalhar as residências correspondentes.

Da obra de José Antônio Carvalho – que tantas contribuições agrega em relação aos aspectos locacionais, programáticos e construtivos – cabe destacar que, em sua vasta bibliografia, poucas são as referências próprias do campo da arquitetura nacional. Apenas o texto clássico de Lucio Costa (1941), os estudos de José Mariano Filho sobre arte (1942), os levantamentos de Serafim Leite sobre artistas e arquitetos (1951 e 1953), as publicações de Paulo Santos sobre o barroco jesuítico (1951 e 1966), os artigos de Robert Smith sobre arquitetura jesuítica (1955 e 1962), e a contribuição de Nestor Goulart Reis Filho sobre evolução urbana (1968), além do dicionário de Eduardo Corona e Carlos Lemos (1972). Tal constatação nos permite afirmar pelo pioneirismo de O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo. Trata-se, sem dúvida alguma, da mais importante contribuição, em formato de livro, publicada no Brasil até a década de 1980 e, portanto, matriz para tantos outros estudos realizados a partir de então sobre a arquitetura dos jesuítas em solo nacional.

A republicação de O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo, por tudo que foi dito, é motivo de felicidade. Em 2017, comemorando os 80 anos

do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Santuário Nacional de São José de Anchieta, recebeu inúmeros especialistas para debater sobre a contribuição da Companhia de Jesus para a formação do patrimônio cultural brasileiro. Discutiu-se, também, os caminhos para a preservação do legado jesuítico no Espírito Santo. Neste sentido, a presente obra de José Antônio Carvalho fornece subsídios concretos para tão importante missão. Mantendo, assim, o legado jesuítico vivo e sempre refletindo sobre as palavras do padre Antônio Vieira: "Olhai para o passado, se vos não quereis enganar com o presente".

Andrey Rosenthal Schlee

Diretor/IPHAN



Prefácio da 1ª Edição

É pensamento corrente, e atual, ser o Brasil um país sem memória. No entanto, é da natureza do ser humano a busca do seu próprio conhecimento, o saber como atingiu seu estágio de hoje para projetar-se no futuro tentando superar suas preocupações de insegurança e mortalidade. Ele não se conforma, nem deve, com sua condição de microvida temporária, circunscrita a um espaço-tempo, insignificante quando comparado com a grandiosidade de suas conquistas e sua capacidade ilimitada, de realizações.

O homem é, acima de si mesmo, membro da humanidade cristalizada em sua universalidade. Não se desvincula, no entanto, de suas raízes, do sentimento de vir e de pertencer a algum lugar. Este componente de ordem psicossocial, gerador das inquietações originais do autor, levou-o a investigar fatos, colecionar e agrupar informações esparsas, chegando, finalmente, a conclusões que serão para o leitor o alimento que irá contribuir para saciar sua fome de saber, de se descobrir. Este estudo não trata, apenas, de uma história da arquitetura jesuíta, mas de um capítulo da própria história da formação de nosso país, descrita por cantos e recantos do Espírito Santo dos séculos XVI e XVII, como destacado pólo-origem da civilização brasileira.

Foi necessário ao historiador pesquisar pistas para descobrir a exata localização dos compartimentos originais das construções: por exemplo, se as enxovias estavam por baixo do quartel, que era o salão térreo da Câmara Municipal, sobre o qual estaria a sala de sessões da Câmara, como entender a observação do engenheiro vistoriador da obra (1862) de que incômodo seria "o Quartel em cima da Sala de Sessões"? (pág. 194).

Por outro lado, as reparações e consertos desfiguravam a história, "enquanto o tempo destruía o que os jesuítas haviam construído para durar enquanto o mundo durasse", somando-se as críticas aos responsáveis "pelo Governo da Província, que não se interessaram em salvar o edifício" (pág. 241).

A recuperação das origens históricas da gente e das coisas brasileiras, o envolvimento da mão-de-obra primária indígena, a economia agrária que deu as bases do nosso desenvolvimento, o início da nossa formação cultural. Uma parte importante de cada um de nós, encontrou um elo que estava perdido, neste trabalho que José Antonio Carvalho, em forma de tese, conjugou construtores e construções de uma época.

Cada leitor encontrará neste *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*, motivações próprias, que poderão satisfazer desde a curiosidade cultural, até a identificação regional e o conhecimento das bases geopolíticas, informações econômicas, história das artes, estudo da arquitetura. A obra atende diversificados interesses, pois o autor não se ateve apenas aos aspectos plásticos de velhos prédios, dirigindo sua atenção também ao contexto social e histórico, rastreando os passos dos primeiros jesuítas no Espírito Santo e o papel desempenhado pelos discípulos de Inácio de Loyola.

A forma viva com que foi contado este capítulo de nossa história nos levou, como capixaba e brasileiro, a conviver com os acontecimentos que ainda permaneciam dispersos em diferentes fontes de informações. Essa é a obra colocada à nossa disposição pela iniciativa do editor Gilberto Huber, que assim enriquece o acervo cultural da memória brasileira.

Ernane Galvêas

Sobre o livro

Minha primeira experiência com a arquitetura jesuítica foi em 1994, quando iniciei a pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta/ES, construída pelo Pe. José de Anchieta no século XVI e local onde ele passou seus últimos dias. A pesquisa fez parte do projeto interdisciplinar de restauração da igreja sob a responsabilidade do IPHAN. Minha experiência, até então, era em sítios pré-coloniais. Estudar um artefato arquitetônico sob a ótica da arqueologia era assustador, pois minha zona de conforto eram os pequenos artefatos pré-coloniais. Pesquisar a igreja transformou-se num desafio, sobretudo pela sua antiguidade, um complicador para a descoberta de fontes sobre sua construção. Constituiu-se desafio também por ter sido construída pelo Pe. Anchieta, protagonista da nossa história colonial, o que lhe atribui valor simbólico e religioso ímpares (na época, N. Sra. da Assunção já era considerada igreja santuário e lugar de peregrinação). Pesquisar arqueologicamente e restaurar a edificação foi, também, construir parte da história do Pe. Anchieta e dos jesuítas no Espírito Santo.

Foi nesse contexto que conheci o lendário livro *O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espirito Santo*, de José Antônio de Carvalho (1982), unanimidade entre pesquisadores dos campos da arquitetura e da história, mas clássico infelizmente esgotado. Na primeira leitura ficou claro que seria meu guia naquele mundo novo que se abria para mim. O livro é um trabalho extremamente meticuloso e profundo, refletindo muita pesquisa e dedicação. Seu objetivo não é a mera descrição de cada bem jesuítico do Espírito Santo. Carvalho

analisa, interpreta e propõe novas abordagens para confirmar ou refutar "verdades" sobre os edifícios jesuíticos, perspectiva semelhante à do arqueólogo. Através das escavações arqueológicas, foi possível, inclusive, comprovar algumas das projeções do autor. Tive o prazer e o privilégio de receber José Antônio de Carvalho durante as pesquisas em Anchieta/ES. Sua visita ao canteiro de obras e às escavações foram momentos ímpares de troca e aprendizado.

No decorrer da minha vida acadêmica, o livro de José Antônio de Carvalho permaneceu como um norte[1]. Eu, como inúmeros outros pesquisadores, devemos agradecer a ele pelo seu trabalho, que se mantém atual e de extrema valia.

Rosana Najjar

[1] Vide NAJJAR, Rosana. Catequese em Pedra e Cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção - Anchieta/ES). Dissertação Mestrado MAE/USP, 2001 e NAJJAR, Rosana. Construtores de Igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro. Tese Doutorado MAE/USP, 2005.

O poder da história

Aos que vieram para ficar

A história tem um poder interessante: preservar — porque estuda o seu desenvolvimento por meio dos seus trabalhos — a obra que o homem constrói através do tempo.

E, observando as suas revelações sobre o homem em alguns dos seus momentos — por assim dizer mais característicos — vamos ver que o homem sempre esteve em uma busca de se superar para tentar alcançar a divindade por si mesmo como se estivesse em disputa com a divindade, na vontade de alcançá-la.

Os gregos buscavam — no século V a.C. — a perfeição da BELEZA HUMANA por meio da perfeição das suas proporções, mas as suas esculturas não eram de humanos mas de deuses — ou atletas vencedores de competições — ou deusas. Era o homem disputando com a divindade na realização da perfeição da sua obra quando o humano comum — de construção divina — não tinha esta perfeição. Nos próprios templos, oferenda do homem à divindade, havia correções óticas, para permitir ao homem, na sua oferenda, mostrar à divindade que era capaz de corrigir na própria visão o erro da divindade na construção do modo de ver do homem, sua criatura. Era uma demonstração da sua tentativa de se igualar aos deuses?

No século XVI, na Itália, os artistas se ligaram ao mesmo processo da busca da perfeição da beleza física do homem e MICHELANGELO, admirando uma obra sua, tomado de uma vibração interior de grandeza, bate no joelho da obra que admira e lhe grita: FALA! Seria também uma demonstração semelhante de se igualar à divindade, por meio da sua obra perfeita?

No Brasil, a partir da segunda metade do século XVI, quando vieram para se fixar na nossa terra, os Jesuítas, que foram os únicos homens que chegaram ao Brasil dispostos a ficar aqui para sempre, traziam o pensamento — e o realizavam — de construir as suas obras — os seus colégios e as suas residências — para que "DURASSEM ENQUANTO O MUNDO DURASSE". Traziam em si, o mesmo princípio de desafio — não na questão da beleza na qual provocaram gregos e renascentistas — mas na da duração, uma vez que naquela época se descobriam as ruínas das obras de gregos e romanos. E algumas destas obras influenciaram artistas como Rafael e outros da época que trouxeram para as suas obras características daquelas descobertas. Ou seja, a vontade que tiveram de que suas obras "durassem enquanto o mundo durasse" não seria um desafio ao TEMPO que pertencia à divindade? Uma vez que as obras gregas e romanas estavam em ruínas devastadas pelo tempo.

Fico feliz por saber que a pesquisa que desenvolvi volta a ser publicada e, mais ainda, por saber da importância que ela representa para todas estas pessoas que se colocaram para republicá-la, e também porque o valor da obra não está no preço do livro, mas no conteúdo que ela traz para contribuir com o saber daqueles que se interessam pelas obras que o homem construiu através do tempo. E, no caso dos Jesuítas aqui, no Espírito Santo, pela importância da existência, de vários monumentos que eles construíram e que se mantém, relativamente, bem conservados.

Precisamos levar em consideração que o Colégio dos Jesuítas, em Vitória, até o início do século XX, era a maior e a mais firme de todas as construções existentes, e começou a ser destruída a partir do final da primeira década do século pelo governador e pelo Bispo.

É de se lamentar que as suas construções, feitas para que "durassem enquanto o mundo durasse", começaram a ser descaracterizadas pelos moradores, não só delas mas também daqueles que habitavam o seu entorno. E, apesar desta "agressão" gradativa elas, de alguma forma, conseguiram sobreviver, permitindo, pelo menos em parte, uma possibilidade relativa de recuperação para mostrar as suas características.

Destes prédios, que são os maiores edifícios que eles construíram aqui, no Espírito Santo, e dentre os sete que ainda existem, as duas residências com igreja mais bem conservadas são a Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, com a respectiva residência, de uma só nave, e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta, com três naves que os jesuítas de Anchieta repetiram em Cabo Frio, na Igreja de São Pedro da Aldeia. Só que, em Anchieta a divisão foi feita por arcos apoiados em colunas, enquanto a de Cabo Frio foi feita por vigas sobre colunas.

Estas três residências têm as suas Igrejas, com os dois modelos de construção que os jesuítas usaram no Brasil: Igreja dos Reis Magos, com uma única nave e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, com três naves, único modelo usado no Brasil, em que a separação das naves é feita por arcos sobre colunas. E como foram os jesuítas de Anchieta que construíram a Igreja de São Pedro da Aldeia, em Cabo Frio, ela também tem três naves, mas a separação das naves é feita por traves sobre colunas.

Assim, o único modelo de três naves no Brasil foi feito pelos jesuítas de Anchieta que o repetiram em Cabo Frio.

Os jesuítas não conseguiram vencer o tempo, como o desejaram, mas conseguiram fazer com que as suas construções tivessem resistência suficiente para sobreviver ao uso indevido dos homens que os sucederam no tempo.

É importante que se ressalte que, quando se estuda a atuação dos jesuítas no Brasil, há aqueles que os exaltam e aqueles que os atacam. Mas se pensarmos nos jesuítas que vieram para a nossa terra, no início da sua colonização, precisamos levar em consideração as circunstâncias em que, o desenvolvimento das suas ações, aconteceu. Porque analisar a sua atuação com o olhar de hoje sem levar em consideração o que era o Brasil da época, não é justo.

Só o fato de deixarem a “civilização da época” e a família e virem para uma terra inóspita para fazer um trabalho de tentar ensinar a ler e a escrever, além de dar a doutrina religiosa, a um povo quase que só de degredados — os brancos — e a um povo indígena cuja língua não era conhecida e não se sabia se era ou não belicoso além de não ter os materiais necessários para executar os trabalhos...

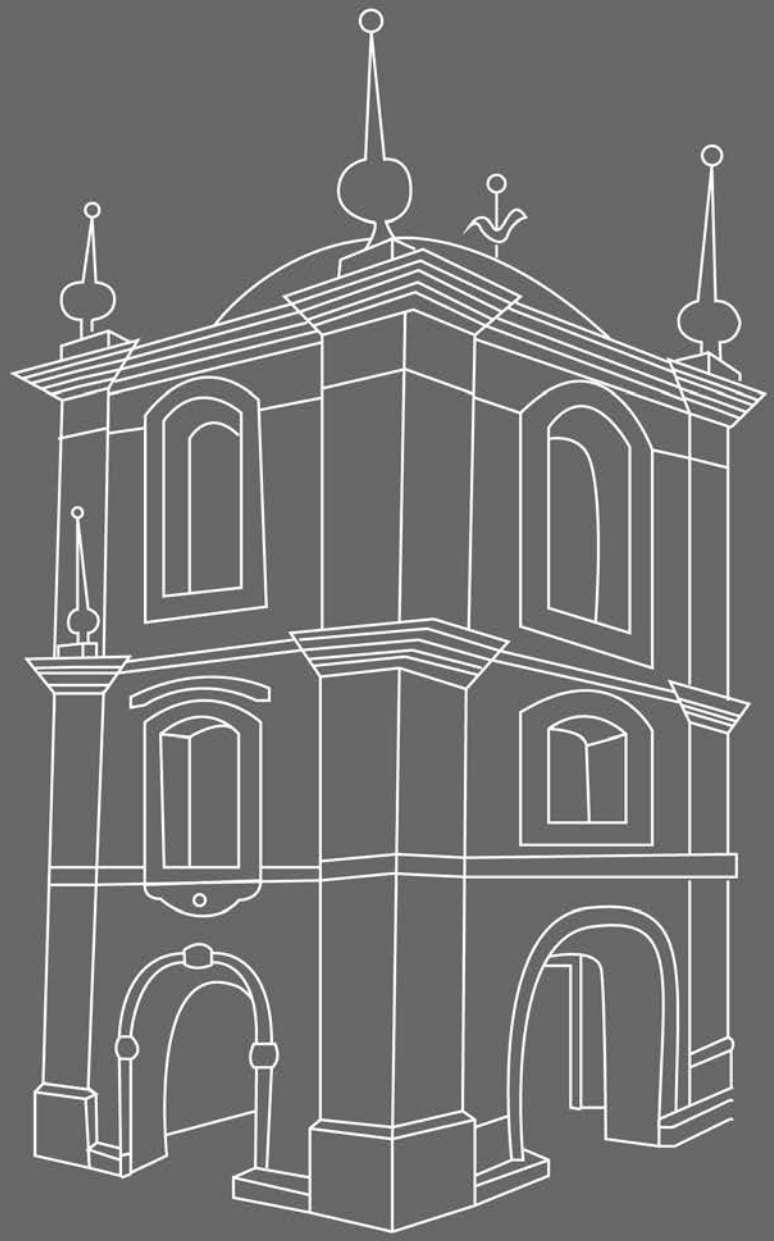
As suas cartas escritas do Brasil para os jesuítas da Europa, mostram o dia-a-dia do Brasil e as dificuldades que enfrentavam, tanto nos aspectos materiais quanto nos aspectos morais e para estes, então, pediam orações para que não caíssem nas tentações, e para que tivessem forças para enfrentar as suas dificuldades, que eram muitas.

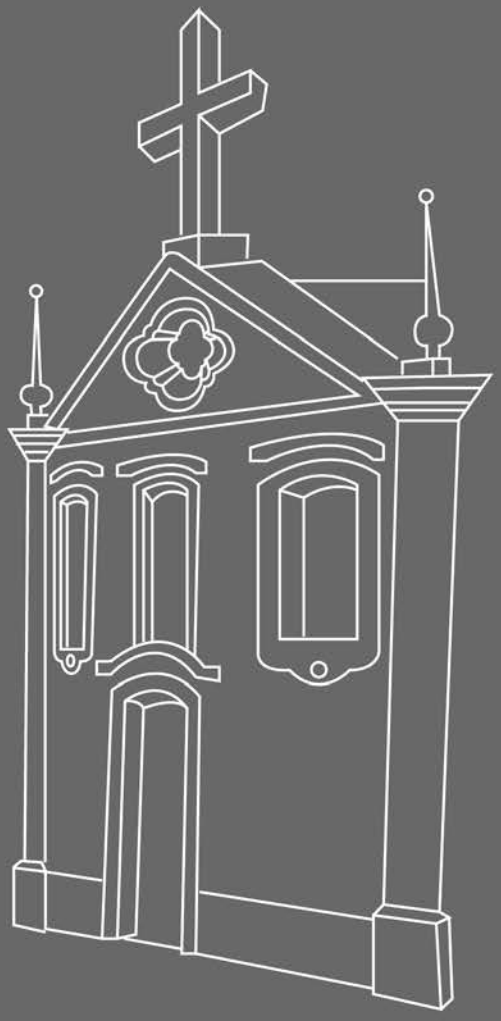
E temos que levar em consideração que foram os únicos que vieram para ficar para sempre, uma vez que quem vinha só queria ficar rico e voltar para a "terrinha". Eles erraram muito e acertaram muito também e o importante é que vieram e ficaram, trabalharam desbravando o Brasil de norte a sul, às margens do oceano Atlântico e com o seu esforço, escreveram com CORAGEM, PERSEVERANÇA e AMOR a história da sua atuação em um Brasil necessitado de "soldados preparados" que foi ajudado e desenvolvido por padres "armados" com livros e que usaram as palavras para iluminar as consciências.

José Antonio

Setembro de 2018

O COLÉGIO E AS RESIDÊNCIAS DOS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO





Introdução

Uma das coisas que mais chamam a atenção de quem se dedica ao estudo da história e do patrimônio cultural do Espírito Santo é a missão que os jesuítas desenvolveram no estado e as construções que ergueram.

Nós também nos interessamos muito pelos jesuítas, não só pela grandiosidade das obras arquitetônicas erguidas, mas pela admiração que em nós despertou o fato de terem sido eles os primeiros povoadores que vieram para se fixar definitivamente em uma terra desconhecida e hostil.

Estando entre os mais antigos núcleos de povoação do Brasil, e entre as primeiras capitanias que receberam os padres da Companhia de Jesus, supúnhamos que o Espírito Santo deveria ter algo de importante a apresentar com relação aos jesuítas. Algumas questões começaram a nos desafiar a curiosidade:

1. Por que, situada entre os dois pontos mais importantes da época — Bahia e Rio de Janeiro — a capitania do Espírito Santo não se desenvolveu como deveria?

2. Por que, com tantos monumentos dos jesuítas existentes — sete pelo menos — quase não há estudos sobre o assunto?

3. Se havia tantos monumentos dos jesuítas, por que os estudiosos só citavam de passagem esses edifícios, sem realçar-lhes as características ou suas influências sobre a arquitetura que os padres desenvolveram no Brasil?

4. Haveria, realmente, na arquitetura que os jesuítas desenvolveram no Espírito Santo, características importantes que merecessem estudo, ou os estudiosos teriam razão em se importar muito pouco com os monumentos do estado?

5. Que relações haveriam entre os diversos edifícios construídos? Possuiriam esses edifícios características comuns?

6. Convivendo tanto tempo em terras capixabas, teriam os inacianos exercido influências sobre outras construções no estado?

Talvez outras perguntas semelhantes pudessem ser formuladas. Embora não tenhamos respostas para todas, propomo-nos mostrar, baseados nos estudos que fizemos sobre o Colégio e as quatro residências existentes — incluindo, naturalmente, nesses estudos, as igrejas dos monumentos erguidos — que a arquitetura que os jesuítas erigiram no Espírito Santo aparenta ter características próprias e chegou a lançar inovações nas características gerais da arquitetura dos jesuítas no Brasil, de um modo geral. Isto é, essa arquitetura não só possui características próprias, como também, em relação aos outros núcleos de povoação do Brasil do século XVI, apresenta as exceções mais importantes em criatividade.

Para tentar mostrar isso, procuramos desenvolver nosso trabalho obedecendo ao seguinte processo de investigação:

1º. Era importante, já que íamos estudar só o Colégio e as residências, situar o que representavam para os jesuítas um colégio e uma residência. Procuramos estudar o desenvolvimento do programa construtivo e as necessidades que tinham os padres daquilo que a sua construção deveria suprir, o tipo de missão que os jesuítas desenvolveram para que se justificassem suas necessidades;

2º. Era necessário que se fizesse um levantamento completo do Colégio, bem como das residências. Nesse sentido, fizemos os levantamentos histórico, gráfico, fotográfico e topográfico dos edifícios. Esses levantamentos, confrontados entre si, permitiram-nos proceder a uma descrição reconstitutiva aproximada de cada edifício à época da expulsão dos jesuítas, a fim de que as comparações das características pudessem ser feitas;

3º. Como as residências se situavam em aldeias, foi necessário que se fizesse o levantamento histórico dos aldeamentos até a fixação definitiva em apenas duas: Reis Magos e Reritiba, embora já existissem as outras duas residências de Guarapari e São João Batista, depois abandonadas;

4º. Para as conclusões a respeito das características comuns, foi necessária a análise comparativo-formal e elementos arquitetônicos, componentes de fachadas e plantas, como janelas, portas, frontões, torres, arcos cruzeiros, frontarias, programa construtivo.

Para o desenvolvimento desses estudos, recorremos, sempre que possível, às fontes primárias seguintes:

Manuscritos

Documentos do Arquivo Público do Espírito Santo

Esses documentos se referem, geralmente, às comunicações entre as autoridades das vilas e os presidentes da província do Espirito Santo. Entre as autoridade das vilas estão os padres vigário, o juiz ordinário, o presidente da Câmara Municipal e, eventualmente, a autoridade policial. Às vezes se encontram documentos do engenheiro da província que passou pelo local e viu a necessidade de reparos a serem feitos na residência/igreja. Às vezes, o tesoureiro ou o secretário do governo da província fornece alguma informação útil.

Documentos do arquivo das cúrias metropolitanas

Entre esses documentos estão as visitas pastorais. Tais documentos eram redigidos pelos bispos visitadores que relatavam todas as peripécias por que passavam quando dessas atividades itinerantes, descrevendo em certos casos as residências/igrejas. Tivemos contatos com o Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória e a Cúria Diocesana do Rio de Janeiro. Foram publicados alguns relatórios, como o de Dom João Néri, primeiro bispo do Espírito Santo.

Das cúrias conseguimos também outros documentos importantes: os livros tombo. No caso da Cúria de Vitoria, obtivemos o *Livro do tombo de Guarapari* e o *Livro do tombo de Anchieta*; e da Cúria do Rio de Janeiro, o *Livro do tombo de Itapemirim*, embora não tenha sido conseguido diretamente dessa entidade religiosa, mas através de particulares com os quais estava emprestado.

Além disso, a Cúria de Vitória nos forneceu muitos documentos importantes referentes às comunicações escritas entre os pares vigários e os bispos, especialmente a partir da posse do bispo Dom João Néri.

Documentos do Arquivo Público Nacional

São documentos que se referem às comunicações dos reis e imperadores aos capitães-mores ou presidentes de província e vice-versa e que, de um modo ou de outro, se referem aos monumentos que estudamos. Há ali outros tipos de documentos que também foram úteis.

Documentos esparsos

Arrolamos como 'documentos esparsos' os que deveriam estar nos arquivos públicos ou nas Cúrias e que estão em outros arquivos, como os da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tais documentos se assemelham, pelo teor, aos já citados acima.

Impressas

Cartas dos jesuítas

É o caso dos três volumes das Cartas jesuíticas publicados pela Academia Brasileira de Letras, das cartas publicadas pelo Pe. Serafim Leite nos quatro volumes da Monumenta Brasiliae e das cartas que saíram avulsamente nos livros de autores como Melo Moraes, Baltasar da Silva Lisboa e outros.

Os relatos feitos por viajantes como Auguste de Sainte-Hilaire, o príncipe Maximiliano ou as observações de Dom Pedro II, embora em transcrições de Levi Rocha.

Os remanescentes dos próprios edifícios que ainda existem

Além disso, utilizamos como fontes secundárias historiadores dos séculos XVII, XVIII e XIX, como Porto Seguro, Simão de Vasconcelos, Baltasar Teles, Daemon, José Marcelino, Misael Pena e César Marques. Deste século, utilizamos os historiadores Serafim Leite, Pedro Calmon, José Teixeira de Oliveira e Mário Aristides Freire.

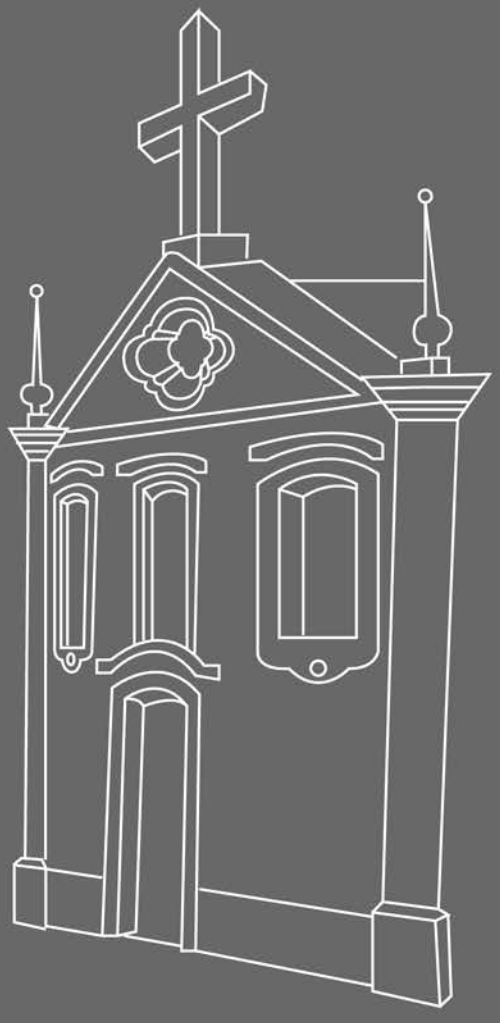
Nosso trabalho se resumiu em estudar apenas o colégio e as quatro residências, incluindo as igrejas dos conjuntos. Além desses cinco edifícios, há outros três que deveriam ser estudados: as três fazendas, embora apenas a igreja de duas delas ainda existam.

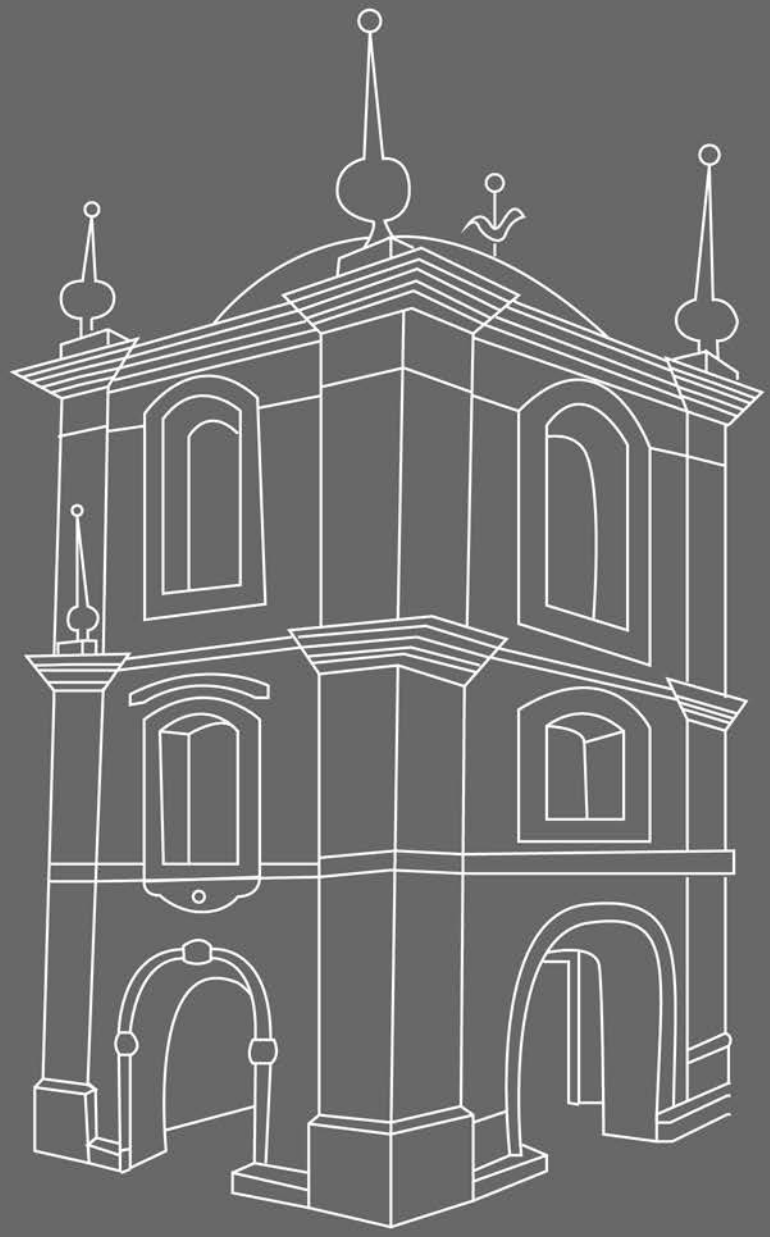
Há várias razões pelas quais as fazendas não foram incluídas em nosso trabalho. Em primeiro lugar, porque são construções rurais, inteiramente diversas, em suas funções, dos outros cinco monumentos. Em segundo lugar, pela semelhança de funções entre Colégio e as residências. Em terceiro lugar,

porque, além de não existirem os edifícios das três fazendas, nenhuma informação é citada sobre eles.

Ademais, como as igrejas de duas delas ainda existem, as utilizamos na análise comparativo-formal, executada no final do trabalho para as conclusões e a separação das características.

A inclusão das igrejas das fazendas no estudo que fizemos do Colégio e das residências se deve ao fato de que a função da igreja, em qualquer das construções dos jesuítas, era sempre atender ao povo que os rodeava em suas aspirações de culto. As igrejas tinham, pois, seja no Colégio, seja na residência, seja ainda na fazenda, a mesma finalidade, preenchendo sempre a mesma função.





Capítulo I

Colégio e residência dos jesuítas do Brasil

A missão dos jesuítas no Brasil

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 com uma missão definida: converter o gentio por meio da catequese e da doutrinação, libertar os índios do jugo dos portugueses que já os escravizavam e aldeá-los à medida que fossem sendo catequisados, o mais próximo possível dos brancos. Isso era, também, entre outras coisas, o que continha o regimento do governador-geral Tomé de Souza, dado por Dom João III, que os jesuítas colocaram em prática com sua ajuda.[1]

Porém, os jesuítas tiveram que atender também aos portugueses, pois os padres que já estavam na terra, vindos com os donatários das capitanias ou trazidos pelas expedições exploradoras e deixados nas feitorias, não estavam correspondendo moralmente às suas funções, dando maus exemplos. Além do mais, sendo poucos, não conseguiam conter o ímpeto de uma população heterogênea que vinha da metrópole.[2] E diga-se de passagem que, de um modo geral, os primeiros povoadores do Brasil eram degradados, como também, o eram os primeiros povoadores das outras colônias portuguesas.[3]

Esses degradados, ao chegarem aqui, encontraram um ambiente propício à luxúria. Acostumados a uma

1 Pedro de Azevedo "A instituição do governo geral", in História da Colonização portuguesa no Brasil, Carlos Malheiros Dias et al. (Pedro de Azevedo, "A instituição do G. Geral", in H.C.P.B.), 3 VOLS., PORTO, 1921-1924, III, pp. 345-350: publica o texto completo do regimento de Tomé de Souza, feito a 17 de dezembro de 1548 por Dom João III, rei de Portugal; Serafim Leite, ed., Monumenta Brasiliae (Mon. Bras.), 4 vols., Roma, 1956-1960, I, pp, 5-7: publica apenas parte do documento.
2 Padiá Calógeras, Formação histórica do Brasil (Calógeras, Formação), São Paulo, 1935, p. 13; Pedro Calmon, História do Brasil (Calmon, História), 2.a ed., 7 vols., Rio de Janeiro, 1963, I, p.171, nota 7.
3 Joaquim Pedro Oliveira Martins, O Brasil e as colônias portuguesas (Oliveira Martins, O Brasil e as colônias), Lisboa, 1904, p.5.

metrópole onde as mulheres não tinham mais do que a cabeça e as mãos cobertas, viram-se entre bandos de mulheres índias totalmente nuas e oferecendo-se, uma vez que consideraram, quase sempre, o homem branco como sagrado, uma espécie de deus.[4] A Portugal, sem gente para povoar terra tão vasta, interessava a mestiçagem.[5] Os homens tinham, então, várias mulheres, e até os sacerdotes citados se amancebavam.[6]

A única vontade que guiava os poucos homens de bem que aqui chegavam era a de retornar à mão pátria na primeira oportunidade.[7] Os jesuítas começaram a combater os maus exemplos que influiriam de maneira perniciosa sobre a conversão do gentio. E compreenderam a necessidade de um vigário-geral ou de um bispo que pudesse conter os excessos.[8] O Brasil — que, desde 1514, estava, quanto à jurisdição eclesiástica, sujeito ao bispado do Funchal — só receberia seu primeiro bispo três anos depois da chegada dos jesuítas e por insistência deles.[9] Mas, apesar disso, logo que chegou, Dom Pero Fernandes criou problemas com Nóbrega, discordando de sua ação, e acabou por piorar a situação, perturbando o desenvolvimento da colônia. Não ficou muito tempo e, ao voltar, em virtude de um naufrágio, acabou sendo devorado pelos índios.[10]

Os outros bispos que a ele se seguiram, no entanto, sempre apoiaram o trabalho desenvolvido pelos jesuítas.

---

4 Gilberto Freire, Casa-grande & senzala (Freire, Casa-grande), 10.a ed. Bras., 2 vols., Rio de Janeiro, 1961, I, p. 130; José de Anchieta, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594) (Anchieta, Cartas), Rio de Janeiro, 1933, p. 68; Mon. Bras., II, pp. 77-78; Anais da Biblioteca Nacional (A.B.N), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975, XIX (1897), p.53.

5 Capistrano de Abreu, Capítulos de história colonial (1500-1800) (Capistrano de Abreu, Capítulos), Rio de Janeiro, 1928, p. 28; Oliveira Martins, O Brasil e as colônias, p.5.

6 Alfredo do Vale Cabral, ed. Cartas do Brasil (1549-1560) (Cartas do Brasil), Rio de Janeiro, 1931, pp. 79-80; Mon. Bras., 1, pp. 119-120; Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro), História geral do Brasil (Varnhagen, História), 4.a ed., 5 ts. São Paulo, 1948, 1, pp. 289-290; Antônio Franco, "Vida do padre Manuel da Nóbrega", in Cartas do Brasil (1549-1560), Alfredo do Valê Cabral, ed. (Franco, "Vida de Nobrega", in Cartas do Brasil), cap. VIII, p. 57.

7 Frei Vicente do Salvador, História do Brasil (frei Vicente do Salvador, História), 3.a ed., São Paulo; 1931; p. -16; Varnhagen, História, 1, p. 310.

8 Cartas do Brasil, pp. 78, 83 e 110-111; Mon. Bras., I, pp. 118, 124-125 e 167; Capistrano de Abreu, Capítulos, pp. 65-66; Calógeras; Formação, p. 13.

9 Varnhagen, História, 1, pp. 107 e 153; Oliveira Martins, O Brasil e as colônias, p. 8.

10 Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (Leite, H.C.J.B.), 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro;1938-1950, II, p. 12; Jaime Cortesão, "Colonização do Brasil", in História de Portugal, Damião Peres et al. (Cortesão, '"Co1onização do Brasil", in História de Portugal), III, p. 175.

A conversão do gentio e a catequese

A preocupação de Dom João III, quando enviou Tomé de Souza, era a de que ele convertesse os índios à 'santa fé católica', favorecendo sempre aos que fossem de paz ou fazendo o possível para que nenhum agravo ou opressão lhes fossem impostos, e que punisse quem lhos fizesse.[11] Mas, como sabia que já alguns índios se haviam sublevado, aconselhava, através de seu regimento, que Tomé de Souza os submetesse, destruindo-lhes as aldeias e povoações ou matando e prendendo os que fossem necessários para um castigo que servisse de exemplo, inclusive enforcando os principais deles nas suas próprias aldeias.[12] Varnhagen conta que, em virtude da morte de quatro colonos por antropófagos, dois principais foram agarrados e fuzilados sob as vistas dos próprios padres da Companhia, que acreditaram (e as cartas confirmam) ser importante, no princípio, a força, para que os submetessem primeiro pelo terror e, mais tarde, pela conversão pacifica e pelo amor.[13]

Os índios, à chegada dos jesuítas, temiam o trovão, manifestação de um deus que chamavam Tupã, e alguns espíritos malignos que os assustavam, mas não apresentavam cultos externos ou qualquer aspecto fetichista.[14] Não apresentavam um rei que os comandasse; possuíam, em cada aldeia, um chegue a quem obedeciam mais por comodismo do que pela força, sem, entretanto, se submeterem a ele. Isto, até certo ponto, levou os jesuítas a um trabalho intenso, já que precisaram converter os índios, quase um por um.[15]

Os jesuítas começaram combatendo a antropofagia, costume que consideraram nefando e que os levou a arriscar a vida em várias ocasiões.[16] É bem verdade que se tratava de um costume de guerra entre os

11 Pedro de Azevedo, "A Instituição do G. Geral", in H.C.P.B., III, p. 347; Mon. Bras., I, pp. 5-6.
12 Pedro de Azevedo, "A Instituição do G. Geral", in H.C.P .B., III, p. 345.
13 Varnhagen, História, I, p. 286.
14 Leite, H.C.J.B., II, p. 17, 6;' Varnhagen, História, 1, p. 49; André Thevet, Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América" (The-vet, Singularidades), São Paulo, 1944, pp. 177-180.
15 Pêro de Magalhães Gândavo, História da.província de Santa Cruz, (Lisboa, 1576), citado por Afrânio Peixoto., "Notas", in -Cartas avulsas (1550-1568), Afrânio Peixoto, ed. •(A. Peixoto, "Notas", in Cartas avulsas), Rio de Janeiro, 1931, p. 55, nota 4, sem indicação de página; Anchieta, Cartas, p. 45; Afrânio Peixoto, ed„ Cartas avulsas (1550-1568) (Cartas avulsas), Rio de Janeiro; 1931,, pp. 9495; Mon. Bras., 1, p. 251, e. II, p. 114; 'Leite, H. C.J.B ., II, pp.
16 Cartas avulsas, pp.. 51-52, 70-73 e 99; Mon. Bras.' I, pp. _182-183, 278-283 e 227-229; Auguste de Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (Saint-Hilaire, Viagem ao -Espírito, Santo), Sã-o Paulo-Belo Horizonte, 1974, pp. 20-22; Thevet, Singularidades, p. 363.

índios, quando os prisioneiros eram sacrificados em festa e, depois, comidos.[17] Uma espécie de vingança, que a própria vítima, quase sempre, aceitava de bom grado, embora muitas vezes os padres da Companhia conseguissem resgatá-la da morte.[18] Para os padres, um outro problema na conversão eram as muitas mulheres que os índios possuíam. A conduta dos próprios portugueses prejudicou bastante a conversão, pois, apesar de cristãos, não davam o exemplo necessário. Havia, ainda, o problema da inversão de mulheres que se casavam com mulheres e de homens que serviam publicamente de mulheres para outros homens.[19] Para coibir os excessos e evitar o mau exemplo, os primeiros jesuítas pediam sempre mulheres portuguesas, até aquelas consideradas erradas ou as que não tivessem possibilidade de casamento em Portugal, para se casarem com os portugueses que estavam no Brasil.[20]

Os jesuítas procuravam, também, casar as índias com os portugueses que já se haviam amancebado com elas, algumas das quais já cristianizadas, procurando evitar assim o 'pecado mortal' em que viviam. Ao mesmo tempo, solicitavam que viessem de Portugal homens de bem que fossem casados, acompanhados das esposas, para darem o exemplo.[21]

As constantes admoestações contra os maus costumes de índios e brancos fizeram com que os jesuítas, quase sempre, fossem perseguidos por uns e outros. Pelos índios, por causa dos convertidos e do combate à antropofagia, que acabou por desaparecer; e pelos brancos, por

17 Varnhagen, 'História, I, pp. 46-51; Gabriel Soares de Sousa, Tratadó descri-tivo do Brasil em 1587 (G. Soares de Souza, Tratado descritivo), 3.a ed.., São Paulo 1938, pp. 389-401; Cartas: avulsas, pp. 51-52, 99 e 171-172; Mon. Bras.,1, pp. 182-183 e 228-229, e II, p. 383; Hans Staden, Suas viagens e. cativeiro entre os índios do Brasil (Staden, Suas viagens), 4." ed., São Paulo,. 1945, pp. 35, 53-54, 57-61 e 140-144; Thevet, Singularidades, pp. 238-247.

18 Cartas avulsas, pp. 70-71 e 73; Mon. Bras., I, pp. 279 e 283; Thevet, Singularidades, pp. 240-244.

19 Cartas avulsas, pp. 97; Mon. Bras., 1, pp. 224-225; Freire, Casa-grande, I. 165; G. Soares de Sousa, Tratado descritivo, p. 373; A. Peixoto, "Notas", in Cartas avulsas, p. 100, nota 48; "Extrato de um manuscrito que se conserva. na. biblioteca de S. M. o imperador e que ,tem por titulo — 'Descrição geográfica da América portuguesa'; — sem nome de autor; e só no fim da obra se acha a seguinte explicação'. — Esta 'é a fiel noticia que pude .alcançar .em 17 anos que continuamente girei pelo Brasil, assim pela costa como pelo sertão, do que bem se colige ser este continente o melhor de todo o mundo -pela qualidade dos ares, pela fertilidade da terra, pela" excelência das águas, pela produção do mar, pelo que mostra, pelo que oculta, e pelo que inculca que pode vir á ser — 1587", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ("Extrato de um manuscrito", in Revista do I.H.G.B.), 292 vols. Rio de Janeiro, 1839-1959 vol. I, t. 1 (1839), pp. 200-201.

20 Cartas do Brasil, pp. 80 e 109; Mon. Bras., I, pp,. 120 e 166; Varnhagem, História, 1, p. 289.

21 Cartas avulsas, pp. 50, 53, 58, 61, 81 e 83; Mon. Bras., I, pp. 127, 180, 186, 203, 207, 259, 262 e 285-287; Cartas do Brasil, pp. 85 e 119-120.

causa das muitas mulheres com as quais viviam e do combate à escravização do indígena.[22]

Os padres sentiram logo de início que o ponto de partida para a conversão era o aprendizado da língua indígena, já preconizado pelo próprio Instituto da Companhia. O padre Navarro, de todos, foi o que mais depressa aprendeu a língua.[23]

Compreenderam também os jesuítas quão difícil ficaria a conversão dos índios adultos, em virtude de seus costumes bárbaros, já arraigados. Lançaram-se, pois, imediatamente, à conversão e à catequese da criança. Além disso, a própria 'fórmula do instituto' da Companhia, incluída na bula papal que a reconheceu, previa, entre tudo a que se propunha a ordem, ensinar "aos meninos e rudes as verdades do cristianismo".[24] E ali estavam 'os meninos e rudes' à espera da cristianização para se civilizarem. O processo civilizador a ser utilizado consistiu, segundo Gilberto Freire, "principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande".[25]

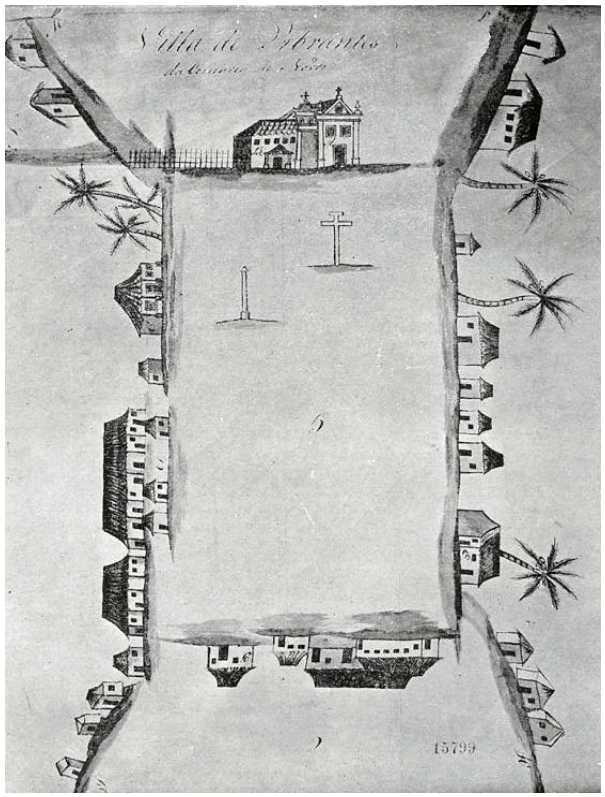


Fig. 1. Aldeia jesuíta do Espírito Santo, mais tarde vila de Abrantes. Ilustração de Robert C. Smith, Arquitetura colonial (Salvador, 1955), p. 81, fig. IIIc. A aldeia do Espírito Santo ficava na Bahia. A figura também é publicada por Nestor Goulart Reis Filho, Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720), São Paulo, 1968, p. 206, fig. 23.

22 Cartas avulsas, p. 63; Mon. Bras., I, pp. 209-210.
23 Cartas avulsas, pp. 76, 252-253, 270 e 275; Mon. Bras., I, pp. 111-112, 140-141 e 253, e III, pp. 283-284, 306 e 310; Cartas do Brasil, pp. 73 e 92-93; Luís Gonzaga Cabral (S. J.), Jesuítas no Brasil (Século XVI) (Gonzaga Cabral, Jesuítas no Brasil), São Paulo, s. d., p. 86.
24 Leite, H.C.J.B., I, p. 6; James Brodrick, El origen de los jesuitas (J. Brodrick, El origen), Madri, 1953, p. 71.
25 Freire, Casagrande, I, p. 205; Simão de Vasconcelos, Crónica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo (S. Vasconcelos, Crônica), Rio de Janeiro, 1864, livro I, §§ 45-46, pp. 30-31, livro I, § 91, pp. 53, livro I, § 159, p. 85-86, e livro II, § 6, pp. 109-110; Mon. Bras., I, pp. 416-417.

Assim é que os meninos índios foram aos poucos se transformando em mestres dos seus próprios pais. Para acelerar o processo, os jesuítas trouxeram de Lisboa (1550) órfãos portugueses que os ajudaram, através do convívio, a aperfeiçoarem conhecimentos.[26] As primeiras escolas de ler, escrever e doutrina foram fundadas. Não só na Bahia, mas em todos os lugares onde se instalavam, essas escolas passaram a ser a base de ação dos jesuítas para exercerem suas atividades missionárias. E, nelas, o número dos que sabiam ler aumentava sempre. Na aldeia do Espírito Santo (fig. 1), na Bahia, em 1559, havia 150 moços, de acordo com informação de Nóbrega. Já no ano seguinte, esse número havia dobrado, segundo uma informação do Pe. Melo.[27]

Os padres exerciam grande influência sobre as crianças que, muitas vezes, fugiam de seus pais para irem ter com eles, porque os jesuítas aplicavam os meios mais convincentes, que lhes atingiam mais de perto os sentidos: o canto, a música e o aparato deslumbrador das cerimônias.[28] Depois, saíam com os primeiros convertidos, em procissões, pelas aldeias, despertando a inveja dos não-convertidos, cantando rezas e entoando a cruz alçada.[29] Isto sem se considerarem as representações de peças teatrais, escritas pelos próprios padres sobre a vida dos santos e encenadas diante das igrejas, cuja fachadas serviam de 'pano-de-fundo' e cujos intérpretes eram as próprias crianças, assim ludicamente evangelizadas.

Uma grande oposição que os padres encontraram veio dos pajés ou curandeiros e feiticeiros que habitavam fora das aldeias e que, geralmente, envolviam suas vidas em mistério para se imporem aos outros pelo terror, aproveitando-se de suas crendices e superstições. Os pajés apregoavam contra os padres com a finalidade de sublevar os índios, chamando os convertidos de efeminados e fracos, e afirmando que eles seriam escravizados.[30] Os jesuítas conseguiam contornar a situação, tornando ridícula a atuação dos pajés para que se desmoralizassem.[31]

26 Leite, H.C.J.B., II, p. 24; ver também a nota 4.
27 Leite, H.C.J.B., II, p. 25.
28 Cartas avulsas, p. 80; Mon. Bras., I, p. 258.
29 Varnhagen, História, I, p. 287.
30 Leite, H.C.J.B., II, p. 22; Thevet, Singularidades, pp. 214-215.
31 Freire, Casa-grande, I, p. 205.

Paralelamente à conversão e à catequese dos meninos, os padres iam às aldeias em missões volantes, pregando o evangelho, com o auxílio de intérpretes ('línguas'), a princípio, e depois na própria língua dos índios.[32] As crianças ajudavam nessa catequese por voltarem entusiasmadas para casa. Em março de 1550, o Pe. Navarro já fazia a versão para a língua indígena da criação do mundo, da encarnação, dos demais artigos da fé e mandamentos da lei, além de orações como o 'Padre Nosso', enquanto se construía uma igreja entre os índios.[33]

A experiência mostrou qual era o melhor horário para a doutrinação e a catequese em virtude dos trabalhos que faziam os índios para a própria subsistência, pois passavam o dia "ou a mariscar ou a caçar ou a cultivar mandioca, e, mais tarde, canaviais"; só pela manhã, bem cedo, e ao cair da noite, para os adultos.[34] Para as crianças era quase o dia todo, pois havia também aulas que eles frequentavam nas escolas de ler, escrever e doutrina.[35] Embora com o passar do tempo o 'sistema de catequese' haja sofrido alterações, basicamente permaneceu o mesmo, ou seja, pela manhã bem cedo, antes do trabalho, para todos, 'grandes e pequenos', o ensino das orações antes ou depois da missa; e, à tarde, os índios eram "instruídos no diálogo da fé, confissão e comunhão".[36]

Para a conversão, tudo o que podiam conseguir de ajuda servia aos jesuítas: utilizavam-se das crianças de índios já cristianizados e até de brancos que se dispusessem ao trabalho e que conhecessem a língua.[37] Para alcançar sua finalidade, bastava aos jesuítas vencer os costumes antigos, introduzindo outros que, aos poucos, com paciência, iam sendo assimilados, até que, vencida a resistência desses hábitos primitivos, os índios começassem a agir como os brancos.

O batismo não era dado enquanto os padres não tivessem certeza da persistência, na religião,

32 Leite, H.C.J.B:, II, p. 28.
33 Cartas avulsas, p. 50; Mon. Bras., I, p. 180.
34 Leite, H.C.J.B., II, pp. 29-30; Cartas avulsas, p. 261; Mon. Bras., III, pp. 293-294.
35 Leite, H.C.J.B., II, pp. 26-28 e 32; Anchieta, Cartas, p. 89; Mon. Bras., II, p. 308; S. Vasconcelos, Crónica, livro II, §§ 6 a 10, pp. 109-112.
36 Leite, H.C.J.B., II, p. 32; Fernão Cardim, Tratados da terra e gente do Brasil (Cardim, Tratados), 2.a ed., São Paulo, 1939, p. 279.
37 Leite, H.C.J.B., II, pp. 29-30 e 33.

do catecúmeno. Isso acontecia porque muitos índios que se tornaram cristãos voltaram depois a seus antigos costumes.[38] Para evitar que isso acontecesse, o meio posto em prática foi o aldeamento.

Os aldeamentos indígenas formados pelos jesuítas

Os aldeamentos surgiram para preservação da conversão e catequese. Estabelecera-os Dom João III no regimento do governador, colocando-os entre as últimas determinações, depois que já havia sido datado o documento. Os índios cristianizados deviam ser afastados da conversação dos não-convertidos e, portanto, colocados junto às capitanias, próximos aos portugueses, para conversarem com os cristãos e poderem ser doutrinados e ensinados nas coisas da 'santa fé católica'. O mesmo devia ser feito em relação aos meninos.[39] Os jesuítas logo compreenderam que o rei tinha razão ao referir-se aos índios não-convertidos, pois estes começaram desde cedo a perseguir os recém-conversos.[40] Sentiram, também que essa segregação era necessária, uma vez que, mesmo que não houvesse a perseguição, o próprio nomadismo, característica da raça, faria com que os índios convertidos se afastassem deles, perdendo-se o trabalho da conversão que só produziria frutos se sistemática e de doutrinação constante.[41] Mas concluíram também que o convívio com o branco influía perniciosamente sobre os indígenas devido à necessidade de braço escravo na lavoura, que os colonos tinham; à péssima conduta que esses colonos, como cristãos, apresentavam; e aos maus exemplos dados por outros sacerdotes. Tudo, enfim, desfazia o que a piedade religiosa dos servos de Jesus pregavam através da moral elevada e da fé inabalável.

Era necessário trabalhar de outra maneira. O índio convertido tinha que ser separado tanto dos outros índios quanto dos brancos. Apenas os jesuítas, naquele momento, estavam em condições de exemplificar a moral que pregavam. Não puderam, porém, pôr em

38 Cartas avulsas, pp. 50-52 e- 88; Mon. Bras., I, pp. 180-182 e 274-275; em Mon. Bras., IV, p. 377, encontramos a preocupação do Pe. Francisco de Borja com relação ao batismo dos índios em carta endereçada ao Pe. Inácio de Azevedo, de Roma, em 30/1/1567, quando este estava no Brasil como visitador.
39 Pedro de Azevedo, "A instituição do G. Geral", in H.C.P.B., III, p. 350; Mon. Bras., I, pp. 6-7; Leite, H.C.J.B., II, p. 143.
40 Cartas avulsas, p. 49; Mon. Bras., I, p. 179.
41 Varnhagen, História, I, pp. 23-25; Leite, H.C.J.B., 11, pp. 42-43.

prática imediatamente esse projeto. O bispo opunha-se à disposição jesuítica.[42] Com os embargos criados por ele aborreceu-se Nóbrega, que foi para o sul, só retornando, quatro anos depois (1556).[43] E, aí no sul, escolheu uma excelente posição, à beira do rio Tietê, no alto de uma ampla colina, a três léguas de Santo André e a meia légua de Piratininga. Ajudado por seus companheiros e pelos índios, ergueu a escola, que muito depressa se encheu das crianças dos arredores. Os índios vinham em tanta quantidade que logo foi necessário ampliar o estabelecimento. A igreja surgiu ao lado da escola. E não demorou para que os padres fizessem novos aldeamentos, próximos da escola, de tanto que aumentou a população da ermida, batizada com o nome do apóstolo dos gênios: São Paulo.

Logo Nóbrega voltou ao norte. E, mais tarde, com a chegada de Mem de Sá, o terceiro governador-geral, encontrou o apoio de que necessitava para o desenvolvimento, na Bahia, de aldeamentos semelhantes àquele erguido no sul, longe da vila portuguesa. Todos tiveram por base a escola de ler, escrever e doutrina, com a igreja anexa.

Muitas das pequeninas aldeias que surgiram antes da disputa com o bispo acabaram por desaparecer, incorporando-se às outras que surgiram depois. Os padres visitavam essas aldeias em determinados dias da semana. [44] Não havia número suficiente de padres para que ficassem residindo nelas. Por isso, nas cartas, estavam sempre pedindo mais irmãos para a Missão do Brasil.[45] Mais tarde, algumas aldeias passaram a ter residência fixa, enquanto outras eram apenas visitadas.

No princípio, os padres tiveram o domínio temporal e espiritual das aldeias. Depois, os colonos provo-

42 Leite, H.C.J.B.,II, pp. 12-13 e 282-285; Mon. Bras., I, pp. 357-366: carta do bispo Dom Pedro Fernandes ao Pe. Simão Rodrigues em Lisboa, da Bahia, julho de 1552 (em Leite, H.CJ.B, II, 107, nota 2 e p. 284, nota 1, saiu com data de 6 de outubro de 1-553; em Mon. Bras., I, p. 357, o autor esclarece o problema da data): o bispo se aborreceu com o modo como os jesuítas faziam a catequese e achou que esta deveria ser feita do mesmo modo como se fazia na índia Oriental e no Japão. Em virtude disso, fez algumas advertências aos jesuítas e proibiu determinadas coisas que aborreceram Nóbrega.
43 Leite, H.C.J.B., II, .p. 44; Cartas do Brasil, Notícias antecedentes, pp. 193-196 e 202-203; Mon. Bras. III, pp. 72-76 e 84-85; Alfredo do Vale Cabral, "Notas", in Cartas do Brasil (1549-1560), Alfredo do Vale Cabral, ed. (Vale Cabral, "Notas", in Cartas do Brasil), Rio de Janeiro, 1931, p. 202, nota 91.
44 Cartas avulsas, pp. 52, 161-162, 185-186, 201-202 e 205; Mon. Bras., I, p. 183, e II, pp. 354-355 e 434-435.
45 Serafim Leite, ed., Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira) (Novas Cartas), São Paulo, 1940, pp. 72 e 83; Mon. Bras., II, p. 361, 416-417, 467, 468-469 e 473.

caram atritos para retirar dos padres o domínio temporal. Mem de Sá manteve o domínio espiritual dos padres, mas colocou um meirinho que ficaria para impor a ordem temporal, como lei semelhante àquela que os portugueses tinham nas vilas. Era a igualdade que nascia no Brasil entre brancos e índios.[46]

Mesmo assim, continuaram as reclamações dos colonos, pois os meirinhos eram índios da confiança dos padres e por estes supervisionados. A luta dos padres para impedir a escravização dos índios contrariava os interesses dos colonos. Os jesuítas solicitaram de Mem de Sá que nomeasse capitães para o poder temporal, já que o geral em Roma exigia que eles ficassem encarregados apenas da catequese e da doutrinação. Nem assim deu certo, pois os capitães não se sentiam muito satisfeitos com a presença dos padres a lhes fiscalizar as ações. Voltou-se, então, com o poder temporal para os jesuítas. Os colonos não gostaram disso e o superior geral da ordem, também não. Mas prevaleceu a posição do rei, que dera ganho de causa aos jesuítas: as aldeias voltaram a ter um meirinho índio, que, no fundo, era comandado pelos jesuítas, os quais tinham assim também o domínio temporal das aldeias. Mas continuou a haver também aldeias comandadas por capitães, e as particularidades, comandadas por colonos. Um relatório dos padres, do início do século XVII, atesta o fracasso dos dois últimos tipos de comando para as aldeias.[47]

Apesar de terem vencido, os padres continuaram a enfrentar os colonos numa guerra sem tréguas, lutando pela liberdade dos índios. Essa disputa, que mostraria vantagens de parte a parte, conforme os interesses da coroa no momento, culminaria com a vitória final dos padres da Companhia, porque os colonos encontraram mais facilidade e melhor proveito na escravização dos negros. Com a escravização do negro, diminuiu muito o desentendimento entre os colonos e os padres da Companhia. Mas, apesar disso, a paz nunca foi completa.

46 Mon. Bras., III, p. 171-172; A.B.N., XXVII (1906), p. 228; Anchieta, Cartas, p. 382.
47 Leite, H.C.J.B., II, pp. 62-72.

A liberdade dos índios

A liberdade dos índios foi, talvez, a luta mais importante travada pelos jesuítas. Tiveram, para isso, que enfrentar os colonos portugueses, que, de um modo geral, já não os suportavam em virtude das admoestações sofridas pelo amancebamento. E, para essa luta, tiveram os padres que se valer de Tomé de Souza, no princípio, que os auxiliou, ainda mais porque as ordens de Dom João III eram taxativas a respeito da liberdade dos índios. O rei estava informado sobre pessoas que possuíam caravelas e navios e que iam de uma capitania a outra, assaltando índios e vendendo-os como escravos, o que era comum até entre os próprios índios.[48] E como achava o monarca que essa era uma das causas de algumas das insurreições indígenas, determinou ao governador — como era muito 'serviço de Deus' e dele que isso não acontecesse — que o indivíduo que o fizesse, sem a licença de Tomé de Souza, ou de algum donatário, ou excedesse o estipulado na licença, incorreria em "pena de morte natural" e perderia tudo, sendo a "metade para a rendição dos cativos e a outra metade para quem o acusar".[49]

Ainda aqui, sente-se a preocupação, por parte do rei, com o 'serviço de Deus', a atenção à religião, embora, no fundo, sua preocupação maior fosse a paz da colônia, para que esta progredisse e lhe desse bons lucros. Aliás, a Igreja Católica já tinha dado atenção ao fato do aprisionamento de índios e de sua escravidão, pois em 1537 o Papa Paulo III, antes que existisse a Companhia de Jesus, tinha assinado a 9 de julho a bula *Veritas ipsa*, onde declarava que os índios, embora fora da fé de Cristo, "não estavam privados nem devem sê-lo de sua liberdade".[50]

Era a palavra da Igreja a favor dos índios e, talvez por causa disso, a preocupação de Dom João III e dos que lhe sucederam. E a Companhia batalhou o quanto pôde por essa liberdade, uma luta travada até contra outros padres que insuflavam, publicamente, os colonos a ficarem com seus *salteados*, pois

48 Id., ibid., II, p. 194; Cartas -do' Brasil; pp. 72-73 'e 81-82; Mon. Bras.,I, pp. 111 e 121-122.
49 Pedro de Azevedo, "A instituição do G. Geral", in H.C.P.B., III, p. 348; Mon. Bras., I, p. 6.
50 Simão de Vasconcelos, Notícias -antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil, livro 2, 7°, reproduzida na Crônica da Companhia, citada. por J. Capistrano de Abreu,-"Notas'' in História -Geral do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro) (Capistrano de Abreu, "Notas", in História. Varnhagen), ,São Paulo, 1948, I, p. 64, Seção IV, Nota II.

nada mais eram do que "cães, e outras coisas semelhantes".[51] Um padre levou um índio a outro para que este o matasse e comesse e, como não quisesse fazê-lo, o sacerdote admoestou-o, quase obrigando-o a isso.[52] Era contra esse tipo de gente que os jesuítas se batiam, e não foi à toa que Nóbrega escreveu logo que chegou, dizendo sobre eles que "cá há clérigos, mas hé a escória que de lá vem".[53]

Apesar do combate que os jesuítas desenvolviam contra o aprisionamento dos índios, os colonos sempre arranjavam um meio de burlar a vigilância dos padres e dos próprios índios para que estes fossem agarrados. Certa vez, um colono se vestiu de jesuíta, com 'coroa' (tonsura) e tudo, para ganhar a confiança dos índios; teve azar, porém, pois encontrou-se com um jesuíta verdadeiro que o desmascarou.[54] Era muito comum também que os colonos que tinham escravas índias atraíssem os índios cristãos até elas, no sentido de fazê-los casarem-se e, quando isso acontecia, os escravizavam, apesar dos jesuítas.[55] Assim, o colono se aproveitava dos próprios métodos dos jesuítas para lutar contra eles e escravizar o gentio. No fundo, o colono imitava os padres, pois essa era também a tática empregada pelos jesuítas para arranjar mão de obra destinada à manutenção das escolas, e houve até entre os jesuítas quem se revoltasse contra isso, apesar de que, em relação ao colono, fosse o 'seu jugo suave' e retribuído o trabalho executado.

Era também muito comum que os índios, por necessidade, vendessem como escravos, a troco de qualquer bugiganga, os filhos ou parentes e, às vezes, a si próprios.[56] Os índios eram muito inconstantes e, por isso mesmo, fáceis de serem convencidos das coisas, principalmente por pessoas que soubessem utilizar bem a palavra.[57] Disso se aproveitavam os colonos. Certa vez, por exemplo, os colonos ficaram sabendo que uns índios iam descer para as aldeias dos jesuítas; convenceram-nos a não fazê-

51 Cartas do Brasil, 116; Mon. Bras., 1, p. 270; Franco, "Vida de Nóbrega", in Cartas do Brasil, p. 37.
52 Cartas do Brasil, p. 108; Mon. Bras., 1, p. 164.
53 Id., p. 77; Id., p. 116.
54 Leite, H.C.J.B., II, p. 216; Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. I, 31, 28, 56, p. 3 (datado de fins de 1602 ou início de 1603).
55 Anchieta, Cartas, p. 334; Leite, H.C.J.B., II, p. 223.
56 Cartas avulsas, pp. 215-216 e 339; Mon. Bras., III, pp. 41 e 464; Leite, H.C.J.B.., II, p. 219; Varnhagen, História, I, p. 330.
57 Leite, H.C.J.B., II, p. 30; Cardim, Tratados, p. 272.

-lo, alegando que os padres os estavam esperando para escraviza-los. Os jesuítas esperaram em vão, porque os colonos voltaram lá em maior número e aprisionaram os índios para escravizá-los.[58]

Com a morte do bispo Dom Pedro Fernandes e quase toda a tripulação do navio em que ele seguia, comidos que foram pelos índios caetés, o governador-geral teve que tomar uma atitude de represália.[59] Não Duarte da Costa, sob cujo governo aconteceu o incidente, mas Mem de Sá, o terceiro governador-geral, que chegou à Bahia a 28 de dezembro de 1557, um ano e meio após a morte do bispo.[60] Após suas lutas de represália contra os indígenas, Mem de Sá iniciou outra, de apoio aos jesuítas, nos aldeamentos, ajudando os padres no que era preciso. Os colonos julgaram-se, em virtude de uma lei então em vigor, com o direito de escravizar os prisioneiros para ressarcir-se dos perigos passados nas guerras e do sangue derramado durante as lutas de represálias empreendidas por Mem de Sá.[61] A isso se opuseram os jesuítas, e foi-lhes favorável a Mesa da Consciência, tribunal régio criado em 1532, em Lisboa, a cuja atribuição cabia decidir a questão índia no Brasil.[62] Os colonos sentiram-se prejudicados e acusavam os jesuítas de lutarem pela liberdade dos índios em proveito próprio, mantendo-os como escravos. O problema repercutiu em Lisboa e o rei enviou uma carta a Mem de Sá, pedindo-lhe que tomasse, juntamente com o bispo, o provincial da Companhia de Jesus, o ouvidor-geral e os padres Inácio de Azevedo e Manuel da Nóbrega, as providências que melhor resolvessem o problema.[63]

Reuniram-se as pessoas relacionadas pelo rei a 30 de julho de 1566 e fizeram o acordo que estipulava:

> 1.º Que se algum índio se acoutasse às missões dos jesuítas, só sairia por ordem expressa do governador, ou do ouvidor, quando o reclamante provasse a legitimidade da posse

58 Leite, H.C.J.B., II, pp. 217-218.
59 Calmon, História, I, pp. 262-263; Varnhagen, História, I, pp. 327-328.
60 Calmon, História, L p. 271; Capistrano de Abreu, "Notas", in História, Varnhagen, I, pp. 353-354, Seção XVIII, nota 2.
61 Varnhagen, História, I, p. 393; Leite, H.C.J.B., II, pp. 197-201: Varnhagen afirma que o motivo que citamos é que ocasionou o problema; já Serafim Leite faz da morte do bispo o motivo, afirmando que, com a lei estabelecida por Mem de Sá, os colonos invadiam as selvas atrás dos caetés, ferrando-os como escravos e, muitas vezes, segundo ele, os colonos assaltavam índios das próprias aldeias jesuíticas, ainda que caetés, para escravizar.
62 Varnhagen, História, I, pp. 393-394; Leite, H.C.J.B., II, p. 201.
63 Id., ibid,, pp. 394-395; id., ibid., pp. 198-199; Anchieta, Cartas, p. 360.

> e da servidão. 2.º Que o ouvidor fosse, cada quatro meses de correição pelas missões e aldeias, ouvir as partes e administrar justiça. 3.º Que se nomeasse aos índios um curador 'e foi escolhido Diogo Zorrilla, alcaide do mar da Bahia', e se impusessem penas a quem casasse as índias com escravos. 4.º Que os resgates com os índios, apesar do que dispunha o foral, não fossem válidos sem o consentimento das autoridades. 5.º Que os jesuítas entregariam, dos que tivessem em suas aldeias, os que confessassem ser cativos, ou quisessem, livres, servir este ou aquele colono. 6.º Que o morador que à força tomasse algum índio próprio, acoutado nas missões, perdesse, por esse simples fato, todos os direitos que antes tinha a ele, passando o índio a ficar agregado à Companhia. [64] (VARNHAGEM, História I, p.396)

Sentindo-se de novo prejudicados, os colonos reclamaram. E, como quase nada conseguiram, começaram a importar negros da África para escravizar.[65] A 20 de março de 1570, o rei de Portugal promulgou uma lei que libertava de vez os índios, a não ser aqueles que houvessem sido capturados em guerra justa, com licença prévia do rei ou do governador.[66] Essa lei provocou novas reclamações dos colonos, o que fez com que el-rei ordenasse aos dois governadores (o Brasil, após a morte de Mem de Sá, esteve dividido, por alguns anos, em dois estados: o do Norte, com Luís de Brito d'Almeida, tendo como sede a Bahia; e o do Sul, com sede no Rio de Janeiro, tendo como governador Antônio Salema) que se reunisse com o ouvidor-geral e os padres da Companhia para decidir sobre o problema. A 6 de janeiro de 1574, saiu o acordo com dez artigos, resumidos por Varnhagen do seguinte modo:

> O primeiro proibia os resgates de gente entre os índios mansos ou de pazes. Pelo segundo se excetuaram da proibição os índios que depois de aldeados se fossem para o mato, e andassem ausentes por mais de um ano. Limitava o terceiro a escravidão dos índios aos aprisionados em guerra manifestamente lícita, e aos que, estando cativos de outro gentio, e com mais de vinte e um anos de idade, preferissem o cativeiro dos nossos. Pelo quarto se declarados capitães; sendo incumbidos do exame deles os provedores, e mais dois indivíduos, eleitos em câmara no princípio de cada ano. Dispôs-se pelo quinto que as pessoas vindas com os índios de resgate, quer por mar, quer por terra, se apresentassem na respectiva alfândega, antes de haver feito escala ou comunicado com alguém. Recomendou-se pelo sexto que os índios do resgate, nessa conformidade registrados, que fugissem, seriam a todo tempo entregues a seus primeiros senhores, mediante a propina de mil réis, e a indenização das despesas. Pelo sétimo os índios resgatados de que não houvesse re-

64 Varnhagen, História, I, p. 396; Calmon, História, I, p. 277; Leite, H.C.J.B., II, pp. 200-201; Anchieta, Cartas, pp. 360-362.
65 Varnhagen, História, 1, p. 397.
66 Id., ibid., pp. 407-408; Leite, H.C.J.B., 11, pp. 206-207.

> gistros declaravam-se forros. Pelo oitavo se fixou que fossem consideradas guerras justas as que os governadores fizessem conforme seus regimentos, ou as que ocasionalmente se vissem obrigados a fazer os capitães, com voto dos oficiais da Câmara e ouras pessoas de experiência, dos padres da Companhia, do vigário da terra, e do provedor da Fazenda, de cuja resolução se devia lavrar auto. O nono declarou forros os índios que os capitães tomassem sem esta última cláusula, e as penas que sofreriam, tanto eles capitães, como outros quaisquer indivíduos que fossem contra o que ora se deliberava. Mandou, finalmente, o décimo que os delinquentes, sendo piões, fossem açoitados em público, com baraço e pregão, e pagassem quarenta cruzados de multa; e sendo de maior qualidade, além da dita pena em dinheiro, fossem condenados a dois anos de degredo; isto afora as outras penas em que pudessem incorrer, segundo as ordenações, leis e regimentos do Reino.[67] (VARNHAGEM, 1948, p. 425-426)

A disputa, em alguns lugares, ainda se prolongaria até 1596 e, em outros, até mais longe, no século XVII. Mas já os colonos não estavam muito interessados nos índios. Já se iniciara o tráfico de negros, cujo trabalho e docilidade agradaram mais ao colono, que não se interessava por quem escravizava, mas pelo 'braço barato' para o trabalho da terra. Os jesuítas haviam vencido, e continuariam sua missão até serem expulsos, por interferência do Marquês de Pombal, em 1759.

Até a época de sua expulsão, haviam-se expandido por todo o litoral brasileiro, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Sua obra tem sido contestada por uns e elogiada por outros, quase sem meio termo. Mas um fato é nítido e marcante na ação dos jesuítas: sua virtude, sua moral, sua audácia são marcadas pela severa disciplina militar imposta à ordem pelo fundador, Inácio de Loyola. Entretanto, talvez sua ação não tivesse vingado, não fosse a grande fé e o sentido religioso que nortearam os reis portugueses para a conversão à 'santa fé católica' dos habitantes das terras que descobriam e conquistavam, objetivo primeiro de todas as suas ações.

A 'casa' jesuítica: o Colégio. A residência

Colégio e residência, em arquitetura jesuítica, correspondem, em relação a programa construtivo, a um mesmo tipo de edificação. Quanto à finalidade, também se assemelham, só que o Colégio possuía, além das atribuições dadas à residência, a de ser também um estabelecimento de ensino superior.

67 Id., ibid., pp. 425-426; id., ibid., pp. 207-208; Anchieta, Cartas, pp. 367-370.

Os estabelecimentos dos jesuítas

As escolas de ler, escrever e doutrinar, que vimos acima (p. 36), foram fundadas pelos jesuítas em todos os locais onde se fixaram. O método era sempre o mesmo: na vila dos portugueses, o ensino da doutrina e da língua portuguesa (ler e escrever) era ministrado para filhos de portugueses brancos, ou para os mestiços, mamelucos, embora a doutrinação abrangesse também os adultos. Mas, nas aldeias, os jesuítas aproveitavam também para aprender a língua indígena e nela se exercitar para as pregações doutrinárias.

Nessas escolas, de um modo geral, ensinaram-se, ainda, principalmente nos primeiros tempos, o canto, a música, os algarismos e, mais tarde, alguns ofícios, para aqueles que se apresentaram aptos, brancos ou índios.[68]

A manutenção dos padres se fazia pela fazenda real, em ferro e vestiaria, paga diretamente ao *maioral* dos padres (provincial ou substituto) até que se fundou o Colégio da Bahia, por padrão real de 1564, com dotação própria, quando então todas as demais sedes ficaram subordinadas a ele. A partir daí e da fundação dos dois outros colégios, o do Rio de Janeiro (1565) e o de Pernambuco (1576), os pagamentos passaram a ser feitos pelo padrão de cada um e respectivas dotações, embora os padres vivessem, também, de esmolas e doações que os fieis faziam.[69]

De um modo geral, os estabelecimentos construídos pelos jesuítas, tanto nas vilas dos portugueses como nos aldeamentos indígenas, se apresentavam com as mesmas finalidades. Eram, além de escolas de ler, escrever e doutrina, locais para moradia, com seus cômodos respectivos, desde a cozinha, latrina e quartos de dormir, até a igreja e demais dependências necessárias ao culto religioso. Possuíam também, dependendo das possibili-

68 Novas cartas, p. 167; Mon. Bras., II, p. 136: carta de Luís da Grã ao Pe. Inácio de Loyola, da Bahia, em 27/12/1554; Mon. Bras., II, pp. 294-295: carta de Luís da Grã a Inácio de Loyola, de Piratininga a 8/6/1556; Cartas avulsas, pp. 204-205; Mon. Bras., II, p. 472: carta de Antônio Pires ao provincial de Portugal, da Bahia, a 12/9/1558; Cartas avulsas, pp. 340-342; Mon. Bras., III, pp. 466-468: carta por comissão do Pe. Brás Lourenço ao Pe. Miguel de Torres, do Espírito Santo, a 10/6/1562.

69 Documentos históricos (Doc. hist.), 110 vols., Rio de Janeiro, 1928-1955, XIII (1929), pp. 355, 401, 417-418, 441, 453, 493; Doc. hist., XIV (1929), pp. 9, 12, 29, 57-58, 67, 76, 78, 91-92, 121, 163-164, 170, 252, 262, 271, 274-275, 301-302,. 396-397; Doc. hist., XXXV (1937), pp. 96-97, 257, 286-287, 429-430; Doc. hist., XXXVI (1937), pp. 3-6; Doc. hist., XXXVII (1937), pp. 88, 136, 153, 178, 190, 231, 239-240, 243, 261, 290-291, 301, 310, 312, 326, 357-358, 401-402, 409; Doc. hist.,. XXXVIII (1937), pp. 60, 70-71, 80, 83-84, 112-1.13, 210-212; Mon. Bras., I, pp. 176-177, 211-213, 249-250, 265, 295-298, 367, 418-419; Mon. Bras., II, pp. 18-19, 153-154, 358; Mon. Bras.,. III, pp. 148-150 Anchieta, Cartas, p.326.

dades, oficinas de trabalho (ferraria, marcenaria, etc.) para suprir não só as necessidades de consumo interno, mas, inclusive, as necessidades da comunidade: ou portuguesa ou indígena.

Em certas aldeias, por serem pequenas e por causa do escasso número de padres, não se construíram residências. As aldeias eram visitadas pelos jesuítas, conforme as distâncias a que se situavam, de uma a três vezes por semana, havendo casos de visita diária. Eram as chamadas aldeias de visita, onde os missionários construíam apenas a igreja, que, nos dias de visita, servia também de escola. A base para a ida a essas aldeias tanto podia ser uma outra aldeia, onde existisse residência, quanto a sede, na vila portuguesa.

O edifício construído na principal vila portuguesa de uma capitania era sempre a sede para as operações de incursão ao interior em busca de aldeias indígenas para os futuros aldeamentos. Na vila portuguesa, essa sede recebia a denominação de *casa*, quando não estava apta para exercer as funções de *colégio*, enquanto os estabelecimentos situados nos aldeamentos recebiam a denominação de *residências*. É verdade que, às vezes, as denominações eram confundidas, uma vez que, de um modo geral, na vila ou na aldeia, ambos esses edifícios possuíam as mesmas finalidades.[70]

O Colégio: estabelecimento de ensino superior

A ideia de Colégio, já a trazia Nóbrega, quando veio em 1549, por instruções de Simão Rodrigues.[71] Embora, mais tarde, *Colégio* venha a ser também o centro regio-

70 Cartas avulsas, p. 463; Mon. Bras., IV, p. 275: carta do Pe. Pedro da Costa aos padres e irmãos de S. Roque, do Espírito Santo, em 27/7/1565: o Pe. Pedro da Costa encerra a carta nesses termos: "Desta casa de S. João, hoje 27 de julho de 1565 annos". Assim nesta carta, o Pe. Pedro da Costa chama a residência de São João de casa; Fernão Guerreiro, Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da índia Oriental & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos anos de seiscentos & dois & seiscentos & três, & do processo da conversão & cristandade daquelas partes tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram'(F. Gúerreiro, Relação anual), Lisboa, 1605, livro IIII, cap. V, p. 1.18: chama a constru-ção da aldeia dos Reis Magos de residência; Serafim Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, Serafim Leite, ed. (Leite, "Notas", in 'Mon. Bras.), 4 vols., Roma, 1956-1960, I, p. 299, nota 2. Serafim Leite, ed., Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do Pe. Antônio da Rocha, superior do Espírito Santo (Leite, Aspectos do Brasil em 1571), Lisboa, 1961, p. 13: trata-se de Uma carta do Pe. Antônio da Rocha, do Espírito Santo, em 18/6/1571, na qual chama o edifício de Vitória de casa; "carta ânua Da missão dos mares verdes, do ano de 1624 e 1625, mandada a Roma peio Pe. Antônio Vieira", O semanário: jornal de instrução e recreio, n.º 33, 31 28 de agosto de 1857, p. 262: Vieira atribuiu à construção de Reis Magos a denominação de residência; Pero Roiz, Anchieta, Salvador, 1955, p. 88, também chama a construção em Vitória de casa; Anchieta, Cartas, pp. 409-410 e 484: Anchieta, ao se referir aos edifícios existentes no Brasil em 1585, diz que havia colégios em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia e que em' Ilhéus, Porto Seguro, São Vicente, Piratininga e no Espírito' Santo havia casas. Já na p. 484, ele chama a construção de Vitória de residência. Ver transcrição deste último no fim da nota 37, do cap. II, p. 60.

71 Novas cartas, p. 103; Mon. Bras., III, p. 357.

nal, com aspecto jurídico, de onde se comandavam as outras 'casas' que lhe estavam subordinadas, no princípio começou como escola de ler, escrever e doutrina, ode os alunos mais aptos e de maiores possibilidades aprendiam latim e casos de consciência (teologia moral). O ensino do latim (o mesmo que chamam de gramática, nas cartas) e de casos de consciência definia, praticamente, o *Colégio* diferenciando-o das 'casas', que não tinham esse tipo de ensino.

Essas classes de latim e casos de consciência eram dadas também aos padres não-jesuítas. E, nesse sentido, o Colégio visava à formação de novos missionários para o trabalho, que exigia cada vez mais gente, enquanto da Europa não se podiam esperar muitos trabalhadores, por sua excassez.[72]

Essas classes, portanto, foram criadas com a intenção de fundar colégios no Brasil, para a formação de missionários. Já em 1554, Diego Mirón dizia a Loyola que estava bem que se fizessem aqui colégios com esse sentido.[73] Nessa época já havia classes de latim na Bahia; uma incipiente, no Espírito Santo, que não durou muito; outra, em São Paulo de Piratininga, e outra, em São Vicente, onde, em 1556, se lia "gramática a quatro ou sinquo da Companhia e lição de casos a todos, assi Padres como Irmãos, e outros exercícios espirituaes".[74] Em 1560, na Bahia, sustenta-se o nome de Colégio, "pera que com este titulo termos o que sem elle não podíamos ter", e isso porque os habitantes do local o mais que faziam era aprender a ler e escrever.[75] Ainda não havia, nessa época, nenhum Colégio oficialmente fundado, mas datavam-se as cartas "Del Collegio de Jesú de S. Vicente" ou "Deste Collegio da cidade do Salvador".[76]

Os jesuítas já consideravam o que tinham como sendo Colégio. Recebiam pessoas na Companhia com a disposição de torná-las um dia jesuítas, como informava Anchieta, de São Vicente, em 1561, onde se continuava com o ensino do latim "com dos

72 Mon. Bras., IV, p. 378: carta. do pe. Francisco de Borja ao pe. Inácio de Azevedo, de Roma, 30/1/1567; Baltasar Teles, Crônica da Companhia de Jesus na província de Portugal (B. Teles, Crônica), 2 tornos, Lisboa, 1645-1647, t. II, livro IV, cap. IV, § 3, pp. 17-18.
73 Mon. Bras., II, pp. 25-26; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 26, nota. 4.
74 Cartas do Brasil, pp. 152-153;.Mon. Bras., II, •pp. 123, 138, 147 e 282; Novas cartas, pp. 167-168; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, IV, p. 485, nota 5; Leite, H.C.J.B:, VI, p. 134; Simão de Vasconcelos, Vida do venerável padre José de Anchieta (S. Vasconcelos, Vida de Anchieta), 2 vols., Rio de Janeiro, 1943, I, livro I, cap. V, § 3, p. 33, Cartas avulsas, p. 338; Mon. Bras., 111, p. 463.
75 Cartas avulsas, p. 292; Mon. Bras., III, p. 430.
76 Anchieta, Cartas, pp. 160 e 194; Mon. Bras., III, pp. 269,: 284, 432 e 565; Cartas avulsas, pp. 253 e 293.

Hermanos de casa, y quatro de que tenemos buena expectatión que agora se recibieron para ello".[77]

Quando, em 1564, se quis fundar um Colégio em Pernambuco, criou-se um problema ao Colégio da Bahia, pela dificuldade de padres. Fez-se um remanejamento para poder enviar um padre que soubesse latim para o poder iniciar.[78] E, após a fundação dos dois primeiros colégios, o da Bahia e o do Rio de Janeiro, proibiu-se ensino do latim em outros estabelecimentos que não os Colégios, bem como o canto, por determinação de 1568, de Inácio de Azevedo, então visitador.[79]

Assim, o *Colégio* apresenta-se-nos, nesse princípio, como o local onde se prepariam novos missionários, como, de resto, os próprios jesuítas o afirmam em uma das respostas aos "Capítulos de Gabriel Soares de Sousa", quando dizem "que a intenção que teve S. A. em fundar colégios no Brasil não foi abrir estudos para os filhos dos portugueses, senão criar ministros para a conversão".[80] E, no caso, sendo esta resposta de 1592, o *Colégio* já funcionava como centro regional também, estando, inclusive, os outros estabelecimentos (casas e residências) distribuídos como 'casas' anexas aos três colégios então existentes. E, nessas casas anexas, "o modo de proceder é conforme ao dos colégios, porque têm umas mesmas regras e instituto e procura a Companhia ter uniformidade em todas quanto possível".[81] Essa uniformidade, a Companhia desejava alcançar, também, nos edifícios que construía.

Programa construtivo

Lúcio Costa define um programa construtivo de uma obra de arquitetura como sendo "as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer".[82] Ou seja, cada parte, cada setor da obra deve estar construído de tal maneira que satisfaça à finalidade para que foi destinado ao ser planejado. Tendo em vista isso,

77 Anchieta, Cartas, pp. 174-175; Mon. Bras., III, p. 382.
78 Cartas avulsas, p. 415; Mon. Bras., IV, pp. 69-70.
79 Mon. Bras., IV. pp. 484-485; Anchieta, Cartas, p. 325.
80 Serafim Leite, ed., "Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Compahia de. Jesus qúe residem nó Brasil", Anais da Biblioteca Nacional ("Capítulos de G. Soares de Sousa"; A.B.N.), Rio de Janeiro, 1942, LXII (1940), p. 367.
81 "Capítulos de G. Soares de Sousa", A.B.N., LXII (1940), p. 368.
82 Lúcio Costa, -"Arquitétura dos Jesuítas no Brasil", Revista do Serviço .do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lúcio •Costa, "Arquitetura Jesuítica", Revista do SPHAN), V (1941), pp. 12-13.

ele próprio apresenta o programa das construções jesuíticas, dividindo-as em três partes,

> correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os 'cubículos', a enfermaria e mais dependências de serviço, além da 'cerca', com horta e pomar.[83] (COSTA, 1941, p. 13)

A quadra como programa construtivo dos jesuítas

O próprio Lúcio Costa, ao fazer a divisão que vimos acima, apresenta o programa utilizado pelos jesuítas em suas construções arquitetônicas: o edifício é disposto em quadra, à volta de um pátio central; um dos 'quartos' da quadra pertence à igreja, enquanto os outros três correspondem a todos os outros elementos necessários à ação que os jesuítas resolveram implantar no Brasil. Para fazer sua afirmativa da quadra, Lúcio Costa foi buscar a descrição feita por Anchieta, em 1584, do Colégio da Bahia, que então se acabava de erguer em uma das extremidades do 'Terreiro de Jesus'. Anchieta diz que o Colégio

> tem de novo feito um claustro de pedra e cal e no quarto da parte Leste, fica a igreja e sacristia; a igreja é razoável, bem acabada, com seu coro, é bastante por agora para a terra, e bem ornada de ricos ornamentos (...). O outro quarto da parte do Sul tem por cima a capela e enfermaria de boa grandura, por baixo despensa e adega. O quarto da parte do Poente tem 19 câmaras; nove por cima e por debaixo dez com as janelas grandes que fazem cruz nos corredores. O quarto da parte de Nordeste tem sete câmaras por cima e seis por debaixo: todas são forradas de cedro, e amplas mais que as de Coimbra, os portais de cantaria, e é edifício bem acomodado, exceto que está por aperfeiçoar e forrar os corredores e guarnecer.[84] (COSTA, 1941, p. 13-14)

Essa descrição diz todo o necessário para se entender como se desenvolvia a quadra, a quantidade de câmaras e em que posição se situavam, nomeando inclusive as partes, o que nos permite conhecer hoje, mais de perto as necessidades dos jesuítas em função das finalidades a serem atingidas pelas construções.

83 Id., ibid., p. 13.
84 Id., ibid., pp: 13-14 e 24; Anchieta, Cartas, p. 413; Paulo F. Santos, Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil (Paulo Santos, Contribuição ao estudo), Coimbra, 1966, pp. 49-50.

A origem da quadra aplicada no Brasil

Segundo Robert Smith, o português transferiu para o Brasil e aqui recriou, por réplica, as soluções encontradas em suas cidades, tanto no que diz respeito às construções de casas quanto na construção do aspecto urbano que as cidades deveriam apresentar.[85] Parece-nos que essa transferência também ocorreu com relação à quadra, como programa construtivo, adotado pelos jesuítas, assim que vieram para o Brasil.

A quadra, como programa construtivo, era a base das construções dos mosteiros das ordens religiosas na Idade Média. Um desses mosteiros, o de Santo Antão, o Velho, em Lisboa, de onde Dom Manuel expulsou os mouros em 1496, foi doado aos jesuítas em 1542. Já havia sido convento de freiras, tanto da Ordem Terceira de São Francisco quanto da Dominicana; e já havia, também, pertencido ao bispo titular de Rusiona, por renúncia do qual os jesuítas entraram em posse, através de Simão Rodrigues, por doação do rei.[86] Esse mosteiro foi a primeira casa que os jesuítas tiveram no mundo.[87] Foi daí que os jesuítas de Portugal partiram para se estabelecer em Coimbra e Évora. Aí esteve Nóbrega, antes de partir para o Brasil, em 1549, como esteve também em Coimbra, onde ajudou na construção do Colégio local em 1548, pouco antes de vir para terras brasileiras.[88]

Esse Mosteiro de Santo Antão, o Velho, em Lisboa, é descrito por Francisco Rodrigues, que diz que o edifício

> tinha uma portaria não somenos, que dava para um claustro ou pátio quadrado com dezesseis colunas, quatro por banda, sobre as quais se lançava uma varanda em toda a volta. No centro deste recinto abria-se um poço de água para o serviço da casa. No primeiro andar estendia-se um dormitório em que se acomodavam com aperto os moradores dela, e neste e no térreo havia alguma sala e quartos por onde se repartiam as oficinas e acomodações necessárias. A igreja era na verdade pequena, mas devota e recolhida.[89] (RODRIGUES, 1931/1944, p. 289).

85 Robert C. Smith, Arquitetura colonial (Robert Smith, Arquitétura colonial), Salvador, 1955,. pp. 11-13.
86 Francisco Rodrigues, História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal (F. Rodrigues,-H.C.J.A.P.), 3 tomos, 6 Vols., Portó, 1931-1944, t. I, vol. I, livro II, cap. IV, §§ 1 e 2, pp. 282-287.
87 B. Teles, Crónica, t. II, livro IV, cap. V, §§ 1 e 2, p. 22.
88 Id., ibid., t. I, livro II, cap. XX, § 5, p. 317;S. Vasconcelos, crônica, livro, 1, §§ 10 e 11, pp. 8-9; F. Rodrigues, H.C.J.A.P., t. 1, vol.' I, livro II, cap. VII, § 2, pp. 408-409.
89 F. Rodrigues; t. I, vol. 1,. livro .II, cap. IV, § 2, p. 289. Nesta descrição citada, Francisco Rodrigues errou nas contas em relação ao número de colunas, pois, tendo "quatro por banda", nós teríamos apenas 12, e não 16 colunas como ele diz que tem. Ele deve ter

Conhecendo Santo Antão e os planos do Colégio de Coimbra, em construção na época, nada mais lógico que os jesuítas trouxessem sua 'base' construtiva como modelo para o Brasil. E não foi de outro modo que Nóbrega agiu, quando montou as primeiras 'casas', incluindo o 'apartamento dos meninos', no monte Calvário, quando ainda procurava um local para a instalação do futuro Colégio. A disposição era em quadra e o próprio Nóbrega descreve o conjunto construtivo ao dizer que

> as casas, que agora temos são estas, s. uma casa grande de setenta e nove palmos de comprido, e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições, s. um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia por rezão que outra casa que está no mesmo andar e da mesma grandura nos serve de igreja, por nunca, depois que estamos nesta terra, sermos poderosos para a fazer o que foi causa de sempre dizermos missas em nossas casas. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê gramática, em outra se ensina a ler e escrever. Todas estas casas, assim umas como outras, são térreas. Tudo isso está em quadra.[90] (Fig. I).

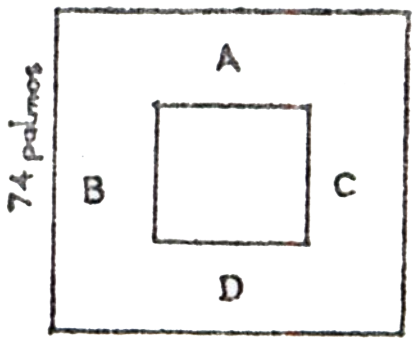


Fig. 2. As casas de Nóbrega. A - Igrejas. B - Padres e irmãos. C - Moços. D -Serviço. Desenho de Paulo F. Santos, Contribuição ao estudo da arquitetura da Com-panhia de Jesus em Portugal e no Brasil (Coimbra, 1966), p. 39. Junto à quadra ele apresenta 74 palmos. A carta de Nóbrega dá 79 palmos (p. 40-41, cap. I)

Este programa construtivo se desenvolveu em todos ou quase todos os edifícios construídos pelos jesuítas, seja Colégio, seja residência, às vezes com acréscimos que, mesmo particularizando determinado edifício, não lhe descaracterizavam a aparência. E é preciso que se note que esse tipo de construção era muito próprio ao ambiente encontrado no Brasil, pois apresentava um aspecto de fortificação,

contado a colunas dos ângulos duas vezes.
90 Novas cartas, p.,64; Mon. Bras., II, pp. 407-408; Paulo Santos, Contribuição ao estudo, p. 48; Leite, H. C.J.B., 1, pp. 49-50.

com raras aberturas no andar térreo, além das portas de entrada (às vezes, uma em cada lado da quadra) e com liberdade no interior da quadra, onde se situava toda a movimentação dos trabalhos.

A nova utilização da quadra

Não podemos atribuir aos jesuítas algum mérito por adotarem a quadra como programa construtivo. O emprego da quadra — que, de um modo geral, foi o programa utilizado também pelas outras ordens religiosas que depois se instalaram no Brasil — se adequava bastante ao ambiente hostil encontrado nas terras de Santa Cruz. Já por si só apresentava um suporte de defesa e restringia a participação externa apenas ao permitido. E esse 'permitido' era tanto maior quanto mais paz e mais submissão apresentassem os indivíduos que formassem a 'clientela' dos jesuítas.

O mais importante, porém, de todo o trabalho dos jesuítas em relação à utilização da quadra estava na nova finalidade dada ao seu pátio central e às câmaras que lhe estavam imediatamente próximas. De um modo geral, as ordens religiosas utilizavam o pátio como um 'jardim interno', para meditação e recolhimento, onde o silêncio era a lei primeira e a proibição da entrada de estranhos à ordem religiosa, a lei maior. O jesuíta, porém, transformou esse claustro silencioso, de meditação e recolhimento, e de entrada proibida, no centro principal de suas atividades no Brasil. À volta do pátio estavam as salas de aula, as oficinas de trabalho e tudo aquilo que se relacionava com a vida administrativa das escolas. Era aquele pátio, na realidade, o "barulhento centro criativo" das diversas atividades que desempenhavam os jesuítas. E nem por isso deixaram eles de ter seus locais de recolhimento, seus movimentos de aplicação aos exercícios espirituais, suas orações.

Os jesuítas abandonaram inteiramente a vida contemplativa e se lançaram à vida ativa de serviço ao próximo com um desprendimento e vigor que, ainda hoje, nos surpreendem. E foi exatamente nesse sentido que a utilização da quadra tomou um novo aspecto, mudou de fisionomia, por inteiro mérito dos jesuítas.

A escolha do local onde situar os edifícios

Para o jesuíta, o local onde situar o Colégio ou a residência era de primordial importância. Não era

qualquer lugar que servia. Desde o princípio, ainda em Portugal, houve a preocupação com relação ao lugar de ereção dos edifícios. Ali, a localização era, quase sempre, em local privilegiado da cidade.[91]

No Brasil, porém, avia uma diferença muito grande. Se lá, na metrópole — e na Europa, de um modo geral —, havia cidades, aqui a ação missionária exigia outros meios, pois as vilas portuguesas, além de poucas, situavam-se entre o mar e a floresta, cercadas de perigos. E a ação dos jesuítas se desenvolveria entre indivíduos sem civilização — os índios — e entre civilizados, praticamente sem leis, destituídos de peias morais, inteiramente abandonados aos instintos que, de um modo geral, se assemelhavam aos não-civilizados. Era, portanto, necessário um local que, no início, estivesse protegido e situado nas proximidades dos brancos e dos índios. E que, além disso, no caso das vilas portuguesas, quando se ampliasse o perímetro urbano, se situasse no centro da ação civil, para melhor exercer sua atividade religiosa.

Assim, o local das construções jesuíticas no Brasil era quase sempre em elevações, com bela vista sobre o mar e próximo a algum rio. A proximidade de um e outro garantia aos jesuítas a locomoção fácil: um pela costa, para comunicação com os outros centros de catequização e conversão; e o outro, para o interior, em busca de índios e da fixação de novos aldeamentos. E a elevação facilitava a defesa, sendo que o próprio edifício, por si só, se apresentava como uma fortaleza.

Em virtude dos diferentes aspectos geográficos que apresentavam as capitanias no Brasil e a proximidade do gentio bárbaro, situado nas matas, os jesuítas se chegavam a elas com cuidado. Assentavam-se primeiro em um lugar onde pudessem conhecer a região e, depois, escolhiam o local mais condizente com suas necessidades, para a construção definitiva.

Aconteceu assim quando Nóbrega chegou a Salvador, em 1549. Começou logo a procurar um local para assentar o Colégio, embora já estivesse situado num local à beira-mar, no primeiro assentamento dos jesuítas

91 F. Rodrigues, H.C.J.A.P., t. I, vol. I, livro II, cap. IV, ,§ pp. 306-307 e 310; t. I, vol. I, livro II,.cap. VII, § 6, pp. 422-424; t. II, vol. I, livro I, cap. II, §4, pp. 46-48; t. II, vol. I, livro I, cap. II, § 9, pp. 66-69.

no Brasil. E depois, ao mudar-se para o monte Calvário, no centro da vila portuguesa, preocupou-se na época com a procura de outro lugar que estivesse melhor situado e que, com a expansão urbana que viria, pudesse estar, depois de alguns anos, no meio da vila.[92]

Antônio de Sá, em 1563, informava, de Pernambuco, que lá procuravam um sítio melhor para o Colégio, quando o provincial determinou que se erguesse o edifício no local mesmo onde estavam.[93]

Em Ilhéus, o capitão local chegou a mandar demolir o prédio iniciado para a cadeia, construído outra cadeia à sua custa, a fim de que os jesuítas tivessem o lugar que desejavam para o seu Colégio.[94]

A fixação em um lugar provisório e a posterior mudança para um local definitivo, provocada pelo conhecimento da região e o desejo de se situar melhor, aconteceu também no Espírito Santo, como veremos adiante, não só na sede da capitania, em Vitória, mas também nos aldeamentos.

Evolução dos estabelecimentos jesuíticos

Pelo que já vimos até agora, podemos generalizar o desenvolvimento dos estabelecimentos que os jesuítas construíram no Brasil, ajudados por mais algumas informações retiradas das cartas, escritas do Brasil da época. Embora o modo de agir dos jesuítas fosse o mesmo com os branco se com os índios, e os edifícios —Colégio e residência — apresentassem o mesmo programa construtivo, e o desenvolvimento de ambos os estabelecimentos se processasse quase sempre do mesmo modo, vamos desmembrar o estudo desses estabelecimentos para facilitar a compreensão.

Nas vilas portuguesas

De um modo geral, no momento em que chegavam a um sítio, os jesuítas construíam em primeiro lugar uma casa, geralmente sem repartições internas, que servia de dormitório, cozinha, escola — de moradia, enfim, e ao mesmo tempo de local para o culto.[95]

92 Cartas do Brasil, pp. 83 e 104; Mon. Bras., 1, pp. 125, 158.
93 Cartas avulsas, p. 400; Mon. Bras., IV, p. 36.
94 Id., p. 376; Id., 111, p. 540.
95 Anchieta,. Cartas; pp. 43 e 73: na p. 43, quadrimestre de maio a setembro 32 de 1554, de Piratininga. Na p. 73, carta aos padres e irmãos de Portugal, de Piratininga, em 1555; Mon. Bras., II, pp. 94 e 110-111: carta de Anchieta a Loyola, de Piratininga, datada de 1/9/1554; S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, vol. I, .livro I, cap. V, § 2, p. 32: aqui aparece, talvez por lapso, "12 passos de largo",

Só mais tarde se construía a igreja. Primeiro, o abrigo, o local de trabalho, a base para o desenvolvimento da ação missionária; depois, a igreja.[96] Quase sempre de madeira e palha ou de taipa de mão (ou de sebe) e palha, essas construções só mais tarde, ainda no século XVI, passaram a ser feitas em taipa de pilão ou de pedra e cal. Com esse abrigo inicial como base, os jesuítas procuravam conhecer a região e achar o local mais conveniente para a execução definitiva da construção que deveria durar enquanto o mundo durasse.[97]

Essa intenção de construir para a eternidade tem sua razão de ser quando se trata de obra dos jesuítas. De todos os elementos colonizadores que vieram ao Brasil no século XVI, ou seja, no primeiro século de sua colonização, só os padres da Companhia vieram para ficar e se estabelecer definitivamente na terra. Os civis, de um modo geral, fossem eles capitães ou, mais tarde, os governadores, tinham a preocupação de ficar no Brasil o tempo a que estavam obrigados ou que lhes permitisse amealhar fundos suficientes para um resto de vida tranquilo na metrópole.[98] Já que as outras ordens religiosas só em fins do século XVI, portanto muito mais tarde, chegaram ao Brasil, apenas os jesuítas se entregaram, de corpo e alma, ao desbravamento da terra brasileira e aqui se fixaram de maneira definitiva.

Quando se erguia o edifício definitivo, citado acima, a igreja era construída primeiro. Depois, a residência ou Colégio era construído por etapas. Às vezes, mesmo depois de completo, ainda se faziam acréscimos. Nem sempre se chegava a completar a quadra, sendo construído apenas o lado da quadra correspondente à fachada, como aconteceu com a residência de Guarapari, no Espírito Santo, da qual só restam hoje os alicerces, ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (fig. 3).

---

e não dez; A.B.N., I (1876), pp. 68-69: cartas quadrimestrais de maio a setembro de 1554, de Piratininga: "De janeiro até o presente tempo permanecemos, algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa; todavia, não invejamos .. ."; A.B.N., III (1877-1878), p. 318: carta de Anchieta aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, de Piratininga, sem data.

96 Assim aconteceu em São Paulo, conforme as citações da nota acima. Também aconteceu no. Espírito Santo, conforme Cartas avulsas, p. 87; Mon. Bras., I, p. 274. Assim aconteceu também na Bahia, conforme Novas cartas, pp. 64, 66; Mon. Bras., II, pp. 407-408 e 410.

97 Cartas do Brasil, p. 137; Mon. Bras., 1, p. 401; Lúcio Costa, "Arquitetura jesuítica", Revista do SPHAN, V (1941), p. 14; Leite, H.C.J.B., 1, p. 51; Paulo Santos, Contribuição ao estudo, p. 38.

98 Ver nota 7 acima.

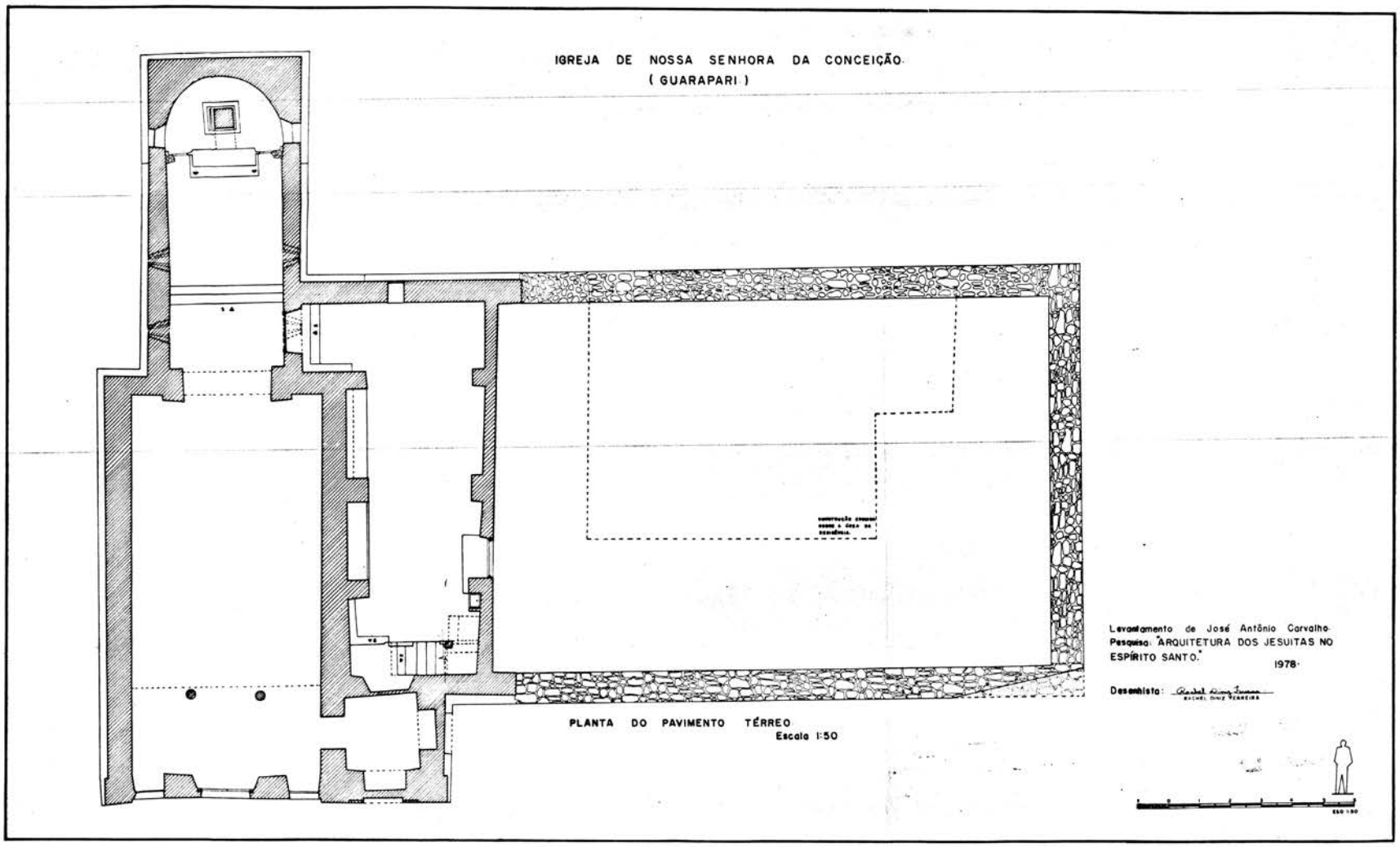


Fig. 3. Planta do pavimento térreo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari). Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

Em todos esses edifícios havia quase sempre uma 'cerca'. Aí eram cultivadas árvores frutíferas, hortaliças, com o objetivo de ajudar a manutenção dos habitantes da residência ou Colégio. Essa espécie de pomar era cercado (daí o nome 'cerca'), e Inácio de Azevedo, quando de sua visita em 1568, proibiu que mulheres aí entrassem, até mesmo para a limpeza, devendo fazer-se esse trato com homens que poderiam contratar mulheres para o trabalho, mas cuja entrada se faria por fora, não pela casa dos jesuítas.[99]

Nos aldeamentos

Nas aldeias, o processo não se modificava muito. Só que, nas aldeias, os jesuítas ajudavam os indígenas na construção de suas casas. Extremamente inconstantes, os índios abandonavam com facilidade suas casas, por seu nomadismo, ou lhe punham fogo, por suas bebedeiras.[100] Como essas casas eram pouco duráveis, por serem de palha, ao fim de três ou quatro anos estavam já arruinadas. Ficava-lhes mais fácil abandonar tudo e reiniciá-las em outro local. Na tentativa de fixar os índios à terra e à aldeia sob suas ordens, os jesuítas orientavam a confecção de suas casas ao redor de uma praça retangular, erigindo em uma das extremidades a residência e a igreja (figs. 4 e 5).[101]

Isso era, na realidade, uma adaptação que os jesuítas faziam das próprias aldeias indígenas, seguindo o princípio de mudar os costumes dos índios o menos possível, mas o bastante para que eles fossem se adaptando à civilização e à cristianização, gradativamente e de modo constante.

99 Mon. Bras., IV, p. 487.
100 Cartas avulsas, pp. 50-51; Mon. Bras., I, p. 181; Cardim, Tratados, pp. 271-272; G. Soares de Sousa, Tratado descritivo, p. 366; Mon. Bras., II, p. 292 e 385; Cartas avulsas, pp. 173-174 e 228-229; Mon. Bras., III, p. 137; Staden, Suas viagens, pp. 35-36.
101 Robert Smith, Arquitetura colonial, fig. Mc; Nestor Goulart Reis Filho, Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720) (Nestor Goulart, Evolução urbana), São Paulo, 1968, pp. 133-134 e fig. 186. Os dois publicam o desenho que representa a aldeia do Espírito Santo, na Bahia, hoje .Abrantes, que reproduzimos na fig. 1. Nesta reprodução, a igreja está na extremidade de um retângulo, a menor, enquanto as casas se distribuem pelas extremidades mais longas. Assim também aparece, ainda hoje, na antiga aldeia dos Reis Magos, hoje Nova Almeida, no Espírito Santo, fig. 5; Cartas avulsas, pp. 228-229; Mon. Bras., III, pp. 137 e 256; Anchieta, Cartas, p. 151; Baltasar da Silva Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada del rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas (Baltasar Lisboa, Anais do Rio de Janeiro), 7 vols.' Rio de Janeiro, 1834-1835, VI, p. 123.

É importante que se ressalte agora que, de um modo geral, as construções eram feitas pelos índios. Estes construíram não só a residência ou Colégio com igreja, orientados pelos padres da Companhia, mas também até fortes para el-rei.[102]

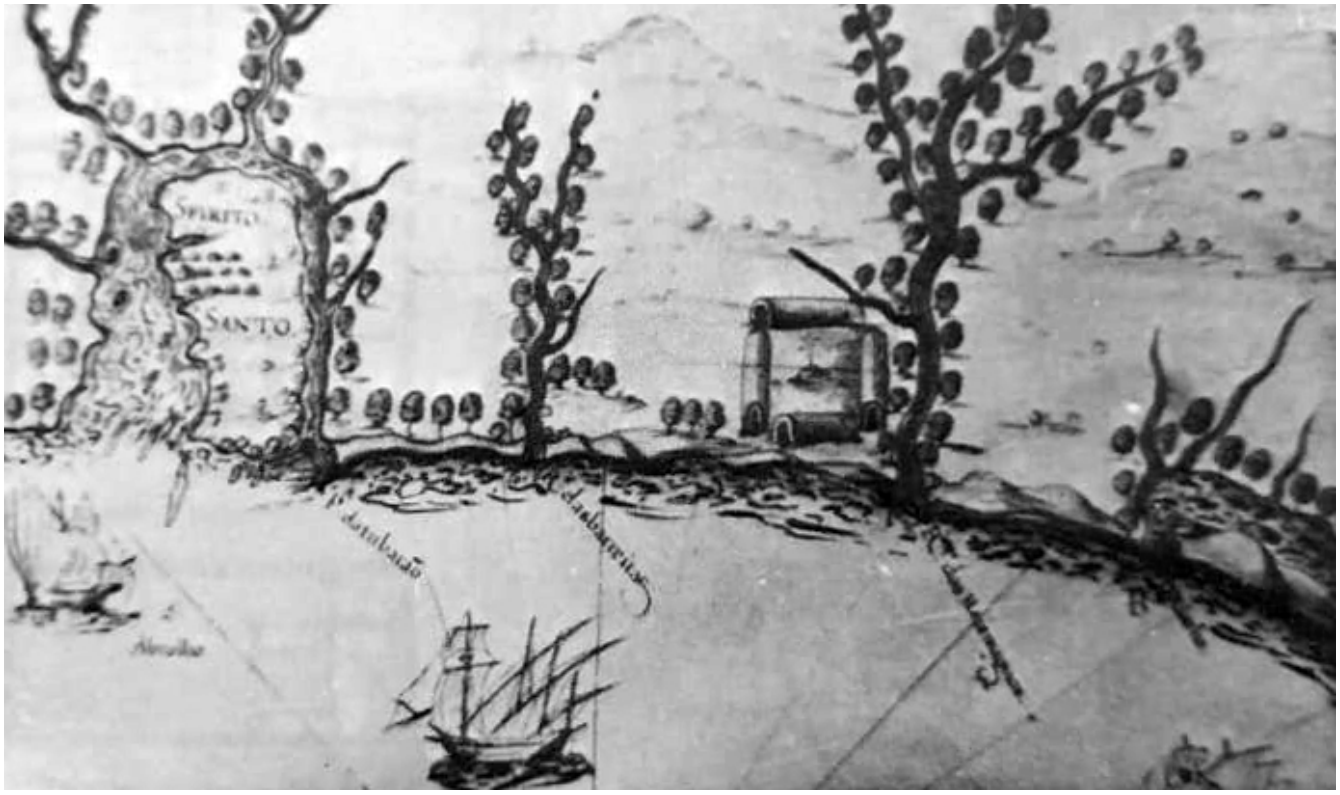
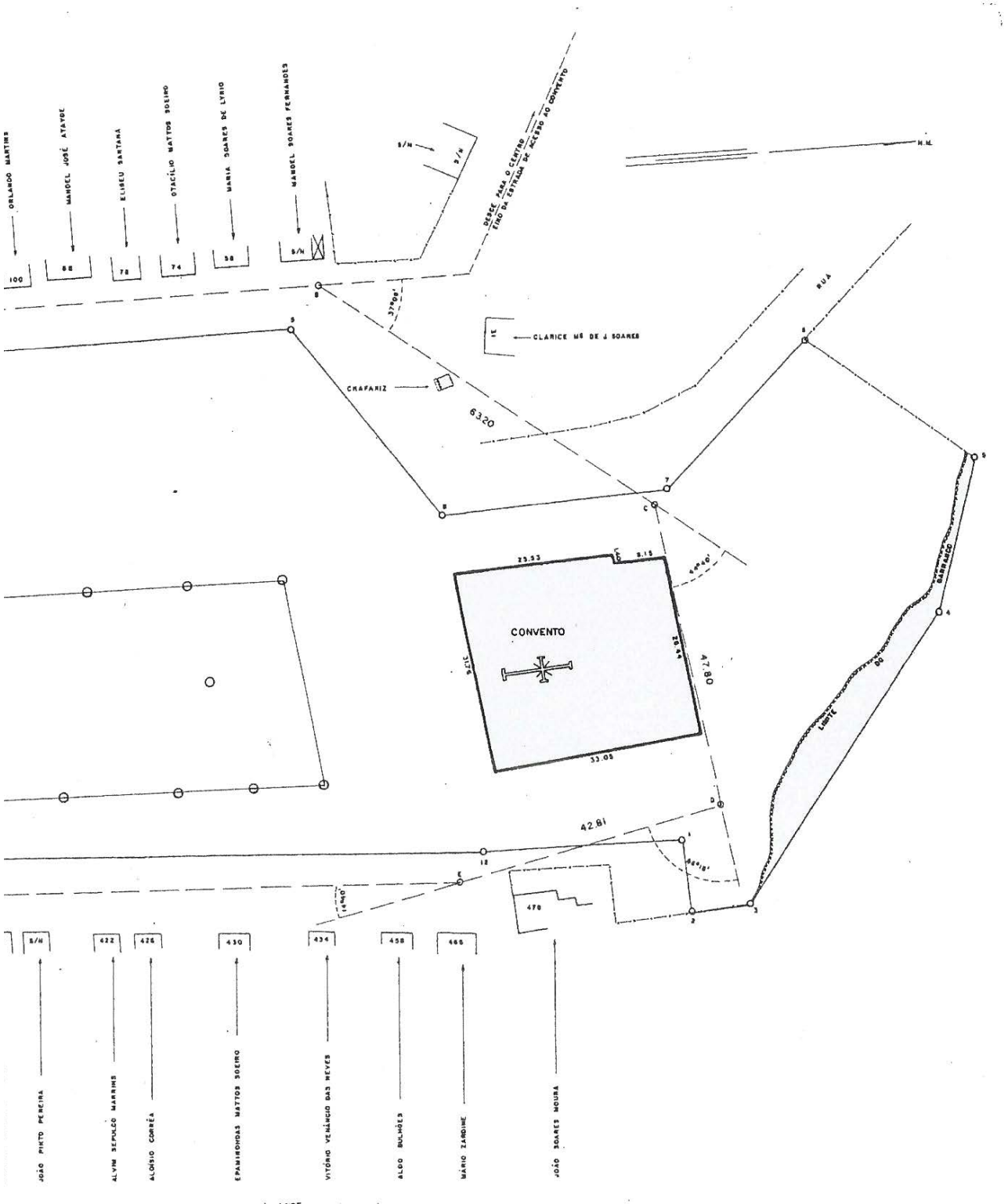


Fig. 4. Espírito Santo e aldeia dos Reis Magos (da Razão do estado do Brasil, códice ms. da Biblioteca do Porto). Ilustração de Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, I, entre as pp. 240 e 241

102 Quanto ao trabalho dos índios para os padres, seja na construção de igrejas ou casas, ver: Mon. Bras., 1, pp. 135; II, p. 352; e III, pp. 66, 300-301, 334 e 399; Novas cartas,, p. 268; Cartas do Brasil, pp. 89 e 189-190; Cartas avulsas, pp. 160, 266-267, 288-289 e 300; Varnhagen, História, IV, p. 177. Quanto ao trabalho de fortes para el rei, ver: Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. I, 31, 28 e 56, p. 6; F. Guerreiro, Relação anual, livro IV, cap. I, pp. 113v.-114.



Fig. 5. Planta de situação da Igreja-Residência de Reis Magos, em Nova Almeida, município da Serra. Levantamento SPHAN. Planta cadastral do arquivo da IPHAN-ES


ORLANDO MARTINS
MANOEL JOSÉ ATAYDE
ELISEU SANTANA
OTACÍLIO MATTOS SOBRINHO
MARIA SOARES DE LYRIO
MANOEL SOARES FERNANDES
S/N
100
88
78
74
58
S/N
DESDE PARA O CENTRO
FINO DA ENTRADA DE ACESSO AO CONVENTO
H.M.
RUA
CLARICE MS DE J SOARES
CHAFARIZ
63.20
CONVENTO
23.33
33.05
47.80
42.81
LIMITE
CERRADO
14.40
470
S/N
422
426
430
434
458
466
JOÃO PINTO PEREIRA
ALVIM SEPULCRO MARINHO
ALOÍSIO CORRÊA
EPAMINONDAS MATTOS SOBRINHO
VITÓRIO VENÂNCIO DAS NEVES
ALCIO BULHÕES
MÁRIO ZARDINE
JOÃO SOARES MOURÃO

A padronização de um 'edifício modelo'

Com vimos antes (p. 22), a Companhia desejava uma uniformização, para o modo de proceder de seus membros, nos colégios e nas casas que lhes estavam anexas (residências). Para as construções de seus edifícios — seja Colégio, seja residência —, os jesuítas buscavam também essa uniformidade. Paulo Santos afirma que os projetos dos edifícios jesuíticos — casas e Colégios — estavam subordinados a Roma; e não se refere apenas àqueles situados em território português, pois acredita que essa subordinação era de todas as províncias da Companhia.[103]

O objetivo disso era a uniformização das 'traças' dos edifícios jesuíticos. Essa uniformização do programa construtivo era, desde o princípio, a meta desejada, embora não expressa. Só a partir de 1558, na primeira Congregação Geral, foram estabelecidas algumas regras para as construções cuja orientação estava a cargo do geral da ordem, em Roma. A segunda Congregação Geral, em 1565, foi que determinou que "tutti i progetti dovessero venire esaminati ed approvai dal Generale, e si adottò il criterio che dopo l'approvazione, non vi si dovessero arrecare variazioni senza il di lui consenso".[104]

A partir de então, os desenhos e projetos de casas e colégios eram enviados a Roma para a aprovação do geral. Às vezes, a Roma se mandava apenas um esboço do local onde se ergueria o edifício e o projeto vinha de lá pronto.[105]

Já a partir de 1580, alguns modelos previamente elaborados foram remetidos às diversas províncias da ordem, com a finalidade de obter uma uniformização das construções. Essas construções deveriam ser construídas segundo um dos modelos enviados, e as modificações que se fizessem do modelo escolhido deveriam ser justificadas e aprovadas em Roma.[106]

Os exercícios espirituais, a obediência às regras e ao instituto da Companhia, as 'traças' comuns dos edifícios tornaram a uniformização a

103 Paulo Santos, Contribuição ao estudo, pp. 13-15.
104 Id., ibid., p. 15.
105 Id., ibid., p. 15.
106 Id., ibid., p. 14, nota 2.

meta principal para, com maior eficiência, atingirem os jesuítas as finalidades de sua ação missionária. Eram, realmente, soldados; seus edifícios, no Brasil, fortalezas; sua vida, uma batalha constante, cheia de fé e de perseverança; e sua incrível obstinação fez com que a ordem fosse restaurada pouco mais de meio século depois de sua proscrição para se reerguer do nada.



O Colégio do Espírito Santo em Vitória

A Capitania do Espírito Santo até a chegada dos jesuítas

A capitania do Espírito Santo foi doada a Vasco Fernandes Coutinho por carta de Dom João III de 1 de junho de 1534 e por foral de 7 de outubro de 1534. [107]

Fidalgo português, ao receber a donataria, Vasco Fernandes vendeu o que possuía em Portugal e lançou-se à aventura no Brasil, chegando a seu destino a 23 de maio de 1535, domingo, dia do Espírito Santo, nome que serviu de batismo para o rio e para a terra em que aportara e que, mais tarde, se estenderia a toda a capitania.[108]

Os portugueses que vieram com o donatário somavam 60 e fixaram-se na atual cidade de Vila Velha,

107 Mário Aristides Freire, A capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822) (Mario Freire, A capitania), Vitória, 1945, pp. 5-6; José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo, contendo, além de muitos documentos-curiosos e interessantes, a história da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras, desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos etc. (José Marcelino, Ensaio), Vitória, 1858, pp. 9-10; Misael Ferreira Pena, História da província do Espírito Santo (Misael Pena, História da província), Rio de Janeiro, 1878, pp. 19-21, e "Apêndice", documentos I e II, pp. 3-26; J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico histórico e descritivo do império do Brasil (Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário), 2 tornos, Paris, 1845, tomo I, p. 348; Basílio Carvalho Daemon, Província do Espírito Santo: sua descober-ta, história cronológica, sinopse e estatística (Daemon, Província), Vitória, 1879, pp. 53-54; José Teixeira de Oliveira, História do estado do Espírito Santo (José Teixeira, História do estado), Rio de Janeiro, 1951, pp. 25-26, nota I do cap. II da "Introdu-ção", pp. 19-23, e nota I do cap. I, pp. 35-37; Documentos históricos (Doc. hist.), 110 vols., Rio de Janeiro, 1928-1955, XIII (1929), p. 121; Brás da Costa Rubim, "Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo", Revista trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil (Brás Rubim, "Memórias históricas", Revista do I.H.G.B.), 292 vols., Rio de Janeiro, 1839-1959, t. XXIV (2.º trimestre de 1861), pp. 173-196.

108 Mário Freire, A capitania, pp. 6-8; José Marcelino, Ensaio, pp. 10-11; Misael Pena, História da província, pp. 21-25; Daemon, Província, pp. 54-56; José Teixeira, História do estado, p. 39; Brás Rubim, "Memórias históricas", Revista do I.H.G.B., XXIV (2.º trimestre, de 1861), pp. 201-202.

onde ergueram uma fortaleza, casas e a igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Só mais tarde é que passaram para a vila de Nossa Senhora da Vitória, mais fácil de defender do gentio.[109]

Infelizmente, a maioria dos acompanhantes do donatário era composta de degredados. Além do mais, qualquer criminoso existente no Brasil que quisesse buscar homizio na capitania do Espírito Santo seria bem recebido e estaria a salvo de punições. A pouca aplicação da lei na capitania, o relaxamento da moral, em virtude desse tipo de gente, e a distância em que estava o poder português fizeram com que o donatário, pouco dotado financeiramente, não tivesse forças para se impor à terra. E, além de tudo isso, também o gentio criava problemas, insurgindo-se com frequência.

O princípio para o donatário, portanto, foi bastante difícil. Sua maior dificuldade, porém, era a falta de recursos. Todos aqueles que conheciam a capitania — cronistas ou funcionários do governo português — comentavam a riqueza da terra e suas possibilidades para o futuro. Mas o donatário, tão pobre quanto seus acompanhantes no processo da colonização, não tinha as condições materiais necessárias para a exploração das potencialidades latentes da terra.

Vasco Fernandes Coutinho passava mais tempo fora da capitania, viajando na tentativa de conseguir ajuda, do que nela, tentando governá-la.[110] Sua falta de

109 Mário Freire, A capitania, p. 25; Misael Pena, História da província, pp. 24-25; Daemon, Província, p. 55; José Teixeira, História do estado, pp. 39-40. Por tradição e corno a maioria dos autores afirma que a primeira igreja construída foi dedicada ou é a atual igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário, mantivemos o nome. O testamento de Vasco Fernandes Coutinho 'Filho'' datado de maio de 1573, cita duas vezes uma igreja em Vila Velha, dedicada à Santa Catarina. Quer-nos parecer que a pobreza da época, mesmo para a construção de igrejas, não iria permitir a ereção de uma outra igreja além da primeira, na parte baixa da cidade, encostada à 'prainha', quando no alto já havia a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Ver, quanto ao testamento citado, Fundação Jones dos Santos Neves, Série Docu-mentos Capixabas, Espírito Santo: documentos coloniais, Vitória, 1978, vol. I, pp. 34 e 37; ver também José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (monsenhor Pizarro), Memórias históricas do Rio de Janeiro (monsenhor Pizarro, Memórias históricas), 10 vols. Rio de Janeiro, 1945-1951, II, pp. 9-10, onde se afirma que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ao arruinar-se, foi reerguida como da 'Misericórdia'. Quanto à fortaleza erguida pelo donatário, parece-nos que seria muito mais apropriado falar em paliçada.

110 Mário Freire, A capitania, pp. 18-26; Misael Pena, História da província, pp. 35-41; José Marcelino, Ensaio, pp. 12-16; José Teixeira, História do estado, pp. 55-105; Daemon, Província, pp. 59-77; Brás Rubim, "Memórias históricas", Revista do I.H.G.B., XXIV (2.° trimestre de 1861), pp. 215-220; Gabriel Soares de Souza, Tratado descritivo do Brasil em 1587 (G. Soares de Souza, Tratado descritivo), 3.9 ed., São Paulo, 1938, pp. 76-79.

recursos para seguir adianta chegou ao ponto de tentar devolver a capitania ao rei.[111] E o seu "filão farto", como ele costumava chamá-la, não lhe foi muito farto.[112]

Os jesuítas, que vieram para a tentativa de ajudar a recolocar os portugueses no caminho de Deus e conduzir os índios ao mesmo caminho, foram os primeiros que começaram a sistematizar o trabalho de um modo objetivo, fixando-se de maneira decidida. Isso os levou a construir os edifícios que vamos estudar e que foram, até a terceira década deste século XX, em área construída e em altura, as maiores construções que, até então, existiram no estado do Espírito Santo.

A religião e o ensino no Espírito Santo antes dos jesuítas

É inegável a influência que a religião católica exerceu sobre a Europa e, principalmente, sobre Portugal. No século XVI, quando ainda imperava a união do poder temporal com o poder espiritual, a primeira preocupação de todos os que vinham de Portugal para o Brasil, praticamente sem exceção, era a construção do templo dedicado à religião católica. Na capitania do Espírito Santo não foi diferente.

A primeira preocupação do donatário constituiu também na igreja, que, como vimos acima, foi dedicada à Nossa Senhora do Rosário. Mário Freire afirma que a pedra d'ara dessa igreja, além do nome do local onde foi feita — Lisboa —, possui o ano de sua ereção, que corresponde ao da chegada do donatário ao Espírito Santo: 1535.[113] Apesar de a igreja haver sido construída imediatamente, não se têm notícias a respeito de algum padre que viesse com o donatário.

A primeira notícia que se tem de padre no Espírito Santo é a nomeação de João Dormundo, 'clérico de missa', para vigário da capitania do Espírito Santo, em 13 de janeiro de 1541.[114] Acontece que ele não chegou a exercer seu vicariato, ou, se o fez,

111 Mário Freire, A capitania, p. 25; Misael Pena, História da província, pp. 41-42; José Marcelino, Ensaio, p. 15; José Teixeira, História do estado, pp. 93-103 (inclusive nota 30, p. 102); Brás Rubim, "Memórias históricas", Revista do I.H.G.B., XXIV (2.9 trimestre de 1861), p. 218; v. também a nota 63.
112 Mário Freire, A capitania, p. 20; José Teixeira, História do estado, p. 65; frei Vicente do Salvador, História do Brasil (frei Vicente do Salvador, História), 3.a ed., São Paulo, 1931, p. 96.
113 Mário Freire, A capitania, p. 8.
114 Doc. hist., XXXV, (1937), pp. 64-66. A nomeação parece ser para Vila Velha, então sede da capitania. A mudança da sede para Vitória deve ter ocorrido no início do ano de 1550, após a saída de Leonardo Nunes (v. nota 18) e antes da nomeação de Francis-

não se sabe por quanto tempo. Foi substituído, não no cargo, mas nas funções, por seu irmão Francisco da Luz, cuja nomeação só se efetivou a 3 de março de 1550.[115] Não se pode deduzir daí que o Espírito Santo tivesse estado todo esse tempo sem vigário, pois não se sabe com certeza quando Francisco da Luz assumiu as funções em lugar do irmão, nem quando saiu. Mas sabe-se que, já em janeiro de 1552, substituía o vigário no Espírito Santo, na vila da Vitória, o Pe. Pero de Souto. Acontece, porém, que a notificação de seu pagamento só vai até agosto de 1552 e especifica que é por estar o vigário "no dito tempo ausente".[116]

De qualquer forma, não se pode afirmar tampouco que, ao chegar Afonso Brás ao Espírito Santo, em fins de março de 1551, houvesse vigário em Vitória, no caso, Francisco da Luz. José Teixeira de Oliveira supõe que Francisco da Luz não se demorou muito no Espirito Santo, pois as 'duas peças' de escravos que lhe serviam de parte do pagamento — referente à roupa — das funções de vigário, de acordo com a provisão de pagamento de 14 de março de 1550, deveriam ser enviadas a ele, Francisco da Luz, em Portugal.[117] Isso justificaria o primeiro trabalho de Afonso Brás no Espírito Santo, como veremos adiante, de dedicar-se, por ser Páscoa, inteiramente ao atendimento dos fieis, e o de ter sido recebido com tanta 'alegria' pelo povo.[118] A substituição de Francisco da Luz por Pero de Souto teria sido só para o período de janeiro a agosto de 1552? É difícil dizer.

Em 1554, Brás Lourenço manifestou seu temor a respeito do padre que viria para Vitória, fazendo supor uma substituição de padres, mas não nos permite saber se o Pe. Pero de Souto continuou a exercer suas funções até a época da carta de Brás Lourenço ou se ficaria só até agosto de 1552.[119] Uma carta do Pe. Francisco Pires, de 1557, dá a existência de um

co da Luz como substituto de seu irmão João Dormundo em 3/3/1550 (v. citação da nota 9).
115 Doc. hist., XXXV, (1937), pp. 66-67.
116 José Teixeira, História do estado, p. 69, nota 8; Doc. hist., XIV, (1929), p. 298, e XXXVIII, (1937), p. 108.
117 José Teixeira, História do estado, pp. 68-69; Doc. hist., XIII (1929), p. 310, e XXXVII, (1937), p. 42.
118 Ver notas 20 e 21, que se referem à carta de Afonso Brás.
119 Ver nota 47, que se refere à carta de Brás Lourenço.

padre vigário, tendo havido, portanto, a substituição que Brás Lourenço temia em 1554.[120] Só que Serafim Leite acredita que esse padre, citado por Francisco Pires, ainda era o Pe. Pero de Souto.[121] Mas uma afirmativa de Simão Vasconcelos faz-nos acreditar que esta substituição prevista não aconteceu, pois diz que Brás Lourenço foi o único padre existente no Espírito Santo, por muito tempo.[122]

A situação, portanto, quanto á religião no Espírito Santo, quando da chegada dos jesuítas, era precária, um tanto vaga, sem continuidade e, às vezes, até sem condições materiais para o exercício das tarefas do culto, exigência primeira, feita pelos colonizadores, cuja preocupação era manter viva a 'santa fé católica'. Este, por sinal, era também o desejo do governo português nesse princípio de colonização. Mas, e quanto ao ensino? Bem, se, para a religião, muito mais importante que o *ensino* — na época e na colônia —, havia esta precariedade assinalada acima, é fácil imaginar que de ensino, praticamente, nada se tinha ou se pensava ter, na capitania do Espírito Santo, até a chegada dos jesuítas.

É preciso que ressalte, também, que a maioria dos dados históricos e mesmo as noticias sobre a religião, na época, foram fornecidos pelos jesuítas através das cartas que, por sua constância e pela quantidade de informações nelas contidas, permitem que, com atenção, possamos acompanhar o desenvolvimento do Brasil em seus primeiros passos em busca da civilização e do progresso.

120 Afrânio Peixoto, ed., Cartas avulsas (1550-1568) (Cartas avulsas), Rio de Janeiro, 1931, p. 195; Serafim Leite, ed., Monumenta Brasiliae (Mon. Bras.), 4 vols., Roma, 1956-1960, vol. II, p. 374.
121 Serafim Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, Serafim Leite, ed. (Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae),.4 Vols., Roma, 1956-1960, vol. II, p. 374, nota 11; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, pp. 48-49, nota 40. Nesta nota 40, Serafim Leite supõe que Francisco da Luz se retirou "do Espírito Santo em fins de 1551". Isso faria com que o Espírito Santo não ficasse muito tempo sem vigário, pois o Pe. Pero do Souto assumiu a 6 de janeiro de 1552 (citação da nota 10 acima). Acontece, porém, que a provisão de pagamento assinalada na nota 11, acima, é datada-de 14/3/1550, e está autorizando a parte do pagamento de Francisco da Luz "que serviu de vigário", e, portanto, à época, não servia mais de vigário. Será que o padre retornou de Portugal para se fixar no Espírito Santo por mais um ano? Sua saída do Espírito Santo, antes de 14/3/1550, justifica a alegria do povo ao receber Afonso Brás, em março do ano seguinte, por ter passado mais de um ano sem ter sacerdote, como já afirmamos no texto. Ver, também, na nota 20, o texto que transcrevemos de um manuscrito da Biblioteca Nacional.
122 Simão de Vasconcelos, Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo (S. Vasconcelos, Crônica), Rio de Janeiro, 1864, livro I, § 185, p. 97; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, pp. 48-49, nota 40; "História dos colégios do Brasil", Anais da Biblioteca Nacional ("História dos colégios", A.B.N.), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975, vol. XIX (1897), p. 131; Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (Leite, H.C.J.B.), 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, vol. I, p. 215.

Os jesuítas no Espírito Santo

O primeiro jesuíta a chegar à capitania do Espírito Santo foi Leonardo Nunes, que esteve na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) em fins de 1549. Hospedou-se com o vigário, por não haver ainda hospedarias e porque os jesuítas ainda não estavam instalados na capitania.[123] Permaneceu um mês nessa vila, tendo pregado na Igreja do Rosário. À noite, fazia doutrina aos escravos, que, por serem muitos e não caberem na igreja, ficavam na praça.[124] Antes de partir para São Vicente, recebeu à Mateus Nogueira, ferreiro, levando-o consigo.[125]

Só em fins de março de 1551 chega à vila da Vitória — então sede da capitania — o padre jesuíta Afonso Brás, acompanhado do irmão Simão Gonçalves.[126] Os moradores os receberam com grande "prazer e alegria" e, desde que chegou

123 O vigário, como mostramos no texto anterior, era Francisco da Luz, que deve ter saído do Espírito Santo pouco antes de março de 1550; ver também as notas 11 e 15 acima; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, I, p. 203, nota 4.

124 Cartas avulsas, p. 58; Mon. Bras., I, pp. 202-204; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, I, p. 203, nota 5: "Tendo saído da Baía a 1 de Novembro de 1549, com a sua parada em Ilhéus e em Porto Seguro, com a viagem, e aqui 'um mes', parece que já seria começado o ano de 1550 quando seguiu para São Vicente". Isso significa que Leonardo Nunes partiu do Espírito Santo ao iniciar-se o ano de 1550; José Teixeira, História do estado, pp. 68-69. Quanto à igreja, onde Leonardo Nunes pregou, ser dedicada à Nossa Senhora do Rosário, ver nota 3.

125 "Fundações das igrejas e conventos dos regulares padres da Companhia de Jesus extinta", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11, 2, 28, p. 2v.; A. de Alcântara Machado, "Notas", in Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, José de Anchieta (Alcântara Machado, "Notas", in Cartas, Anchieta), Rio de Janeiro, 1933, pp. 59-60, nota 29; Leite, H.C.J.B., 1, p. 573; S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 61, pp. 38-39, e livro I, § 72, p. 43.

126 Cartas avulsas, p. 87; Mon. Bras., 1, pp. 273-274: carta do Pe. Afonso Brás aos padres e irmãos de Coimbra, do Espírito Santo, em 24/8/1551 (a data é fornecida por Serafim Leite): "Mas en tanto que este recaudo era allá, sucedió-se aver embarcación para el Spíritu Santo, en ia qual yo me fuí sin querer más esperar, assí como me era mandado. Partimos de allí a los veinte y tres de Março, quedando muy desconsolada (vila de Porto Seguro), y muchos con grandes lágrimas liorando. Ay del Puerto Seguro al Spíritu Santo sesenta leguas". Em Alexandre José de Meio Morais, História dos Jesuítas e suas missões na América do Sul (Melo Morais, História dos jesuítas), 2 tornos, Rio de Janeiro, 1872, II, pp. 425 e 443. Nos pontos em que ele cita Cardim vemos que, em 1584 se percorria 60 léguas em dia e uma noite (p. 425): "De Santa Cruz partimos a 2 de outubro, com camboeiro que em um dia e noite nos deitou sessenta leguas, e .." (p. 443): "A 14 de novembro partirfios para as partes do Sul, oito padres e quatro irmãos, naquella tarde e dia seguinte, navegamos sessenta leguas com bom tempo, e logo nos deu tal vento pela prôa, que as tornámos a demandar quasi todas. E tornando Nosso Senhor a continuar com sua misericórdia, nos favoreceu de maneira que aos 21, tomámos a capital (em Cardim, Tratados, p. 298, está 'Capitania') do Espírito Santo, que dista cento e vinte leguas da Bahia . .."; Fernão Cardim, Tratados da terra e gente do Brasil (Cardim, Tratados), 2.a ed., São Paulo, 1939, pp. 265 e 298; José de Anchieta, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594) (Anchieta, Cartas), Rio de Janeiro, 1933, p. 280: Carta de Anchieta ao capitão do Espírito Santo, Miguel de Azevedo, da Bahia, a 1 de dezembro de 1592: "Chegamos a esta Baía com boa viagem em 8 dias". Vemos, portanto, que com bom tempo se percorria sessenta léguas em um dia e uma noite. E, se por um acaso houvesse tempo contrário, ou seja, vento soprando em sentido oposto ao em que iam, ou enfrentando problemas outros, poderiam gastar três ou quatro dias (a metade do tempo entre 14 e 21 de novembro, citados acima, ou a metade dos oito dias citados por Anchieta). Assim, Afonso Brás deve ter chegado ao Espírito Santo de 25 a 27 de março de 1551; Daemon, Província, pp. 62-63: Daemon apresenta o companheiro de Afonso Brás como sendo José de Paiva e faz a chegada acontecendo em Vila Velha, e não em Vitória. Sobre

até o fim da páscoa, ele não fez outra coisa a não ser atender ao povo nos sacramentos da fé.[127]

Afonso Brás entusiasmou-se com o Espírito Santo e, cinco meses depois de sua chegada, escreveria que "é esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fértil de todo o Brasil. Há nela muita caça de monte, muitos porcos montenezes, e é mui abastada de pescado".[128] Seu entusiasmo já havia sido comunicado aos outros irmãos de roupeta no Brasil, pois, antes que ele próprio escrevesse aos padres e irmãos de Coimbra, a 2 de agosto, Antônio Pires escreveria, de Pernambuco, àqueles padres e irmãos, informando que o Espírito Santo "es la tierra la más abastada y mejor de toda esta costa, según dizen todos".[129] Todos? Dos jesuítas, apenas Leonardo estiveram na Vila Velha, antes de Afonso Brás. De outras pessoas importantes que pudessem informar sobre a terra, até a data da carta, não se tem notícia. O provável só poderia ser mesmo o entusiasmo de Afonso Brás, que deve ter feito essa observação. E note-se que Afonso Brás não conhecia mais do que a 'Baía de Todos os Santos' (Salvador), onde chegara em março de 1550, na segunda leva de jesuítas vinda para o Brasil, além de Ilhéus e Porto Seguro, porassou, antes de chegar ao Espírito Santo, lugares citados em sua carta.[130]

Não foi só em Afonso Brás que a capitania do Espírito Santo despertou entusiasmo. Também alguns cronistas e peregrinos que por ali passaram se admiraram dela. Mas aqueles que vieram para o trabalho, servindo ao governo português, apre-

---

o companheiro de Afonso Brás, seu nome aparece na carta de Antônio Pires, citada em a nota 23, abaixo; D. João Batista Correia Néri, "A Companhia de Jesus no Espírito Santo", Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (D. João Néri, "Companhia de Jesus", Revista do I.H.G.E.S.), 13 (setembro, 1940), p. 27; D. João Batista Correia Néri, "Apêndice", in Carta pastoral de D. João B. Correia Néri despedindo-se da Diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese (D. João Néri, "Apêndice", in Carta pastoral), Campinas, 1901, IV, "A Companhia de Jesus no Espírito Santo", p. 77, que repete os dados fornecidos por Daemon; Brás Rubim, "Memórias históricas", Revista do I.H.G.B., XXIV (2.° trimestre de 1861), pp. 215-216; "Fundações das igrejas e conventos dos regulares padres da Companhia de Jesus extinta", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11, 2, 28, p. 4: "Neste anno (1551) mandou o. P. Nóbrega á Capitania do Espírito Santo o Pe. Affonso Braz, um dos 4 c]. tinhão vindo no anno de 50 em cuja Capitania foi recebido na Villa da Victoria, com um Irmão seu companheiro com grande alvoro-ço do Povo, pela falta, Cf., experimentavão de q." lhe administrasse as cousas Espirituaes; . . ."; S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 97, pp. 56-57.

127 Cartas avulsas, 87; Mon. Bras., I, p. 274.

128 Id., 88; id., I, p. 274.

129 Id., 81; id., I, p. 260.

130 Leite, H.C.J.B.,1, p. 560; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, I, p. 185, nota 21: Serafim Leite diz que a segunda expedição chegou em março, na Bahia, mas que não consta o dia certo; Cartas avulsas, p. 87; Mon. Bras., I, p. 273: o próprio Afonso Brás cita no princípio da carta que passou quatro meses em Porto Seguro e que para aí veio de Ilhéus. Seu tempo em Ilhéus não se tem, pois a carta que daí escreveu é dada por perdida em Mon. Bras., I, p. 210.

ciaram suas possibilidades: Tomé de Souza, após a visita, diz, com entusiasmo, que "o Espírito Santo é a melhor Capitania e mais abastada que há nesta costa mas..." lamentava a falta que fazia o donatário que não estava presente.[131] Mem de Sá, alguns anos depois, pensou em fazer dela uma outra Bahia.[132] Se Brás Lourenço, que depois substituiu Afonso Brás, gaba a terra como 'abastada' em 1554, no ano seguinte é Luiz de Grã, provincial, que diz que "é esta terra mui fértil dos mantimentos da terra, onde melhor se poderiam manter os meninos dos gentios que em nenhuma outra capitania".[133] E Nóbrega, em 1560, diz dela, que "se tem por a milhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro".[134] E essa talvez tenha sido a maior desgraça do Espírito Santo, em toda a sua vida colonial. Devido à proximidade do Rio de Janeiro e da Bahia, como ponto intermediário entre ambas as cidades mais importantes do Brasil durante o período colonial, Vitória era apenas um porto de escala, sem se tornar nunca ponto de convergência de forças que se dispusessem a procurar seu desenvolvimento.

A construção primitiva

1. A fundação do Colégio dos Meninos de Jesus

Assim que chegou ao Espírito Santo, Afonso Brás, como vimos acima, por não haver outro padre à época no local, preocupou-se, provavelmente, em atender ao povo nos sacramentos da fé, pois estava na quaresma.[135] Diz ele:

> Passada a Páscoa ordenamos de fazer uma pobre casa para nos podermos recolher nella. Ella está já coberta de palha, e sem paredes.

131 Pedro de Azevedo, "A instituição do Governo Geral", in História da colonização portuguesa do Brasil, Carlos Malheiros Dias et al. (Pedro de Azevedo, "A instituição do G. Geral", in H.C.P.B.), 3 vols., Porto, 1921-1924, III, p. 365.
132 Anais da Biblioteca Nacional (A.B.N.), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975, XXVII (1905), p. 225; José Teixeira, História do estado, p. 93; Misael Pena, História da província, "Apêndices", documento V, p. 36.
133 Mon. Bras., II, p. 47; Serafim Leite, ed., Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira) (Novas cartas), São Paulo, 1940, p. 178: Mon. Bras., II, p. 224.
134 Alfredo do Vale Cabral, • ed., Cartas do Brasil (1549-1560) (Cartas do Brasil), Rio de Janeiro, 1931, p. 223; Mon. Bras., III, p. 242; Baltasar da Silva Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até. a chegada d'el rei Dom João VI; além de notícias: topográficas, zoológicas e botânicas (Baltasar Lisboa, Anais do Rio), 7 vols.' Rio de Janeiro 1834-1835, VI, p. 106. Simão de Vasconcelos, Vida do venerável Padre José de Anchieta (S. Vasconcelos, Vida de Anchieta), 2 vols., Rio de Janeiro, 1943, II, livro V, cap. II, § 1, p. 96.
135 Ver nota 21.

> Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junto dela em um sítio mui bom, em a qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras cousas semelhantes.[136]

Era a fundação inicial do futuro Colégio do Espírito Santo. Exatamente como seria feito em Piratininga, na capitania de São Vicente, três anos mais tarde e com a própria participação de Afonso Brás, que, ao lado de 12 outros padres, incluindo Anchieta e Nóbrega, e sob o comando deste último, fundou uma escola de ler, escrever e doutrina, núcleo primeiro da futura cidade de São Paulo.[137] E é importante que se observe que o fundador do Colégio do Espírito Santo vai ter participação direta, por seus conhecimentos de arquitetura e carpintaria, na ereção do Colégio do Rio de Janeiro.[138]

Esta "pobre casa", sem paredes internas de divisão e coberta de palha, apresenta-se como o modelo inicial das construções jesuíticas. Assim estava a casa de São Paulo, em setembro de 1554, quase nove meses depois de fundada.[139] Assim também deveria ter estado a segunda casa que Nóbrega construiu na Bahia, situada no Monte Calvário.[140] essa casa servia para tudo, até para os ofícios divi-

136 Cartas avulsas, 87; Mon-. Bras., I, 274; Leite, "Notas", in Monumenta Brasi-liae, I, p. 253, nota 9: Serafim Leite informa nessa nota que a Semana Santa, em 1551, ocorreu entre 22 e 29 de março e, em Leite, "Notas", in Monumenta Brasi-liae, I, p. 233, nota 4, e p. 274, nota 6, aparece a afirmativa de que. a Páscoa ocorreu a 29 de março. Assim sendo, temos que Afonso Brás saiu de Porto Seguro na segunda-feira 23, da Semana Santa, e aqui chegou por volta de quarta ou quinta-feira, na pior das hipóteses (ver nota 20) e, já no domingo, acabava a Páscoa e, portanto, a obra do Colégio do Espírito Santo pode ter tido • seu início a 30/3/1551, com a escolha do local e os primeiros trabalhos para sua instalação; Francisco Adolfo de Varnhagen (visconde de Porto Seguro) História geral do Brasil (Varnhagen, História), 4.a ed., 5 tornos, São Paulo, 1948, V. "Anexos", p. 298, também. dá a Páscoa de 1551 como tendo ocorrido em 29 de março.

137 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, livro I, cap. VIII, § 13, pp. 48-54. Na p. 54, Vasconcelos informa que o superior de todos em São Paulo era Manuel de Paiva; Alcântara Machado, "Notas" in Cartas, Anchieta p. 57, nota 20, e p. 60, nota 33. Nesta última, Alcântara Machado afirma que Manuel de Paiva era o superior e não coloca Nóbrega na relação dos 13 jesuítas fundadores; Leite, H.C.J.B., I, pp. 272-277, também não coloca Nóbrega entre os 13 jesuítas fundado-res e afirma que foi Manuel de Paiva o primeiro superior de São Paulo; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 105, nota 22, afirma que o superior era Nóbrega e que foi ele quem celebrou a missa.

138 Leite, H.C.J.B., I, p. 215, nota 2; A.B.N., XIX (1897), p. 131: " . . . (o pe. provinial Ignacio de Tolosa) nombro por rector (do Colégio do Rio de Janeiro) al Pe. Bras Ldrenzo y por procurador del Collegio al Pe. Gonzalo doliveira y al Pe. afonso bras dio cuidado de las obras por ser grande carpinteiro". Por esta informa-ção, encontramos os dois padres que primeiro se estabeleceram no Espírito Santo, fixando-se no Rio de Janeiro para os trabalhos do Colégio: o primeiro, que esteve no Espírito Santo, Afonso Brás, e que fundou o primeiro estabelecimento nas obras daquele Colégio; e o segundo, Brás Lourenço, que aqui passou muitos anos e que foi o desbravador nó Espírito Santo, formando as primeiras aldeias, como reitor do Colégio. Ver também a nota anterior.

139 Ver nota 95- do cap. I, pp. 32-33.

140 Ver no cap. I as notas 90, 32, e 96, p. 33.

nos, enquanto não se construía a igreja.[141] Era assim que estava a casa de Afonso Brás, semelhante às outras que os jesuítas construíram nas vilas portuguesas do Brasil nascente do século XVI.

A invocação de São Tiago (ou Santiago ou Sant'Iago), discutida por Serafim Leite, já aparece na doação de sesmaria feita à 'Casa de São Tiago e Colégio de meninos', em 4 de maio de 1552.[142] Como às vezes se ficava muito tempo sem construir a igreja, por não se poder, por não haver oportunidade ou por ser pobre a terra, parece que a invocação do santo se tenha dado pela conclusão da 'pobre casa' citada no dia do santo (25 de julho ou em dia que se lhe aproximasse, ou mesmo por referencia a Santiago de Compostela, centro de peregrinação da Espanha medieval), homenageando assim a terra do fundador da Companhia, que era espanhol e ainda vivia.[143] A invocação de Santiago, na Companhia, era bastante usada, não só para igrejas, mas também para nomes de aldeias.

---

141 A.B.N., I (1876-1877), p. 63; Anchieta, Cartas, p. 38; Mon. Bras., II, pp. 89 e 105-106; Novas cartas, pp. 64 e 66; Mon. Bras., II, pp. 407-408 e 410.

142 Mon. Bras., I, p. 300. O texto integral está entre as pp. 299-302.

143 Leite, H .C.J .B I, p. 221: "A igreja, ou recebeu o nome dalguma capelinha, que ali existisse, anteriormente, ou talvez fôsse inaugurada no dia 25 de julho de 1551, o que explicaria a invocação de Santiago. Como quer que seja, á 4 de maio de 1552 já se chamava assim". Concordamos em que a casa (a igreja não) talvez tivesse `sido inaugurada no dia 25 de julho de 1551. O texto da carta de Afonso Brás (de 24/8/1551, data fornecida por Serafim Leite em Mon. Bras., I, p. 273) é bastante claro quando diz: "Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junto della", isto é, junto da casa erguida por ele e Simão Gonçalves, logo após a Páscoa. Portanto, a igreja dedicada a São Tiago só foi construída após a data da carta. A denominação existente a partir de 4 de maio de 1552; documentada, é a da doação da sesmaria, como citada no texto, "Casa de São Tiago e Collegio dos Meninos" (ver nota 36); Leite, H.C.J.B., VI, p. 135, chama a igreja do Colégio do Espirito Santo, de Igreja de São Maurício, e o diz textualmente: "A Igreja de S. Maurício, do Colégio de Santiago da Capital do Espírito Santo, que vinha do século XVI, talvez já remodelada, ameaçava . ." Talvez fosse uma inversão e ele quisesse dizer "Igreja de São Tiago do Colégio de São. Mauricio", já que havia, em Vitória, a adoração _a São Maurício e um osso deste santo, bem como um dente do apóstolo São Tiago, que havia na igreja do Colégio, como informa Pero Roiz, Anchieta (Salvador, 1955), p. 26. Embora não acreditemos que tenha acontecido, pode ser que o nome tivesse sido mudado, mas, durante o século XVI e início do XVII, pelas cartas, diz-se sempre que a invocação. da igreja é de São Tiago. Em Pero Roiz, Anchieta (Salvador, 1955), p. 25; Pero Roiz, "Anchieta", A.B.N., XXIX (1907), p. 195, encontramos bem claro, em texto datado de 1605, quando se refere à capitania do Espírito Santo e à chegada dos padres da Companhia ali: " . . .os quais foram recebidos com muito amor e agasalho. Deram-lhes sítio para casa e cerca, e nele fundaram a igreja da invocação do apóstolo Santiago Maior, com os ministerios .." (O grifo é nosso.); "História dos colégios", A.B.N., XIX (1897), p. 131: " . . . y con grande trabajo sujo como es ordinario. en todos los principios edificarõ alli (Capitania do Espírito Santo) una Iglesia de Santiago peque-fia, que entonces servia de parochia por no aver ..."; Anchieta, Cartas, pp. 484 e 492: em seus Fragmentos históricos, Anchieta, ao referir-se à morte de Diogo Jácome, diz que ele foi "enterrado na nossa igreja de S. Tiago daquela residencia do Espirito Santo". E, ao terminar a narrativa sobre a morte de Gregorio Serrão, na p. 492, diz:- "Jaz sepultado na nossa igreja de São-Tiago da mesma Capitania (do Espírito Santo)"; Serafim Leite, Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil 1549-1760 (Leite, Artes e ofícios), Lisboa, 1953, p. 35. Nessa página, Serafim Leite novamente se fixa em 'Colégio de Santiago' e 'Igreja de São Maurício'. Ver também as notas 43 e 51 abaixo.

Em princípios de 1552, Afonso Brás partiu com destino à Bahia para encontrar-se com Nóbrega a fim de "comunicar-lhe casos de consciência". O Pe. Manuel de Paiva, que ia para São Vicente, ao passar pelo Espírito Santo não encontrou nenhum padre da Companhia. Por ser quaresma, ficou para atender o povo nos sacramentos da fé.[144] Em companhia do Pe. Paiva vinham três meninos, com os quais ele iniciou o colégio para o qual entraram outros, e receberam a sesmaria acima citada. Afonso Brás, encontrando em Porto Seguro o Pe. Navarro, pôde com ele resolver seu problema de 'casos de consciência', retornando ao Espírito Santo.[145]

Nóbrega, em julho, ainda não tinha conhecimento da iniciação do 'Colégio' do Espírito Santo, pois escreve a Portugal dizendo que "Afonso Brás tem cuidado do Espírito Santo e tem grande colégio de paredes. Manda-me pedir meninos para o principiar".[146] Nota-se, portanto, que os três meninos que vinham com o Pe. Paiva e que iniciaram o Colégio, em Vitória, estavam destinados a São Vicente, e não ao Espírito Santo. E que o 'grande colégio' que Nóbrega cita era, ainda, aquela "pobre casa" da carta de Afonso Brás, um ano antes. É possível que já houvesse a igreja, embora não tenha, ainda, nenhum documento que ateste sua existência. No ano seguinte, 1553, existe documentação que comprova que, ao lado da primeira construção de Afonso Brás, existe a igreja, como veremos adiante.

Quando, em 1549, Tomé de Souza veio como governador-geral, havia uma obrigação, em seu regimento, de visitar todas as capitanias, mas "porque a do Espírito Santo que he de Vasco Fernandes Coutinho está alevantada ireis a ela com a mais brevidade que poderdes".[147] Mas Tomé de Souza, apesar da "brevidade" exigida, só em princípios de 1553 pôde fazer essa visita ao Espírito Santo, e também a toda a costa. Partiu da Bahia em janeiro de 1553, com Nóbrega, que aproveitava a oportunidade para visitar com eles os locais onde já se

144 Cartas avulsas, p. 127; Mon. Bras., I, p. 393. Quando da passagem do Pe. Paiva por Vitória, deveria estar ali o Pe. Pero do Souto, que permaneceu até agosto de 1552. Ver citação da nota 10.
145 Id., pp. 127-128; Mon. Bras., 1, pp. 393-394, e I, pp. 299-302. Ver também a nota 37.
146 Cartas do Brasil, p. 131; Novas cartas, p. 24; Mon. Bras., I, p. 351
147 Pedro de. Azevedo, "A instituição do G. Geral", in III, p. 347.

haviam instalado casas da Companhia.[148] Estiveram em Ilhéus, em Porto Seguro, e daí foram ao Espírito Santo, onde o Pe. Afonso Brás foi buscá-los de barco e leva-los ao Colégio de Santiago. O cronista que informa diz que acharam ali "más devoción en todos que hastaora".[149] Mas informa também que acharam "grande casa y iglesia" e que o governador deixou ali, como havia feito em Porto Seguro, "muy gruessa limosna". Já se ensina a alguns índios da terra e a escravos, e Nóbrega, ao chegar a São Vicente, enviou "más niños de los Indios para se criaren y enseñaren por se la casa grande y la tierra de muchos mantenimientos".[150]

De novo encontramos a citação de uma 'casa grande'. Qual seria seu comprimento e sua largura em relação à da Bahia? Cada 'quarto' da quadra da Bahia, segundo Nóbrega, media "79 palmos de comprido, e 29 de largo" (cap. I, p. 24) que, em metros, fazendo palmo igual a 22cm, daria 17,38m x 6,38m. E a do Espírito Santo seria maior, menor ou de igual tamanho? Comparada à de São Paulo, que seria fundada no ano seguinte, deveria ser maior, pois com "14 passos de comprido por 10 de largo" (cap. I, p. 32, nota 95) 9,10m x 6,50m, fazendo o passo valer 65cm, parece ser muito pequeno o tamanho para que fosse chamada 'grande casa'. Mas, por outro lado, não haveria um pouco de exagero? Não seria 'grande' apenas na carta, para 'mostrar serviço' da Companhia na sua expansão? Ou para justificar essa expansão, que necessitaria do apoio dos reis, além dos próprios jesuítas da sede? Essas perguntas chamam a atenção mais para uma reflexão melhor do que para uma crítica ao trabalho dos jesuítas. E isso porque o próprio fundador diz tratar-se de "uma pobre casa", e, em 1562, como veremos adiante, Brás Lourenço também dirá de seu

148 S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 124, pp. 69-70; Daemon, Província, pp. 65-66; "Fundações das igrejas e conventos dos regulares padres da Companhia de Jesus extinta", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11, 2, 28, p. 7; Leite, H.C.J.B., I, p. 223, dá que a viagem se deu "no último trimestre de 1552", com o que também está de acordo José Teixeira, História do estado, p. 85 (inclusive nota 14), que coloca a visita em dezembro de 1552: Varnhagen, História, t. 1,, 5.a ed., p. 303, que também coloca a viagem "no fim do ano de 1552".
149 Mon. Bras., I, p. 428: carta de um irmão do Brasil, a mandado de Nóbrega, aos irmãos de Portugal, de S. Vicente, em 10/3/1553: " Llegando a esta Capita-nia dei Spirito Sancto nos vino a buscar el Pe Alfonso Braz en un barcó y nos llevó al Collegio de Santiago. Fué allá también el Governador con toda la gente, y en la yglesia diximos el hymno Veni Creator Spiritus. En esta Capitania aliamos más devoción en todos que hastaora aviamos aliada ..."
150 Mon. Bras., 1, p. 428.

estabelecimento que são “umas casinhas pobres”. Além de pobres, ‘casinhas’! Onde estará a medida certa de julgamento de quem escrevia em relação ao que existia na realidade?

Em fins de 1553, o Pe. Afonso Brás foi levado para São Vicente, ficando em seu lugar o Pe. Brás Lourenço com Simão Gonçalves, irmão leigo, e nove crianças.[151] Em março seguinte, Brás Lourenço dá as primeiras impressões do que via, informando que a igreja da Companhia, em Vitória, “será tan grande como la del nuestro Colegio de Coimbra o más”.[152] Mas se queixa da falta de vinho (que ás vezes o obriga a não dizer a missa); de farinha, que pede por esmola; e da necessidade de ornamentos, pois tudo é emprestado pelo ‘padre virtuoso’ que ali se achava, mas que ia ser substituído. O pedido era patético, pois compreendia tudo o que era necessário ao culto, incluindo vestimenta, cálice, missal, pedra d’ara e vinagreiras.[153]

Em carta de setembro de 1554, Anchieta, informando sobre o Espírito Santo, diz que “quatro ou cinco meninos órfãos, dos que nasceram de pais portugueses e mãe brasílica, vivem em nossa casa sujeitos aos Padres e reservados para o Colégio, se se vier a fazer”[154] Pensava-se, portanto, em Colégio, também no Espírito Santo, que embora fosse o ‘Colégio dos Meninos de Jesus’, como fora fundado, ainda não o era em relação às funções que tinha um

151 "Fundações das igrejas e conventos dos regulares padres da Companhia de Jesus extinta", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11, 2, 28, p.9; Mon. Bras., 11, p. 45; S. Vasconcelos, Crônica, livro 1, §§ 142-143, p. 79; Daemon, Província, pp. 66-67.
152 Mon. Bras., II, p. 47.
153 Mon. Bras., 11, pp. 48-49; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, pp. 48-49, nota 40: para Serafim Leite, o 'vigário virtuoso', citado por Brás Lourenço na carta de 26/3/1554, era ainda o Francisco da Luz, que emprestava os paramentos ao Pe. Afonso Brás: "Luz, ter-se-ia retirado do Espírito Santo em fins de 1551. E a mesma generosidade teria continuado o seu substituto, Vigário Pero do Souto, que governou a paróquia interinamente durante sete meses, de 6 de janeiro de 1552 em diante" até agosto de 1552. Ver também as notas 8, 9, 10 e 15. Por essas informações, o Espírito Santo teria ficado sem vigário por mais de ano e meio (de agosto de 1552 a março de 1554, data da carta), e talvez mais, pois não se tem notícia de outro que tivesse assumido a vigairaria, a não ser uma carta do pe. Francisco Pires, de maio de 1557, que cita um vigário em Vitória, sem lhe dizer o nome. Ver nota 14.
154 Anchieta, Cartas, p. 37; A.B.N., 1 (1876-1877), p. 62; Mon. Bras. II, pp. 87-88 e 103: carta de Anchieta ao Pe. Inácio de Loyola, de São Paulo de Piratininga, a 1/9/1554: "As aldeias dos Indios estão distantes. Mas os escravos, que constituem a maioria da população, são instruídos na doutrina cristã. Quatro ou cinco meninos órfãos, dos que nasceram de pai português e mãe brasílica, vivem em nossa casa sujeitos aos Padres e reservados para o Colégio, se se vier a fazer. A todos eles dá mantimento a mesa de Cristo. Estas e as restantes coisas que se fazem lá, tornar-se-ão-conhecidas pormenorizada e particularmente por cartas do mesmo Padre". Aqui, nos aparece uma coisa bastante curiosa: Anchieta deixa de dizer coisas porque acha que Brás, Lourenço as vai dizer, e este deixou de dizê-las em a carta de 26/3/1554, porque esperou que Anchieta as dissesse. O trecho da carta de Anchieta está transcrito acima, e o da carta de Brás Lourenço está em Mon. Bras., II, p. 49, e diz assim, como acréscimo à carta, depois de tê-la datado: 4,. en estas cosas, que aqui scrivo, no cuento sino la suma, porque me parece que Joseph a de scrivir largo."

Colégio da Companhia, por não ensinar latim.[155] Os meninos índios (ver abaixo) e os 'mamalucos', órfãos, eram preparados para a Companhia.

Nessa mesma carta, Anchieta mostra como dormem os companheiros do Espírito Santo, quando diz que "a maior parte dos Irmãos usa uns panos de algodão à meneira de rede e dependurados das traves por duas cordas", mas outros, por estarem doentes, "deitam-se em camas como em Portugal".[156]

2. A chegada das "Constituições" no Espírito Santo

O pessoal da 'casa' já não deveria ser pequeno em 1556, pois nesse ano, quando de sua passagem pela casa do Espírito Santo (também passou por todas as outras) para explicar as Constituições que finalmente haviam chegado, Nóbrega separou os meninos "mamalucos e os filhos dos índios" dos padres e irmãos da Companhia. Colocou-os em uma casa de fora "a par" da deles, sendo encarregado das crianças "um leigo homem".[157] As Constituições não permitiam que os padres administrassem bens que não pertencessem à Companhia, não podendo, portanto, existir colégio dos meninos; tudo deveria pertencer à Companhia e ser para ela. Desfez-se, assim, a Confraria do Menino Jesus, deixando de existir o 'Colégio dos Meninos de Jesus' que Afonso Brás havia fundado no Espírito Santo, passando a sesmaria, citada antes, para a posse da Companhia.[158]A Confraria da Caridade, fundada por Brás Lourenço, porém, per-

155 Ver nota 52 abaixo. Ver também a nota 43.
156 Anchieta, Cartas, 37; Mon. Bras., II, 88 e 103; A.B.N.,1.(1876-1877), p. 62.
157 Cartas avulsas, pp. 153-154; Mon. Bras., II, p. 299; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 299, nota 3.
158 Anchieta, Cartas, p. 316; Alexandre José de Melo Morais, Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política 'do império do Brasil (Melo Morais, Corografia histórica), 5 tomos, Rio de Janeiro, 1858-1863, t. III (1859), p. 44; S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 133, p. 74; "Informação do Brasil e de suas capitanias", Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manuscritos, 1vora, História do Brasil, vol. XVII, Arquivo, 1.2.36, folha 138 (este manuscrito foi publicado em Anchieta, Cartas, atribuído a Anchieta, e é datado de 1584): "E esta maneira de confraria se ordenou também na Bahia, e na Capitania do Espírito Santo (a outra a que se refere é a de Piratininga, na folha 137v.), mas depois vindo as constituições, e por ordem de Roma se desfizerão, e tornou tudo o que tinhão à Companhia, na qual ficaram muitos destes orfãos que vierão de Portugal e alguns dos de cá recolhidos, forão, e ainda são grandes obreiros nella, occupando-se na conversão do gentio com a lingua que sabem, e o sacerdocio que receberão". Esta confraria se manteve ainda algum tempo no Espírito Santo, após a chegada das Constituições (chegaram em 1556), conforme informa Nóbrega a Diogo Laínez, de São Vicente, a 12/6/1561. Esta carta se encontra em. Novas cartas, p. 105, e Mon. Bras., III, p. 359; Leite, H.C.J.B.; 1, p. 224: Serafim Leite, ao referir-se à chègada das Constituições, ao Espírito Santo, diz que "Com isto terminou o Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo". Ainda sobre o 'Colégio dos Meninos de Jesus' ver Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, IV, p. 270, nota 20.

maneceu, e ele mesmo, mais tarde, fundou uma semelhante em Porto Seguro.[159]

Nessa época, residiam no Espírito Santo o Pe. Brás Lourenço e o irmão Antônio d'Atouguia, já que o irmão Simão Gonçalves saíra dali e, agora, se encontrava na Bahia.[160] Nóbrega, depois de passar algum tempo na vila da Vitória e de deixar as Constituições, bem como as instruções sobre o que se deveria fazer em relação às aldeias que se formavam, deixou o irmão Fabiano de Lucena que sabia "razoavelmente a língua" e o Pe. Francisco Pires.[161] Este último, embora não mencionado na carta, escreve uma em maio do ano seguinte a Nóbrega, dando notícia das aldeias e informando o conserto que fez do relógio que a Companhia tinha na casa do Espírito Santo.[162] Mas ele aparece ali, também, junto com os outros citados, na Lista dos Padres e Irmãos da Costa da Província do Brasil de 1558.[163]

3. A possibilidade da 'quadra'

Um incêndio, ocorrido em princípios de 1559, talvez nos permita ter uma ideia do conjunto arquitetônico existente no Espírito Santo, que formava a casa dos jesuítas. Em 1556, como vimos acima, Nóbrega havia separado os meninos dos padres em virtude das determinações contidas nas "Constituições". A notícia do incêndio dada por Antônio de Sá, já mostra que a mesma casa, onde os meninos oram colocados quando da separação dos padres, que antes era de fora, "a par da deles", já aqui aparece como sendo deles, embora o curador dos meninos seja Francisco Vaz, o "leigo bom homem", da carta anterior. Antônio de Sá diz que havia sucedido,

> á huma hora depois da mea noite, pôr-se o fogo na Escola e dahi na casa dos mininos, porquanto está junto e asi ardeo huma e outra e começou pelas nossas, mas como estão cobertas de telha, tivemos defensão ao irmão fogo, mas contudo nos ardeo huma que estava cuberta de palma.[164]

159 Sobre a Confraria da Caridade, fundada no Espírito Santo por Brás Lourenço, ver: Anchieta, Cartas, pp. 36-37; Mon. Bras., II, pp. 46 e 103; S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 183, p. 96. Sobre a confraria semelhante que o mesmo padre fundou em Porto Seguro, ver: Cartas avulsas, p. 474; Mon. Bras., IV, p. 312.
160 Cartas avulsas, p. 153; Mon. Bras., II, pp. 225-226, 287 e 298; Leite, 'Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 225, nota 7.
161 Id., p. 153; id., pp. 299 e 417; id., p. 298, nota 2.
162 Id., pp. 197 e 207; id., 377, e III, p. 18.
163 Mon. Bras., II, p. 460.
164 Cartas avulsas, p. 210; Mon. Bras., III. p. 22.

Ora essa coberta de palma é, muito provavelmente, a casa dos meninos, aquela para a qual houve a determinação de mudança em 1556. Os meninos não devem ter-se mudado para ela imediatamente, pois ficaram em casas de devotos enquanto era construída, mas seu local deve ter sido determinado por Nóbrega.[165] Até a época da carta de Antônio de Sá, talvez ainda não tivesse tido oportunidade para cobri-la de telha. Mas coberta de telha os jesuítas tinham mais de uma, pois ele diz no plural: "mas como estão cubertas de telha". Se nós nos lembrarmos da descrição de Nóbrega para as casas da Bahia, dada no capítulo precedente (cap. I, p. 24), a sua disposição em quadra (fig. 2), e a analogia bastante plausível e possível, poderíamos ter tido ali, no Espírito Santo, já uma quadra, construída gradativamente, como acontecia sempre: primeiro a casa de Afonso Brás; a igreja, junto dela, onde estiveram Nóbrega e Tomé de Sousa (e que, primitivamente, cobertas de palha, já estavam cobertas de telha); e, em terceiro lugar, a casa dos meninos, coberta de palha, construída ("a par de la nuestra", conforme a carta de 1556 de Antonio Blázquez) junto da casa dos padres (conforme visto acima, na carta de Antônio de Sá, de 1559). Essas são as três casas de que temos notícia. Ficaria faltando apenas uma casa, que corresponderia ao ultimo 'quarto' da quadra. Ora, quando Nóbrega passou pelo Espírito Santo, apenas dois membros da Companhia residiam na casa, em Vitória: Brás Lourenço e Antônio d'Atouguia. Havia "quatro ou cinco meninos órfãos mamelucos", segundo informou Anchieta, mais três, com os quais o Pe. Manuel de Paiva iniciou o 'Colégio', e mais os que Nóbrega enviou de São Vicente, cujo número não se conhece.

Os meninos enumerados até agora, sem os enviados por Nóbrega de São Vicente, somam sete ou oito, mas, como vimos acima, quando Brás Lourenço ocupou o lugar de Afonso Brás, ficou com nove meninos. Ora, nesses nove devem estar incluídos os três do Pe. Paiva, por serem brancos, mas não os "quatro ou cinco" citados por Anchieta, que eram mamelucos. Assim, haveria, quando Nóbrega esteve no Espírito Santo em 1556, umas 15 pessoas, sem contar os que vieram de São Vicente (e só vie-

165 Ver nota 51 acima.

ram porque havia espaço suficiente): nove meninos brancos + quatro mamelucos (ou cinco) + dois jesuítas. Não sabemos o tamanho da casa de Afonso Brás, mas a de São Paulo (9,10m x 6,50m) era apertada para 20 e todos eram da Companhia.[166]Além disso, como veremos adiante, em 1562, três anos depois do incêndio, Brás Lourenço vai dizer que há ali "umas casinhas pobres".

Parece-nos, portanto, que, além da igreja e da primeira casa erguida por Afonso Brás, deveria existir uma outra casa, talvez do mesmo tamanho da anterior. E vamos levar em conta que Nóbrega veio com mais um padre e quatro irmãos, portanto seis pessoas, que ali ficaram 15 dias.[167] Então teríamos, neste período de 15 dias, 21 pessoas, sem contar os meninos que vieram se São Vicente. Além de separar os meninos dos padres, Nóbrega deixou também na casa dois jesuítas, fora os que ali estavam e, menos de dois anos depois, enviou da Bahia mais meninos para a capitania do Espirito Santo, desta vez por causa da fome, e por não se poder sustentá-los lá.[168] Só não diz quantos. De qualquer forma, mandou-os porque havia espaço e possibilidade de alimentação. E não pode ter sido apenas por haver mandado erguer a tal "casa coberta de palha", feita para separar os meninos dos padres.

Assim, os dados retirados das cartas dos jesuítas nos fazem crer que, no fim da primeira década de sua chegada ao Brasil, os padres da Companhia possuíam, em Vitória, um edifício disposto em quadra, nos moldes do que se situava no monte Calvário, na Bahia, descrito por Nóbrega dois anos antes.

Mas a capitania do Espírito Santo continuava pobre e isolada do resto do Brasil. No ano seguinte ao da carta de Antônio de Sá, em 1560, Mem de Sá comunicava ao rei o abandono da capitania por seu donatário.[169] E o Pe. Leonardo do Vale, dois anos depois, explicava as causas das 'desgraças'por que passava a capitania de Vasco Fernandes Coutinho, afirmando que ela era "pouco favo-

166 Ver nota 95 do cap.I, pp. 32-33.
167 Cartas avulsas, p. 154; Mon. Bras., II, pp. 287 e 299.
168 Mon. Bras., II,. 451; Novas cartas, p. 70. p
169 A.B.N., XXVII (1905), pp. 227-229; Mon. Bras., III, p. 171; José Teixeira, História do estado, pp. 93-104 (inclusive nota 5 às pp. 94-95); Pedro de Azevedo, "A instituição do G. Geral", in H.C.P.B., III, pp. 382-383.

recida d'El Rei, por ser alheia, e de seu dono, por ser pobre".[170] E os fatos confirmavam a veracidade de sua afirmativa. Eram tão raras as passagens de navios pelo Espírito Santo que, nesse mesmo ano de 1562, Brás Lourenço reclamava que ficou dois anos sem que um só ali aportasse, faltando inclusive o vinho, o que o impedia até de dizer a missa.[171]

A pobreza do povo da terra se refletia no pouco progresso que ela própria apresentava e nas reclamações constantes que os padres faziam não só do pouco que tinham para se sustentar como também da pobreza de sua igreja que "nem ornamentos nem retavolos, nem humas galhetas tem", onde o vinho (já citado, e por duas vezes, em épocas diferentes) e a farinha também faltavam e eram solicitados de Portugal a título de esmola.[172] A falta de alguém que tivesse recursos materiais para explorar a riqueza potencial da terra, tão decantada, fazia com que o progresso e o desenvolvimento, tão desejados e esperados, não acontecessem.

Nessa época já haviam saído do Espírito Santo o irmão Antônio d'Atouguia e o padre Francisco Pires. O Pe. Antônio de Sá, que ali esteve em 1559, já não estava mais em 1562. Lá estavam o Pe. Brás Lourenço e Fabiano de Lucena, que veio irmão e que já se havia tornado padre a essa época, além de dois irmãos não nomeados na carta por Brás Lourenço: um de meia idade e coadjutor temporal, que não sabia ler nem escrever; e o outro, que aprendia latim e sabia algo da língua dos índios, tinha de 18 a 20 anos; além de um irmão de 12 anos, ainda não admitido, que também aprendia latim e cujo professor era o Pe. Brás Lourenço.[173]

"Temos aqui humas casinhas pobres com huma igreja da vocação de Santyago", informa o cronista do Espírito Santo nesse ano de 1562, da mesma forma como em 1557 Nóbrega informava da Bahia: "as casas que agora temos"..."[174] Só que Nóbrega foi mais além e explicou os detalhes, enquanto o nosso informante ficou apenas na frase registrada. E por que não disse mais? A realidade

170 Cartas avulsas, pp. 362-363; Mon. Bras., III, p. 496.
171 Id., p. 337; id., p. 462.
172 Id., pp. 338-339; id., p. 464.
173 Id., pp. 337-339; id., pp. 462-464; Daemon, Província, p. 79.
174 Ver nota anterior, para o.texto do Espírito Santo, e nota 90 do cap. I, p. 32, para o texto de Nóbrega, da Bahia, como referência da citação feita à p. 24 do cap. I.

é que os jesítas escreviam para gente que conhecia seu modo de construir, os aspectos apresentados por suas edificações. Bastava dizer o estado em que se achavam. A dedução quanto ao resto era apenas uma questão de conhecimento do programa construtivo adotado. As notícias mais detalhadas só vinham quando havia um pedido a fazer e para reclamar ou da pobreza ou do que faltava e se precisava conseguir. E tanto era assim que, só agora, nessa carta de 1562, é que se informa sobre a 'cerca' existente na casa do Espírito Santo. Mas a preocupação não era informar sobre ela, e sim sobre um irmão, não nomeado, que cuidava dela e que era "cheio de virtudes". E foi graças a isso (como foi graças ao pequeno incêndio que tivemos as notícias dos edifícios de 1559) que ficamos sabendo possuir o pomar muitas frutas e legumes que ajudavam na sustentação da casa.[175] Sustentação difícil, pois o rei pagava para dois quando havia quatro, o que os obrigava a viver também do seu trabalho, sem esmolas.[176] Mas, na casa, os meninos dos índios, já cristãos, sustentavam-se por si, pescando e pedindo esmolas.[177]

4. O possível local primitivo

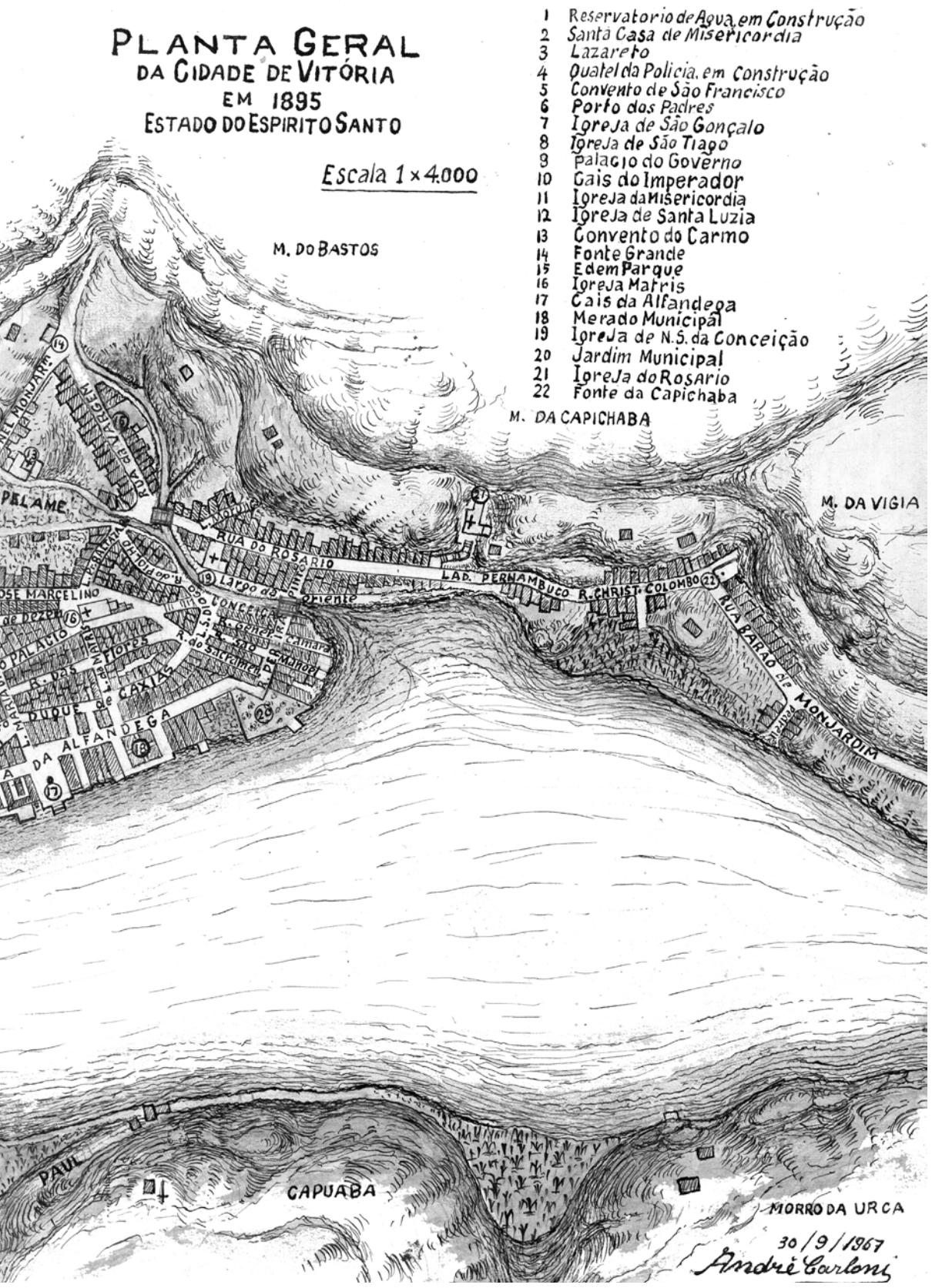
Como vimos no capítulo precedente, os jesuítas, quando chegavam, assentavam-se em um lugar, provisoriamente, e só depois de conhecida a região é que procuravam o local para a construção definitiva. Isso também aconteceu no Espírito Santo. Sabemos o local definitivo onde se situava o Colégio, pois seu edifício ainda existe hoje, modificado interna e externamente em sua aparência e ainda mascarado por um reboco neobarroco do princípio deste século e rebatizado com o nome de 'Palácio Anchieta', para servir de sede do governo estadual. Mas qual seria o local primitivo? Onde se situou a "pobre casa"de Afonso Brás, que se transformou nas "casinhas pobres" de Brás Lourenço?

Embora algumas das informações que possuía não fossem corretas, é em Daemon que vamos buscar informações sobre o local deste primitivo estabelecimento.[178] Diz ele, em 1879, referindo-se ao ano de 1562, que as obras do "convento e cape-

175 Cartas avulsas, p. 338; Mon. Bras.., III, p. 463.
176 Ver nota 66.
177 Cartas avulsas, p. 338; Mon. Bras., III, p. 464.
178 Basílio Carvalho Daemon, no seu livro Província do Espírito Santo, já citado aqui, e bastante citado também por Serafim Leite,



Fig. 6. Desenho de André Carloni, arquivo do IPHAN-ES


PLANTA GERAL
DA CIDADE DE VITÓRIA
EM 1895
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Escala 1 × 4.000
1 Reservatorio de Agua em Construção
2 Santa Casa de Misericordia
3 Lazareto
4 Quatel da Policia, em Construção
5 Convento de São Francisco
6 Porto dos Padres
7 Igreja de São Gonçalo
8 Igreja de São Tiago
9 Palacio do Governo
10 Cais do Imperador
11 Igreja da Misericordia
12 Igreja de Santa Luzia
13 Convento do Carmo
14 Fonte Grande
15 Edem Parque
16 Igreja Matris
17 Cais da Alfandega
18 Merado Municipal
19 Igreja de N.S. da Conceição
20 Jardim Municipal
21 Igreja do Rosario
22 Fonte da Capichaba
M. DO BASTOS
M. DA CAPICHABA
M. DA VIGIA
PELAME
RUA DO ROSARIO
LAD. PERNAMBUCO
R. CHRIST. COLOMBO
RUA BARÃO DE MONJARDIM
Largo do Oriente
DUQUE DE CAXIAS
DA ALFANDEGA
CAPUABA
MORRO DA URCA
30/9/1967
André Carloni

lla dos Padres da Companhia" se achavam muito adiantadas, "existindo uma casa que servira de Seminário no princípio da rua do Egypto..."[179] Evidentemente, como vimos acima (p. 39 deste capítulo), ele se enganou ao colocar o 'Colégio' de Brás Lourenço fora da primitiva construção de Afonso Brás sobre a qual ele havia falado um pouco antes.[180] Mas sua informação dá a ideia nítida de que a construção que existe hoje não está no mesmo local em que estava a primitiva. Na realidade, o texto de Daemon faz supor que, em 1562, se construía um "convento e capella dos padres da Companhia" em outro local que não aquele no qual Afonso Brás erguera sua "pobre casa", faz supor, também, que a "pobre casa" de Afonso Brás, que ele chama de 'seminário', ficava "no princípio da rua Egypto".

Mais adiante diz que:

> alli, naquela casa ou seminario, que mais tarde pertenceu a Manoel José e depois a Francisco dos Santos, a qual tinha o n.º 574, quando forão sequestrados os bens dos Jesuítas, estiverão muitos padres da Companhia entre elles Luiz da Gram, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta...[181]

Aqui, refere-se á primeira casa dos jesuítas no Espírito Santo, mas que era a mesma do conjunto que dissemos já existir em 1562 e que ele supõe construído em outro lugar. A suposição da existência de outro local, que não o primitivo, é algo bastante curioso em Daemon, pois não havia do-

---

apresenta, em seu trabalho, vários erros que, para enumerá-los, seria demorado e trabalhoso. Só para dar uma idéia vamos apresentar alguns que se referem ao assunto que estudamos, ou seja, jesuítas: à p. 62, ele diz que Salvador Rodrigues, padre, esteve no Espírito Santo, quando isso não aconteceu; à p. 63, ele faz Nóbrega provincial em 1551, quando isso só se deu em 1553; ainda na p. 63, ele dá o nome do companheiro de Afonso Brás, no Espírito Santo, como sendo José de Paiva, quando se sabe que foi Simão Gonçalves, e, à p. 68, ele 'mata' o irmão José de Paiva; ainda à p. 63, ele dá a entender que Afonso Brás se estabeleceu primeiro em Vila Velha, e depois mudou-se para Vitória; às pp. 70, 71, 79, 82 (duas vezes) e 83, ele chama o padre Diogo Jácome de Diogo Jacques; à p. 67, coloca Afonso Brás como criador da Confraria da Caridade e, em uma frase truncada, faz Afonso Brás' morrer em São Vicente, mas enterrar-se no "Collegio de S. Thiago", afirmando que este padre nunca mais saiu de São Vicente, quando se sabe que ele faleceu no Rio de Janeiro em 1610 (Leite, H.C.J.B., VI, p. 136), enquanto a Confraria da Caridade foi fundada, no Espírito Santo e em Porto Seguro, por Brás Lourenço (ver nota 53); e, para não nos estendermos muito, à p. 198, ele afirma que foram "6 e não 5" (embora seja outro o número verdadeiro) os padres expulsos do Espírito Santo, embarcados a 7/12/1759, e os nomeia à p. 199. Desses nomes que ele dá não consta um só entre os relacionados por José Caeiro, como citamos à p. 51, com referência na nota 116. Ele cita os .seguintes: "Reitor Pe. Raphael Machado, Pe. Miguel da Silva; Pe. Fabiano Martins, Pe. Manoel das Neves, Pe. Pedro Gonçalo e Pe. Antonio Pires". Comparem-se estes nomes com os citados por José Caeiro, relacionados à p. 51, no texto.

179 Daemon, Província, p. 79.

180 Id., ibid.

181 Id., ibid.

cumentos algum conhecido em sua época, nem ele cita qualquer fonte que lhe tivesse permitido semelhante conclusão. Até 1562, os documentos por ele utilizados são apenas as cartas que, à época, ainda não estavam publicadas. Mas ele fala com muita convicção dessa diferença de locais entre o estabelecimento primitivo e o definitivo.

Referindo-se ao ano de 1780, Daemon, ao falar sobre a avaliação dos bens dos jesuítas, confirma a informação a respeito do local. Vamos transcrever o trecho que nos parece importante:

> ...uns chãos em que está erecta a casa que foi de Francisco José e depois do pardo fôrro Francisco dos Santos, ao lado da de Antônio dos Santos, sito no pasto pertencente aos Padres; *esta casa e mais trez* que este Francisco dos Santos e Antônio dos Santos possuirão *erão feitas no antigo Seminário construído pelo Pe. Affonso Braz*, e na quina da rua do Egypto em frente à ladeira, cujas ruinas de alicerces ainda se vê, a qual tinha o n.º 754; outros chãos em que está a casa de Antônio dos Santos, n.º 573, ao lado de Francisco dos Santos; outros chãos em que está outra casa de Antônio dos Santos n.º 572, no mesmo local do SÍTIO chamado do Egypto, e que ainda tinha outra de n.º 571, cujos chãos...[182] (grifo nosso).

Aqui, neste trecho, aparecem quatro casas ("esta casa e mais trez") com o número 574, enquanto as casas de números 573 (a seu lado), 572 e 571 estão em outros 'chãos'. Essas quatro casas (de n.º 574) poderiam formar a primeira casa de Afonso Brás com os acréscimos posteriores, não só dele mesmo, mas também de Brás Lourenço, e que constituiriam a quadra, cuja possibilidade de existência tentamos demonstrar acima. Mas poder-se-ia entender também que essas quatro casas podem corresponder áquelas cujos números Daemon cita, isto é, as que corresponderiam ás casas de números 574, 573, 572 e 571, apesar de, pelo texto, não parecer provável, já que as três últimas (de números 573, 572 e 571), pelo texto, pertencem a Antônio dos Santos, enquanto a de n. º 574 ("esta casa e mais tres") pertence a Francisco dos Santos e Antônio dos Santos, ao mesmo tempo, como se deduz do texto.

Em manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual Daemon tirou a informação sobre a avaliação dessas casas — e que, possivelmente,

182 Id. ibid., pp. 185-186.

ele próprio doou ao Instituto —, não consta qualquer alusão à construção primitiva dos jesuítas. O documento cita apenas as casas como sendo as de números 571, 572, 573 e 574, a última de propriedade de Francisco dos Santos e as outras de Antônio dos Santos, não havendo qualquer possibilidade, pelo auto de avaliação, de haver outras casas (formando quatro casas sob o mesmo número) junto à casa de número 574, a não ser o início do texto no singular e a conclusão no plural. Vejamos o texto, apenas no que diz respeito á casa de número 574:

> Foi avaliado o chão em que está erecta com pen- (10v) são de foro *a casa que foi* de Manoel José, e *são* hoje de Francisco dos Santos pardo fôrro, sito no pasto chamado dos padres que por um lado *parte* com cazas de Antonio dos Santos e por outro *fazem* canto do mesmo pasto n.º 574 com 30 palmos de testada e 80 de fundos entrando pela marinha inclusive...[183] (grifo nosso).

Pelo texto de Daemon, pode-se chegar à conclusão acima, mas, pelo texto do manuscrito, só o 'singular' ou o 'plural' nos verbos, mesmo em documento oficial, em local que suscita tanta dúvida, não nos permite uma conclusão, que exigiria maiores confirmações documentais.

Se essas diferenças de 'singular' e 'plural' dos verbos foram erros de copista, fica aqui registrada a coincidência, por ter acontecido exatamente com relação à casa de número 574, que pode ter sido, segundo vimos, a sede do primitivo edifício do Colégio dos Jesuítas no Espírito Santo. Não queremos forçar as ocorrências para provar alguma coisa. Queremos apenas levantar dados e hipóteses. É óbvio que as casas citadas não eram as que os jesuítas levantaram logo que chegaram ao Espírito Santo. Apenas estamos supondo que elas estavam situadas no local em que os padres da Companhia se fixaram em primeiro lugar na 'vila da Vitória'. Quanto à sua disposição, presume-se que, existindo as bases primitivas, quem fosse reerguer utilizaria os mesmos alicerces. A antiga rua do Egypto se chama hoje Francisco Araújo (fig. 6) e, pelos dados mostrados, "as ruínas" que Daemon afirma ter visto estariam na extremidade da rua do Egypto ("na quina da rua

183 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manuscritos, lata 124, doeumentó n.º 3, pp. 10 e 10v. da cópia manuscrita.

do Egypto em frente à ladeira"), mais próxima da Capela de Santa Luzia, que deve ter sido o único templo na ilha àquela época.[184]

A construção definitiva

1. Inácio de Azevedo e Antônio da Rocha

Em 1564 chegou ao Espírito Santo para substituir Brás Lourenço, que fora para Porto Seguro, o Pe. Manuel de Paiva, o mesmo que iniciara o funcionamento do Colégio com três meninos, 12 anos antes, trazendo com ele o Pe Diogo Jácome e o Pe. Pedro da Costa. Diogo Jácome foi enviado para uma aldeia (a de Nossa Senhora da Conceição) com o irmão Pedro Gonçalves, e o Pe. Pedro da Costa para outra (a de São João) com um moço que servia na casa (cujo nome não é mencionado na carta). Na vila da Vitória, onde estava o 'Colégio', ficou o Pe. Manuel de Paiva por superior, com o irmão Diogo Fernandes e um irmão noviço, não nomeado, recebido nesse ano (1564).[185] No ano seguinte, por causa da morte de Diogo Jácome, vítima de uma 'peste' (varíola) que grassou no Espírito Santo e que havia levado um pouco antes o irmão Pedro Gonçalves, pediam-se padres que os substituíssem.[186]

Destes, apenas os padres Manuel de Paiva e Pedro da Costa constam do *Catálogo da Província do Brasil* em 1568. E, além deles, o padre Antônio da Rocha, como superior, e o irmão Juan (João) Lobato, que talvez seja o irmão noviço recebido em 1564, citado linhas acima, pois o catálogo diz que ele tinha "edade de 21 años, a 4 que entró en la Companhia en el Brasil".[187]

O padre Antônio da Rocha recebeu o "gráo de Coadjutor formado" das mãos de Inácio de Azeve-

184 Existe uma planta desenhada por André Carloni, representando Vitória em 1895, mas feita em 1967 (fig. 29). Há alguns erros de nomes em confronto com documentos e citações de historiadores do Espírito Santo. Erros possíveis por lapsos de memória do desenhista. A antiga rua do Egito, porém, é citada por historiadores e aparece em documentos como sendo a atual rua Francisco Araújo; Relatório apresentado pelo dr. Moacir. A vidos, secretário da Agricultura, Terras e Obras do estado do Espírito Santo, ao exmo. sr. dr. Florentino Avidos, dd. presidente do estado, em obediência ao disposto no artigo 11 da Lei n.º 1.440, de 10 dé junho de 1924 (Vitória, 1925), p. 131: nesta página ele diz que "a abertura da ladeira de S. Francisco levou-nos a prõjectar um viaducto, ligando-a á rua do Egypto., em passagem superior pela rua Caramurú". Hoje, o único viaduto existente em Vitória dá passagem sobre. a rúa Caramuru, unindo duas ruas: a rua D» Fernando e a rua Francisco Araújo. Como a rua D. Fernando acaba sobre uma confluência de ruas, incluindo a que desce do antigo Convento de São Francisco, a rua Francisco Araújo é a antiga rua do Egito.
185 Cartas avulsas, pp. 457-461; Mona Bras., IV, pp. 266-272.
186 Mon. Bras., IV, p. 262.
187 Id., p. 480.

do quando esteve no Espírito Santo como visitador, deixando instruções sobre o trabalho nas aldeias e sobre a criação dos meninos.[188] Aliás, essa visita do padre Inácio de Azevedo ao Brasil interessa, e muito, ao estudo do Colégio do Espírito Santo, uma vez que as ordens que ele deixou para que fossem cumpridas — e já vimos algo a respeito no capítulo precedente (cap. I, p. 21 e 27) — envolvem também a construção de prédios novos ou consertos nos velhos.

Antônio da Rocha, em 1571, além de informar que os padres e irmãos, então vivendo no Espírito Santo, eram os mesmos do catálogo de 1568, e de afirmar que esta capitania era a "de mais doenças" que havia pela costa, da conta, também, que o Pe. Manuel de Paiva, então com 60 anos, cuidava de 40 meninos na escola dos meninos portugueses.[189] Mas da também uma notícia interessante sobre a igreja: de lá pequena, mas que algumas pessoas a fariam à sua custa se se permitisse seu enterramento nela, pois havia sido suprimido por Inácio de Azevedo ao dar-se sepultura nas igrejas jesuíticas, a não ser para alguns beneméritos da Companhia.[190]

Brás Lourenço, em março de 1554 — vale a pena recordar —, dizia que a igreja era tão grande quanto a de Coimbra ou maior e, agora, 17 anos depois, Antônio da Rocha, falando da mesma igreja, a chama de pequena. O que será que mudou? Será que, em 17 anos, aumentou muito a população? Uma coisa, porém, chama nossa atenção: o fato de que eles já estavam pensando em ampliar o conjunto que possuíam ou fazer outro, isto é, não se sentiam satisfeitos com o que tinham. Era preciso mudar. E o próprio Antônio da Rocha faz a tentativa, solicitando ao Pe. Francisco de Borja, para quem escreve, a dispensação a respeito do enterramento (visando a aceitar aqueles que o auxiliaram a erigir a Igreja de Santiago) e a permissão para que os padres da Companhia, no Espírito Santo, pudessem ajudar "a oficiar as missas nela algumas vezes por não haver sacerdotes na terra".[191] Trata-se, no caso, de missas

188 "Fundações das igrejas e conventos dos regulares padres da Companhia de Jesus extinta", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11, 2,' 28, p. 36; Daemon, Província, p. 86; S. Vasconcelos, Crônica, livro III, § 118, p. 227.
189 Serafim Leite, ed., Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do pe. Antônio da Rocha, superior do Espírito Santo (Leite, Aspectos do Brasil em 1571), Lisboa, 1961, pp. 3-4.
190 Id., ibid., pp. 6-7.
191 Id., ibid., p. 7 (inclusive nota 17); Mon. Bras., IV, pp. 485-486.

para encomendar a alma daqueles que morressem.

Mas, se ele reclamou, como vimos acima, das doenças da terra, gabou-a como "fértil de mantimentos" e pródiga de esmolas. Para a sua sustentação, os quatro que residiam na casa do Espírito Santo recebiam "125 cruzados do Colegio da Bahia, cujos membros somos, de que aqui nos fazem pagamentos, e deles nos sobra para outros quatro".[192] Essas observações se apresentam bastante interessanes, pois nelas Antônio da Rocha informa que a casa do Espírito Santo, ainda em 1571, estava subordinada ao Colégio da Bahia, quando o Colégio do Rio de Janeiro já havia sido fundado; Antônio da Rocha é, se não nos enganamos, o primeiro padre a escrever o que recebe para a sustentação de quatro dá para oito, sem reclamar de atraso ou de falta de pagamento. Aliás, Antônio da Rocha, além dessas informações preciosas, dá a notícia da morte do donatário Vasco Fernandes Coutinho, ocorrida em fevereiro de 1571; fornece dados sobre as aldeias dos índios da capitania do Espírito Santo, como veremos adiante; e traz, também, a notícia da luta íntima travada dentro da consciência, quando os instintos animais do homem se chocavam com o chamamento ao dever de sacerdote.[193]

2. Um naufrágio providencial e a nova Igreja

A 28 de abril de 1573, o Pe. Antônio da Rocha sai do Espírito Santo com o provincial Inácio de Tolosa, os padres Luís da Grã, Vicente Rodrigues e Fernão Luís e os irmãos Bento de Lima e João de Sousa.[194] O destino era a Bahia, mas, na foz do rio Doce, à noite deste mesmo dia, ocorreu um naufrágio. Perdeu-se tudo, mas salvaram-se todos.[195] Com a ajuda dos índios e em suas embarcações, conseguiram chegar à casa do Espírito Santo "a los seis de Mayo".[196] Ali ficaram cinco meses à espera de embarcação, para retornar à Bahia, e, enquanto esperavam puseram "grande diligencia en edificar el templo material".[197]

192 Id., ibid., p. 10.
193 Id., ibid., pp. 5-6. As pp. 5-6 abrangem as tentações do sexo; as pp. 8-9 falam sobre as aldeias do Espírito Santo; e a p. 9 fala sobre a morte de Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, o primeiro que essa capitania teve; sobre a morte do donatário ver: Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, I, p. 299, nota 2; José Teixeira, História do estado, pp. 104-105.
194 ' Leite, H.C.J.B., I, p. 221; "História dos colégios do Brasil", A.B.N., XIX (1897), p. 132.
195 Id., ibid., I, 222; id. ibid., pp. 132-133.
196 "História dos colégios do Brasil" A.B.N., XIX (1897), p. 134.
197 Id., ibid., p. 134; Leite, H.C.J.B., I, p. 222.

A igreja que havia no Espírito Santo, além de pequena "que los esclavos la henchia estava ya para caer de vieja por ser de tapia" e era preciso que se construísse outra.[198] Que havia necessidade de construir outra igreja, Antônio da Rocha já o havia salientado dois anos antes, e ele próprio tinha agora a oportunidade de fazê-lo. Esse naufrágio fora providencial. Para uma construção nova, como era preciso que se fizesse, era obrigatória a ordem do padre provincial e uma 'traça' que ele fornecesse, de acordo com as instruções que Inácio de Azevedo deixara em 1568.[199] E como o provincial, "caído do céu por um naufrágio", estava ali, era só colocar 'mãos à obra'.

Como sempre, era preciso escolher um local para assentar a construção que seria a definitiva: "escogióse un buen sitio para hazer una iglesia capaz", informa o historiador dos colégios do Brasi, e como não havia pedreiros na terra, "los padres hizierõ los cimos de cal y canto y fue toda armada sobre grandes vigas de un palo que es como hierro y assi quedo tan fuerte como si fuera toda de cal y canto"[200] Tolosa informaria, por carta, que as paredes eram de taipa, mas os alicerces, de pedra e cal, e que só a nave tinha mais de cem palmos de comprimento por 45 de largura.[201]

O serviço era repartido entre as pessoas da vila.

> El Capitan y la gente mas honrada yvã en persona a yudar a traer unas grandes piedras para los cimy.os otro hombre honrado se offrecio a armar los tapiales consernies (?) (sic) en la tierra, outro a cortar la madera necessaria para la Iglesia,

e aqueles que não sabiam fazer algo davam escravos, oou mantimentos, ou dinheiro, para pagar aos que trabalhavam de modo que "cõaver hambre en la tierra se sustentavã co'los de casa casi cinq. ta personas todo de limosna com tanta abundancia que avia q. repartir com los pobres de fuera", e isto era "para espantar en Capitania tão pequena, onde há mais gente pobre que rica".[202]

198 id. ibid., p. 134.
199 Mon. Bras., IV, p. 488.
200 "História dos colégios do Brasil", A.B.N., XIX (1897), pp. 134135.
201 Leite, H.C.J.B., I, p. 222 (inclusive nota 2):
202 "História dos colégios do Brasil", A.B.N., XIX (1897), p. 135; Leite, H.C.J.B., I, p. 222.

Em cinco meses se fez a igreja. Aquela que seria a definitiva, em lugar melhor, mais elevado, com vista para o mar, a cavaleiro, no penhasco a sudoeste da ilha, defronte à baia, ao lado da qual se ergueria, a partir de então, o "novo edifício do Colégio", gradativamente, até quase a época da expulsão.



Fig. 7 Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig.' Illi



Fig. 8. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 22, fig. Ie



Fig. 9. Colégio dos Jesuítas: fachada sul após a transformação de 1910-1912, quando passou a ser entrada principal do palácio do governo. A escadaria é da mesma época, construída pelo engenheiro francês Justin Norbert. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1914), p. 257.

3. O Colégio e seu desenvolvimento

No ano seguinte ao da construção da igreja, em 1574, o Pe. Rodrigo de Freitas encontrou na capitania do Espírito Santo três padres e três irmãos quando de sua visita, por ordem do provincial, em companhia do governador Antônio Salema.[203]

Dez anos depois, em 1584, Anchieta, em suas *Informações* sobre o Brasil, ao falar sobre os três colégios existentes, complementa que "as mais casas vivem de esmolas e por que elles (*os colégios*) não podem supprir a tudo por serem pobres" só forneciam às casas "vestido, vinho, azeite, farinha para hóstias e outras cousas que não há na terra e hão de vir necessariamente por Portugal".[204] E, como casa que era — e subordinada, já agora, ao Colégio do Rio de Janeiro —, a do Espírito Santo vivia de esmolas e ainda tinha que contribuir com 500 cruzados para aquele Colégio.[205] E deve ter sido à base de esmolas que se construiu o edifício anexo à igreja ereta em 1573 — como vimos acima — que Anchieta diz, em 1585, estar em um sítio não "muito sadio nem aprazível por estar em lugar baixo".[206] Isto não deixa de ser curioso. Os jesuítas escolhiam sempre os locais mais elevados. É verdade que, na ilha de Vitória, existiam, como existem ainda hoje, locais mais elevados. Mas, para o centro administrativo da época, ali, onde se erigiu o 'Colégio', era o lugar mais bem dotado: era uma ponta de morro, sobre o rio com um espaço plano à frente, dominando três quartas partes da região.

Onde será que Anchieta teria colocado o 'Colégio', se tivesse que escolher o local? Por sua vontade, talvez o sítio escolhido fosse a ponta oposta do morro, no sentido norte, onde os franciscanos ergueram mais tarde o seu convento e que ficava defronte ao primitivo estabelecimento de Afonso Brás, situado na rua do Egito (hoje Francisco Araújo). Isso se aceitarmos a hipótese levantada acima.

203 Id., ibid., p.. 137.
204 Anchieta, Cartas, p. 326; Melo Morais, Corografia histórica, t. III (1859), pp. 26-27; "Informação do Brasil e. de suas capitanias", Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manuscritos, £vora, História do Brasil, vol: XVII, Arquivo, 1.2.36, p. 147v.
205 Rodolfo Garcia, "Notas", in Tratados da terra e da gente do Brasil; pe. Fernão Cardim (Rodolfo Garcia, "Notas", in Tratados, Cardim), 2.a ed., São Paulo, 1939, p. 357, nota LXX; Anchieta, Cartas, p. 419. "
206 Anchieta, Cartas; p. 419. 100A. Augúste de Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo), São Paulo-Belo Horizonte, 1974, p. 46.

Essa ponta é, realmente, mais elevada. Fica, porém, mais longe do rio, em posição mais íngreme e mais distante ainda hoje do centro adminstrativo. Tão distante que Saint-Hilaire, em princípios do século XIX, ahouq eu o Convento de São Francisco, assim como o do Carmo, havia sido edificado "fora ou quase fora da cidade". Até o início deste século, Vitória, a capital do Espírito Santo, reduzia-se, praticamente, a esta região à volta do grande edifício dos jesuítas que, pouco depois da expulsão, passou a ser a sede do governo: primeiro da capitania; depois da província; e, finalmente, do estado.

Complementando suas informações sobre o edificio, Anchieta diz possuir ele, em 1585, "oito câmaras assombradas e oficinas bem acomodadas".[207] Ora, aqui temos "oito câmaras assombradas", provavelmente quatro câmaras por cima e quatro por baixo. As "oficinas bem acomodadas" deveriam estar situadas em baixo, bem como as outras dependências necessárias ao serviço da casa. E, em cima, os dormitórios, e talvez o refeitório.

Cardim, à mesma época, diria que, no Espírito Santo, "os padres têm uma casa bem acommodada com sete cubículos".[208] Será que os padres eliminaram (ou acrescentaram) uma parede divisória no andar superior (ou no inferior)? Ou será que um dos dois (Anchieta ou Cardim) contou errado o número de cubículos?

O número dos padres não deve ter variado muito. Anchieta diz que, na casa, "residem de ordinario oito, cinco padres e três irmãos", a não ser este número tenha aumentado (apesar do curto espaço de tempo entre uma informação e outra), pois o próprio Anchieta recebeu gente para a Companhia, no Espírito Santo, quando ali esteve como superior.[209] Assim sendo, a possível eliminação de uma parede propiciaria mais espaço; já que o acréscimo de uma parede poderia reduzir o espaço, mas manteria uma privacidade maior entre os próprios padres. O fato, porém, é que, pela descrição de ambos, nota-se que o Colégio do Espírito Santo só possuía, nessa época, a ala da fachada, sempre a primeira a ser construída.

207 Anchieta, Cartas, p. 419; Novas cartas, p. 287: o Pe. Antônio Vieira descreve o Colégio do Maranhão, em 1661, com dez cômodos, sendo quatro por baixo e seis por cima.
208 Cardim, Tratados, p. 304.
209 Anchieta, Cartas, p. 419; S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. VIII, § 1; pp. 121-122.

Ambos, também, são unânimes em gabar a Igreja de Santiago como "nova e capaz", complementando Anchieta, dizendo-a "bem ordenada".[210] Ambos também falam a respeito da 'cerca', cheia de árvores frutíferas, como "larangeiras, limeiras doces, cidreiras, acajús e outras fructas da terra, com todo genero de hortaliça de Portugal".[211]

Cardim, embora gabe a capitania do Espírito Santo como "rica de gado e algodões", lamenta a vila de Nossa Senhora da Vitória, como estando "mal situada em uma ilha cercada de grandes montes e serras, e se não fôra um rio muito formoso que lhe corre pelo pé, ainda fôra mais manencolisada do que é porque pouco mais vista terá que a do rio".[212] E esta "vista do rio" que ele viu era a melhor, pois era a que se via do Colégio. Situado no alto do penhasco, tendo o 'rio-mar' à beira do terreno onde estava, o Colégio dominava a região. E os padres ainda tinham a comodidade de dispor de um porto particular dentro de sua própria cerca, de onde partiam e aonde chegavam das visitas às aldeias; e onde atracaria, normalmente, a fragatinha que os padres possuíam — que, no século XVIII, era a melhor embarcação que andava em águas brasileiras —, sempre que o provincial vinha em suas visitas treinais, financiadas pelo governo português.[213]

Outras notícias sobre a continuação da obra do edifício só vamos encontrar, ainda que sucintamente, em Serafim Leite. Este informa que Simão de Vasconcelos, então reitor do Colégio do Rio de Janeiro, ao qual a casa do Espírito Santo estava subordinada, em 1647, propôs ao geral a transformação desta casa em Colégio, com dotação para 20 religiosos, remetendo uma "proposta mais explícita", no ano seguinte, "com parecer dos consultores e outros padres".[214] Mas só no catálogo de 1654 aparece a casa do Espírito Santo como Colégio.[215] Não se tem, ainda, a data certa desse evento.

---

210 Id., ibid., p. 419; Cardim, Tratados, p. 304.
211 Id., ibid., p. 419; id., ibid., p. 304.
212 Cardim, Tratados, p. 304:
213 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. VII, § 4, p. 120; Cardim, Tratados, p. 298; Doc. hist., XVI (1930), pp. 158-162, 103-111, e LXV (1944), pp. 61- 62, 138-140.
214 Leite, H.C.J.B., VI, 133.
215 Id., ibid., p. 133.

Mas o edifício não sofreu acréscimos até o século XVIII. Permanecia a igreja e a ala da fachada do Colégio. Em 1666, a igreja ameaçava ruína, mas, em 1694, já estava pronta há alguns anos, "nova e grande".[216] Mexeu-se de novo no Colégio em 1707, erguendo-se outra ala. Em 1727 tem-se notícia da reconstrução desde os alicerces em uma parte que se havia arruinado.[217] Aproveitaram-se esses trabalhos de reconsrução e renovou-se o teto da igreja, sendo suas paredes escoradas.[218] Provavelmente, foi quando se fez a segunda torre (figs. 7 e 8). A terceira ala, que fecharia a quadra, só foi acrescentada em 1734, mas ainda sofreria o acréscimo da grande enfermaria em 1742, e da ala contígua à igreja em 1747.[219]

Vermos, assim, que após ter ficado durante mais de 120 anos apenas com a fachada, o Colégio em 40 anos foi concluído nas outras duas alas que faltavam para a quadra e em uma terceira, unida à igreja. E, após haver terminado a obra, a mais notável que o Espírito Santo teve até princípios deste século, os jesuítas aproveitaram dela pouco mais de 12 anos.

A expulsão dos jesuítas do Espírito Santo

Um alvará de 19 de janeiro de 1759 declarava os jesuítas expulsos permanentemente de Portugal e seus domínios, e outro, de 3 de setembro do mesmo ano, os desnaturalizava. Outro alvará, de 25 de fevereiro de 1761, incorporava à coroa seus bens confiscados, com exceção dos aplicados ao culto divino.[220]

No dia 4 de dezembro de 1759, João Pedro de Sousa Siqueira Ferraz, desembargador fluminense encarregado de prender os jesuítas no Espírito Santo, cercou o Colégio e, com moderação, tomou as medidas necessárias para o recolhimento dos padres das aldeias, junto aos

216 Id., ibid., p. 135.
217 Id., ibid., p. 134.
218 1d., ibid., p. 135.
219 Id., ibid., p. 134.
220 J. A. Teixeira de Melo, Efemérides Nacionais (Teixeira de Melo, Efeméri-des), 2 tornos, Rio de Janeiro; 1881, t. I, pp. 42 e 115; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuscritos do Conselho Ultramarino, Arquivo 1.3.8, pp. 1.59v.-160; Daemon, Província; pp. 164-165.

da vila, detendo-os e mantendo-os no Colégio.[221] Foram presos embarcados para o Rio de Janeiro na nau *Liburnia*, acompanhados por Siqueira Ferraz, 16 padres, a saber

> O Reitor Silveiro Pinheiro, e os Padres Antônio Neves, Manuel Fonseca, Antônio Simões, Manuel Martins, Manuel Carvalho, Antônio Jorge, Tomé Campos, Manuel Domingues, Gonçalo Alexandrino, Caetano Mendes, Antonio Reis e os ordinarios Diogo Xavier e Vicente Ferreira, os Coadjutores Leopoldo Inácio e João Delgado.[222]

O coadjutor Leopoldo Inácio aceitou a oportunidade de escapar à prisão e deportação, demitindo-se da ordem.[223] E a 14 de março de 1760, o capitão-de-mar-e-guerra Gaspar Pinheiro da Câmara Maciel dava ao conde de Bobadela, que executou as ordens reais, um recibo de ingresso a bordo da nau *Nossa Senhora do Livramento e S. José*, da qual era comandante, de 199 padres da Companhia de Jesus, para transportá-los a Lisboa.[224]

No Espírito Santo, foi nomeado o dr. Manuel Carlos da Silva Gusmão para ouvidor e corregedor da capitania.[225] Concluido o inventário em 1780, com a avaliação dos bens, só a 20 de abril de 1784 foram postos em praça pública, sendo todos arrematados pelos alferes Francisco Antônio de Carvalo, que os traspassou ao condestável Torquato Martins de Araújo, no Rio de Janeiro, a 21 de outubro de 1784.[226]

De todos os bens dos jesuítas, apenas o Colégio, com a Igreja de Santiago, não entrou no inventário.[227] Ficou como próprio nacional, como também as residências de Anchieta e Nova Almeida. E os três iriam passar por uma série de vicissitudes no fim do século XVIII, durante todo o

---

221 Daemon, Província, pp. 166-167; Mário Freire, A capitania, p. 117; Melo .Morais, História dõs jesuftas, t. II, pp. 460 e 476-477; José Caeiro, Primeira publicação .após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os jesuítas do Brasil e da India na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII) (José Caeiro, Primeira publicação), Baía, 1936, pp. 253-25 .,Leite, H.C.J.B.., VI, pp. '141-142; José Teixeira, História do estado, pp. 209-210

222 Daemon, Província, pp, 167-168 e 197-198; José Caeiro Primeira publicação, p. 255, nota 1; Melo Morais, História dos jesuítas, t. II, p. 480.

223 José Caeiro, Primeira publicação, p. 281; Antônio Paulo Ciríaco Fernandes, Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal (Ciríaco Fernandes, Missionários jesuítas), 2.a ed., Porto Alegre, 1941, pp. 92-93.

224 Alexandre José de Melo Morais, Crônica geral do Brasil (Melo Morais, Crónica geral), 2 tomos, Rio de Janeiro, 1886, t. II, p. 84.

225 Daemon, Província, p. 179.

226 Id., ibid., 181-190.

227 Mário Freire, A capitania, p. 118.

século XIX e nos inícios do século XX. Mas o Colégio, mais infeliz que as residências, foi inteiramente transformado. Descaracterizado em suas linhas sóbrias, foi mascarado no início do século XX, sem complacência, com um enfeitado revestimento neobarroco (figs. 9, 44, 45, 46 e 15) que lhe desvirtuou todo o conjunto, tendo a igreja, destituída das torres, sido incorporada ao edifício, formando um todo (figs. 35, 14, 41, 17 e 12).

O Colégio dos Jesuítas como sede do governo após a expulsão

Até o início de 1788, o edifício permaneceu abandonado, pois a 22 de dezembro de 1787 os juízes ordinários e oficiais da Câmara de Vitória solicitaram, entre outras coisas, que a rainha "lhezconfira outra Frequenzia, mandando lhez dar o Collegio dozexpulsoz Jezuítas para anovamente concedida".[228] E só aparece habitado pelo governo da capitania e futura província em 1796, quando irrompeu um incêndio nos fundos da Igreja de Santiago, saindo o presidente, às pressas. Quem noticia o evento é Basílio Carvalho Daemon, segundo uma antiga crônica.[229] Deve ter sido ocupado pelo governo, portanto, entre essas duas datas: 1788 e 1796.

A partir do momento em que passa a ser sede do governo, o edifício sofre uma série de consertos que o modificam mais internamente do que externamente. São acréscimos de algumas paredes ou remoções de outras, para possibilitar a utilização por parte das diversas repartições do governo que se localizam em todo o edifício do antigo Colégio. São vários os documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que atestam esses consertos ou modificações ocorridos no século XIX.[230] Mas nenhuma referência especial ao monumento em si mesmo, nenhum documento que se refira a plantas ou proje-

228 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 34, 11, 13, pp. 162-163v.: "A muito Alta ePoderoza Pessoa deN. Mag.' G.e Deos muitos annos. Villa de N. Snra. da V.ta Capnia do Espírito Santo, Camera de 22 de Dezembro de 1787".
229 J. J. Gomes da Silva Neto, Crônica da Companhia chamada de Jesus na antiga capitania' do Espírito Santo, desde a chegada dos primeiros jesuítas até a sua proscrição (Gomes da Silva Neto, Crônica da Companhia), Rio de Janeiro, s.d., p. 53, nota única; Daemon, Província, pp. 196-198; Mário Freire, A capitania, p. 118. Aqui existe uma controvérsia na data. Gomes da Silva Neto afirma que o incêndio ocorreu na noite de 27 de setembro de 1794 entre dez e onze horas da noite. Daemon afirma que foi no dia 28 de setembro de 1796 por volta das nove horas da noite. Mário Freire aceita a data de Daemon: 1796.
230 Arquivo Público do Espírito Santo, manuscritos dos livros da Série Governo: livro 120G: ofícios com as seguintes datas:

tos com modificações que alterassem o aspecto do prédio. Um desses documentos citados faz supor a existência de um poço no centro do pátio.[231]

A igreja de São Tiago passou a ser conhecida como 'Capela Nacional', e era onde se realizavam os principais serviços religiosos, apesar da existência da matriz a pouco mais de 300m do local. Dom João Néri, primeiro bispo do Espírito Santo, em 1901, a diz matriz da paróquia de Vitória, chamando a outra de catedral.[232]

Na torre mais baixa (fig. 13), a da direita, segundo parece, instalou-se o telégrafo, e na outra mantinham-se os sinos. Parece ainda ser nesta dos sinos que a cúpula ameaçou cair em 1882, informando o inspetor das Obras Públicas que não havia perigo de desabar, pois, apesar de não ser de boa construção, estava, porém, segura e, se acontecesse a ruína, "não causará a sua queda grande prejuízo, porque ella se deve fazer para o interior".[233]

Ela só cairia, porém, demolida, no período de governo do presidente Bernardino Monteiro (1916-1920). Mas foi no governo do presidente Jerônimo Monteiro (1908-1912) que houve uma reforma no conjunto inteiro, destruindo-se inteiramente o edifício dos jesuítas. Aliás, diga-se de passagem, que Jerônimo Monteiro e seu irmão, o bispo Dom Fernando, destruíram obras valiosíssimas da arquitetura colonial brasileira nos poucos anos em que estiveram à frente do governo (temporal e espiritual) do Espírito Santo, descaracterizando o que de melhor havia em Vitória. Falam melhor sobre o vandalismo que sofreu o edifício as próprias palavras de Jerônimo Monteiro, em seu relatório final, a 23

2/5/1868, 24/1.2/1869, 9/3/1871, 5/3/1873, 30/6/1875, 19/7/1875, 13/8/1875, 28/8/1875, 1/10/1875, 8/11/1875, 11/11/1875, .15/11/1875, 31/12/1875; livro 81G: ofícios com as seguintes datas: 14/6/1870, 13/3/1871, 18/3/1871; livro 22G: ofícios datados de: 14/2/1876, 23/4/1878; livro 31G: ofícios datados de: 11/5/1880, 22/2/1881, 16/7/1881, 27/3/1882, 17/8/1885; livro 56G: ofícios datados de: 9/12/1889, 1/4/1890, 26/5/1890, 21/7/1890, 10/1/1891.

231 Arquivo Público do Espírito Santo, manuscritos dos livros da Série Governo, livro 56G: ofício do diretor-geral das Obras Públicas do estado do Espírito Santo ao cidadão governador Afonso Cláudio de Freitas Rosa, de Vitória, 'em 1/5/1890. No ofício ele pede autorização para utilizar a importância de 102$170, dos objetos cedidos à Enfermaria Militar, no "melhoramento do Pateo da Casa do Governo, onde existe a extracção de terra em um poço a qual ..."

232 D. João Néri, "Apêndice", in Carta pastoral, II. "Visitas pastorais", p. 26.

233 Arquivo Público do Espírito Santo, manuscritos dos livros da Série Governo, livro 31G: ofício do inspetor-geral das obras públicas Maximino Maia ao presidente da província do Espírito Santo Alfeu A. Monjardim d'Andrade e Almeida, de Vitória, em 27/3/1882; Gomes da Silva Neto, Crônica da Companhia, p. 48, nota única, informa todas as medidas da torre mais baixa.

de maio de 1912, que vamos transcrever, para mostrar as modificações introduzidas no palácio do governo e as justificativas (será possível sua existência?) das causas que as determinaram:

> Neste edificio foram feitos por diversas vezes importantes melhoramentos e modificações, em varias das suas dependencias que servem para residencia do Presidente do Estado e Secretaria da Presidencia, adaptando-se, melhorando-se e alargando-se os diversos commodos e reformando-se toda a rêde de exgottos e luz, abastecendo-se fartamente de agua, de modo a offerecer o necessario confôrto. No mesmo edifício funccionam a Secretaria do Governo, Archivo Publico, Procuradoria Geral, Directoria das Finanças, de Agricultura e a Inspectoria Geral do Ensino. Todas as dependencias do edifício destinadas a estas repartições foram reformadas de accôrdo com as exigencias do serviço publico. Devido a essas obras, cada uma dessas repartições ficou dotada de espaçosas sala e gabinetes, em boas condições de relativo confôrto e modesta representação.\ Estas obras foram iniciadas e concluidas em 1909 e custaram 86:000$000. No anno passado, porém, achando-se o madeiramento superior da cobertura do Palacio grandemente estragado, reclamando geral reforma, contractei com o provecto engenheiro, Sr. Dr. Justin Norbert, a reconstrucção completa de todo o edifício. Além disso, em face do progresso material que se accentuava e cada vez mais se accentua na Victori, pela transformação que se vae operando no aspecto da cidade, que renasce e se embelleza nas novas construcções, que vão surgindo, não podia continuar o edifício do Palacio do Governo com a sua vetusta feição conventual, em constraste com as linhas de architetura dos edifícios novos e em flagrante infracção das posturas municipaes. No plano da reconstrucção, entraram a elevação de todo o edifício, rasgamento das acanhadas portas e janellas, revestimento de toda a fachada, platibandas e cornijas, a abertura da entrada principal na parte fronteira ao cáes do Imperador, ao envez da antiga entrada pelo lado da igreja de S. Thiago. Comprehende ainda esse plano a reconstrucção e adaptação da igreja de S. Thiago (já desapropriada para esse fim), para as repartições publicas e para o museu, formando um edifício separado, si bem que obedecendo aos mesmos traços de architectura do Palacio.[234]

Pelo texto, tem-se a ideia exata do que foi feito, como se pode constatar também através das fotos da época, confrontadas com as atuais (figs. 30 a 15). O telhado foi elevado; a Igreja de São Tiago foi incorporada ao prédio sem que haja distinção entre uma e outro, a não ser pela planta; janelas e portas foram mudadas em suas características; as sacadas foram transformadas; e a fachada principal, mudada de lugar, para que a entrada de honra se fizesse pela escadaria —

234 Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quatriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1913), pp. 243-244; Leis do Congresso Legislativo do estado do Espírito Santo votadas nas sessões extraordinárias e ordinárias de 1912 (Vitória, 1914), Lei n.º 813, itens 4 e-5, p. 4.

construída, com o aspecto atual, na mesma época — que ligava o cais de desembarque, então chamado do Imperador, ao "Colégio dos extintos jesuitas", chamando depois, por pura ironia histórica, de 'Palácio Anchieta'. Como herança da Igreja de São Tiago, após a incorporação completa ao Colégio, só restaram, aparentemente: três pias de pedra (figs. 45, 49, 43 e 44); um capitel de madeira pela metade, para ser unido à parede (figs. 45 e 46); e a parte vertical de uma pia, possivelmente da sacristia, em pedra de lioz (figs. 47 e 48). Todos se encontram atualmente no Museu Santa Luzia, sendo que a última pela aparenta ser o único elemento trabalhado em pedra de lioz da antiga Igreja de São Tiago. Além desses elementos arquitetônicos, ainda restam duas imagens em madeira, provavelmente do século XVII — de Santo Inácio de Loyola e de São Francisco Xavier — que se encontram hoje na Igreja de São Gonçalo, em Vitória.

Após os 'melhoramentos' introduzidos por Jerônimo Monteiro, só sobrou do conjunto todo a torre da esquerda da Igreja de São Tiago, exatamente a mais recente. Mas durou muito pouco mais que a outra. Bernardino Monteiro, outro irmão de Jerônimo Monteiro, completou a obra de destruição, mandando demoli-la em 1919 (figs. 18 e 16).[235] E foi por pura ironia que, descaracterizado de todo, o edifício permaneceu por mais sete anos com uma torre da igreja, como um apêndice, para atestar a 'vetustez' do prédio. Exatamente como alguém que fizesse

235 Mensagem dirigida pelo presidente do estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Sousa Monteiro, ao Congresso Legislativo, em sua 1. a sessão ordinária da 10. legislatura (Vitória, s.d.; a mensagem é datada de 12/10/1919), pp. 38-39. A demolição da torre foi levada a termo, ainda em seu governo, pois, entre as páginas 4 e 5 do relatório que o mesmo Bernardino Monteiro apresentou, ao entregar o governo, em 23/5/1920, saiu publicada uma fotografia da fachada do edifício, sem a torre, como se pode ver na fig. 89, retirada da própria publicação; Arquivo Público do Espírito Santo, Fundo Documental Governadoria, ex-Miscelânea de 1919: ata e condições de estabilidade da torre do palácio. O presidente Bernardino de Sousa Monteiro reuniu uma comissão formada pelos engenheiros civis Bento Plácido Peixoto de Amarante, Ceciliano Abel de Almeida e Antônio Francisco de Ataíde e os construtores Manuel Rodrigues Ribeiro, Barillari Natali e Joaquim Miranda que, a 14 de setembro de 1919, no próprio palácio Anchieta, examinou "a, torre de S. Thiago, que se conserva ainda com vestígio da antiga Igreja ali existen-te". Após detido exame, a comissão opinou "que a torre examinada não offerece mais garantias de estabilidade futura, devendo, por isso, ser demolida". O enge-nheiro civil Antônio 'Francisco de Ataíde discordou do parecer, não assinou a ata e redigiu um documento no dia seguinte, onde afirma que "a torre de Palacio não offerece presentemente nenhuma ruiva imminente que determine sua demolição, pois suas aréstas e faces estão na vertical, conservando-se em equilibrio estavel".

uma operação para tirar rugas do rosto e o cirurgião-plástico, para mostrar a sua capacidade de trabalho e sua 'arte', deixasse uma ruga para contrastar com o 'embelezamento'.-

Estado atual do prédio

As fotografias tiradas antes, durante e depois das reformas e as atuais mostram os contrastes apresentados pela 'reconstrução' do edifício. E as plantas anexadas, executadas em 1934 (figs. 7 e 8), que são os desenhos mais antigos que encontramos, mostram, ainda, apesar das modificações, o local exato da Igreja de São Tiago e o desenvolvimento das dependências do Colégio à volta de um pátio central.[236]

O Colégio tem sua quadra completa ainda hoje, apesar das modificações introduzidas para que servisse de palácio do governo. Uma foto (fig. 37) de antes das reformas de 1910-1912 mostra que, à volta do pátio, existiam os pilares que suportavam o corredor avarandado do andar de cima. A foto citada parece referir-se ao 'quarto' da fachada principal.

O pátio interno de hoje é ainda menor do que o que a planta de maio de 1934 apresenta. Nessa planta (fig. 49) percebe-se perfeitamente a separação do quarto da igreja dos três quartos do Colégio propriamente dito.

Apesar de apresentar três andares em sua fachada sul (e também na fachada este), o Colégio apresentava dois andares em sua fachada principal. O fato se deve à irregularidade do terreno. Acontece que essa 'irregularidade do terreno' permitiu que, realmente nos três quartos da quadra referentes ao Colégio se tivessem três andares: um térreo, todo irregular, e dois superiores. Desse modo, o piso da igreja estava à altura do piso do primeiro dos dois andares. E a planta apresentada permite ver isso muito bem.

O 'corredor avarandado' do primeiro andar citado, na planta apresentada, tem seu acesso externo pela torre de ligação entre a 'casa' e a igreja. Seria, neste trecho, junto à igreja, mais largo do que no resto do edifício, segundo apare-

236 As plantas apresentadas nas figs. 7 e 8 foram retiradas da publicação do estado do Espírito Santo: O patrimônio do estado, anexo sob o n.º 3 à exposição do exmo. sr. interventor federal neste estado (exposição do serviço feita pelo respectivo encarregado em dezembro de 1934, Vitória, 1935, sem número de página.

ce na planta desse primeiro andar e confirmado na planta do segundo pavimento (fig. 50).

Essas plantas (figs. 7 e 8) não correspondem a um levantamento exato do edifício, pois todas as linhas se encontram em ângulo reto, coisa que não seria possível nem nas construções modernas, se se fizesse seu levantamento. Que dizer, então, de uma construção dos jesuítas? Esse fato também nos embaraça nas verificações dos vãos originais nas paredes e, também, quanto às grossuras das próprias paredes. Há certas paredes internas que são tão ou mais grossas do que as paredes que cercam o edifício. E o autor do levantamento não considerou isso. Como não considerou também que só recentemente se cortam paredes, para vãos, perpendicularmente a elas. Na época dos jesuítas, as paredes eram cortadas, para os vãos, inclinadas — ensutadas —, para permitir uma maior abertura internamente e uma abertura menor para fora, e para que as folhas das janelas tivessem mais espaço não só para abrir, mas também para oferecer mais luz para o interior. Sabe-se pela planta, porém, e por fotos de antes das reformas de 1919-1912, que o número de aberturas foi aumentando nas fachadas do Colégio (figs. 29 e 9, para a fachada sul; e 29, 30, 14, 11 e 40, para a fachada leste).

Não fizemos o levantamento desse edifício por ser quase impossível, no momento, em virtude de sua utilização como palácio do governo e pelas inúmeras modificações que sofreu recentemente. E a planta de 1934, até certo ponto, satisfaz nossas pretensões de agora.

Há muito pouco o que acrescentar. Cada governador modifica algo internamente, ou manda pintar de cor diferente. E o túmulo de Anchieta, que existiu na Igreja de São Tiago até 1611, quando seus restos mortais foram transladados para a Bahia por ordem do Pe. Claudio Aquaviva, tem, atualmente, um cenotáfio em outro lugar, dentro do próprio prédio, para relembrar o local primeiro do último descanso do apóstolo do Brasil.[237]

237 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. XV, § 7, 149.



Fig. 10. Palácio do governo: estado atual. Fachada norte. Foto do autor.



Fig.11. Palácio do governo: estado atual, fachadas sul (principal do palácio) e leste (principal do antigo Colégio dos Jesuítas). Foto do autor.



Fig. 12. Palácio do governo: estado atual. Fachada leste. Detalhe do trecho correspondente à fachada da antiga Igreja de São Tiago. Vê-se a porta da atual entrada administrativa do palácio, que fica sobre o trecho ocupado pela antiga torre de ligação. Foto do autor.

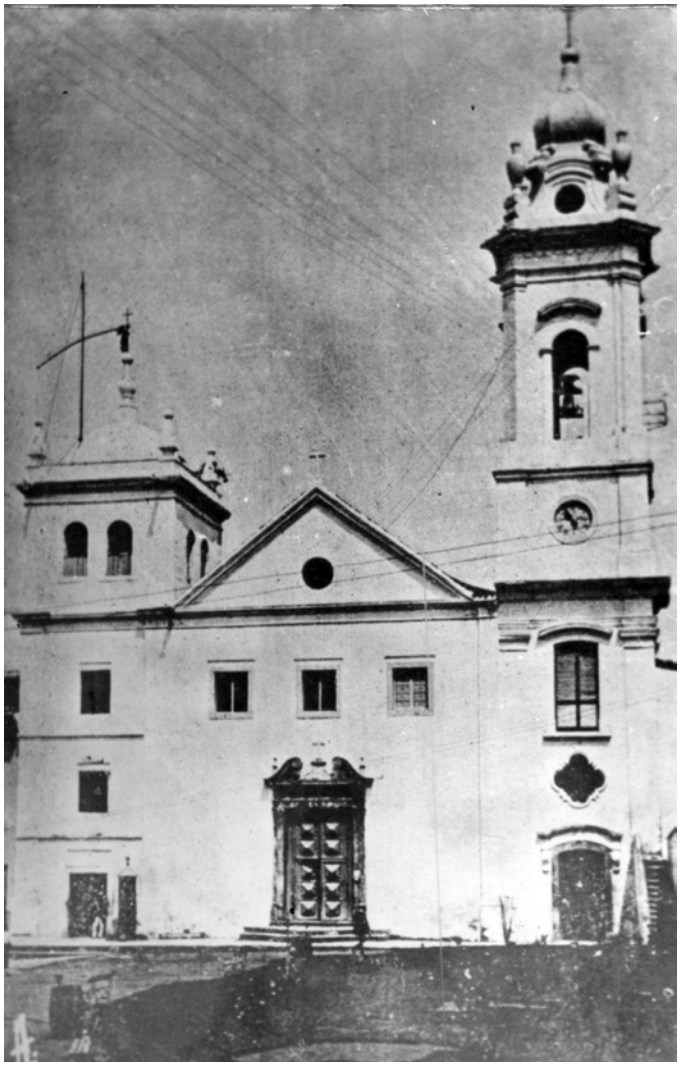


Fig. 13. Fachada da Igreja de São Tiago antes das reformas de 1910-1912. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória,. 1914), p. 251



Fig. 14. Colégio dos Jesuítas: vista por ocasião das reformas de 1910-1912. O colégio já aparece reformado. A Igreja de São Tiago apresenta ainda todas as aberturas, mas o frontão foi substituído por uma fileira horizontal de cinco janelas, e a torre mais elevada teve sua janela, na mesma altura, substituída por dois vãos. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1914), p. 249.



Fig. 15. Palácio do governo: estado atual. Fachada oeste e sul. Foto do autor.



Fig. 16. Igreja de São Tiago: fachada após a demolição da torre restante. e dos vãos colocados em substituição ao frontão. Foto do relatório apresentado pelo Dr.. Bernardino de Sousa Monteiro, presidente do estado sobre sua gestão no quadriênio de 23 de maio de 1916 a 23 de maio de 1920, ao passar o governo do Espírito Santo ao seu sucessor, o cel. Nestor Gomes (Vitória, 1920), foto entre as pp. 4 e 5.



Fig. 17 Palácio do governo: estado atual, fachada leste (principal do antigo Colégio dos Jesuítas). Atualmente é a entrada administrativa do palácio. Foto do autor.



Fig. 18. Igreja de São Tiago: fachada após a transformação de 1910-1912. Con--servou-se a torre mais alta. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1914), p. 251.

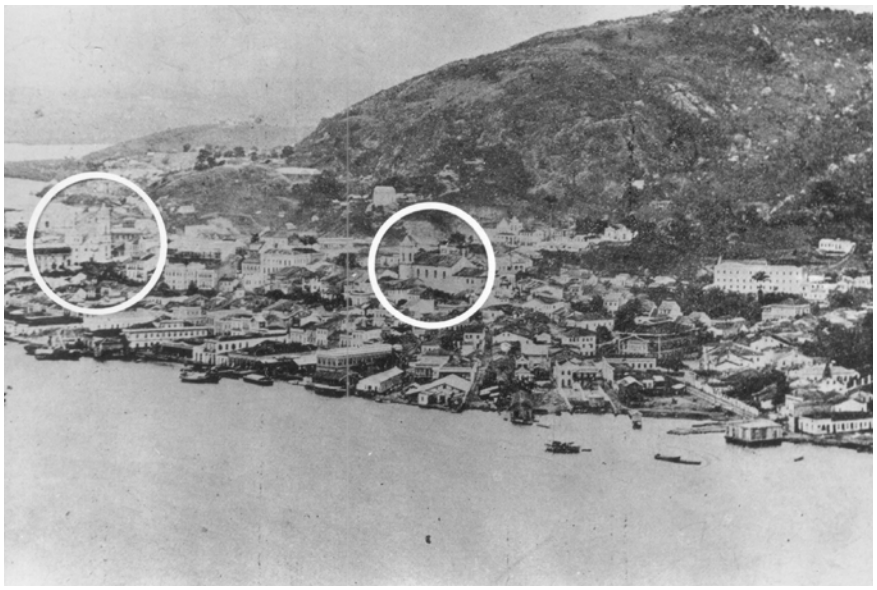


Fig. 19. Vista parcial de Vitória no princípio do século XX. Vê-se no centro, em destaque, a catedral (antiga matriz), cuja fachada estava voltada para o Colégio dos Jesuítas, assinalada na foto, no canto esquerdo. Foto do Arquivo Público do Espírito Santo (APES)



Fig. 20. Vista parcial de Vitória, da mesma época que a anterior, mas de outro ângulo, com os mesmos edifícios assinalados. O antigo Colégio dos Jesuítas é visto no canto direito. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)



Fig. 21. Vista da Igreja de São Tiago, do Colégio dos Jesuítas em Vitória, antes das alterações de 1910-1912. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES



Fig. 22. Vista de Vitória, desde o Campinho (Parque Moscoso). Assinalamos o edifício do Colégio dos Jesuítas já modificado (à direita) e a catedral (à esquerda). Entre ambos aparece a Igreja de São Gonçalo. Foto do APES

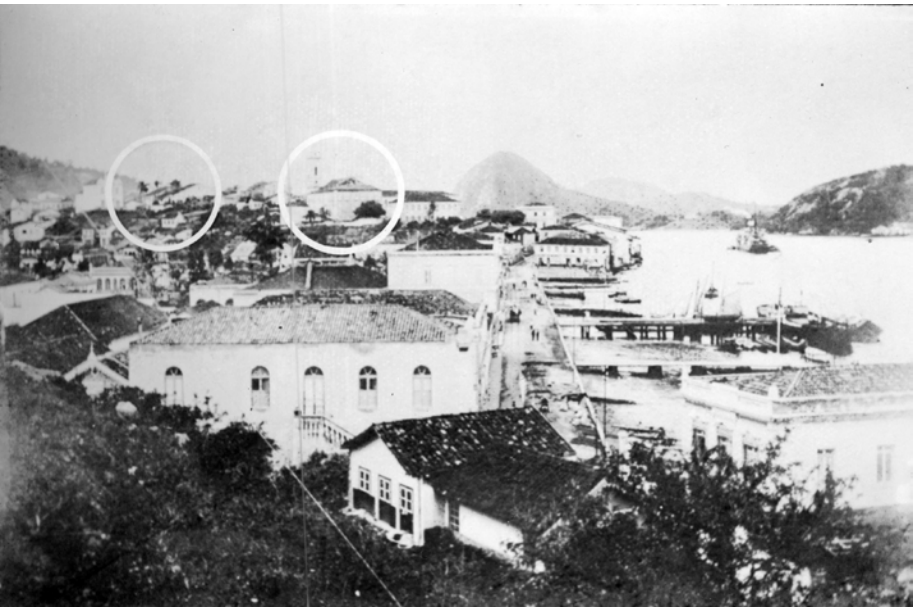


Fig. 23. Vista de Vitória, desde o morro da Santa Casa de Misericórdia. Assinalam-se o Colégio dos JeSuítas antes das reformas de 1910-1912, visto por trás, e parte do frontão e torre da catedral (antiga matriz). Acervo IPHAN-ES



Fig. 24. Vista de Vitória, desde o morro do Moscoso. Assinalam-se o Colégio dos Jesuítas antes das reformas de 1910-1912 e a catedral (antiga matriz). Ver fig. 33A, onde se. vê o Colégio, quase do mesmo ângulo, após as reformas.
Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES

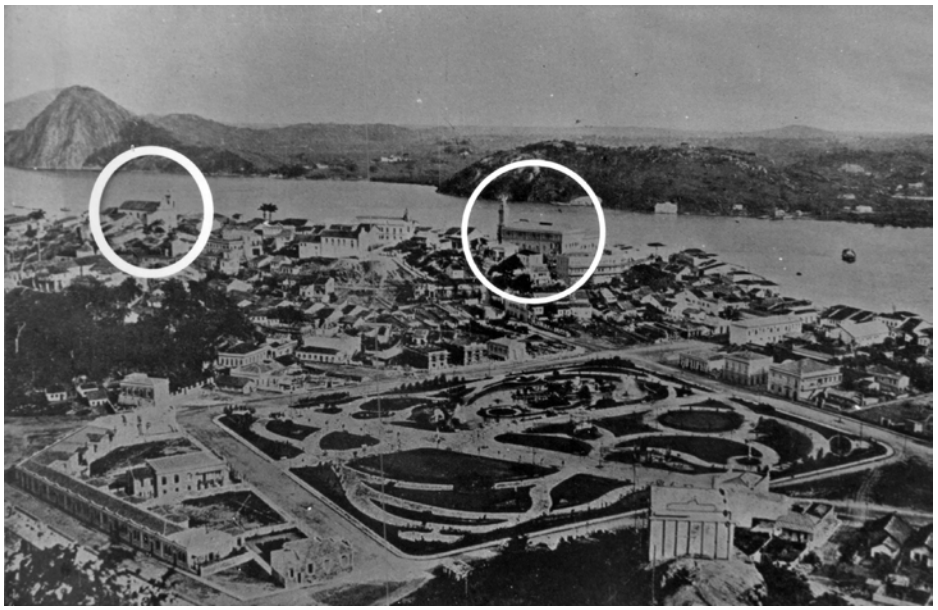


Fig. 25. Vista de Vitória, desde o morro do Moscoso, por volta de 1912. Assina-lam-se o edifício do Colégio dos Jesuítas, já alterado, e a catedral. Em primeiro plano, o Parque Moscoso. Foto de Artur E. Magarinos Torres Filho, O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico (Rio de Janeiro, 1913), p. 17

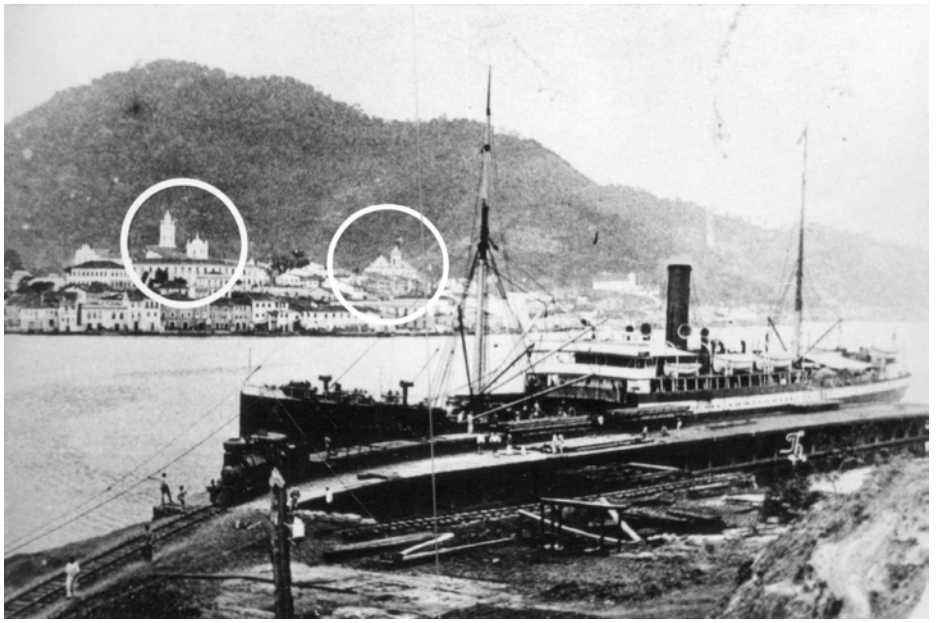


Fig. 26. Vista de Vitória, desde Paul (Vila Velha), do princípio deste século. Assinalam-se a catedral (à direita) e as torres da Igreja de São Tiago do Colégio dos Jesuítas. Foto do APES

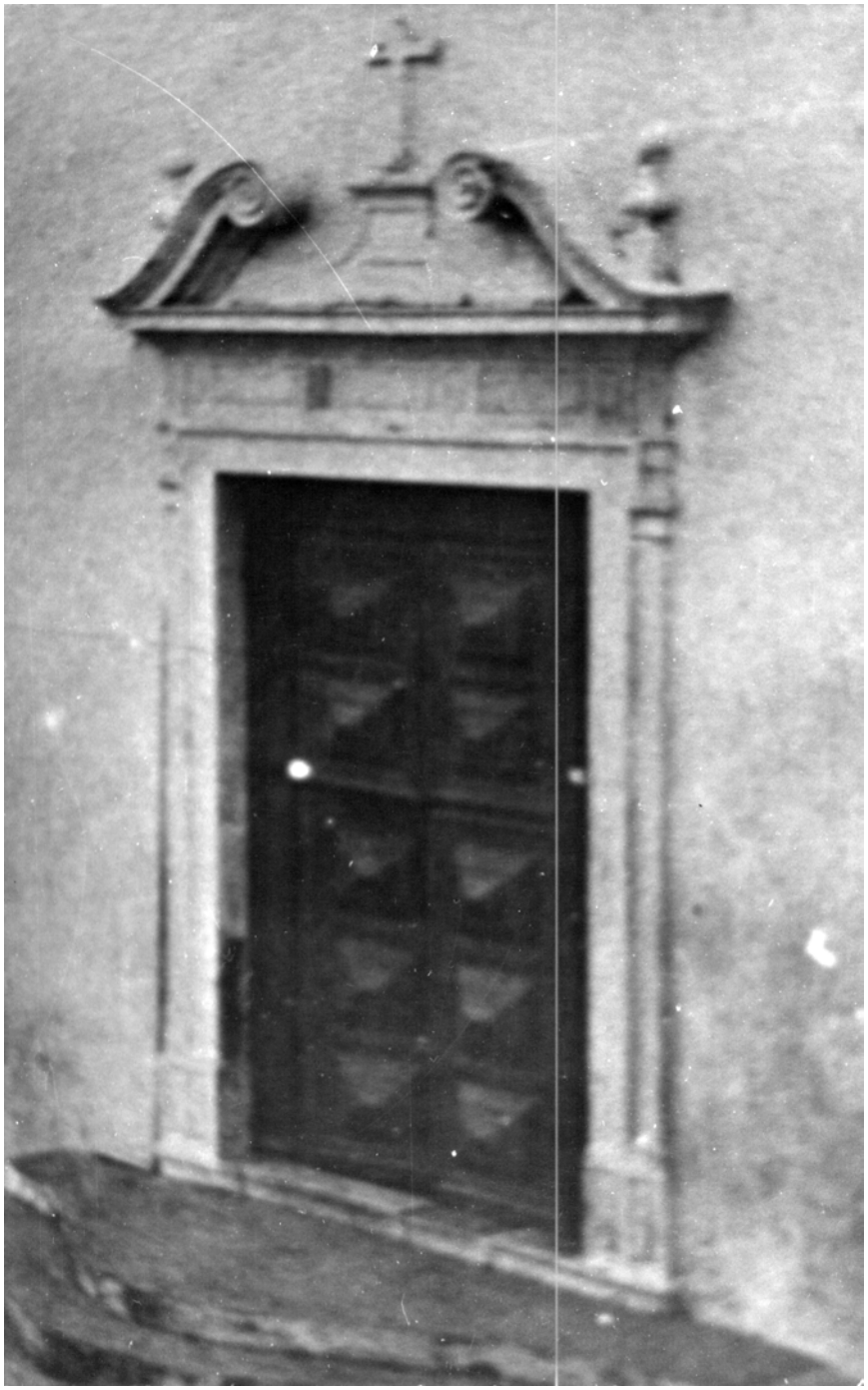


Fig. 27. Igreja de São Tiago: porta principal de entrada (detalhe da foto 36A). Foto do APES.



Fig. 28. Vista parcial de Vitória, onde se assinalam o Colégio dos Jesuítas, já modificado para ser palácio do governo (à esquerda), e a catedral, no canto direito. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES

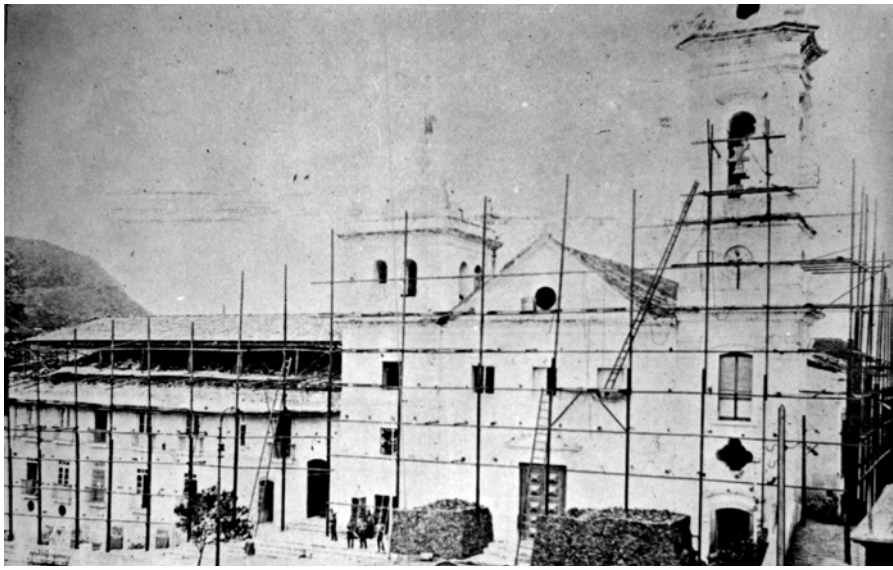


Fig. 29. O Colégio dos Jesuítas antes das reformas de 1910-1912. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES



Fig. 30. O Colégio dos Jesuítas antes das reformas de 1910-1912. Foto do APES.



Fig. 33 Fachada sul do Colégio dos Jesuítas ao se iniciarem as obras de reforma de 1910-1912. Foto do APES.

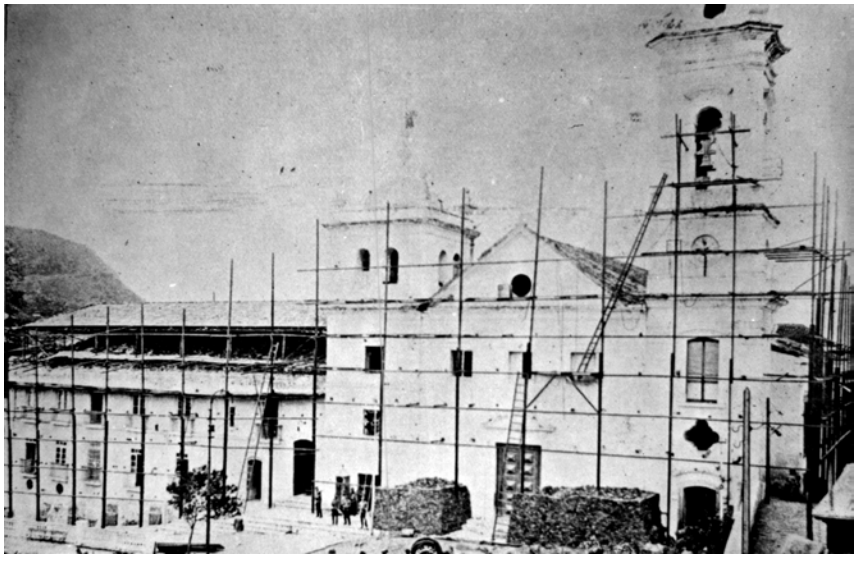


Fig. 31. O Colégio dos Jesuítas sendo modificado em 1912. Nota-se perfeitamente o quanto o telhado do colégio foi elevado para a transformação em palácio do governo. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1914), p. 259

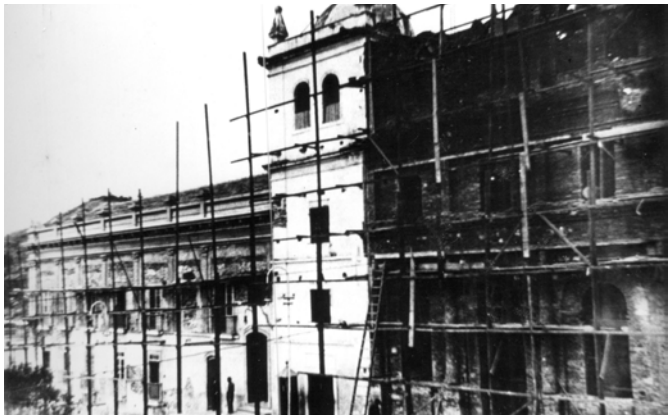


Fig. 32. Fachada principal da Igreja de São Tiago, já desfigurada. Vê-se o frontão retirado e substituído por urna fileira de janelas que, algum tempo mais tarde, junto com a torre maior, foi também retirada. Nota-se a torre de ligação ainda intacta, embora o telhado da fachada do colégio já tenha sido elevado; já se nota o acréscimo do reboco neobarroco feito à. parede do andar superior. Foto do APES.

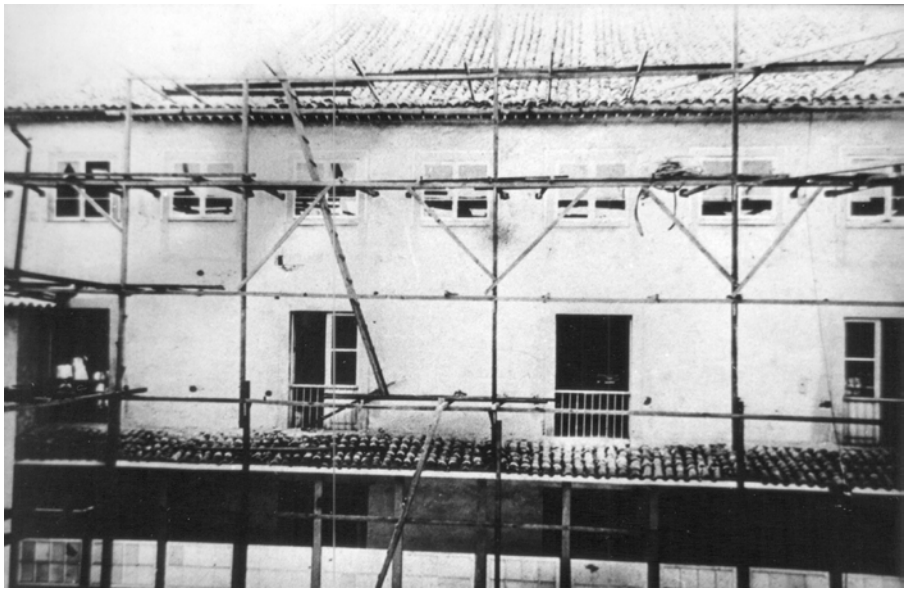


Fig. 34. Colégio dos Jesuítas: vista do pátio interno durante as reformas de 1910-1912 (detalhe). Foto do APES.



Fig. 36. Colégio dos Jesuítas: vista do pátio interno durante as reformas, onde se pode notar a elevação do telhado do colégio em sua transformação em palácio do governo. Foto do APES.



Fig. 35. Colégio dos Jesuítas: vista do pátio interno durante as reformas de 1910-1912. Nota-se neste detalhe, no canto inferior direito, um dos pilares de sustentação do corredor superior. Foto do APES.



Fig. 37. Colégio dos Jesuítas: vista do pátio interno antes das reformas. Notam-se os pilares de sustentação do corredor do andar superior, aparecendo apenas os 'capitéis'. Pode-se observar que esses dois andares de corredores são fechados com madeira e que as colunas de sustentação, que se apóiam sobre os pilares, são também de madeira. Foto do APES.



Fig. 38 Colégio dos Jesuítas: vista do pátio interno no ponto de encontro entre a Igreja de São Tiago e o colégio. Vê-se claramente a altura do telhado do colégio sendo elevada para a transformação em 1910-1912, que deu lugar ao palácio do governo. Foto do APES.

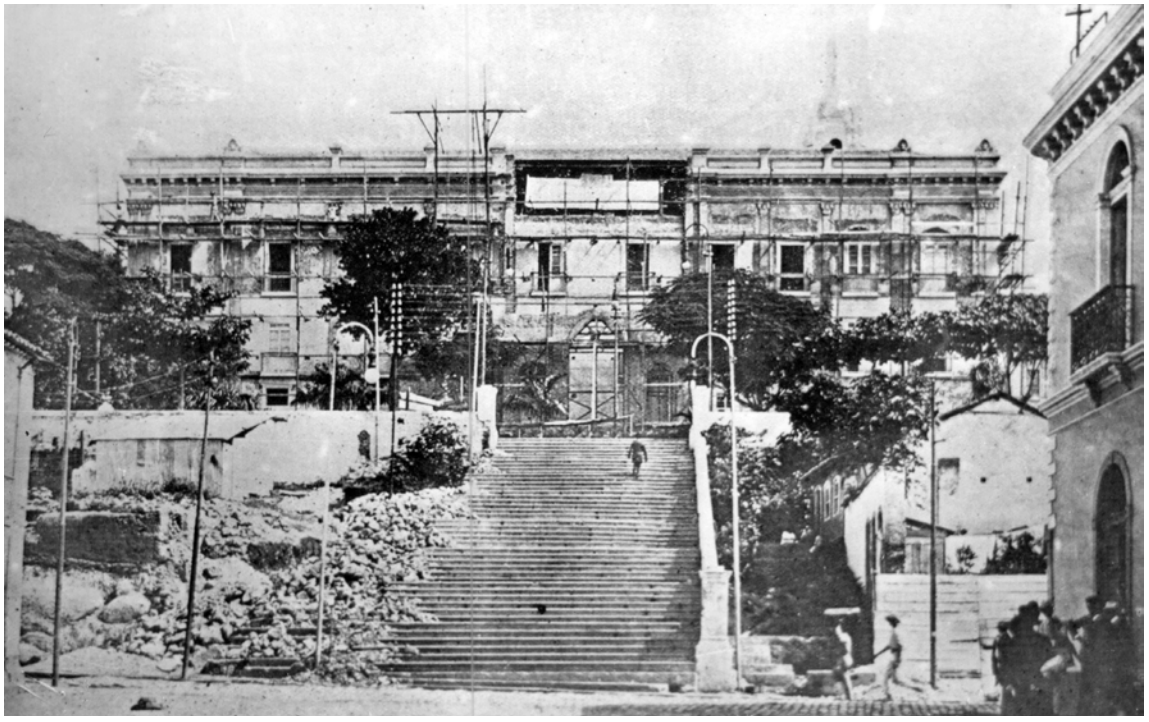


Fig. 39. Colégio dos Jesuítas: fachada sul por ocasião das reformas de 1910-1912, quando foi transformada na entrada principal do palácio do governo. Foto de Jerônimo Monteiro, Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 (Vitória, 1914), p. 253.



Fig. 40. Palácio do governo: estado atual. Fachadas leste e norte. Foto do autor.

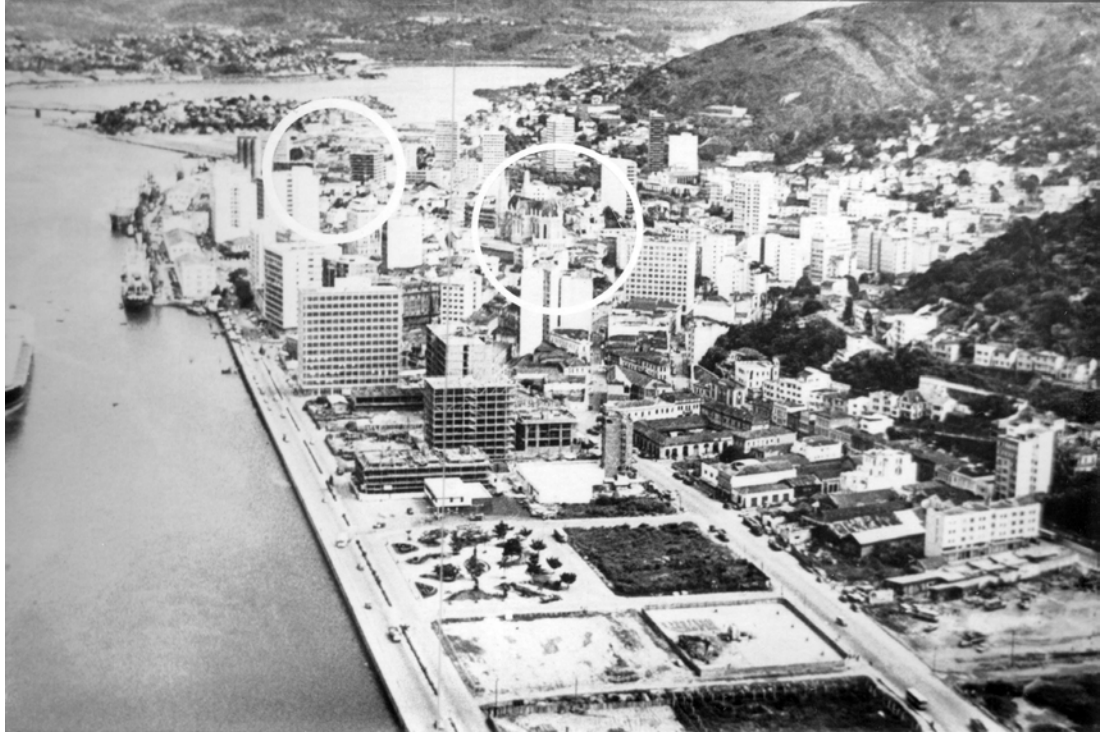


Fig. 41 Vista parcial de Vitória (1968), onde se assinala o prédio do governo, dito `Anchieta', e a catedral (antiga matriz), desde o lado oposto ao da foto 43A. Foto de Paulo Bonino, pertencente ao Museu de Arte e História do Espírito Santo.

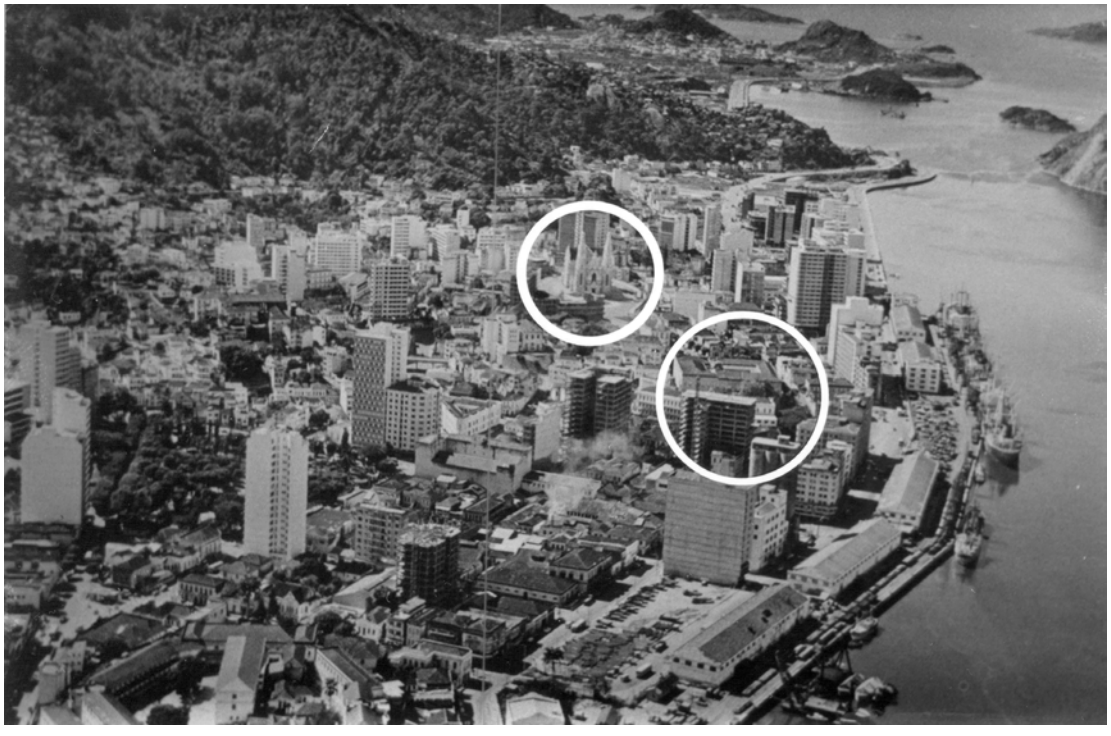


Fig. 42 Vista parcial de Vitória (1968), onde se assinala o prédio do palácio do governo, dito `Anchieta', e a catedral (antiga matriz). Foto de Paulo Bonino, pertencente ao Museu de Arte e História do Espírito Santo.



Fig. 43, Igreja de São Tiago: pia (lioz). Museu Santa Luzia. Fotos SAV-CA R-UFES.



Fig. 45. Igreja de São Tiago: capi-tel (madeira pintada), Museu Santa Luzia. Fotos do autor.



Fig. 44. Igreja de São Tiago: capi-tel (madeira pintada), Museu Santa Luzia. Fotos do autor.



Fig. 46, Igreja de São Tiago: pia (lioz). Museu Santa Luzia. Fotos SAV-CA R-UFES.



Fig. 47. Igreja de São Tiago: pia (pedra). Museu Santa Luzia. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 48 Igreja de São Tiago: pias (pedra). Museu Santa Luzia. Foto do Setor Audiovisual do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (SAV - CAR - UFES).



Fig. 49. Igreja de São Tiago: pia (pedra). Museu Santa Luzia. Fotos SAV-CAR-UFES.

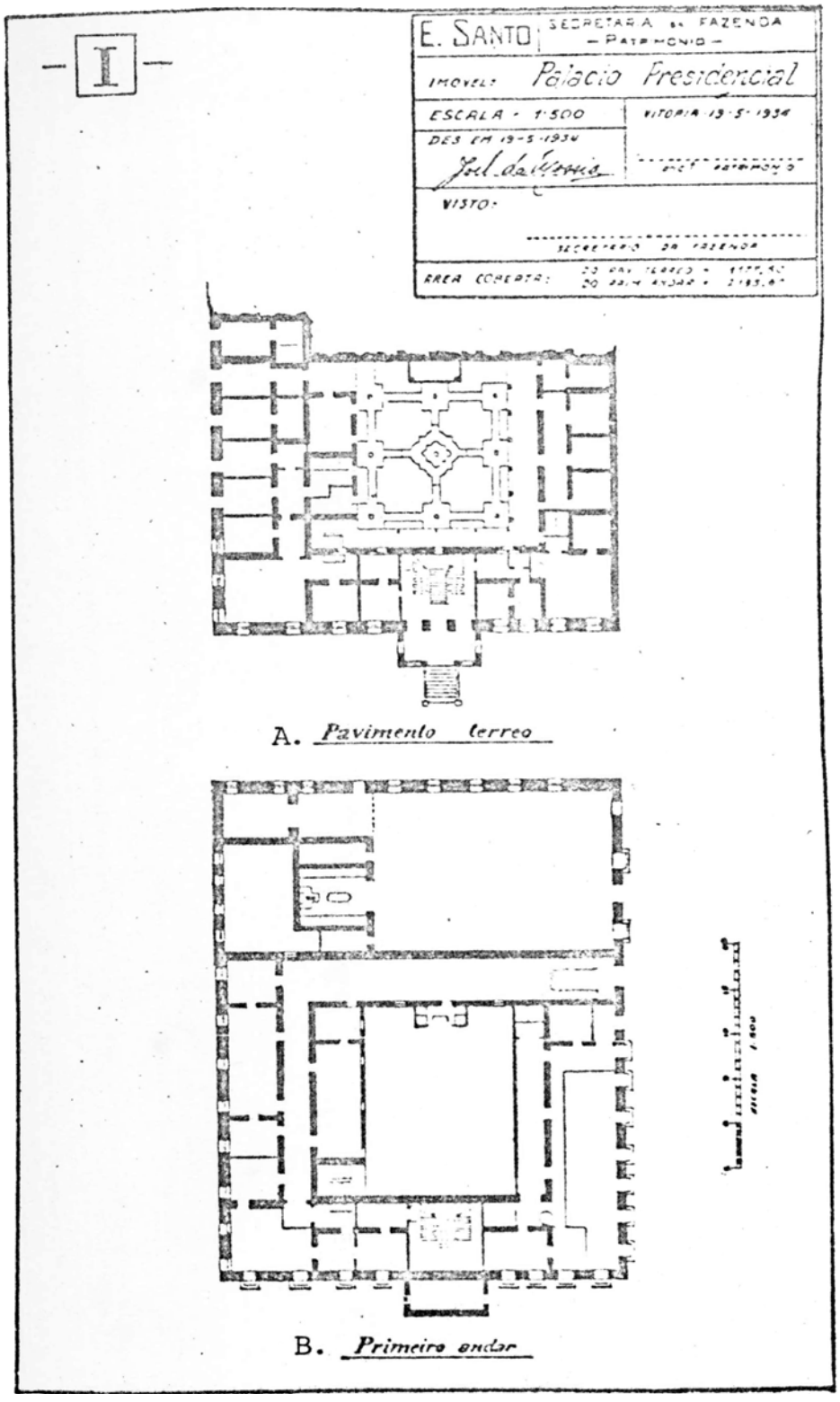


Fig. 50A. Plantas do Palácio Anchieta, antigo Colégio dos Jesuítas, executadas em 1934, insertas no folheto O patrimônio do estado (exposição do ser-viço feito pelo respectivo encarregado em dezembro de 1934). Anexo sob o nº 3 à exposição do exmo. sr. interventor federal neste estado (Vitória, 1935), sem numeração de página.

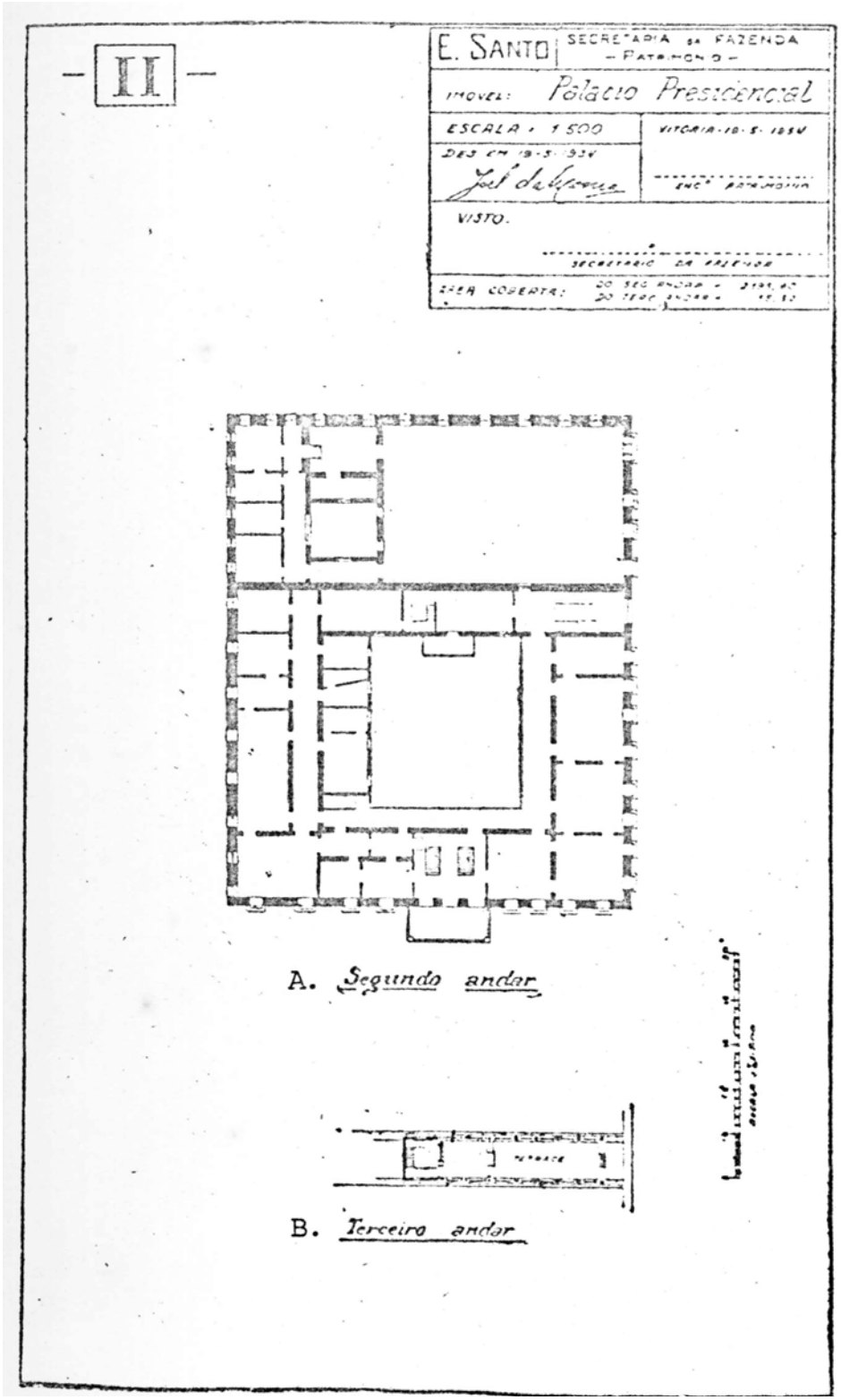
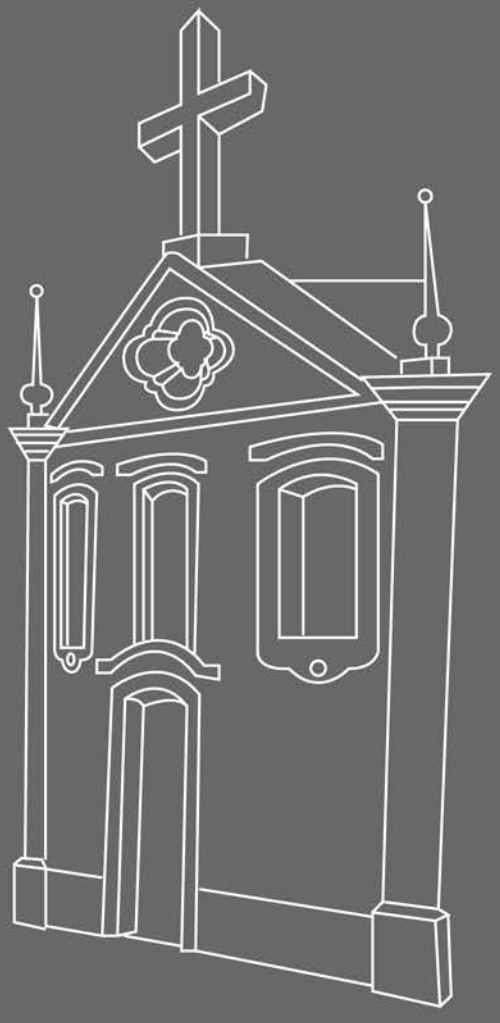
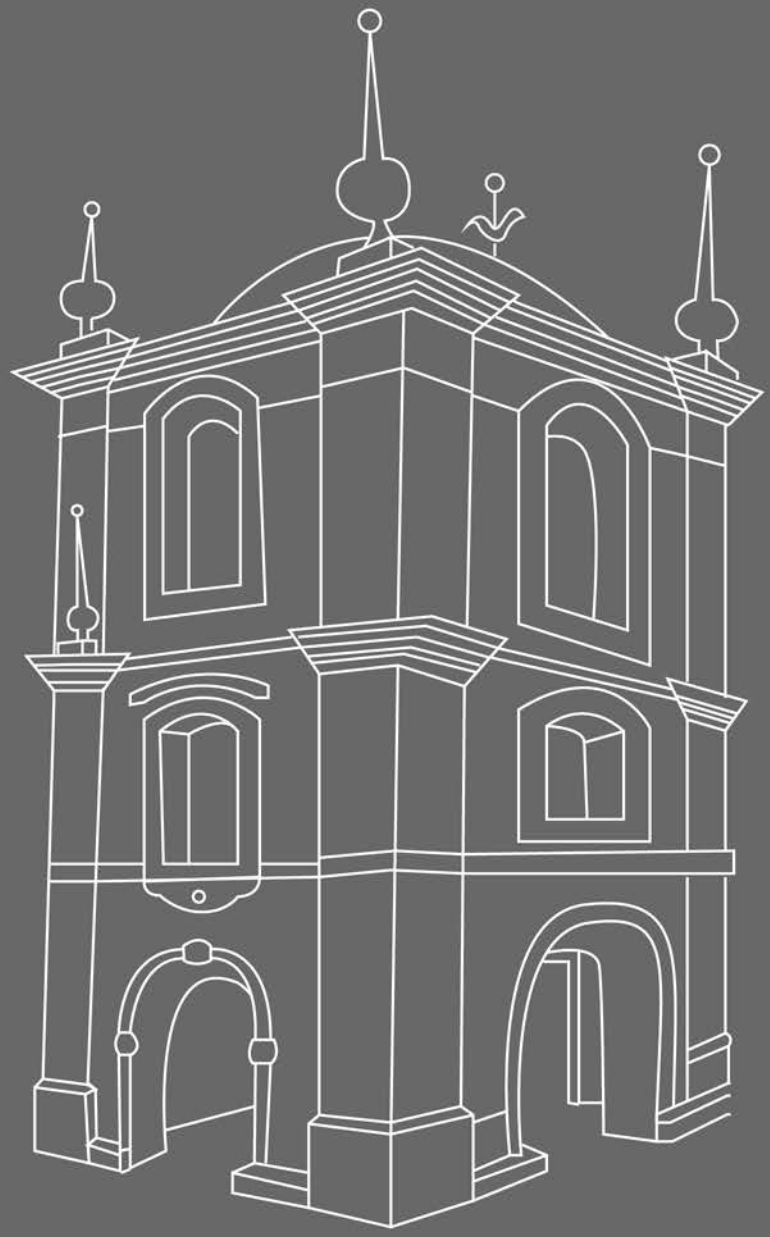


Fig. 50B. Plantas do palácio Anchieta, antigo Colégio dos Jesuítas, executadas em 1934, insertas no folheto O patrimônio do estado (exposição do ser-viço feito pelo respectivo encarregado em dezembro de 1934). Anexo sob o nº 3 à exposição do exmo. sr. interventor federal neste estado (Vitória, 1935), sem numeração de página.





Capítulo III

Aldeamentos no Espírito Santo

No Espírito Santo, é difícil determinar não só os locais onde se situaram os primeiros aldeamentos, devido às muitas mudanças que ocorriam, mas também a própria nomeação de cada aldeia. Muitas delas não aparecem nomeadas, ou melhor, são citadas como tais, sem especificação ou localização. Mesmo Serafim Leite, que estudou profundamente a ação dos jesuítas no Brasil e escreveu exaustivamente sobre eles, sentiu essa dificuldade e disse que isso não era um 'privilégio' dos aldeamentos da antiga capitania do Espírito Santo.[238]

A primeira notícia de contacto de índios com jesuítas no Espírito Santo data de 1551, quando Afonso Brás a eles se refere como mudáveis e inaptos para receber o batismo, pois voltavam com facilidade a seus antigos costumes, indo-se para o meio dos seus.[239] Só quatro anos mais tarde, em 1555, é que se teriam novas notícias dos indígenas da capitania, mas com referência a um aldeamento, uma vez que, no caso de Afonso Brás, ainda não se fala em aldeia de cuja formação os jesuítas tivessem participado.

Antes, entretanto, de fornecer informações sobre o aldeamento, o primeiro que se formaria na capitania, Luís da Grã, que estava de passagem pelo Espírito Santo, achou os índios muito separados da povoação portuguesa e, do mesmo modo que em todas as outras capitanias, contrários à ideia de darem seus filhos para o trabalho de doutrina.[240]

238 Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (Leite; H. C.J.B.) 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, I, p. 229.
239 Afrânio Peixoto, ed., Cartas avulsas (1550-1568) (Cartas avulsas), Rio de Janeiro, 1931, p. 88; Serafim Leite, ed., Monumenta Brasiliae (Mon. Bras.), 4 vols., Roma, 1956-1960, I, pp. 274-275.
240 Mon. Bras., II, p. 224; Serafim Leite, ed., Novas cartas jesuíticas (De Nóbrega a Vieira) (Novas cartas), São Paulo, 1940, p. 178.

Primeiros aldeamentos

Durante a permanência de Luís da Grã no Espírito Santo, um principal temininó, do Rio de Janeiro, chamado Maracaiaguaçu — Gato Grande —, por estar sempre em guerra com os tamoios e desejar tornar-se cristão, procurou socorrer-se com o donatário da capitania, para assentar-se no Espírito Santo. Vasco Fernandes Coutinho mandou quatro navios buscá-lo e aos seus, assentando-os em um lugar próximo à vila, onde construíram suas casas. O próprio Luis da Grã exprimiu desejo de ficar com eles, para ajudá-los, mas o encargo recaiu sobre Brás Lourenço.[241] Era a primeira notícia do primeiro aldeamento da capitania. Essa aldeia, mais tarde, passou a ser conhecida com o nome da senhora de cuja invocação seria a igreja lá construida: Nossa Senhora da Conceição. Qual teria sido o sítio em que se fixou esse primeiro aldeamento? Difícil precisar. Mais adiante veremos que parece ter sido a própria ilha de Vitória.

Francisco Pires, em maio de 1557, dá notícias a Nóbrega de uma aldeia de Gerabaia, indígena, ou melhor, não formada pelos brancos, que ele visitava raramente, e cujos índios desejavam receber a doutrina dos padres. Dessa aldeia os padres não voltaram a falar.[242] Na mesma carta é citada uma outra aldeia, Maragui, que era visitada pelos jesuítas com muita dificuldade, mas que, à época da carta, já não se visitava mais, pois o donatário "los mandó venir y ajuntar com estes que estão cerca de la vilha".[243] Ora, os que estava "cerca de

241 Simão de Vasconcelos, Crônica da Companhia de Jesus no estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo (S. Vasconcelos, Crônica), Rio de Janeiro, 1864, livro I, § 202, p. 105; Novas cartas, pp. 179-181; Mon. Bras., II, pp. 226-228.
242 Cartas avulsas, pp. 194-195 e 215; Mon. Bras., II, p. 373, e III, p. 40; Serafim Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, Serafim Leite, ed. (Leite, "Notas"; in Monumenta Brasiliae), (4 vols., Roma, 1956-19.60), III, p. 40 nota 11.
243 Cartas avulsas, p. 196; Mon. Bras., II, pp. 375-376: carta do Pe. Francisco Pires ao Pe. Manuel da Nóbrega, do Espírito Santo, em maio de 1557: "Um dos trabalhos que corporalmente cá sentimos, maximé no verão, era ir à aldêa de Maraguay; porque esta terra é muito quente e deleixada e o caminho tinha algu-mas subidas (...); por causa do negocio que disse, o Governador os mandou vir e ajuntar com estes que estão perto da villa"; Cartas avulsas, p. 220; Mon. Bras., III, p. 47: carta do irmão Antônio de Sá aos padres e irmãos da Bahia, do Espírito Santo, a 13/6/1559: Antônio de Sá cita nessa carta um lugar por nome Mariguegy-pe, que Serafim Leite supõe ser a aldeia de Maraguai, citada acima (que em Mon. Bras., II, p. 375, saiu com o nome de "Maragui"), quando diz em Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, III, p. 47, nota 21: "Parece tratar-se de Maragui, já men-cionado em 1557, para cuja Aldeia o caminho tinha subidas E curioso obser-var que o texto da carta de Francisco Pires é bem claro ao afirmar que os índios dessa aldeia, por ordem do governador, vieram unir-se aos do 'Gato', situados perto da vila, como transcrevemos acima. (O grifo, na primeira citação é do original.)

la vilha" a essa época só podiam ser os do Gato Grande. Portanto, uniram-se as duas aldeias em uma só e no local mais próximo dos brancos.

O Pe. Francisco Pires fala também em sua carta de um índio, irmão de Maracaiaguaçu, que chama de *Qan Grande* e que se mudou para Guarapari, a seis léguas da vila. Assentou-se próximo do mar e, ainda à época da carta, não fora visitado pelos padres que esperavam que ele e seus índios se estabelecessem primeiro com casas, para que lá fossem.[244]

Em 1559, o irmão Antônio de Sá informa que já haviam escolhido um sítio bom para a construção de uma residência com igreja na aldeia de Maracaiaguaçu e que, enquanto não começavam, os índios já estavam autorizados a erguer um *tixipar* no meio da aldeia, para que ele pudesse lá residir.[245] Esse irmão já lá ia todos os dias ensinar a doutrina e a língua portuguesa aos índios.[246]

Na carta desse irmão Antônio de Sá, temos uma informação preciosa e interessante. No princípio da carta, ele informa que Maracaiaguaçu, por ser importunado pelos cristãos brancos portugueses, "se poz á outra banda com toda sua casa".[247] Mais à frente, esse irmão fala de um filho daquele chefe indígena, chamado Manemoacu, que "estava mui doente na aldeia da villa".[248] Ora, isso faz supor que a aldeia de Maracaiaguaçu, iniciada em 1555, se fez na própria vila da Vitória ou "cerca de la vilha", como vimos acima, quando da transferência da aldeia de Maragui para junto da de Maracaiaguaçu, embora José Teixeira de Oliveira afirme que aquela fundação (do aldea-

244 Cartas avulsas, p. 196; Mon. Bras., II, p. 376; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 374, nota 13.
245 Cartas avulsas, pp. 219-220; Mon. Bras., III, pp. 45-47; frei Vicente do Salvador, História do Brasil (frei Vicente do Salvador, História), 3.a ed., São Paulo 1931, p. 181: frei Vicente não diz tixipar mas tujupar: " ...saltaram em terra, e feitos tujüpares, que são umas tendas ou choupanas de palha, pera morarem .. ."; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, III, p. 47, nota 19: cita o "Vocabulário" de Leonardo do Vale como dando Tejgiupaba, significando choupana; Antônio Bláz-quez cita tixupar em Cartas avulsas, p. 312, e Mon. Bras., III, p. 415; Afrânio Peixoto, "Notas", in Cartas avulsas (1550-1568), Afrânio Peixoto, ed. (A. Peixoto, "Notas", in Cartas avulsas), Rio de Janeiro, 1931, p. 222, nota 131: dá tijupá, como aparece no Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa, 9.a ed., São Paulo, 1957, p. 1.190: "Tijupá, e.m. (bras.) Cabana de índios, menor que a oca; palhoça das roças, seringais e feitorias; choupana, rancho; o mesmo que tijupaba, tajupá, taju-par, tijupar, tujupar, tiupá ."
246 Cartas avulsas, p. 221; Mon. Bras., III, p..48.
247 Id., p. 212; id., p. 37; o índio Maracaiaguaçu — Gato Grande — após o batismo, passou a chamar-se Vasco Fernandes. Sobre isto ver: Cartas avulsas, pp. 196, 210, 212, 214 e 219-220; Mon. Bras., II, p. 375, e III, pp. 22, 37, 39 e 45-47; Leite, "Notas", in Monumenta Brasiliae, II, p. 226, nota 10.
248 Cartas avulsas, p. 214; Mon. Bras., III, p. 39.

mento) de 1555 tivesse sido feita na atual cidade da Serra.[249] Essas afirmativas de Antônio de Sá, na carta de junho, confirmam uma passagem de sua carta de fevereiro do mesmo ano, quando diz "porque a Aldea está parte dalem do rio". Essa informação, contida entre parênteses, dada de passagem, mostra pontos interessantes:

1.º as inforamões eram, às vezes, fornecidas logo, sem detalhes, pela pressa em enviá-las, talvez pela saída imediata do navio, o que ocasionava uma falha nas notícias; e

2.º se a "aldeia está parte dalem do rio" (o grifo é nosso) é porque não estava inteira do outro lado, estava só uma parte; logo, a informação, apesar de 'deixada sem objetivo', é confirmada pela informação de junho, segundo a qual o Gato se mudara para o outro lado do rio, mas deixara o filho, Manemoacu, na vila, mais precisamente na ilha de Vitória.

---

249 José Teixeira de Oliveira, História do estado do Espírito Santo (José Teixeira, História do estado), Rio de Janeiro, 1951, p. 96: "A primeira delas — formada com a gente de Maracaiaguaçu — data de 1555. Seria a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição (da Serra), hoje Serra" (grifo do original); Cartas avulsas, p. 153; Mon. Bras., II, pp. 298-299: carta do irmão Antônio Blázquez aos padres e irmãos de S. Roque, Lisboa, da Bahia, a 4 de agosto de 1556: "Aqui (capitania do Espírito Santo) se começou logo a semear a palavra do Sagrado Evangelho, dando o nosso Padre o encargo disso a dous Irmãos que sabiam a lingua brasilica, e que a tinham já por muito tempo exercitado na Capitania de S. Vicente. Foi o concurso que então acudiu à doutrina assim dos escravos dos Christãos como dos Gentios que estão em sua liberdade, porque dado que antes lhes ensinassem a doutrina, todavia como então lh'a declaravam na sua lingua, com algumas práticas e declarações della, cousa por elles nunca vista, cresceu em seus corações um novo desejo de aprenderem as cousas da Fé, assim que por amor disso, ordenou o Padre no tempo que alli esteve, que o irmão Antônio Rodrigues fosse pela villa com uma campainha a convoca-los em Deus e, depois que os tinha juntos, fazia-lhes primeiro a doutrina em nossa lingua, e depois, com uma breve declaração, a tornava a dizer na sua. Houve algumas Indias que, com as exhortações destes Irmãos, se moveram a confessar-se, sendo elles os interpretes e o Padre Provincial o que as confessava. Nisto se fazia algum fructo e se fizera muito mais, si o Padre não partira logo. Todavia, antes que dali se viesse, deixou ordenado que se fizesse cada dia a doutrina nesta povoação, deixando para esse fim e para ser interprete das confissões ao irmão Lucena, que sabe rasoavelmente a lingua, e porque estava longe, em outra aldêa, ficou concertado que cada mez a visitassem, e outra, por estarmos próximos, cada semana duas vezes". Este último paragráfo citado dá para entender a existência de uma aldeia na vila (onde se fazia a doutrina cada dia); uma outra aldeia, mais longe, que seria visitada cada mês; e uma outra aldeia mais perto, que se visitaria duas vezes por semana. Entendendo assim, poderíamos comparar as informações aqui com as que Francisco Pires dá, quase um ano depois, em maio de 1557 (ver as citações das notas 5, 6 e 7). A aldeia da vila onde se faria a doutrina cada dia era a de Maracaiaguaçu; a aldeia próxima, que era visitada duas vezes por semana, poderia ser a aldeia de `Gerabaia', que Francisco Pires diz (citação na nota 5) que lá ia raramente e cujo principal lhe deu um 'pau de cera para oferecer ao senhor em seu nome. É possível que, com a falta de padres, não tenham conseguido manter as duas visitas por semana; e a mais distante poderia ser já a de Cão Grande, em Guarapari. Apesar da carta de Francisco Pires noticiar a ida dele para lá só em 1557, é possível que antes da vinda de Nóbrega, em 1556, ele já tivesse ido. Como não existe carta do Espírito Santo, entre a carta de Luís da Grã (24/4/1555) e a de Francisco Pires (maio de 1557), a informação ficou fora da época. E a informação de Antônio Blázquez, que seria posterior, se antecipou a ela; Basílio Carvalho. Daemon, Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística (Daemon, Província), Vitória, 1879, pp. 69-70: Daemon supõe que o aldeamento de Maracaiaguaçu foi feito a 12 léguas de Vitória (p. 69), na atual Santa Cruz, chamada depois. de Aldeia Velha (p. 70). E ainda 'critica', sem citar nomes, a confusão que os historiadores fazem desta aldeia com a de Pirá-Obyg. Ver também as citações das notas 55, 56 e 57. | Mon. Bras., III, p. 19; Cartas avulsas, p. 208.

Parece-nos, portanto, que a aldeia foi feita dentro da ilha. Onde? Seria no bairro Ilha das Caieiras? Difícil saber. Mas, com o aborrecimento do chefe, foi transferida para o outro lado do rio — talvez na Serra, como diz José Teixeira, só que antes da transferência —, embora seu filho continuasse na aldeia primitiva. E, ainda de acordo com o irmão Antônio de Sá, é aí nessa nova aldeia, após a mudança, que se determina o lugar da construção da futura casa. Essa determinação do local é mais uma prova da mudança, uma vez que os jesuítas não iriam demorar quatro anos para determinar o lugar onde construir a casa na aldeia de Maracaiaguaçu.

Nessa época era muito comum os índios venderem-se uns aos outros, por ensino dos cristãos, e, porque no Espírito Santo isso acontecia com muita frequência, ela era tida como a melhor capitania.[250] Aparece aqui um 'elogio' à capitania, evidentemente dado pelo colonizador branco, que, por qualquer quinquilharia, poderia conseguir o braço necessário para a lavoura. E, por isso mesmo, ensinava o indígena a furtar os parentes e vendê-los. Três anos depois, em 1562, Brás Lourenço ainda se queixaria disso, dizendo que era "cousa que nosso Padres nunqua poderão estorvar".[251] Mas havia também aqueles indígenas que se submetiam aos ensinos dos padres e que até se disciplinavam, publicamente, para se penitenciarem de 'pecados', na obediência e na imitação da autoflagelação que os jesuítas praticavam como parte dos 'exercícios espirituais'.[252]

As duas primeiras aldeias: Nossa Senhora da Conceição e São João

Em 1562 já existe, na aldeia do Gato, uma igreja com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. O cronista informa que ela era "pobre porque nem calix tem. Hum desses ornamentos de que lá não fazem muita conta lhe fora quá muy bom para as festas". Mas informa também que a igreja era grande e "mui airosa e bem guarnecida, com huma

250 Alfredo do Vale Cabral,. ed., Cartas do Brasil (1549-1560) (Cartas do Brasil), Rio de Janeiro, 1931, p. 197; Cartas avulsas, pp. 215 e 217; Mon. Bras., 111, pp. 41, 43 e 79; Baltasar da Silva Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el rei Dom João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas (Baltasar Lisboa, Anais do Rio), 7 vols. Rio de Janeiro, 1834-1835, VI, p. 71.
251 Cartas avulsas, p. 339; Mon. Bras., III, p. 464.
252 Id., pp. 217-218; id., pp. 43-44.

casa" para quando lá fossem. E quem lá ia todos os dias, desde 1560, levado por "4" ou "5" meninos que viviam na casa — sede de Vitória —, em uma almadia, era o Pe. Fabiano de Lucena. Quando lá chegava, um índio ia pelas casas, avisando da sua chegada, para que todos fossem à igreja ouvir sua palavra antes de irem ao trabalho.[253]

Esse Pe. Fabiano de Lucena mandou fazer, naquela aldeia de que tinha cargo, uma outra casa, onde colocou um homem devoto que, com sua mulher, cuidava das moças índias, ensinando-as a fiar e costurar. E essas moças se casavam com os rapazes doutrinados pelos padres. A aldeia já estava organizada nos moldes das vilas portuguesas: o olvidor era o principal, indicado pelos padres, e havia também alcaide e porteiro.[254]

É nessa mesma carta, escrita por comissão de Brás Lourenço, que se tem também a primeira notícia da aldeia de São João. Os parentes daqueles índios do Gato Grande, que se haviam misturado aos tupiniquins, foram levados, por ordem do capitão Melchior d'Azeredo, "para um boom sítio que está por este ryo arriba, aonde tem muitas e boas terras e estão muito mais à mão e milhor aparelhados, apartados dos Tupiniquins". O cronista foi um dia a essa aldeia, que estava situada 'rio acima', ali encontrando um local já limpo para a igreja.[255] E — como dirá outro cronista mais tarde — a três léguas, por um rio acima ficava a aldeia de São João.[256]

Em princípios de 1564, grassou a 'doença das bexigas' (variola) na capitania, começando na aldeia de Nossa Senhora da Conceição. O Pe. Diogo Jácome, que havia vindo com Manuel de Paiva, como vimos no capítulo anteior (p.47), era o responsável por essa aldeia, juntamente com o irmão Pedro Gonçalves. "Era tam geral a doença que por todalas casas avia enfermos que parecia um ospital. Avia dia en que enterrava tres e quatro mortos", informou o Pe. Pedro da Costa, da 'Casa de São João'. Assim que a epidemia passou, trataram de mudar de local, pois o "mao cheiro parecia que ainda estava nas mesmas casas". Diogo Jácome e

253 Id., pp. 340-341; id., pp. 466-468.
254 Id., pp. 340-341; id., pp. 466-468.
255 Id., pp. 340-341; id., pp. 466-468..
256 Ver citação da nota 29.

Pedro Gonçalves providenciaram a escolha de um sítio para a ereção da nova igreja e das casas dos índios. E Pedro da Costa dá conta do trabalho que tiveram para juntar de novo os índios e fazê-los voltar à ordem anterior, dizendo

> que não o poderá bem crer sinão quem o experimentar, porque são gentes de muitas castas e de muitas vontades e nem uma boa ordem sabem tomar, pera o qual é necessário servirmos-lhes de todos officios espirituais e temporaes pera se poderem conservar na lei de Deus e bons costumes.[257]

Em setembro, o irmão Pedro Gonçalves adoeceu e foi levado para a vila, mas, em princípios de novembro, faleceu. Diogo Jácome ficou sozinho. Não demorou muito e adoeceu também. Levado para a vila e daí, embora o quisessem para que se tratasse, voltou à aldeia para tentar construir a igreja, pois até então estiveram "em huma cassa de palha em a qual lhes dizia missa". A doença piorou e, levado de volta para a vila, faleceu a 10 de abril.[258]

Nesse relato, voltamos a encontrar a casa primeira, de construção simples, possivelmente de um só cômodo, que servia para tudo, inclusive de igreja, como já o notamos em São Paulo de Piratininga, em Salvador, na Bahia, e em Vitória, no Espírito Santo.

Com a morte de Diogo Jácome, essa aldeia da Conceição passou a ser visitada, às vezes, por Pedro da Costa, que era responsável pela aldeia de São João e, outras vezes, pelo irmão Diogo Fernandes, que, como vimos no capítulo anteior (p.47), estava em Vitória, junto com Manuel de Paiva e o noviço João Lobato. Pedro da Costa, além da aldeia de São João, cujo principal era o célebre de Araribóia, visitava cada semana duas ou três aldeias, próximas dela cerca de légua e meia ou duas léguas. Com ele estava apenas um "mocinho da terra".[259] Essas duas ou três aldeias estariam, logicamente, ao norte de Vitória, uma vez que as da Conceição e de São João estavam ao norte. Em uma dessas aldeias que visitava, chegou ele a encontrar um local limpo e prepa-

257 Cartas avulsas, pp. 458-459; Mon. Bras., IV, pp. 267-269.
258 Id., pp. 460-461: id., pp. 270-271; Leite, "Notas". in Monumenta Brasiliae, IV, p. 271, nota 18: Serafim Leite dá a data de 10 de abril de 1565 para a morte' de Diogo Jácome.
259 Cartas avulsas, pp. 457 e 461; Mon. Bras., IV, pp. 266 e 272.

rado para se construir uma igreja. Mas não havia padres suficientes.[260]

Simão de Vasconcelos, porém, referindo-se à chegada de Inácio de Azevedo, visitador da Companhia, informa que, na capitania do Espírito Santo, havia quatro sacerdotes, "com classe de meninos de ler, escrever e doutrina, e duas aldêas".[261] Ora, a visita de Inácio de Azevedo à província do Brasil ocorreu entre 1566 e 1568, e vimos acima que, no Espírito Santo, pela carta de Pedro da Costa, havia, além das duas grandes e já conhecidas — São João e Nossa Senhora da Conceição —, duas ou três outras aldeias que eram visitadas. A não ser que Simão de Vasconcelos não as tenha considerado como tais por não estarem, ainda, "batizadas".

Aldeias: de residência e de visita

Em 1571, Antônio da Rocha informa que há três aldeias no Espírito Santo. Só não diz quais são, mas informa que são todas três de visita. Em uma, com "setecentas e tantas almas" só seiscentas eram cristãs. Em outra, só havia "oitenta cristãos com alguns gentios", pois o resto havia debandado; e a terceira não tinha ainda igreja, mas seus principais já haviam pedido para que os ensinassem a construí-la. A única informação que acrescenta é que o padre Pedro da Costa e o irmão João Lobato, que sabem a língua, as visitam.[262]

Que aldeias seriam estas? A de São João e a de Nossa Senhora da Conceição são duas prováveis, evidentemente. E a terceira? Seria a 'aldeia do Campo', citada por Daemon, que a situa a "trez leguas de Santa Cruz e ao Norte da Villa de Nova Almeida, conhecida depois por Aldeia do Campo Velho"?[263] Ele a diz fundada pelos jesuítas em 1557, mas não dá a fonte da informação, e nós já vimos que em 1557 havia, além das duas grandes, a aldeia de Gerabaia, não mais mencionada; a de Maragui, cujos índios foram trazidos pelo donatário para junto dos índios do Gato Grande, na aldeia de Nossa Senhora da Conceição; e a de

260 Id., pp. 462-463; id., p. 274.
261 S. Vasconcelos, Crônica, livro III, § 92, p. 214.
262 . Serafim Leite, ed., Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do pe. Antônio da Rocha; superior do Espírito Santo (Leite, Aspectos do Brasil em 1571), Lisboa, 1961, p. 4 (inclusive nota 6) e pp. 8-9.
263 Daemon, Província, p. 71.

Guarapari, onde se fixou o irmão do Gato, o Cão Grande. Esta última seria a mesma que Daemon chama de 'aldeia do Campo', diferente da citada acima e que ficava no rio do Peixe Verde, citada também pelo padre Manuel Pires Martins em seu *Livro do tombo de itapemirim*?[264] Ainda não podemos precisar. Como também não temos dados suficientes para saber qual seria a terceira aldeia citada pelo Pe. Antônio da Rocha. Guarapari nos parece difícil porque não acreditamos que os jesuítas teriam passado 14 anos sem nela construírem uma igreja. Embora só seja mencionada alguns anos mais tarde, veremos mais adiante que Serafim Leite a admite entre as dez aldeias arroladas em 1581 na costa do Espírito Santo.

A aldeia de "setecentas e tantas almas", nem todas cristãs, citada por Antônio da Rocha, devia ser, provavelmente, a de Nossa Senhora da Conceição, pois era a maior na época. A que tinha "oitenta cristãos" devia ser a de São João. Antônio da Rocha explica que

> a causa de serem tão poucos foi serem eles voluntários e crédulos em crer mentiras: que os brancos os haviam de cortar à espada e enforcar. com algumas injustiças que lhes faziam deixaram a igreja e fugiram para o sertão...[265]

O cronista da História dos colégios no Brasil diz que os índios da aldeia de São João

> tambien con los miedos que les haziã los blancos o verdaderos falsos huyerõ para el desierto sabiendolo los P.es fuerõ con grande priessa en su busca y tornarõ lgunos pocos, mas la gente principal se quedo halla (sic) mas fue N. S. servido que al principio de año del 73 se tornasse cõ otra mucha gente a la Iglesia de S. Juã donde el P.e Pero da Costa los visitava con mucho fructo spual...[266]

Pelo texto, nota-se que o autor se refere a uma fuga de índios, por 'medo', cujo retorno ocorre em 1573; assim, a fuga referida pode ser a de 1571, narrada por Antônio da Rocha.

Esse mesmo cronista da história citada também diz que outros índios vieram depois se assentar na capitania, quando o Pe. Diogo Fernandes substituiu o Pe. Pedro da Costa, e que ficaram existindo cinco

264 Id., p. 71, Manuel Pires. Martins Livro do tombo de Itapemirim, folha 2v.
265 Id., pp. 8-9.
266 "História dos colégios do Brasil", Anais da Biblioteca Nacional ("História dos colégios", A.B.N.), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975, XIX (1897), p. 132.

aldeias no Espírito Santo.[267] Esta informação aumenta o número de aldeias, fazendo-as todas de visita, mas não lhes diz os nomes. A de Nossa Senhora da Conceição e a de São João são, evidentemente, duas delas. Seria outra a aldeia de Guarapari, para onde tinha ido o irmão do Gato, Cão Grande? Esta aldeia não mais é mencionada. Outra seria já a de Reritiba? Diga-se de passagem, já que veremos mais adianta com mais vagar, que o Pe. Diogo Fernandes, citado acima, está ligado à primeira referência a esta aldeia de Reritiba, um pouco mais tarde. A quinta aldeia seria já a dos Reis Magos?

O mesmo cronista citado informa ainda que, em 1572, o provincial deixou na sede do Espírito Santo seis padres "con un her.º que despues se embio".[268] A passagem do provincial pelo Espírito Santo, em 1572, aconteceu quando se dirigia para São Vicente, em visita às Missões. Quando voltava, no ano seguinte, dirigindo-se à Bahia, ocorreu o 'providencial' naufrágio que vimos no capítulo anterior, quando da construção definitiva do futuro Colégio de Vitória (pp. 48-49).

Referindo-se ao ano de 1574, o autor da *História* citada informa que havia no Espírito Santo oito aldeias, sendo que quatro estavam para serem unidas em uma só, sobrando outras quatro, e a todas visitavam os jesuítas.[269] Houve um aumento de três aldeias em relação ao ano anterior, segundo o mesmo autor. Mas já se pensava, nessa época, na redução do número de aldeias, pela pouca quantidade de padres, ainda como reflexo da visita feita por Inácio de Azevedo ao Brasil. Se houve, realmente, a fusão das quatro aldeias citadas, não se tem notícia. Não seria essa tentativa de fusão o embrião de uma das grandes aldeias que existiu depois?

Serafim Leite atribui a Anchieta uma informação de 1581, dando dez aldeias no Espírito Santo, sendo

> duas sob a administração imediata dos Padres e mais oito, 'quatro ao sul e quatro ao norte, separadas da vila, a iguais intervalos, e distantes dela 72.000 passos. Os Padres vão visitá-las por mar, nem podem ir de outra maneira'.[270]

267 Id., .p. 132.
268 Id., p. 132.
269 Id., p. 137.
270 Leite, H.-C.J.B., I, p. 230.

Ainda não diz quais são as aldeias, nas já se aumentou para dez. O mesmo Anchieta, porém, diz em 1585 que são de novo oito: a "três ou quatro léguas da vila, por um rio muito ameno a riba, uma aldeia de indios da invocação de Nossa Senhora da Conceição, e outra a meia légua desta que se diz de S. João". E acrescenta que "na da Conceição residem de ordinário dois dos nossos, e a de S. João visitam quase cada dia". E que, além dessas, onde haveria cerca de três mil índios cristãos, visitavam os padres outras seis que teriam até 1.500 almas.[271] Essas seis, no ano anterior, eram quatro ou cinco alem das duas "aldeias muito populosas de Índios", que são as de São João e de Nossa Senhora da Conceição.[272]

Cardim, em 1584, fala de duas aldeias a três léguas de Vitória, com três mil almas — obviamente São João e Nossa Senhora da Conceição, como dito por Anchieta, acima — "afora outras aldêas que estão ao longo da costa, as quaes visitam algumas vezes, que terão algumas duas mil pessoas entre pagãos e christãos".[273] Mas não cita o número destas. Parece tratar-se do mesmo número das que Anchieta cita para o mesmo ano (quatro ou cinco), uma vez que os termos em que cada um se expressou se assemelham bastante.[274]

As informações de Anchieta, semelhantes às de Cardim, não confirmam a redução de quatro aldeias em uma só, vista acima. Mas também não acrescentam nada às informações anteriores, a não ser retornar o número dos aldeamentos a oito, que o próprio Anchieta, segundo Serafim Leite, havia aumentado para dez, e a citar o número de habitantes cristãos dessas aldeias.

O Catálogo de 1586, segundo Serafim Leite, informa como residências fixas apenas duas aldeias: Nossa Senhora da Conceição e São João.[275] A informação de Anchieta que vimos acima, dada por carta

271 José de Anchieta, Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594) (Anchieta, Cartas), Rio de Janeiro, 1933, p. 419; Fernão Cardim, Tratados da terra e gente do Brasil (Cardim, Tratados), 2.2 ed., São Paulo, 1939, p. 300.
272 Anchieta, Cartas, pp. 319-320; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, manuscritos, Évora, História do Brasil, vol. XVII, Arq. 1. 2. 36, folhas 141-141-v; Alexandre José de Melo Morais, Corografia histórica, cronogra'fica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil (Melo Morais, Corografia histórica), 5 tomos, Rio de Janeiro, 1858-1863, III (1859), p. 28; A. de Alcântara Machado, "Notas", in Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, José de Anchieta (Alcântara Machado, "Notas", in Cartas, Anchieta), Rio de Janeiro, 1933, p. 343, nota 415.
273 Cardim, Tratados, p. 298.
274 Anchieta, Cartas, p. 300; Cardim, Tratados, p. 298.
275 Leite, H .C.J .B., 1, p..229.

de 31 de dezembro de 1585, apresenta somente a da Conceição como residência fixa, enquanto a de São João era apenas visitada "quase cada dia" e, evidentemente, pelos padres que residiam na aldeia de Nossa Senhora da Conceição, mais próxima do que a sede em Vitória. Mas, como também já vimos acima, documentadamente, essas duas aldeias ora são de visita, ora estão como residência fixa.

O mesmo Serafim Leite informa mais adiante que

> três anos depois, em 1589, dá-se conta de uma terceira com o nome de S. Cristóvão, e de que era Superior o P. Diogo Fernandes. Nunca mais se fala de semelhante Aldeia, nesta Capitania. Achamos, porém, em 1598, uma nova Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, que tem como Superior o mesmo Pe. Fernandes. Mas sucede que Nossa Senhora da Assunção é Reritiba.[276]

Simão de Vasconcelos diz que em 1593 havia quatro aldeias no Espírito Santo: Reritiba, Guarapari, São João e Reis Magos, "sujeitas todas ao Superior da Vila".[277] Em carta (da aldeia de São João, na capitania do Espírito Santo, a 6 de dezembro de 1596) ao provincial Pero Rodrigues (e incluída por este na carta enviada ao assistente do padre-geral João Álvares, da Bahia, em 1 de maio de 1597), o Pe. Bastião Gomes confirma, em 1596, a informação de Simão de Vasconcelos, colocando quatro aldeias no Espírito Santo: "duas para a parte do sul e duas para o norte".[278] Uma das do norte é, obrigatoriamente, São João, de onde escreve. A outra do norte deve ser, como diz Vasconcelos, Reis Magos. Assim, a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, de acordo com essas informações, já não existia em 1593, pois os padres haviam transferido então sua sede de Aldeia Velha para Reis Magos, como veremos mais adiante com maiores detalhes.

O último catálogo do século XVI, que ainda existe, dá quatro grandes aldeias no Espírito Santo, com residência fixa: São João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção (Reritiba) e a dos Santos Reis Magos. Enquanto a 'aldeia de Nossa Senhora de

276 Id., ibid.
277 Simão de Vasconcelos, Vida do venerável Pe. José de Anchieta (S. Vasconcelos, Vida de Anchieta), 2 vols., Rio de Janeiro, 1943, II, livro V, Cap. VI, § 2, p. 116.
278 Anais da Biblioteca Nacional (A.B.N.), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975,),(X (1898), p. 263.

Guaraparim' só vai aparecer no primeiro catálogo do século XVII (1606), segundo Serafim Leite.[279]

Entretanto, somos de parecer que a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, citada no último catálogo do século XVI, seja, na realidade, a aldeia de Guarapari, pela informação de Vasconcelos, como vimos acima, que concorda com a informação do Pe. Bastião Gomes, que dá duas aldeias para o sul — que seriam, no caso, as duas citadas por Vasconcelos, Guarapari e Reritiba —, dando duas também para o norte, que Vasconcelos nomeia: São João e Reis Magos. Do mesmo modo, os nomes das aldeias dadas pelo último catálogo do século XVI, como acima citados, coincidem com os nomes das aldeias mencionadas por Simão de Vasconcelos em 1593. A coincidência das três informações confirma a mudança da sede de Aldeia Velha para Reis Magos, da antiga aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que deixou de existir pouco antes de findar-se no século XVI.

Podemos, portanto, afirmar que, quando da fundação da aldeia dos Reis Magos, os jesuítas abandonaram a antiga aldeia, que ficou, a partir de então, conhecida como 'Aldeia Velha' (hoje Santa Cruz), deixando portanto de existir a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, ao norte de Vitória. Mas, aproximadamente na mesma época (entre 1585-1595), surgiu outra aldeia de Nossa Senhora da Conceição ao sul de Vitória, em Guarapari. A especificação, no catálogo, de 'Nossa Senhora da Conceição', apenas gerou a confusão, e o primeiro catálogo do século XVII (1606) especificou 'Nossa Senhora' como 'Santa Maria', acrescentando-lhe o local que a definiu: *Guaraparim*.

Acreditamos, pois, que a aldeia (com residência) de Nossa Senhora da Conceição, em 1619, dada por Serafim Leite, refere-se só a Guarapari, ao sul de Vitória, e não àquela, de mesmo nome, que havia ao norte e que deixou de existir quando da fundação da aldeia dos Reis Magos, como vimos acima.

Aldeias que permaneceram

Em fins do século XVI e princípios do século XVII, uma ordem interna da Companhia determinou que em cada aldeia com residência fixa houvesse quatro religiosos. A expansão missionária,

279 Leite, H.C.J.B., I, pp. 230 e 243.

nessa mesma época, exigindo padres, cujo número era pequeno, também contribuiu para a redução das aldeias com residência fixa.[280]

A redução do número de aldeias, já em 1568, era objeto de observações por parte do visitador Inácio de Azevedo, que achava difícil a sustentação de tantas casas por serem poucos os padres; por estarem muito separados uns dos outros; e porque muitos deles não perseveravam.[281] Essas observações de Inácio de Azevedo, em carta a Francisco de Borja, já se executariam nesse mesmo ano de 1568, ou pelo menos se pensava fazê-lo, pois no Catálogo da provincia brasileira, referindo-se às aldeias da Bahia, diz seu autor que "estas Aldeias, o poblatión de Índios, son cinquo; procúrase aora que se reduzgan a menos para ocupar menos gente de los Nuestros".[282] Assim, as aldeias foram reduzidas em outras que se tornaram maiores e passaram a ter residência fixa. Algumas delas, embora pequenas, permaneceram como aldeias de visita, às quais os padres iam de 15 em 15 dias, às vezes menos, conforme as distâncias.

Das aldeias do Espírito Santo, apenas as de São João, em Caparina, de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba — hoje Anchieta —, e dos Reis Magos — hoje Nova Almeida — possuem ainda remanescentes das construções primitivas. Da aldeia de São João resta apenas a igreja, pertencente hoje a uma fazenda; em Guarapari, apenas a igreja da invocação de Nossa Senhora da Conceição, já bastante modificada, e da Residência só ficaram os alicerces, ao nível do chão; da aldeia de Reritiba, hoje cidade de Anchieta, a igreja, ainda sob invocação de Nossa Senhora da Assunção, sofreu algumas reformas que lhe modificaram alguns aspectos importantes, mas a residência arruinou-se com o passar dos tempos e perdeu quase toda a sua parte dos fundos, restando apenas a ala da fachada, assim mesmo com os vãos modificados, e parte da ala sul. A aldeia dos Reis Magos, hoje Nova Almeida, município da cidade da Serra, é a única que apresenta o conjunto da quadra completo, com a igreja

280 Id., ibid., VI, p. 144.
281 Mon. Bras., IV, 144.
282 Id., p. 479.

da invocação dos Reis Magos, quase intacta (após a grande restauração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1944 e outras de menor importância que se seguiram), e a residência, cujas alterações — poucas — não chegaram a desfigurar-lhe o aspecto primitivo.

Feito o estudo acima dos aldeamentos do Espírito Santo, vamos passar a estudar especificamente cada uma das aldeias que permaneceram. Nesse estudo, para melhor compreensão do todo de cada aldeia, recapitularemos os fatos históricos já vistos antes para cada uma, procurando mostrar os remanescentes dos edifícios existentes, cujo estudo detalhado será objeto do próximo capítulo.

Aldeia de São João, em Carapina

A aldeia de São João foi, como já vimos (pp. 69-70), uma das primeiras do Espírito Santo. Os parentes dos índios de Maracaiaguaçu separaram-se dos tupiniquins aos quais se haviam misturado e, por ordem do capitão Melchior de Azevedo, se fixaram em uma aldeia de três léguas da vila rio acima (p. 70). Isso ocorreu por volta de 1562, sendo principal da aldeia o célebre Araribóia (p.70).

Por votla de 1571, por instigação dos brancos, a aldeia foi quase abandonada. Os índios que ficaram chegavam a 80 e, no início eram visitados pelo Pe. Pedro da Costa (p. 72). Embora por um pequeno período haja sido aldeia de residência, de um modo geral a aldeia de São João foi quase sempre de visita.

Em fins de 1584, Cristóvão de Gouveia esteve ali como visitador e encontrou a igreja muito arruinada, fazendo com "que se mudassem à outra parte". Cardim acrescenta que o sítio era ruim e que os índios estavam mal acomodados.[283] O mesmo Cardim noticia que as duas aldeias existentes na época — São João e Nossa Senhora da Conceição — a cargo dos jesuítas, eram de residência.[284] Já Anchieta, no ano seguinte, informa que São João é uma aldeia de visita, vindo os padres da própria aldeia da Conceição, distante meia légua (p. 73). No Catálogo de 1586, a aldeia de São João consta como tendo residência fixa (p. 73).

283 Cardim, Tratados, p. 301.
284 Id., ibid., p. 298.

Simão de Vasconcelos a dá, também, como tendo residência fixa, em 1593, com confirmação do Pe. Bastião Gomes, que nela residia em 1596, de onde escreve uma carta (p. 74). Nessa carta, o padre informa que na aldeia "haverá oito centas almas christans, e como nesta Capitania se dá o algodão mais que nenhuma outra, quasi todos vem á igreja vestidos".[285]

O último catálogo do século XVI e o primeiro do século XVII ainda a apresentam como sendo de residência fixa (p. 74). O desenvolvimento da aldeia dos Reis Magos fez com que a aldeia de São João passasse a aldeia de visita de maneira permanente e, mais tarde, fosse abandonada.

Aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari

A data da fundação da aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari ainda não está bem definida. Os historiadores do Espírito Santo do século passado — Daemon, Misael Pena, José Marcelino, César Marques — situam sua fundação em 1585, ou 1587, por Anchieta, em um local no "alto vizinho da embocadura do rio — guarapary", onde hoje se encontra ainda a igreja, já reformada, e remanescentes da residência, onde só os alicerces, ao nível do chão, ainda sobrevivem.[286]

Esses mesmos historiadores informam que a igreja foi erguida sob a invocação de Santa Ana.[287] O Pe. Manuel Pires Martins, vigário de algumas paróquias do sul do Espírito Santo na segunda metade do século passado, escreveu o Livro do Tombo de Itapemirim em 1880, e nele, onde transcreveu vários documentos importantes, informa que a igreja foi dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.[288] Assim, por informações de estudiosos, temos dois oragos para a mesma igreja. Serafim

285 A.B.N., XX (1898), p. 263.
286 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. II -- 34, 14, 6; Misael Ferreira Pena, História da província do Espírito Santo (Misael Pena, História da província), Rio de Janeiro, 1878, p. 53; Daemon, Província, pp. 87 e 92; César Augusto Marques, Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo (César Marques, Dicionário), Rio de Janeiro, 1878, p. 137; J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe; Dicionário geográfico, histórico e descritivo do império do Brasil (Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico), 2 tornos, Paris, 1845, I, p. 426; Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, Livro do Tombo de Guarapari, 2 vols., I, folha 4; José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Ensaio. sobre a história e estatística da província do Espírito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos e interes-santes, a história' da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras, desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos etc. (José Marcelino, Ensaio), Vitória 1858, p. 198.
287 Ver citações da nota 49.
288 Manuel Pires Martins Livro do Tombo de Itapemirim, folha 2v; Leite, H.C.J.B., IV, .pp. 241-242.

Leite, citando César Marques, acha verossimil não só a fundação da aldeia em 1585, mas também a invocação de Santa Ana.[289]Esta sua afirmação está no volume I de sua História, mas no volume VI chama Guarapari de "Aldeia de Nossa Senhora ou Aldeia de Santa Maria de Guaraparim". Nesse mesmo volume VI, um pouco antes, dizendo-a uma aldeia de visita, a chama de "Aldeia de Santa Maria de Guaraparim, também da Conceição, em local porém diverso daquela do mesmo nome", referindo-se àquela, da Conceição, fundada ao norte de Vitória para os índios temininós do Gato Grande.[290]

Santa Ana, Sagrado Coração de Jesus ou Nossa Senhora da Conceição (ou Santa Maria) são as invocações possíveis do primitivo orago da igreja. Embora não se tenha certeza da invocação inicial, sabe-se que Simão de Vasconcelos citou de passagem uma aldeia "pouco distante" de Reritiba, chamada de Nossa Senhora da Conceição, sem definir concretamente Guarapari, quando, em outra passagem, a ela se referiu sob o nome de *Guarapari*.[291]

A primeira fixação de índios em Guarapari de que se tem notícia ocorreu em 1557, como vimos acima (p.68), por informação do Pe. Francisco Pires, quando o irmão de Maracaiaguaçu, Cão Grande, assentou-se próximo ao mar. A aldeia por ele fundada parece associar-se à 'aldeia do Campo', citada por Daemon, às margens do rio do Peixe Verde, sobre a qual, de passagem, também falou César Marques, transcrevendo José Marcelino Pereira de Vasconcelos.[292] Essa mesma aldeia também aparece citada pelo Pe. Manuel Pires Martins, que a dá como fundada em 1556, a mesma data fornecida por José Marcelino e César Marques, afirmando ainda que nela se concluiu uma igreja dedicada a Santa Ana.[293]

Simão de Vasconcelos também cita o principal Pirá Obyg, "que val o mesmo, que o peixe verde", que desceu dos sertões e se fixou na capitania do Espírito

289 Leite, H.C.J.B., I, p. 242.
290 Id., ibid., VI, p. 144.
291 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. V, § 3, pp. 113-114; vol. II, livro V, cap. XII, § 7, p. 137.
292 Daemon, Província, pp. 70 e 71; José Marcelino, Ensaio, p. 14; César Marques, Dicionário, pp. 5 e 142; Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico, I, pp. 28 e 29.
293 Manuel Pires Martins Livro do Tombo de Itapemirim, folha 2v.

Santo.[294] Teria relação a aldeia deste principal com a aldeia do Cão Grande? E que Aldeia Velha é esta citada por José Marcelino, de quem César Marques transcreveu a citação?[295] É evidente que nada tem a ver com a 'Aldeia Velha', situada ao norte de Vitória, hoje Santa Cruz, da qual falaremos mais à frente. César Marques mistura, porém, no mesmo verbete explicações sobre as duas como se foram a mesma.[296] E que elação teriam essas aldeias do 'Campo' e 'Velha' com os engenhos do 'Campo' e 'Velho', existentes em Guarapari e que pertenceram ao arcediago Antônio de Siqueira Quintal?[297]

Como já temos conhecimento do método de trabalho dos jesuítas para se fixarem em algum lugar, aceitando-se os dados já levantados até aqui sobre Guarapari, poderíamos aventurar, por analogia, algumas conjecturas sobre a fundação da aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari.

Ao se fixar junto ao mar, na aldeia que — supondo-se seja a do Campo, acima citada, Cão Grande consturiu uma igreja, orientada pelos jesuítas que passaram a visitá-la, como era de seu costume. Aliás, como vimos acima)p. 68). e, 1557 Francisco Pires informava que os padres só esperavam que eles se assentassem com casas, para lá irem. Até aquela data, os jesuítas não se haviam fixado ao sul de Vitória, mas ao norte, onde estava a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que se desenvolvia desde 1555 e cujo principal era Maracaiaguaçu.

Tomando por base essa aldeia, os jesuítas puderam avaliar a topografia da região e escolheram o lugar mais elevado e melhor situado para se fixarem de maneira definitiva. E ali de fato se fixaram; construíram uma casa com a igreja respectiva, lá reunindo os índios das aldeias próximas e fundando, assim, uma aldeia maior: Guarapari. Se foi ou não Anchieta

294 S. Vasconcelos, Crônica, livro I, § 203, p. 105.
295 Ver citações da nota 55.
296 César Marques, Dicionário, pp. 5 e 208; José .Marcelino, Ensaio, p. 178.
297 José Marcelino, Ensaio, p. 200; "Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do príncipe-regente, em 1808, o Desembargador Luís Tomás de Navarro", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ("Itinerário de viagem", Revista do I.H.G.B.), 292 vols., Rio de Janeiro, 1839-1959, vol. 7, 28 (janeiro de 1846), pp. 455-456; "Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do príncipe-regente, em ,1808, o Desembargador Luis Tomás Navarro", O semanário jornal de instrução e recreio, n.º 43, 6 de novembro de 1857, p. 341; César Marques, Dicionário, p. 137.

seu fundador e se isso ocorreu em 1585, é muito difícil de determinar.[298]

De qualquer modo, esta aldeia de Cão Grande, segundo Serafim Leite, era "certamente uma das dez Aldeias assinaladas, em 1581, ao longo da costa do Espírito Santo".[299] Este mesmo padre, em sua *História*, diz também que, em 1587, Anchieta escreveu um diálogo em que os índios de Guarapari recebem em sua aldeia o padre provincial Marçal Beliarte, terminando por afirmar que "residência efetiva de padres nesta Povoação só no-la dá o catálogo de 1606".[300] Por essa afirmativa podemos situar a fundação da aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari antes de 1587.

Já vimos que Simão de Vasconcelos informou que, em 1593, Guarapari era uma das quatro aldeias existentes na capitania do Espírito Santo (p. 73). E vimos também, por dedução, que a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, citada no último catálogo do século XVI, só pode ser a de Guarapari (p. 74).

Simão de Vasconcelos dá uma informação situada entre 1595 e 1596 sobre dois padres — Antônio Dias e Manuel Dias — que estavam em Guarapari, fazendo o texto supor que ai residissem, o que confirmaria a hipótese de que a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, citada pelo último catálogo do século XVI, fosse a de Guarapari.[301]

Serafim Leite informa que, em 1600, esse mesmo Pe. Antônio Dias, já de 60 anos e residindo em Reritiba, a visitava, embora o provincial e os missionários pedissem que se mantivesse ali a residência.[302] O primeiro catálogo do século XVII (1606) a confirma como residência e, em 1610, residiam ai o Pe. Manuel

298 Ainda não estamos certos nem com relação à data da fundação, nem com relação ao fundador. Uma coisa, porém,. é certa para nós: não foi em 1585 a fundação de Guarapari. Se tivesse sido, acreditamos que Anchieta a teria nomea-do entre as aldeias do Espírito Santo em sua carta de 31/12/1585 (cuja citação está em a nota 34), pois seria uma novidade palpitante a ser informada e, mais ainda, se tivesse participado de sua fundação. Já deveria estar fundada em 1587, em virtude da informação de Serafim Leite, como citamos no texto. Portanto, a fundação de Guarapari, com a igreja, se deu depois de 1585 e antes de -1587.
299 Leite, H.C.J.B. 1, p. 242.
300 Id., ibid., pp. 242 e 243.
301 Id., ibid., p. 243; S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. XII, § 7, p. 137; S. Vasconcelos, um pouco antes, no vol. II, livro V, cap. V, § 3, pp. 113-114 (citação da nota 54 acima); faz supor que a aldeia de Guarapari era onde residia o Pe. Jerônimo Rodrigues. A data deve ser entre 1592, depois da volta de Anchie-ta da reunião da congregação, realizada na Bahia nesse ano, e 1593, citado à p. 115.
302 Leite, H.C.J.B., VI, p. 145.

Fagundes, como superior, e o Pe. Pero Soares.[303] Em 1619, porém, Guarapari é novamente citada como aldeia de visita. E com a elevação da aldeia a vila, por Francisco Gil de Araújo, em fins do século XVII (1679), os jesuítas abandonaram Guarapari em definitivo.

Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba

A data da fundação da aldeia de Reritiba pelos jesuítas é ainda incerta. César Marques, transcrevendo José Marcelino, diz que a data é 1565 ou 1567 e que foi Anchieta que a fundou.[304] Misael Pena dá a data de 1565 para a fundação da aldeia com a igreja e a de 1567 para a ereção da residência.[305] Já Daemon se reporta ligeiramente à fundação da aldeia, atribuindo a Anchieta a sua fundação no ano de 1569.[306] Refere-se, contudo, também a uma data de terras aos índios ali aldeados em 1584, atribuindo ao ano de 1587 a data da conclusão da igreja.[307]

Serafim Leite, no entanto, não acredita na data de 1565 ou 1567, mas admite que a aldeia já estivesse sendo visitada em 1581 e, portanto, fundada.[308] Monsenhor Pizarro, porém, acredita que "muito antes de 1587" já existisse a igreja.[309]

O Pe. Manuel Pires Martins, em seu livro já citado, conta a fundação de Reritiba, "segundo uma tradição", dando a data de 1579, no dia de Nossa Senhora da Assunção, 15 de agosto, por Anchieta e alguns companheiros.[310]

303 Id., ibid., I, pp. 230 e 243; VI, p. 145.
304 César Marques, Dicionário, p. 16; José Marcelino, Ensaio, p. 201.
305 Misael Pena, História da província, p. 48; Milliet de Saint-Adolphe, Dicio-nário geográfico, I, p. 140.
306 Daemon, Província, p. 87.
307 Id., ibid., pp. 92 e 93.
308 Leite, H.C.J.B., I, p. 248.
309 José de Sousa_ Azevedo Pizarro e Araújo (monsenhor Pizarro), Memórias históricas do Rio de Janeiro (Monsenhor Pizarro, Memórias históricas), 10 vols. Rio de Janeiro, 1945-1951, V, p. 87.
310 Manuel Pires Martins, Livro do Tombo de Itapemirim, folha 2v: "No dia seguinte, 15 de Agosto de 1579, dia de Nossa Senhora da Assumpção, houve missa, à qual assistirão os bugres, imitando em todos os movimentos os companheiros de Anchieta. A semente do Christianismo estava lançada e para que germinasse, Anchieta estabeleceo desde logo o seo bello systema de cathequisação e começou a construir a Egreja, que dedicou àquella Senhora". A lenda, cujo título é "Memória sobre a fundação de Reritigbá (escripta segundo a tradição)", está narrada da folha 1 à folha 2v., mas é acrescentada por outras observações e notas até a folha 4. Dom João Batista Correia Néri, primeiro bispo do Espírito Santo, escreveu um artigo sobre os jesuítas intitulado "A Companhia de Jesus no Espírito Santo", que foi publicado como 'apêndice' à sua Carta pastoral, sob o n.º V (pp. 77 a 83), saindo a "Memória" sob o n.9 VI (pp. 85 a 88). Essas duas publicações foram republicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n.º 13 (setembro de 1940), pp. 26 a 32, para o artigo, e 37 a 40, para a "Memória". O texto da "Meinória", porém, não saiu completo, indo apenas até a palavra "Anchieta" do texto que transcrevemos acima. E, no manuscrito original, falta hoje o texto onde o Pe. Manuel Pires Martins relacionou as "Missões da Companhia de Jesus (no sul do Espírito Santo)", que, por sorte, o bis-

É quase impossível, a menos que apareçam novos documentos que dêem informações precisas, determinar-se a data certa da fundação da aldeia. Mas seu local é o mesmo onde se ergue hoje a igreja: "na rampa de um morro, do lado norte do rio Ririticba ou Reritigba".[311]

A maioria dos autores citados, no entanto, é unânime ao afirmar que, em 1584, o donatário Vasco Fernandes Coutinho, filho do primeiro donatário de mesmo nome, concedeu aos índios de Reritiba uma sesmaria de seis léguas de terras, a 1 de dezembro.[312] Essa doação foi confirmada em

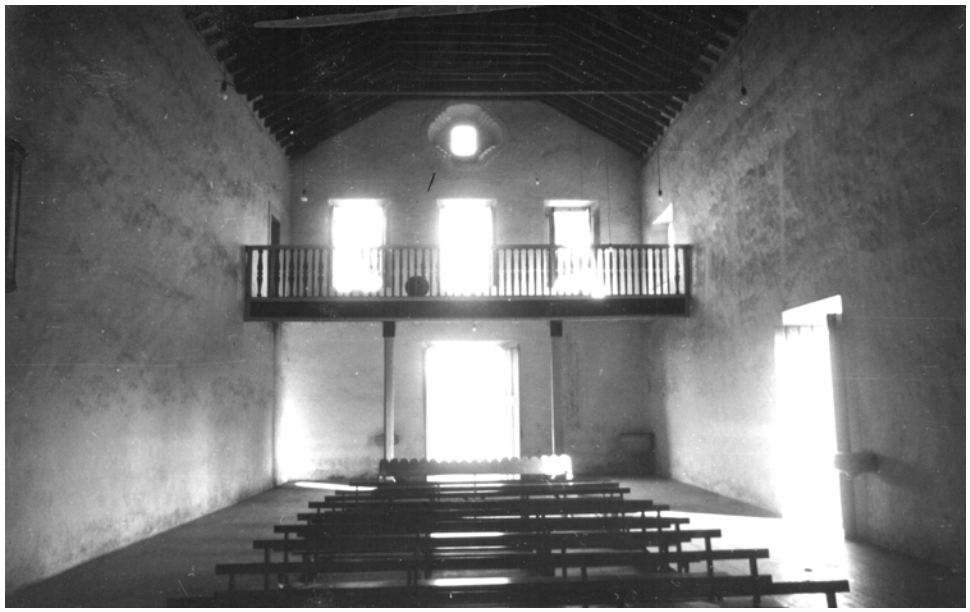


Fig. 51. Igreja de Reis Magos: nave (vista desde o altar). Vê-se o coro ao fundo. Foto SAV-CAR-UFES.

po havia publicado em 1901 (e que a Revista do I.H.G.E.S. republicou em 1940), porque alguém cortou as folhas do livro. Este livro, que deveria pertencer ao Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, foi encontrado por nós em mãos de um particular, com o qual conseguimos permissão para copiar, em xerox, o livro. Infelizmente, o volume já está bastante destruído, pois a tinta está corroendo o papel, havendo trechos ilegíveis; necessita o mesmo de uma restauração urgente. Falta também no livro o trecho referente à "Avaliação da Capella de N. S. das Neves da Muribeca, e pertences, sequestrados por occasião da expulsão dos Jesuítas procedida a 20 de Dezembro de 1772", como consta do índice do livro. Neste trecho, Manuel Pires Martins deve ter transcrito do documento original, mas as páginas foram cortadas do livro.

311 César Marques, Dicionário, p. 16; José Marcelino, Ensaio, p. 201; Misael Pena, História da província, p. 48; Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico, 1, p. 140; Daemon, Província, p. 87; Leite, H.Ç.J.B., I, p. 248: "Não se pode, pois, assinalar com exactidão o ano em que se fundou".

312 Daemon, Província, p. 92; José Marcelino, Ensaio, pp. 207-208; Manuel Pires Martins, Livro do Tombo de Itapemirim, folha 3.

Vitória, no ano seguinte, a 4 de janeiro. Foi também confirmada na Bahia, em 1598, e, após a expulsão dos jesuítas, em 1759.[313]

Serafim Leite informa que, só em 1598, há informação sobre a aldeia de Nossa Senhora da Assunção, que tinha como superior Pe. Diogo Fernandes, embora haja referência de 1589 a uma aldeia em São Cristóvão, cujo superior era este mesmo padre, e da qual não há referências.[314] Simão de Vasconcelos, porém, diz que Anchieta veio residir em Reritiba em 1587; logo, já nessa época, havia aí residência.[315] E já vimos acima (p. 73) que o mesmo Vasconcelos a dá como uma das quatro aldeias existentes em 1593 no Espírito Santo.

Nessa época encontravam-se aí residindo os padres Jerônimo Soares, Diogo Fernandes e João Fernandes Gato, além do próprio Anchieta, portanto quatro religiosos, número que, como vimos acima (p. 74-75), era o mínimo fixado para uma aldeia com residência.[316] Em 1595 estavam em Reritiba Jerônimo Rodrigues (que cuidava com carinho da doença de Anchieta), Diogo Fernandes e Brás Lourenço.[317]

Ordinariamente, os quatro padres que aí residiam atendiam também às aldeias vizinhas.[318] Era, já, possivelmente, a aplicação do desejo de redução do número de aldeias, em virtude do pequeno número de padres existentes que, como já vimos, deu como resultado o ficar a capitania do Espírito Santo, em princípios do século XVII, com apenas duas residências fixas: Reritiba e Reis Magos.

No catálogo de 1600 encontramos, além de Diogo Fernandes e Jerônimo Rodrigues, já citados, os padres Antônio Dias, que antes estiveram em Guarapari, e Sebastião Pinto.[319] Anchieta havia morrido três anos antes, a 9 de junho de 1597.

A igreja não deveria estar pronta ainda em 1597, pois Anchieta, tendo morrido nesse ano,

313 Ver citações da nota 75.
314 Leite H.C.J.B., I, pp. 229-230.
315 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. II, § 1, pp. 95-96.
316 Id., ibid., p. 96; § 2, p. 97; cap. IV, § 1, p. 108.
317 S. Vasconcelos, Vida de Anchieta, II, livro V, cap. XII, § 6, p. 137: a citação do ano - 1595 - está um pouco antes, p. 134; Leite, H.C.J.B. VI, p. 149.
318 Id., ibid., cap. II, § 3, p. 98.
319 Leite, H.C.J.B., I, p. 583.

foi transferido para Vitória, para ser enterrado na Igreja de Santiago.[320] Mas talvez já estivesse concluída em 1604, pois nela foi enterrado o Pe. Diogo Fernandes.[321]

A 1 de janeiro de 1759, a aldeia de Reritiba foi elevada à caterogia de vila sob a denominação de vila de Benevente.[322]

Aldeia dos Reis Magos, em Nova Almeida

A época da fundação da aldeia e construção da igreja com residência é difícil de precisar. De um modo geral, os autores já citados antes afirmaram que a fundação da aldeia dos Reis Magos foi feita para que se abandonasse a aldeia de Nossa Senhora da Conceição (atual Santa Cruz), chamada, a partir da mudança, de Aldeia Velha. Isso é também o que afirma Serafim Leite.[323]

Daemon diz que se iniciou o estabelecimento da aldeia em 1569, junto do rio dos Reis Magos.[324] Embora afirme também que a igreja e o Colégio só se fundaram em 1580.[325] Mas para Aldeia Velha, ele vai mais longe no tempo, fornecendo a data de 1556, a mesma de José Marcelino.[326] Ora, em 1556, só tínhamos a aldeia de Maracaiaguaçu, como vimos antes. Daemon chega mesmo a afirmar que vieram para esta 'Aldeia Velha' os padres Diogo Jácome (que ele chama de Diogo Jacques) e Pedro Gonçalves (que era irmão e ele chamou de padre), e sabemos que ambos foram encaminhados pelo Pe. Paiva para a aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que era a aldeia do Gato Grande.[327] Já Misael Pena só se refere à fixação junto ao rio dos Reis Magos em 1580.[328] O próprio José Marcelino, como Daemon, também

320 Id., ibid., VI, p. 150.
321 Id., ibid., p. 150.
322 Daemon, Província, pp. 164 e 165; monsenhor Pizarro, Memórias históricas, V, p. 88; Misael Pena, História da província, p. 85; Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico,1, p. 40; César Marques, Dicionário, p. 16; José Marcelino, Ensaio, p. 202; José Teixeira, História do estado, p. 209, nota 15; Maximiliano (príncipe de Wied-Neuwied), Viagem ao Brasil (Maximiliano, Viagem ao Brasil), 2.a ed., São Paulo, 1958, p. 136.
323 Leite, H.C.J.B., VI, p. 161.
324 Daemon, Província, p. 87.
325 Id., ibid., p. 91.
326 Id., ibid., p._70; José Marcelino, Ensaio, p. 178.
327 Cartas avulsas, pp. 457-461; Mon. Bras., IV, pp. 266-272.
328 Misael Pena, História da província, p. 52.

situa a fixação em 1580, com a construção da igreja, do mesmo modo que Melo Morais.[329]

Como a aldeia dos Reis Magos foi fundada para abrigar os índios de Aldeia Velha e o passado desta aldeia remonta à primeira que existiu no Espírito Santo, talvez fosse bom recordar aqui o que houve com ela desde o princípio, já que, até o momento em que se fixou em Santa Cruz, a aldeia de Nossa Senhora da Conceição passou por algumas mudanças.

Vimos que o principal dos temiminós, Maracaiaguaçu — Gato Grande —, que habitava o Rio de Janeiro, por inimizades e guerras constantes com seus vizinhos, procurou socorrer-se com o donatário Vasco Fernandes Coutinho, da capitania do Espírito Santo (p. 67). Foi aceito, instalando-se na capitania. O local parece ter sido a própria ilha de Vitória (p. 68-69). Por aborrecimento com os portugueses, Maracaiaguaçu — batizado com o nome de Vasco Fernandes Coutinho — mudou-se para o outro lado do rio Santa Maria (pp. 68-69), onde se preparou um lugar para a igreja que, em 1562, já estava pronta.[330]

Passando o surto de varíola que se abateu sobre a aldeia, o Pe. Diogo Jácome e o irmão Pedro Gonçalves ajudaram os índios a mudar de local em virtude do "mau cheiro" (p. 70). Com a morte de Pedro Gonçalves, Diogo Jácome ficou sozinho tentando construir uma igreja na nova aldeia, já que a primitiva que construíram era, apenas, "huma cassa de palha", morrendo, porém, logo depois (p. 70). A aldeia passou algum tempo sendo apenas visitada pelo Pe. Pedro da Costa e, às vezes, pelo irmão Diogo Fernandes (p. 70). Seria já o seu local em Santa Cruz, na Aldeia Velha? É difícil precisar.

O Pe. Pedro da Costa, que residia na aldeia de São João, visitava também outras duas ou três aldeias que se situavam perto da de São João (p. 70).

Em 1571, por informação de Antônio da Rocha, só existiam três aldeias no Espírito Santo, todas de visita, possuindo a de Nossa Senhora da Conceição, provavelmente a maior, "setecentas e

329 José Marcelino, Ensaio, pp. 179-180; Alexandre José de Melo Morais, Crónica geral do Brasil (Melo Morais, Crônica geral), 2 tomos, Rio de Janeiro, 1886, tomo 1, pp. 116-117; José Maria Mercier, Relatório ou notícia histórica da vila de Nova Almeida da província do Espírito Santo (José Maria Mercier, Relatório), Vitória, 1862, parte primeira, p. 5; Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico, p. 35.
330 ' Ver citações da nota 10.

tantas almas" (p. 71). Em 1574, porém, temos oito aldeias, das quais quatro estavam para ser unidas em uma única (p. 72). Aqui talvez pudéssemos ir um pouco mais longe em nossas conjecturas.

Vimos que em 1568 já haviam determinações para que se reduzisse o número das aldeias, na Bahia, por falta de gente e pela dificuldade de sustentação das mesmas. É possível que a ideia da reunião das aldeias tivesse amadurecido — já que, em 1574, se fala em reunir quatro em uma única no Espírito Santo — e que, mais tarde, as aldeias dos Reis Magos e de Reritiba fossem a sua realização concreta.

Na realidade, os jesuítas não gostavam da intromissão do leigo em 'suas' aldeias como capitães dos índios. Sujeitavam-se a isso devido às ordens reais, que acatavam, e até persuadiam os índios a aceitá-las.[331] Mas, no fundo, buscaram semore assentar-se longe dos 'centros civilizados', isto é, das sedes das capitanias, do convívio do português, para evitar conflitos com os colonizadores e trabalhar junto aos índios com maior liberdade de ação. Assim, a escolha de Reritiba e Reis Magos, ao sul e ao norte, respectivamente, da vila, era a certeza da distância do colonizador. Quando as ordens reais voltaram a determinar que o capitão-mor da aldeia fosse um índio, de acordo com os padres, já os jesuítas se haviam fixado, definitivamente, nessas duas aldeias, abandonando quase todas as outras, pois aos poucos transferiram todos os índios que os quiseram acompanhar a Reis Magos ou Reritiba.[332]

Quando, porém, se conseguiu realizar essa fusão? A data precisa é de difícil determinação. Já vimos que alguns autores dão o ano de 1580 para a fixação de Reis Magos. Mas vimos também que, em 1581, no Espírito Santo, havia dez aldeias, sendo duas de "administração imediata dos padres", mais quatro ao norte e igual número ao sul (p. 72-73). Evidentemente, as duas de "administração imediata dos padres" deveriam ser as aldeias de São João e de Nossa Senhora da Conceição, que são as mesmas citadas por Anchieta em 1585, como também vimos acima (p. 73). Portanto, até 1585, não há possibilidade de já ter havido a fusão das aldeias em uma única pela simples razão de que a informação de Anchie-

331 Ver no capítulo I "Os aldeamentos indígenas formados pelos jesuítas", da p. 14 à p. 16; ver citação da nota 105.
332 Leite, H.C.J.B., II, pp. 62-72.

ta, sendo de fins desse ano, também diz que os padres visitavam outras seis aldeias (p. 73). Ora, diminuiu o número das aldeias de visita de oito para seis, mas não aumentou o número das de residência, que continuavam sendo as duas já conhecidas e citadas quase sempre: São João e Nossa Senhora da Conceição.

O catálogo do ano seguinte (1586) também só cita essas duas (p. 73). E o de 1589 acrescenta a aldeia de São Cristóvão. Serafim Leite insinua, sem afirmar, a possibilidade de que ela seja Reritiba, que, segundo Simão Vasconcelos, já existia desde 1587 como residência, pois ali já estava José de Anchieta (p. 73 e 79). Se Reritiba era apenas mais uma aldeia construída, a sua omissão específica no catálogo é aceitável. Entretanto, no caso de Reis Magos, planejada com antecedência para ser o ponto de convergência de outras aldeias, é estranho o silêncio sobre ela, se já estava fundada. Também é estranhável que Serafim Leite[333] não faça a ela maiores referências. Não por qualquer dúvida ou dúbia intenção que possa suscitar nossa observação, mas pela importância de que se revestiu a fundação da aldeia dos Reis Magos. Ainda mais estranho se torna quando verificamos que a Igreja dos Reis Magos foi dotada (e ainda é) de material impor-

333 Id., ibid.; VI, p. 150: "Reritiba foi menos feliz do que Reis Magos, na documentação escrita sobre os seus próprios edifícios". Infelizmente, o Pe. Serafim Leite não utilizou esta 'documentação escrita' sobre Reis Magos. No capítulo III, livro II, tomo VI, de sua História, dedicado à aldeia dos Reis Magos, que vai da p. 159 à p. 180, há pouquíssimas informações sobre a igreja. E ainda acrescenta ao orago da igreja o nome do fundador da Companhia. Na p. 159, tomo VI, diz: "A Aldeia dos Reis Magos ou de Santo Inácio Martir ." Já na p. 166, do mesmo tomo VI, transcreve o trecho final da carta do padre Domingos Monteiro, que diz: "Desta Aldeia de Santo Inácio e dos Reis Magos, 26 de Julho, 1619". Na nota 1, nesta mesma p. 166, Serafim Leite diz: "O duplo título de Aldeia de S. Inácio e dos Reis Magos, indica os oragos da Aldeia Velha e desta nova, conservados ambos nesta, depois da mudança daquela. A mudança supõe a transferência dos objetos do culto da Aldeia Velha" (os grifos são do original). Aqui cabe uma interferência: se a Aldeia Velha é a atual Santa Cruz, e se se aceita sua mudança para Reis Magos, tem-se que admitir o orago de Aldeia Velha como sendo Nossa Senhora da Conceição outra coisa nos chama a atenção: apenas este Pe. Domingos Monteiro chama Reis Magos pelo nome conjunto de 'Santo Inácio e dos Reis Magos', pois todas as outras referências que temos, inclusive a do Pe. Antônio Vieira, cinco anos depois, isto é, em 1624, diz só 'Reis Magos', como pode ser comprova-do na referência feita na nota 70 do cap. 1, p. 31. Nessa mesma nota cita-se a Fernão Guerreiro, que, escrevendo sobre o que se passou nos anos de 1602 e 1603, também falou sobre a aldeia, chamando-a por quatro vezes (folha 118, duàs vezes; folha 119, uma vez; folha 119v., uma vez) só de 'Aldeia dos Reis Magos'. Simão de Vasconcelos, nas citações das aldeias, como vimos acima, na p. 73, com referência na nota 40, também a chama só de 'Reis Magos'. Mas Serafim Leite, no vol. I de sua História, p. 230, ao referir-se ao último catálogo do século XVI, repete o nome da aldeia como "S. Inácio dos Reis Magos". E, ainda nesse vol. I, p. 582, Apêndice L, "Catálogo dos P. P. e Irmãos da Província do Brasil em Jan. r° de 600" a referência é: "Aldeia de S. Ignatio". Diga-se de passagem que o autor da História da Companhia de Jesus no Brasil, no vol. VI, p. 135, chama a Igreja de São Tiago de Igreja de São Maurício, como mostramos na. nota 37 do cap. II, pp. 59-60. Não é nosso interesse refutar o Pe. Serafim Leite, que foi emérito historiador e estudioso incansável da ação dos jesuítas no Brasil, mas mostrar outros pontos que, talvez, não tenham sido considerados, ou não foram levados em conta em virtude de ter aparecido um que exaltava a figura do fundador da Companhia. Não nos cabe o julgamento, apenas a apresentação dos fatos.

tado — pedra de lioz — para as portas principal (fig. 54) e lateral (fig. 52) da igreja, para a porta de entrada do coro (fig. 55) e para as três janelas do coro (fig. 53), além dos degraus das respectivas portas, que são do mesmo material, material esse que, no Espírito Santo, parece ter sido usado apenas nessa igreja, dentre as construções erguidas pelos jesuítas.[334]

De qualquer modo, a mais antiga referência que encontramos sobre Reis Magos nos é dada por Simão de Vasconcelos, em 1593, que dela diz ser uma das quatro aldeias existentes no Espírito Santo, como vimos acima (p. 73), o que faz supor a reunião das aldeias, situando-se apenas duas ao norte e duas ao sul de Vitória. E esse mesmo número de aldeias ocorre na carta do Pe. Bastião Gomes, de 159.

O último catálogo do século XVI e o primeiro do século XVII já identificaram Reis Magos como aldeia de residência (p. 74). Ao iniciar-se o século XVII, aí residiam os padres Domingos Gracia, como superior Sebastiam Gomez e Antônio Ferreira, além do irmão João Myz.[335]

Este último, em 1610, já como padre, entra com uma petição em Vitória e consegue do governador (não seria donatário?) Francisco de Aguiar Coutinho a doação de uma sesmaria de terras aos 'índios de Reis Magos", pois as terras que eles então possuíam "estavam cheias de formigas".[336] E a doação foi feita, entrando os índios de posse da terra (que do lugar "Iapara para todos os rumos fizesse sempre seis leguas em quadro"[337]) por um instrumento passado a 4 de dezembro de 1610, na vila da Vitória, pelo escrivão Manuel Lourenço Valença aos padres João Martins, então superior da aldeia dos Reis Magos, e Jerônimo Rodrigues e ao índio Gregório, que pertencia à aldeia de São João.[338]

334 Nossa referência se dá em relação aos edifícios que estamos estudando no Espírito Santo. Todavia, uma fotografia do palácio do governo, antes das modificações de Jerônimo Monteiro (fig. 36), que mostra a antiga Igreja de São Tiago em primeiro plano, parece demonstrar que a portada da igreja era em lioz e trabalhado nos moldes da existente em Nova Almeida, sem o frontão quebrado, já que, na igreja da residência, o frontão é reto. Esse belo trabalho, se realmente em lioz, onde estaria hoje? Porque hoje encontramos na Capela de Santa Luíza — como Museu de Arte Sacra — três pias de pedra (uma pequena e duas grandes) para água benta (figs. 47B, 129, 48A, e 48B) e um ornamento de pia do tipo das pias de Anchieta e Reis Magos que se situam na sacristia (figs. 48E e 48F), que se pode afirmar terem sido da Igreja de São Tiago, assim como uma cabeça de coluna —Capitel — de madeira, para meias colunas aderidas à parede, que se encontra no mesmo museu (figs. 48C e 48D).
335 Leite, H.C.J.B., 1, p. 582.
336 Arquivos do Estado do Espirito Santo, Livro do Tombo da vila de Nova Almeida, Vitória, 1945, pp. 42-45.
337 Ver citação da nota 99.
338 Id.

A própria petição, como vimos acima, menciona o motivo da mudança: as formigas. Teriam, realmente, as formigas tido força suficiente para desalojar os índios de um lugar no qual os jesuítas desejassem ficar? Não importa a resposta. A verdade é que, de fato, as formigas faziam parte das pragas existentes em terras brasileiras. Já em 1554 Brás Lourenço queixava-se delas no Espírito Santo.[339] Anchieta a elas se refere de passagem, mas Gabriel Soares de Sousa lhes dedica quatro capítulos.[340] E seria a que ele chama de 'goajugoaju' que teria feito essa mudança? A verdade é que parece ser a formiga dessa espécie que François Biard enfrentou quando de sua passagem pelo Brasil (1858-1860) nos arredores de Santa Cruz.[341] E sua descrição coincide com a de Gabriel Soares de Sousa, de quase três séculos antes.

De qualquer modo, ainda é difícil precisar a data exata da fundação da aldeia e o motivo determinante, embora as formigas apareçam como desculpa oficial. A verdade pode estar, segundo Saint-Hilaire, na diferença do tamanho dos rios que banham uma e outra região, que poderiam em uma (Santa Cruz) permitir a chegada de barcos de maior calado (e, portanto, maior número de brancos) e na outra (Reis Magos), não ser muito bom à navegação de barcos maiores.[342]

Contudo, a fixação dos jesuítas em Reis Magos determinou, posteriormente, o abandono da aldeia de São João. Pode não ter sido de imediato, mas foi mais ou menos como aconteceu com Guarapari em relação a Reritiba: primeiro tornou-se aldeia de visita e assim permaneceu durante algum tempo. Rareando as visitas e, sempre que possível, levando os índios de uma para outra aldeia, até o abandono completo.

A aldeia dos Reis Magos foi elevada à categoria de vila por alvará de 2 de janeiro de 1759, com a denominação de vila de Nova Almeida.[343]

339 Mon. Bras., II, p. 48; frei Vicente do Salvador, História, p. 44
340 Anchieta, Cartas, p. 432; Gabriel Soares de Sousa, Tratado descritivo do Brasil em 1587 (G. Soares de Sousa, Tratado descritivo), 3. ed., São Paulo, 1938, caps. CXIX, CXX, CXXI e CXXII, pp. 319-323; Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo), São Paulo — Belo Ho-rizonte, 1974, pp. 12, 37 e 111.
341 F. Biard, Dois anos no Brasil (F. Biard, Dois anos no Brasil), São Paulo, 1945, pp. 98-99.
342 Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo, p. 66.
343 José Marcelino, Ensaio, p. 180; César Marques, Dicionário, p. 7; Dae-mon, Província, pp. 164 e 165; monsenhor Pizarro, Memórias históricas, V, p. 96; Misael Pena, História da província, pp. 84-85 e "Apêndice", documento XVIII, pp. 63-64; José Teixeira, História do estado, p. 209.



Fig. 52. Igreja de Reis Magos: fachada oeste. Porta lateral da nave. Foto SAV-CAR-UFES.



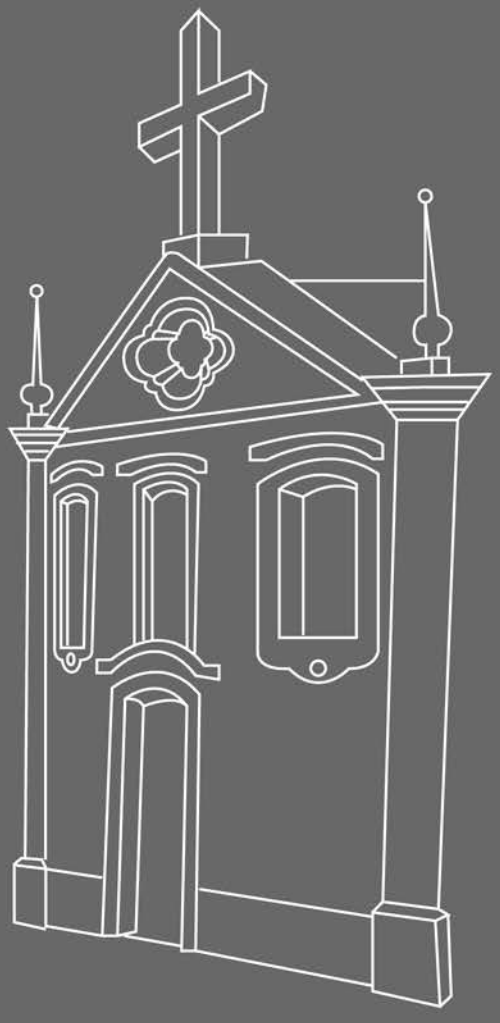
Fig. 53. Igreja de Reis Magos: fachada sul (principal). Foto SAV-CAR-UFES.

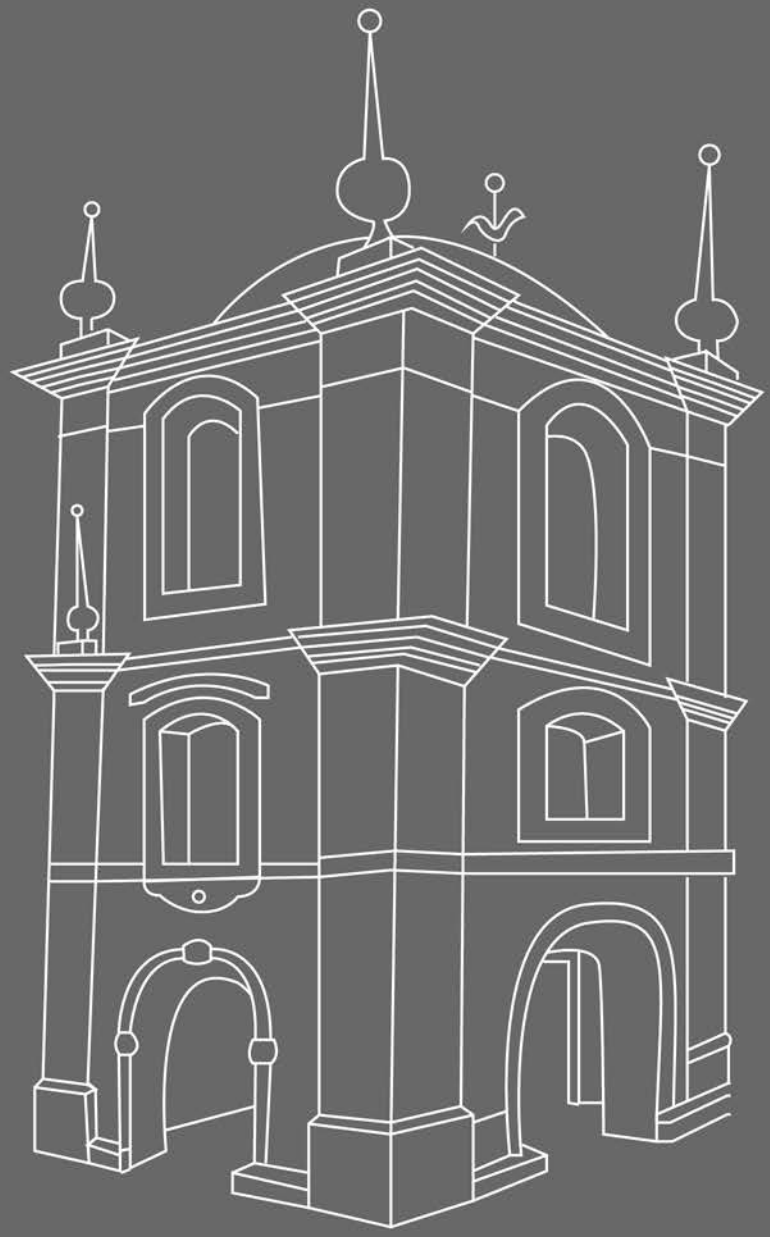


Fig. 54. Residência de Reis Magos: fachada sul (principal). Detalhe da porta de entrada. O símbolo do poder real data do século passado. Portal de madeira.
Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 55. Igreja de Reis Magos: coro. Detalhe da porta de acesso ao coro, cujo portal é de pedra de lioz. Foto SAV-CAR-UFES.







Capítulo IV

As residências

Já vimos que, de um modo geral no Brasil, as residências foram edificadas com o mesmo programa construtivo usado para os colégios. No Espírito Santo não foi diferente. A quadra foi o programa utilizado no Colégio e nas residências.

Já estudamos o edifício do Colégio e agora vamos fazer o estudo dos edifícios nas quatro aldeias já estudadas e que permaneceram por mais tempo como residência, das quais hoje ainda encontramos, bem ou mal conservados, modificados, reformados ou reformulados, adulterados, 'mediocrizados' ou, simplesmente, abandonados, remanescentes que tentaremos reconstituir, a partir de documentos, por descrição, para servir de base ao próximo capítulo.

Residência de São João Batista, na aldeia de São João (Carapina)

Desta residência quase não nos restam dados. Os documentos do século passado, que se referem à igreja que apresentamos como dos jesuítas, não a citam como tal, dizendo-a, inclusive, fundada em 1746, como capela de uma fazenda.[344] E os historiadores do Espírito Santo, já citados, não falam da

344 Arquivo Público do Espírito Santo, manuscritos do Grupo Documental Governadoria, Série Histórica (A.P.E.S., Série Histórica), livro 387: ofício do Pe. Francisco Antunes de Siqueira ao presidente da província em 30 de junho de 1856; ofício do vigário Antônio Miz de Castro ao presidente da província Pedro Leão Veloso em 15/3/1859; Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, Livro da origem das paróquias, manuscrito de 1897 (corresponde na realidade à reunião de ofícios das várias freguesias, enviados ao bispo Dom João Batista Correia Néri) (A.C.M.V., manuscritos, Origem das paróquias): "Informação acerca da freguesia de S. João de Carapina por Monsenhor E. Pedrinha, encarregado dessa paróquia". | 1A. Basílio Carvalho Daemon, Província de Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística (Daemon, Província), Vitória, 1879, pp. 309-310.

Igreja de São João nem de passagem, exceção feita a Daemon, que a dá como construída em 1746, tendo por invocação a Nossa Senhora da Ajuda, afirmando, porém, mais à frente, que foi depois mudado o orago da igreja para S. João Batista, ficando a freguezia com o título de S. João de Carapina.

Já vimos que, durante o século XVI, às vezes a aldeia era de residência, às vezes era só visitada. Ao terminar o século XVI e no início do século XVII, São João consta como aldeia de residência nos catálogos respectivos. E, possivemente nesse mesmo século XVII, haja sido abandonada.

Localização

O local primitivo dessa residência é muito difícil de determinar. Fundada a aldeia para os parentes de Maracaiaguaçu em 1562, a três léguas da vila, ela foi mudada de local em 1584, ficando então distante da aldeia de Nossa Senhora da Conceição cerca de meia légua. Serafim Leite a diz distante de Vitória sete léguas, mas a distância real deveria ter sido metade.[345]

Quando era aldeia de visita, os padres vinham até ela, da aldeia de Nossa Senhora da Conceição.[346] Assim que a aldeia da Conceição se situou mais longe, voltou a ser de residência. Quando ocorreu o desenvolvimento da aldeia dos Reis Magos, ela voltou a ser aldeia de visita e, aí sim, passaram os padres a vir de Vitória, por ser Reis Magos mais distante.

A 'casa' que servia de morada aos jesuítas na aldeia de São João não existe mais, assim como nem sinal de sua possível existência, ou ruínas ou alicerces, ao lado da igreja, aparecem no local. De que deve ter havido uma residência na aldeia não temos dúvida. O Pe. Pedro da Costa, quando escreveu em 1565 ainda no local primitivo, dizia, ao terminar a carta, "desta casa de S. João".[347] O Pe. Bastião Gomes, em sua carta citada anterior-

345 Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (Leite, H.C.J.B.),10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, VI, p. 144; ver as notas 34, 35 e 36 do cap. 111, p. 85.
346 Ver citação da p. 73 com referência à nota 34 do cap. III, p. 85. Se à aldeia de São João visitavam, em 1585, "quase cada dia", como diz Anchieta, só podia ser vindo da aldeia de Nossa Senhora da Conceição, que ficava a meia légua dela, por rió, e não da sede em Vitória, que ficava a três léguas.
347 Afrânio Peixoto, ed., Cartas avulsas (1550-1568) (Cartas, avulsas), Rio de Janeiro, 1931, p. 463; Serafim Leite, ed., Monumenta Brasiliae (Mon. Bras.), 4 vols., Roma 1956-1960, IV, p. 275.

mente, faz do mesmo modo, em 1596, já após a mudança, na casa definitiva.[348] E foi nessa casa que Simão de Vasconcelos diz ter Anchieta feito um garoto mudo falar, em um dos seus 'milagres', em 1594, na festa de São João.[349] Hoje, porém, não existe nada da residência. Apenas a igreja, pobre, com modificações, existe de pé em terreno particular pertencente a uma fazenda.

Sua localização é, ainda, privilegiada, em uma elevação (figs. 56, 57, 58, 59 e 218), de onde domina a região, como os jesuítas gostavam, e nas proximidades de um rio.

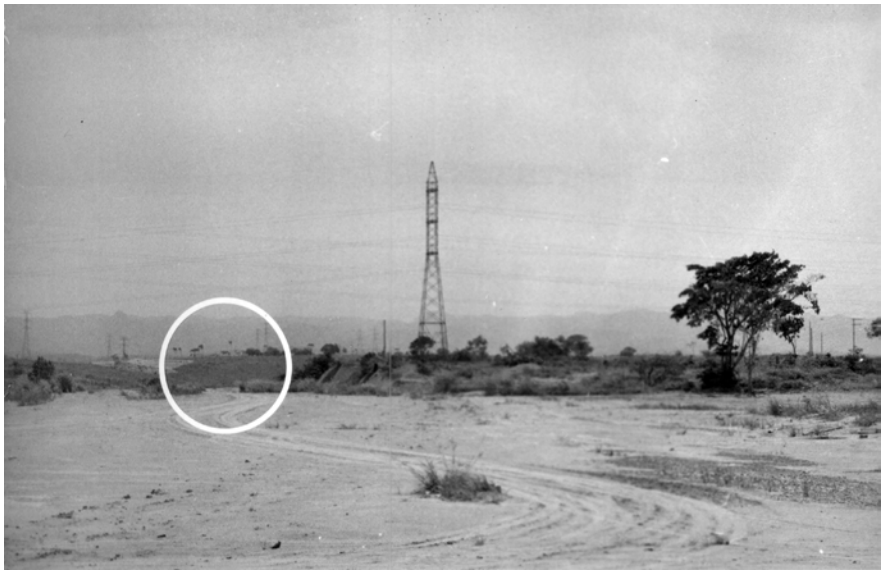


Fig. 56 Igreja de São João Batista: vista desde a BR-101 Norte, junto à entrada para Jacaraípe e Nova Almeida. Foto do autor.



Fig. 57. Igreja de São João Batista: vista desde a BR-101 Norte. do mesmo ângulo visual da foto 49A, com teleobjetiva. Na planta de localização topográfica (fig. 11) situam-se a palmeira junto á igreja e a casa da esquerda. Foto do autor.

348 Anais da Biblioteca Nacional (A.B.N.), 95 vols., Rio de Janeiro, 1876-1975, XX (1898), p. 263.
349 Simão de Vasconcelos, Vida do venerável Pe. José de Anchieta (S. Vascon-celos, Vida de Anchieta), 2 vols., Rio de Janeiro, 1943, II, livro 5, cap. XI, § 6, p. 134.



Fig. 58. Igreja de São João Batista: vista desde a rodovia de contorno da ilha de Vitória pelo continente. Foto SAV-CAR-UFES.

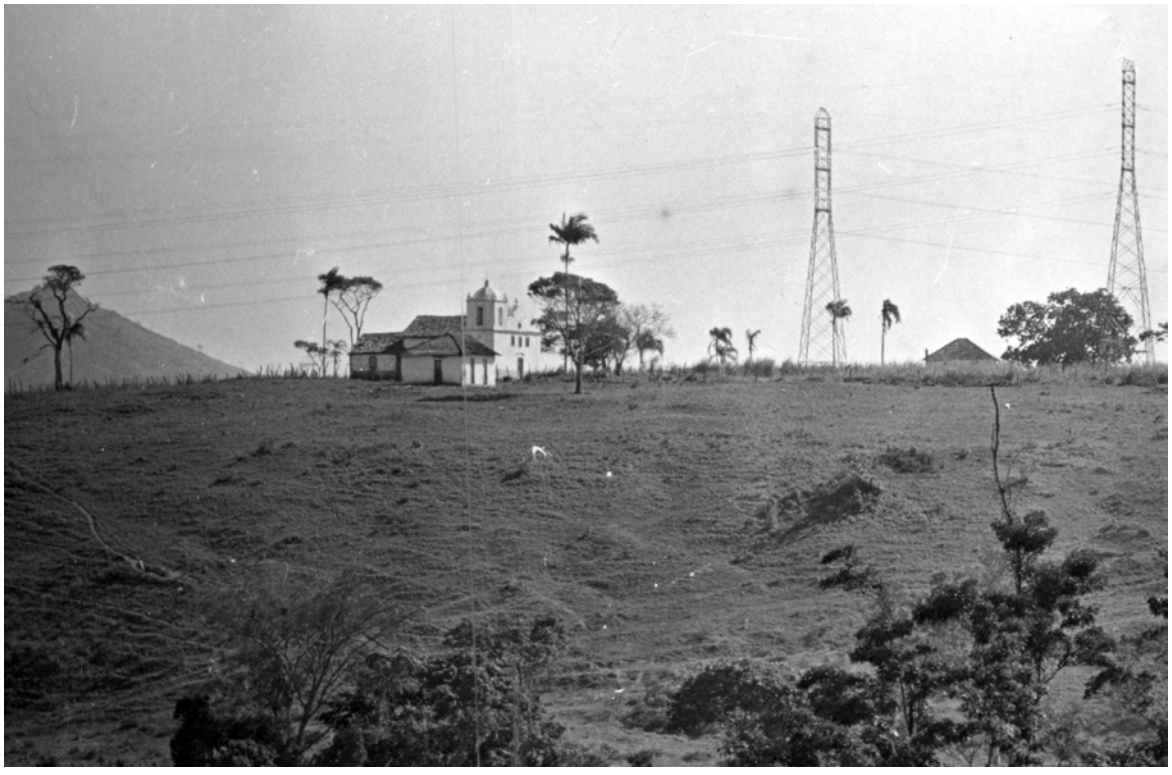


Fig. 59. Igreja de São João Batista: vista do mesmo ângulo da foto 58, com teleobjetiva. Foto SAV-CAR-UFES.

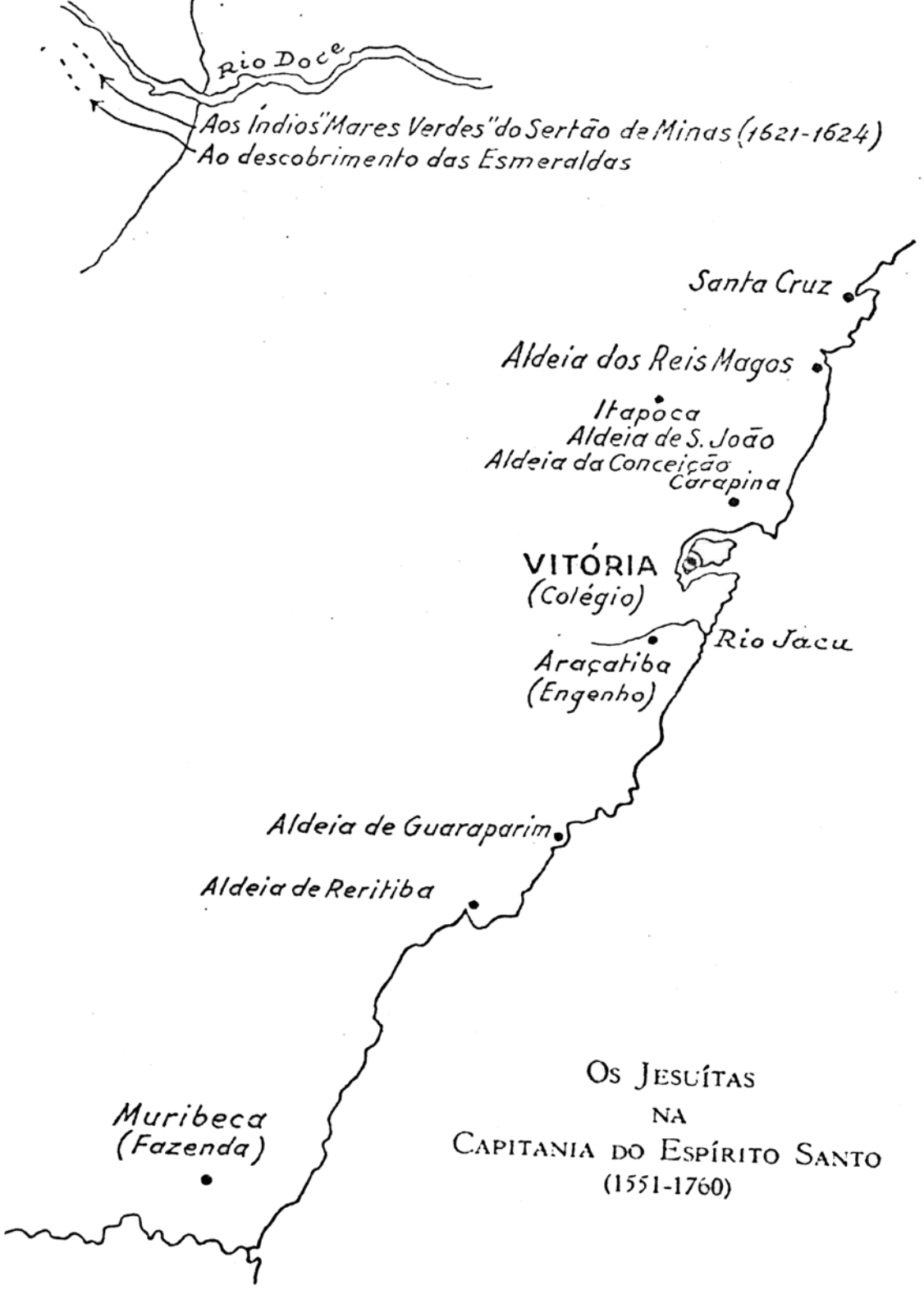


Fig. 60. Os jesuítas na capitania do Espírito Santo (1551-1760). Mapa do Espírito Santo, mostrando os pontos de fixação dos jesuítas na capitania, em meados do século XVIII. Ilustração de Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, vol. VI, entre as pp. 152 e 153. Observar que, no mapa, aparece a aldeia da Conceição, embora apareçam também os locais Santa Cruz e aldeia dos Reis Magos. Itapoca, Araçatiba e Muribeca eram fazendas. O rio é Jucu, e não como aparece no mapa.

O edifício após a expulsão dos jesuítas

Não se têm dados precisos sobre o que aconteceu ao edifício. Abandonado em meados do século XVII, assim deve ter permanecido durante um século, pelo menos; a menos que tenha sido utilizado esparsamente,

Quem adquiriu o terreno, onde ela se localiza, no século XVIII (ou teria adquirido ainda no século XVII?), encontrou-a bastante arruinada, precisamente no que se refere à capela-mor. Sobre o arco cruzeiro, existe uma data: 1746 (fig. 61)

Essa deve ser a data da primeira grande reforma que o tempo deve ter sofrido. Monsenhor Pedrinha, no século passado, achou que ela havia sido erigida naquela data.[350] É dessa época que parece datar a reconstrução da capela-mor, que deve ter sofrido outras restaurações posteriormente, pois já partes de *lajotas.*

Elevada à categoria de freguesia em dezembro de 1857, serviu de matriz até o fim do século XIX.[351] O bispo Dom João Néri, o primeiro do Espírito Santo, nem a cita em seu relatório de 'visitas pastorais', datado do início do século XX.

Em 1870 deve ter sofrido novas reformas ou consertos, pois sobre a torre, do lado sul, existe outra data: 1870 (fig. 62).



Fig. 61 Igreja de São João Batista: detalhe do arco cruzeiro que contém a data da reforma por que passou a igreja. Foto SAV-CAR-UFES.

350 Ver as citações da nota 1 e 1 A acima.
351 A.C.M.V., manuscritos, Origem das paróquias: "Informação acerca da freguesia de S. João de Carapina por monsenhor E. Pedrinha, encarregado dessa Paróquia".

Estado atual

A igreja hoje existente, em razão das modificações introduzidas após o abandono pelos jesuítas, está destituída de suas características. O frontão é, possivelmente, do século XVIII, após a reforma feita em 1746. O óculo da fachada (figs. 225, 255, 300 e 249) tem o mesmo formato do da Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida (figs. 53 e 63). e o mesmo formato daqueles que existem na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, na capela-mor, sendo dois de cada lado, para a iluminação e aeração da capela (figs. 64, 65, 66 e 67), e o da fachada, hoje fechado (fig. 68). As plantas (figs. 9 e 10) e as fotos (figs. 49 e 71 e 72) mostram o verdadeiro estado da igreja.

Os dois corredores laterais à nave são acréscimos posteriores. Já as janelas sobre a nave (figs. 73 e 56) são características que os jesuítas utilizaram em suas igrejas pequenas, nas aldeias e fazendas. São assim, também, as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari (figs. 79, 80 e 74), de Nossa Senhora da Ajuda, da fazenda de Araçatiba (fig. 76), e de Nossa Senhora das Neves, na fazenda de Muribeca (figs. 77 e 78), todas dos jesuítas e ao sul de Vitória.

A torre é saliente ao corpo da igreja e, possivelmente, do outro lado se teria a residência, embora só uma prospecção no solo pudesse confirmar. Nas figs. 9 e 10 — plantas do térreo do pavimento superior — pode-se observar que a parede da nave, que lhe é perpendicular (para o lado oposto à torre), como a indicar a continuação da parede para a formação da residência. A capela-mor parece nada ter de original. A 'sacristia' é acréscimo do século passado e construída em taipa de mão.

Resumindo, só a nave parece ser original, e possivelmente só ela e a torre estavam de pé quando se iniciou a reforma de 1746. Assim mesmo, as colunas do coro (fig. 255) são hoje de alvenaria, embora todo o resto seja de madeira. Nas janelas sobre o coro, apenas barras de madeira, à guisa de janelas, fecham parcialmente os vãos.

Não possui a igreja nenhum ornamento em pedra de qualquer espécie ou nada que demonstre qualquer enriquecimento. A pia batismal, no térreo da torre (fig. 71), é de madeira e o altar atual, feito de lajotas e estreito, tem poucas imagens de importância (fig. 72). A imagem do

orago, embora pequena, parece ser a mais antiga (fig. 81), mas fica colocada sobre a cornija do pilar esquerdo de sustentação do arco cruzeiro (fig. 79 e 80). De todas as igrejas estudadas, é a mais pobre.



Fig. 62. Igreja de São João Batista: fachada sudoeste. No círculo sobre a parede da torre está inscrita a data de 1870. Foto SAV-CA R-UFES.

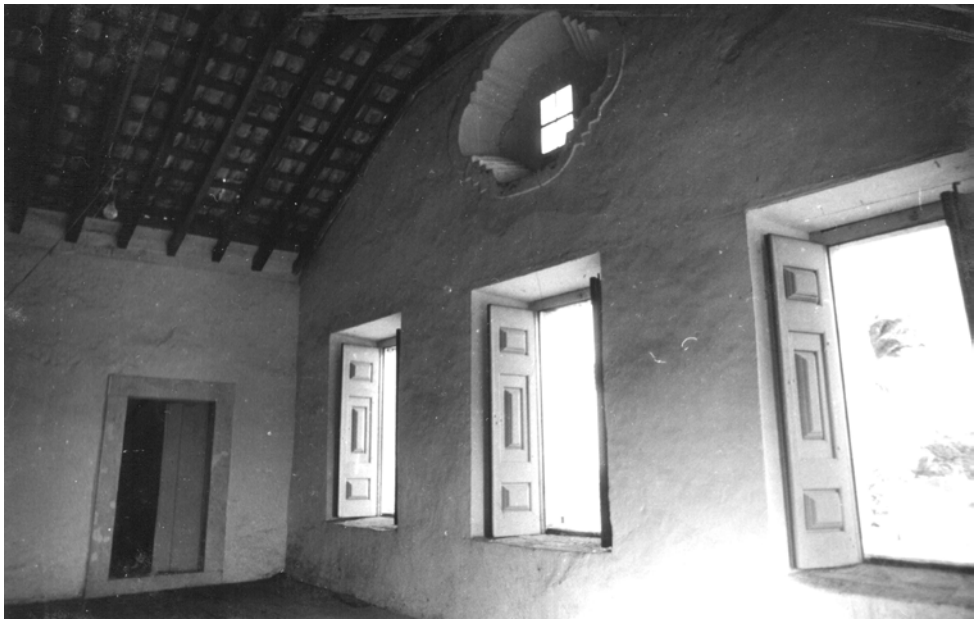


Fig. 63. Igreja de Reis Magos: nave. Coro. Detalhe das três janelas do coro e do óculo. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 64. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: capela-mor. Detalhe do exterior. Pode-se notar um óculo ao fundo. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 65. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada oeste. Os dois óculos que aparecem sobre a parede dão para a capela-mor. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 66. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: arco cruzeiro e capela-mor. Foto SAV-CAR-UFES.

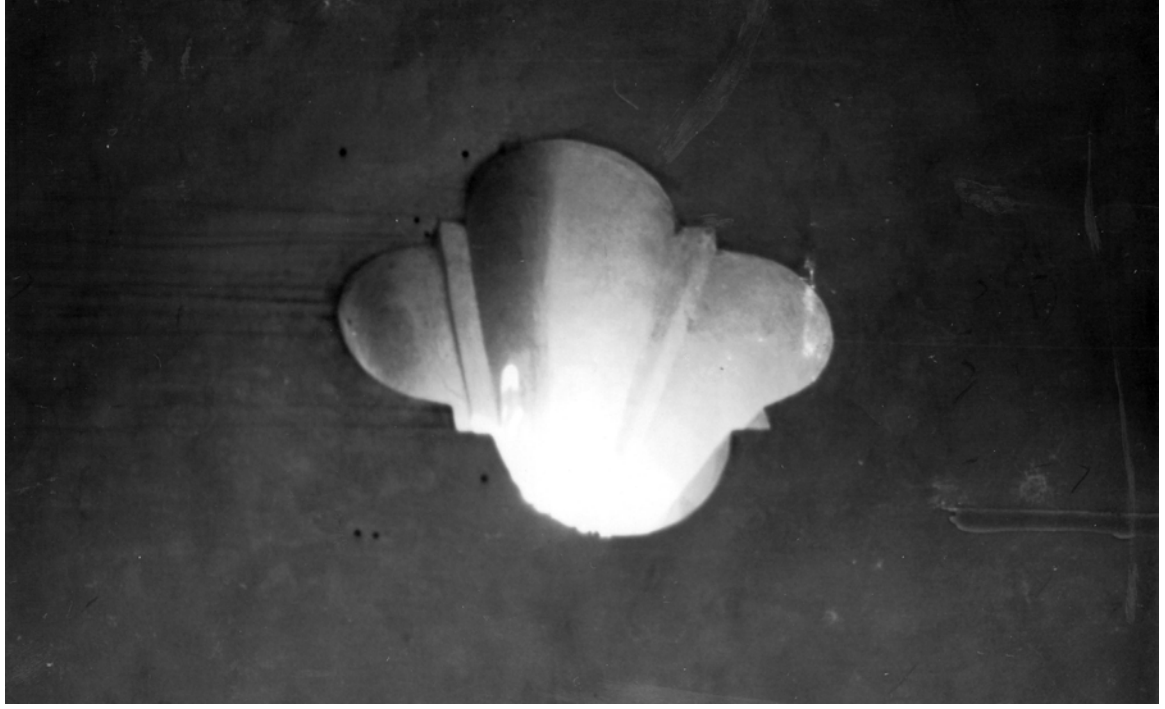


Fig. 67. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: capela-mor. Detalhe de um dos quatro óculos existentes (dois de cada lado). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 68 Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Detalhe do trecho dos alicerces que aparecem na fig. 84A. Foto SAV-CAR-UFES.

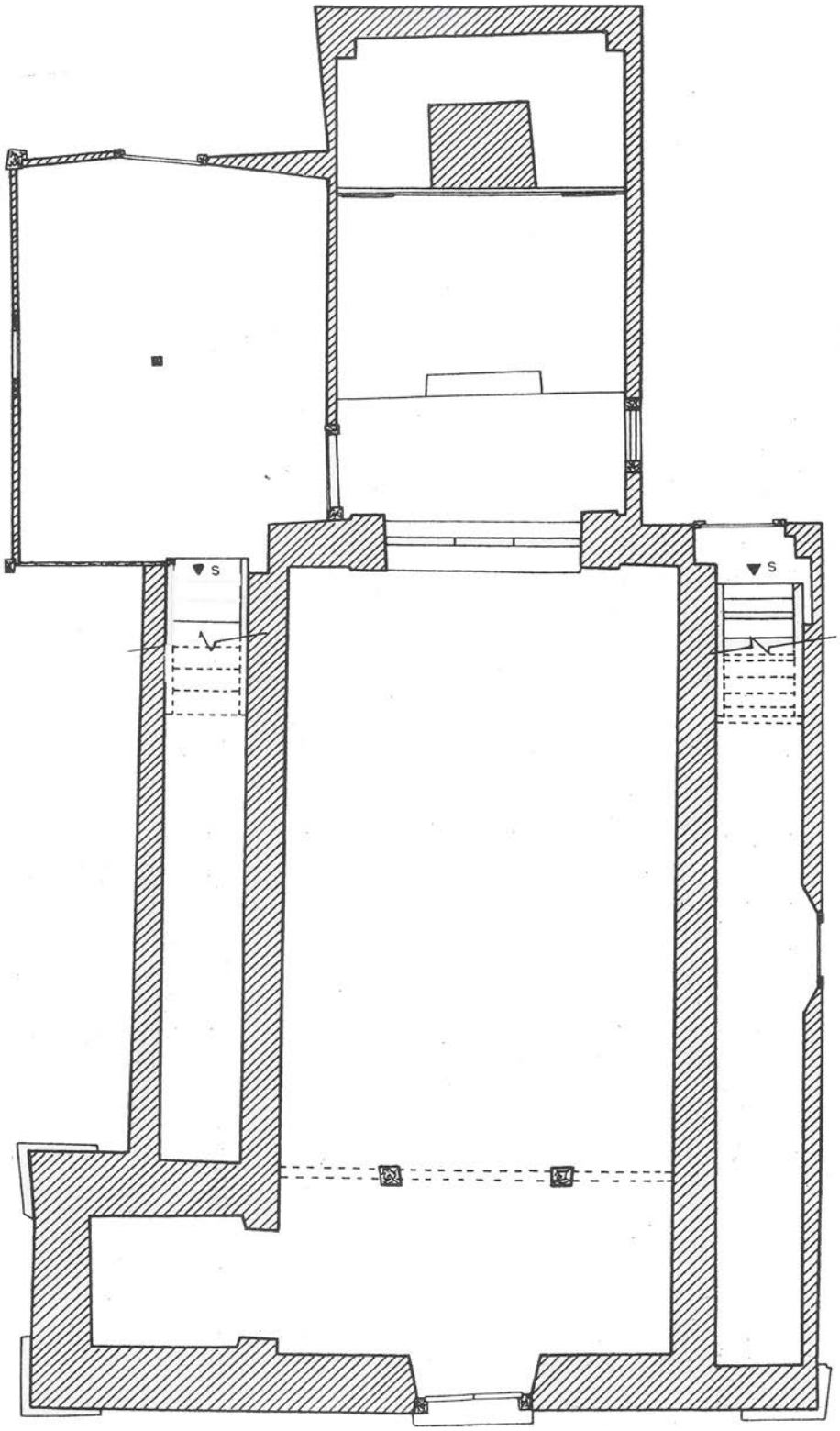


Fig.69. Planta do pavimento térreo da Igreja de São João Batista, em Carapina. Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

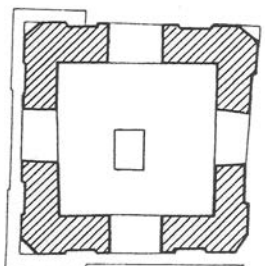


Fig. 10B. Planta da torre

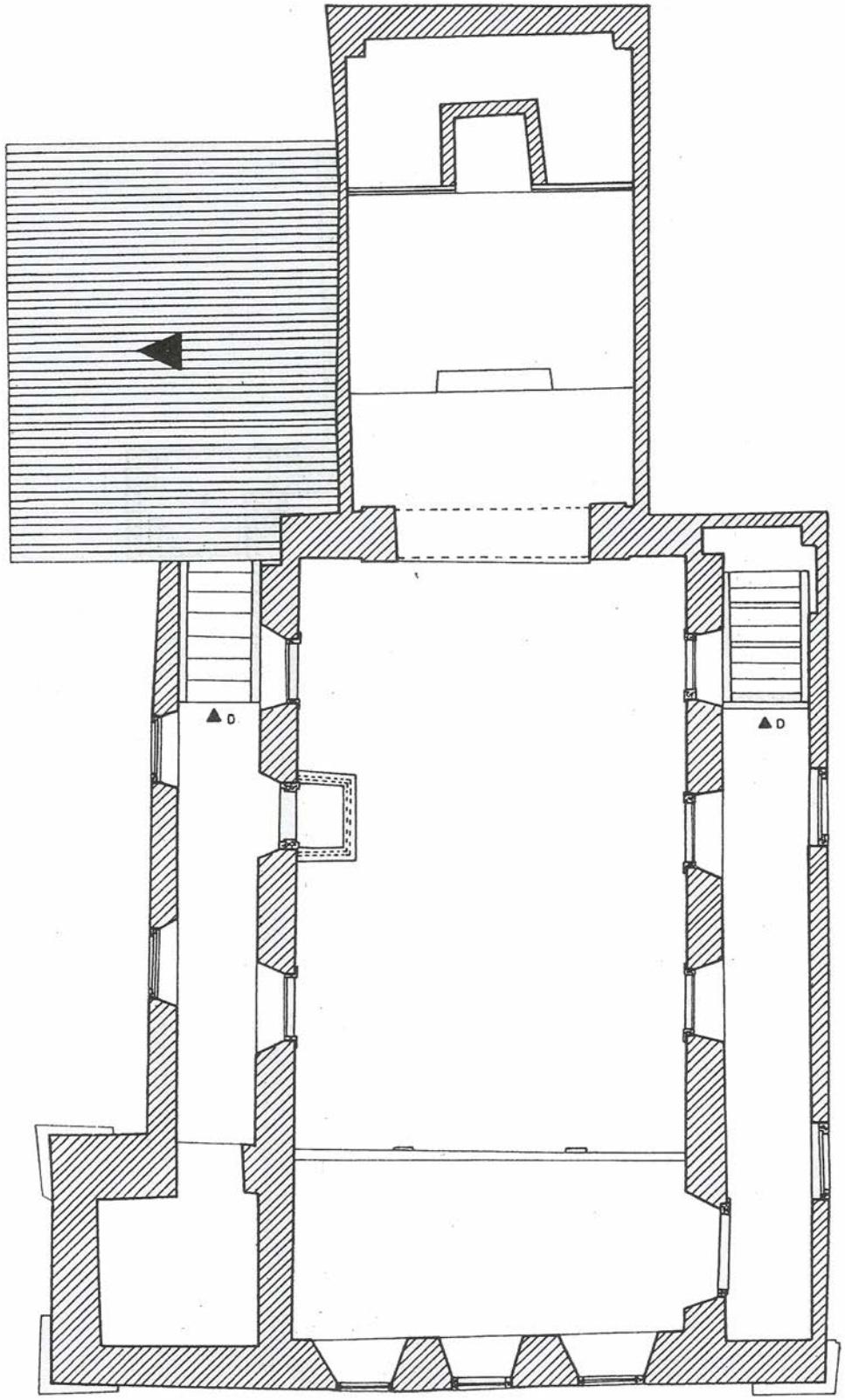


Fig. 70. Planta do pavimento superior da Igreja de São João Batista em Carapina. Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.



Fig. 71. Igreja de São João Batista: térreo da torre. Acesso por baixo do coro, na nave da igreja. A pia batismal e sua base são de madeira. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 72. Igreja de São João Batista: altar atual. Foto do autor.



Fig. 73. Igreja de São João Batista: arco cruzeiro e capela-mor. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 74. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: nave e coro. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 75. Igreja de. São João Batista: janelas da nave e púlpito (vista desde a capela-mor). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 76. — Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, município de Viana (vista lateral com a torre em primeiro plano).
Foto de Cristiano Woelffel Fraga. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 77. Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Muribeca, município de Presidente Kennedy: fachada principal.
Foto de André Carloni antes das obras empreendidas pelo órgão para restauração. Acervo IPHAN-ES



Fig. 78 Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Muribeca, município de Presidente Kennedy (vista interior). Estado atual. Foto do autor.

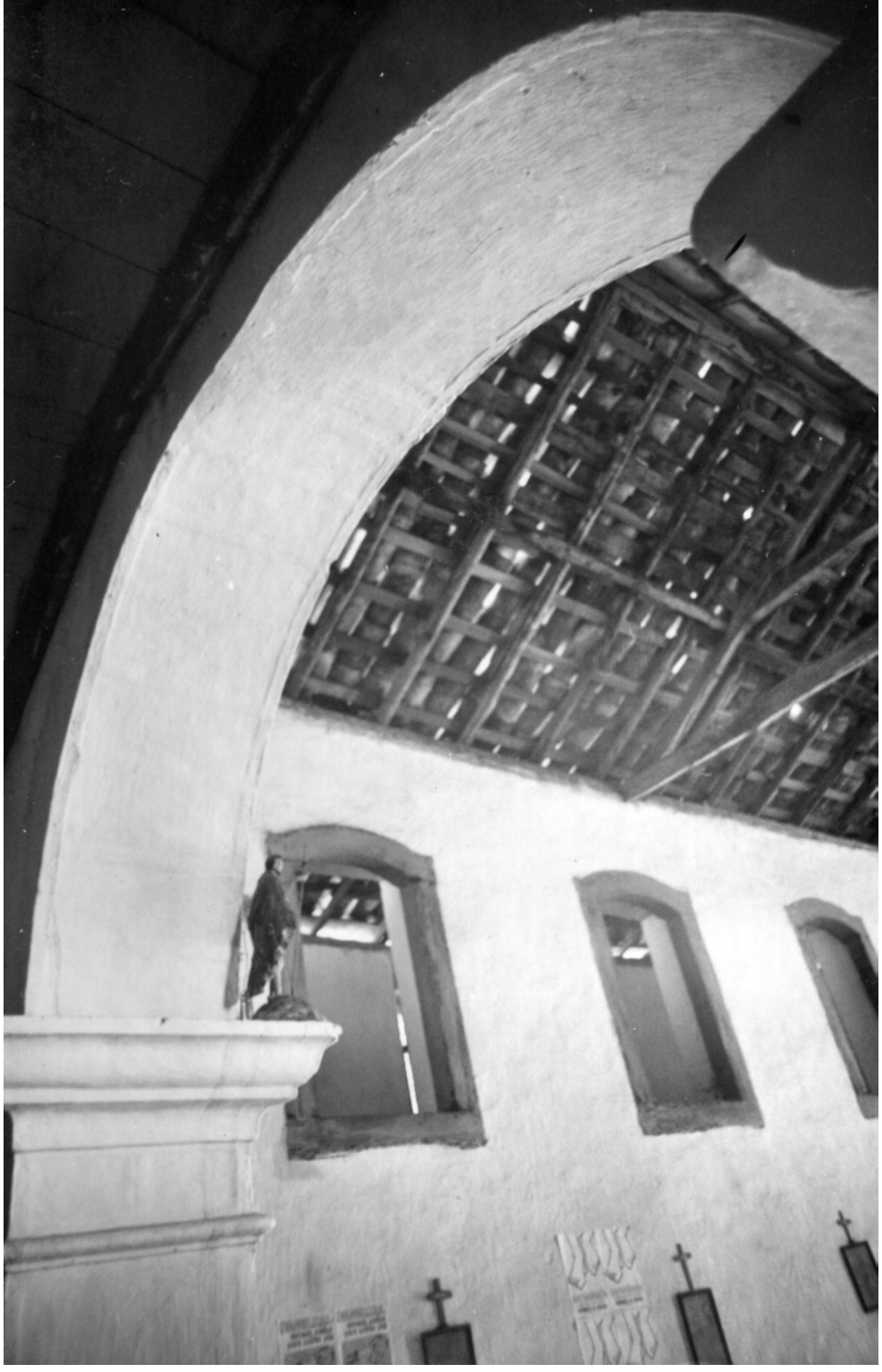


Fig. 79. Igreja de São João Batista: detalhe do arco cruzeiro. Ver desenho anexo para comparação com o arco cruzeiro da Igreja de Reis Magos (fig. 140A e desenho anexo). Junto ao início do arco sobre a pilastra, uma imagem do orago, reproduzida na foto da fig. 63B. Foto e desenho do autor.

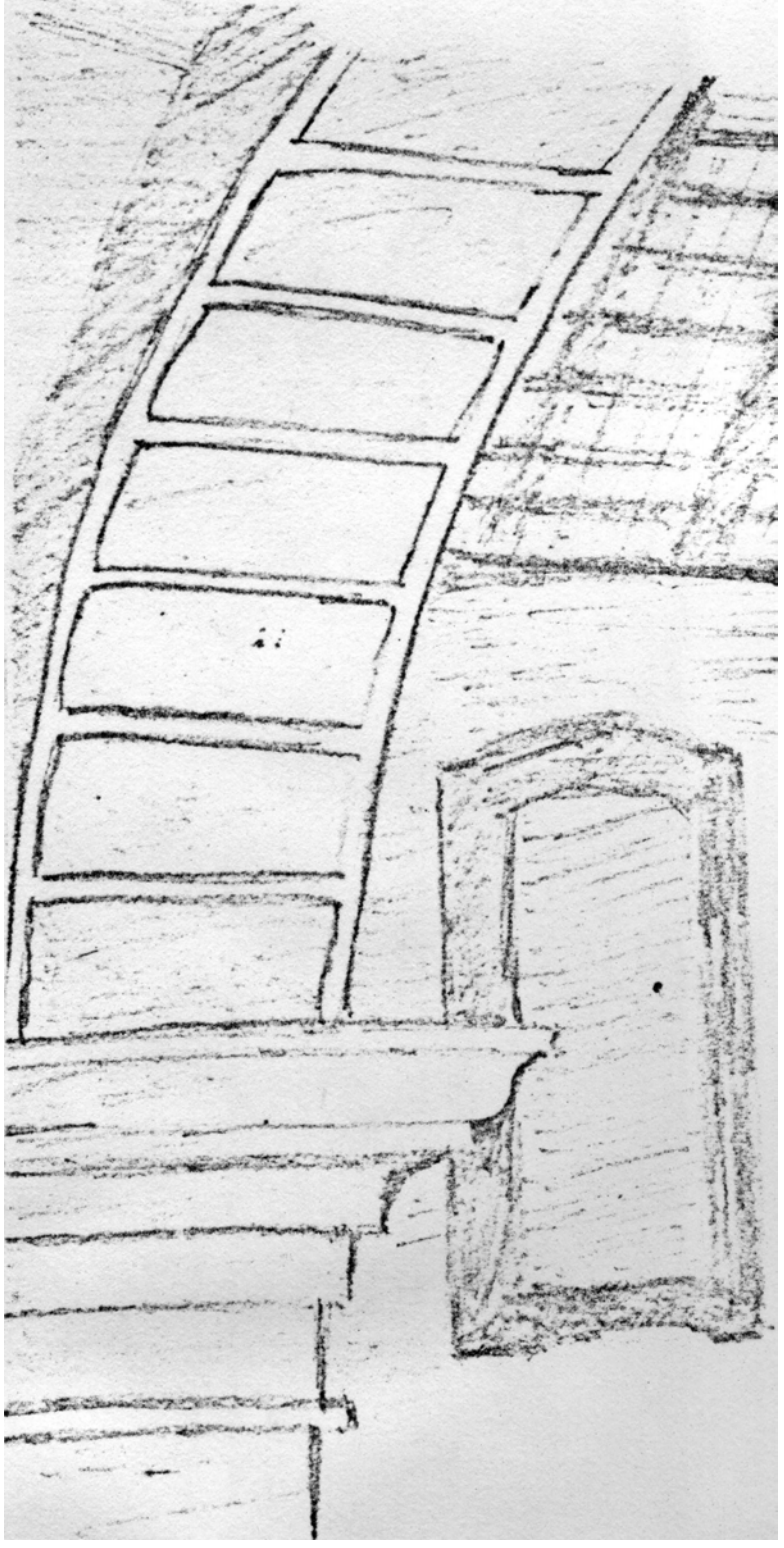


Fig. 80. Igreja de São João Batista: detalhe do arco cruzeiro. Ver desenho anexo para comparação com o arco cruzeiro da Igreja de Reis Magos (fig. 140A e desenho anexo). Junto ao início do arco sobre a pilastra, uma imagem do orago, reproduzida na foto da fig. 63B. Foto e desenho do autor.



Fig. 81 Igreja de São João Batista: imagem de São João (madeira pintada). Alt. aprox.: 25cm. Foto SAV-CAR-UFES.

Residência de Nossa Senhora da Conceição, aldeia de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari)

A aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, como vimos antes, foi transformada em vila em 1679 pelo donatário da capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo. Este mandou erguer uma igreja diante da dos jesuítas, que passou a ser, mais tarde, a matriz de Guarapari.

Com a transformação da aldeia em vila, os jesuítas abandonaram em definitivo Guarapari, permanecendo fixados, ao sul da capitania, somente em Reritiba. A residência que os jesuítas possuíam em Guarapari e que lhes servia apenas nas visitas foi também abandonada definitivamente. O edifício, ao ser abandonado, possuía, de pé, a igreja e parte da residência, o quarto da quadra contíguo à fachada da igreja, da qual apenas hoje a igreja está de pé, enquanto da residência, apenas os alicerces, ao nível do chão, ainda existem (figs. 82 e 83 e 87 e 68).



Fig. 82. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Restos junto à raiz da árvore, ao fundo, e a cerca (vistos desde a torre da igreja). Foto do autor.



Fig. 84. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Detalhe do mesmo trecho da foto reproduzida na fig. 83. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig.83. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Detalhe do trecho da fig. 81A. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 85 Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Remanescentes. A casa ao fundo é de construção recente e fica no interior do espaço limitado pelos restos dos alicerces. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 86. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Trecho dos alicerces que aparecem na fig. 83B, vistos de frente.
Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 87. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Detalhe do mesmo trecho da foto reproduzida na fig. 82B. Foto SAV-CAR-UFES.

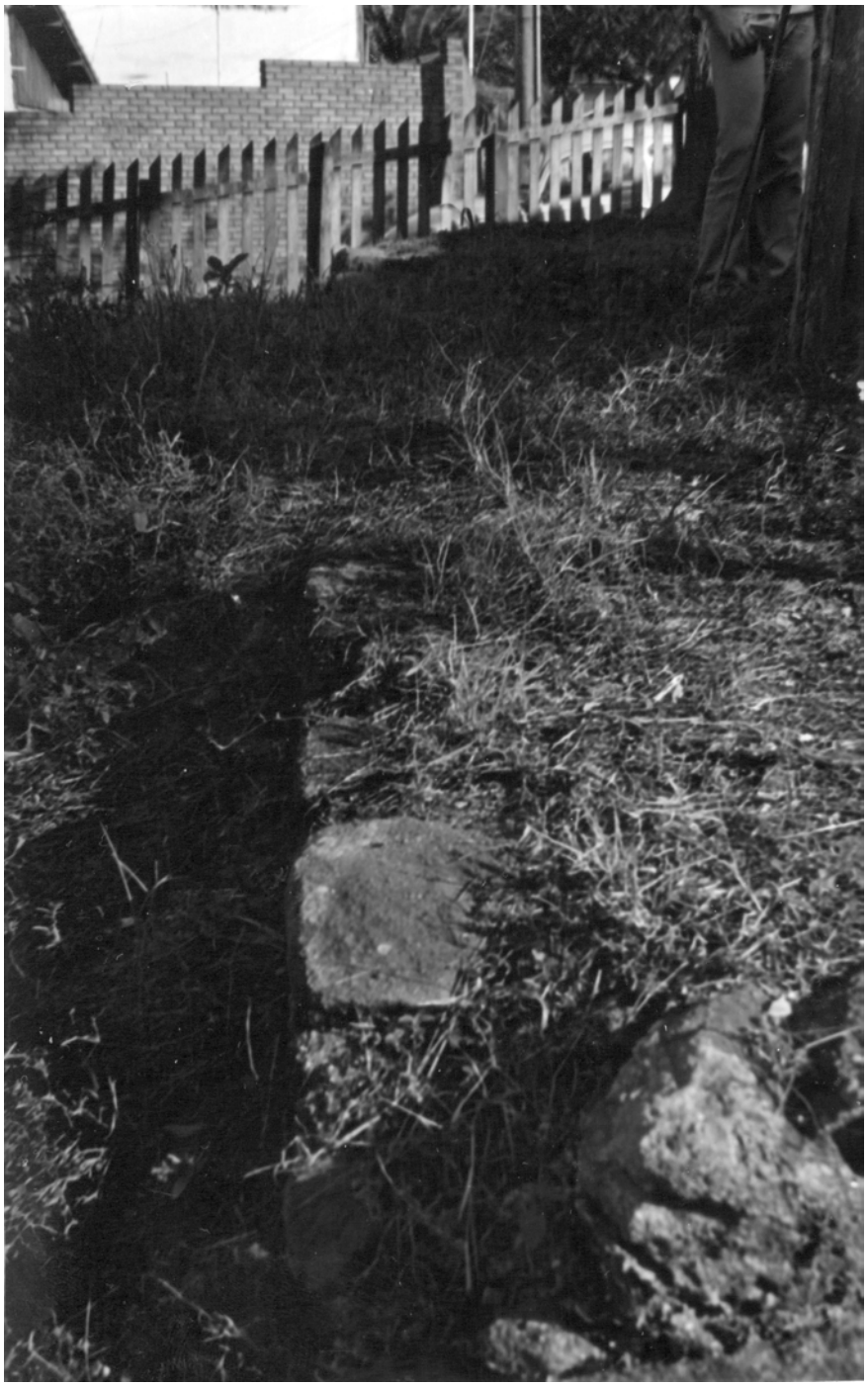


Fig. 88. Residência de Guarapari: alicerces da antiga residência dos jesuítas. Detalhe de um trecho perpendicular ao trecho da fig. 83A. Foto SAV-CAR-UFES.

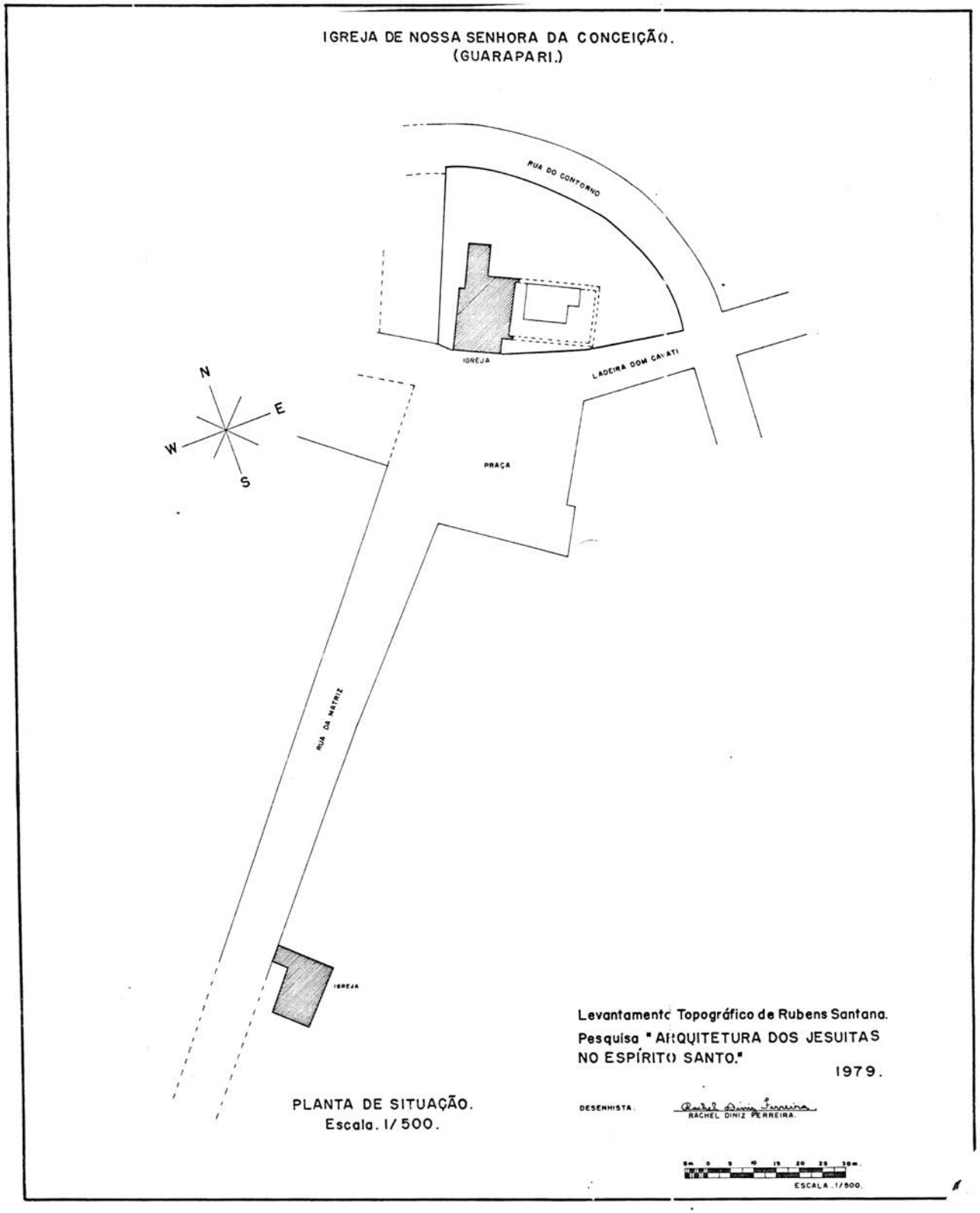


Fig. 89. Planta de situação da da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari). Levantamento topográfico de Rubens Santana. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

Localização

A construção se situa sobre um monte localizado a leste da cidade — chamado 'Igreja', denominação comumente citada em documentos do século passado —, de onde domina toda a região.[352] Sua fachada está voltada para o sul, tendo, em frente a ela, a igreja mandada construir pelo donatário (fig. 89). Essa situação corresponde à construção definitiva, uma vez que, como vimos antes (p. 77-78), aí se fixaram os jesuítas após a transferência da sede da aldeia inicial do Cão Grande, irmão do Gato Grande (Maracaiaguaçu), que se assentou à margem esquerda do rio Guarapari, só que mais distante e no monte mais elevado da região.

A igreja se erguia (já que a quadra ai nunca existiu) no quarto oeste da quadra, que só teve erguido, além deste quarto, o da fachada da residência, no lado sul, pois a quadra não se completou. Aliás, Guarapari confirma as afirmativas feitas no início deste trabalho, quando dissemos que o quarto contíguo à fachada da igreja era o outro. O próprio Colégio do Espírito Santo, como já vimos no cap. II, embora construção do século XVI, só no século XVIII teve sua quadra completa, permanecendo por século e meio apenas com o quarto construído contíguo à fachada da igreja. E, como hoje não existe em Guarapari nem esse quarto, veremos adiante que o mesmo só deixou de existir em fins do século passado.

A residência dos jesuítas e o arcediago Antônio de Siqueira Quintal

O edifício construído pelos jesuítas e abandonado em fins do século XVII foi e é confundido, sem muitas explicações, com o edifício que o arcediago Antônio de Siqueira Quintal (também chamado às vezes de Antônio de Sequeira Quintal) recebeu autorização para construir através de uma provisão de 4 de fevereiro de 1751.[353]

352 A.P.E.S., Série Histórica, livro 224: ofício da Câmara Municipal de Guara-pari ao presidente da província Antônio Joaquim Rodrigues em 15/6/1886. Neste ofício, a Câmara Municipal de Guarapari envia ao presidente da província uma série de correções que deveriam ser feitas no Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo, de César Augusto Marques, referentes às citações nele contidas sobre Guarapari; ver a citação da nota 35.

353 Daemon, Província, p. 160; César Augusto Marques, Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo (César Marques, Dicionário), Rio de Janeiro, 1878, p. 137; Levi Rocha, Viagem de Pedro II ao Espírito Santo (Levi Rocha, Via-

É interessante citar que nada se sabe ao certo sobre este arcediago e suas atividades no Espírito Santo.[354] Entretanto, durante os estudos que fizemos, pareceu-nos ser ele uma peça importante para se entenderem certas ligações existentes com os jesuítas e com o governo da época. Português, administrava ou possuía duas fazendas em Guarapari, das maiores e mais prósperas com engenhos de açúcar que já houve na região, enquanto o arcediago existiu. Após sua morte, essas fazendas foram administradas pelo fisco enquanto se aguardava solução para saber se pertenceriam ao fisco mesmo ou aos herdeiros de Portugal.[355]

O arcediago foi assassinado por escravos de uma das fazendas, segundo se supõe, embora não saibamos, por não interessar diretamente à nossa pesquisa, se foi ou não apurado o crime.[356]

Segundo nos pareceu, essas duas fazendas devem ter qualquer relação com os jesuítas. E a igreja com residência que os jesuítas possuíam — e que nunca, depois de abandonada, teve qualquer utilização — foi usada a partir de 1751, oito anos antes da expulsão dos jesuítas pelo próprio arcediago. Não temos qualquer documento para comprovar essa afirmativa, mas parece ser um bom ponto de partida para uma pesquisa a relação existente entre o arcediago e os jesuítas.

Há opiniões diversas, entre os autores já citados, a respeito do edificio que os jesuítas construíram em Guarapari e do edifício que o arcediago Quintal teve autorização para erigir.

---

gem de Pedro II), Rio de Janeiro, 1960, p. 130; José Marcèlino Pereira de Vasconcelos, Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos e interessantes, a história da fundação, povoação, governo, monumentos e guerras, desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos etc. (José Marcelino, Ensaio), Vitória, 1858, p. 200; Biblioteca Nacional, Seção de Manuscri-tos, rns. II — 34, 14, 6;.v. citação da nota 17.

354 José de Sousa Ázevedo Pizarro e Araújo (monsenhor Pizarro), Memórias históricas do Rio de Janeiro (monsenhor Pizarro, Memórias históricas), 10 vols., Rio de Janeiro, 1945-1951, VI, pp. 108-111.

355 Ver .as citações da nota 10; "Viagem que fez ,por terra, da Bahiá ao Rio de Janeiro, por ordem do príncipe regente, em 1808, o desembargador Luís Tomás Navarro", O semanário, jornal de instrução e recreio, ri? 43, 6 de novembro de 1857, pp. 341-342; "Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do príncipe regente, em 1808, o desembargador Luís Tomás de Navarro", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ("Itinerário de via-gem", Revista do I.H.G.B.), 242 vols., Rio de Janeiro, 1839-1959, vol. 7, 28 (janeiro de 1846), pp. 455-456; Arquivo da Diocese do Rio de Janeiro, "Relatório da visita pastoral do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho", "Freguesia de Graparim"; ver citação da nota 17.

356 Levi Rocha, Viagem de Pedro II, .p. 130.

Parece-nos, em relação aos documentos existentes, que a igreja que os jesuítas construíram, anexa ao quarto da fachada da residência, acabou abandonada em fins do século XVII e, arruinada, foi reconstruída e utilizada pelo arcediago a partir de 1751. Essa conclusão se deve ao fato de que os autores, ou ão afirmam positivamente onde se situava a igreja do arcediago, ou situam quase sempre a dos jesuítas sobre o monte; embora alguns neguem a existência da igreja dos jesuítas, outros, ou confundem as duas igrejas, ou as separam, colocando a do arcediago em uma das fazendas que ele possuía.

Dos autores, Daemon afirma, em 1879, que a igreja construída pelo arcediago estava em ruínas, fato que ele mesmo verificou, "estando unicamente de pé as paredes", e que ela era dedicada ao Santíssimo Coração de Jesus e à Nossa Senhora da Conceição.[357] O Pe. Manuel Pires Martins, já citado, afirma-a dedicada apenas ao Sagrado Coração de Jesus, gozando em 1880, data do livro, "do título de curada", mas situada na fazenda do Engenho Novo.[358] César Marques dá a mesma informação que Daemon, repetindo José Marcelino, dizendo-a dedicada a ambos os oragos, acrescentando que "hoje (1878) infelizmente acha-se por terra, porém no meio das ruínas encontram-se vestígios de sua elegância".[359] D. Pedro Maria de Lacerda, de visita ao Espírito Santo em 1886, chegou à conclusão, em seu relatório, de que os jesuítas nunca construíram qualquer edifício em Guarapari e que a igreja existente defronte da construída pelo donatário fora erguida pelo arcediago de Quintal.[360] Dom João Néri, em sua 'visita pastoral', fala de vestígios de uma igreja pertencente ao arcediago, mas situada na fazenda do Engenho Novo, evidentemente baseado nas informações do Pe. Manuel Pires Martins, cujo livro conhecia.[361]

357 Daemon, Província, p. 160.
358 Manuel PireS Martins, Livro do Tombo de Itapemirim, folha 3v.
359 José Marcelino, Ensaio, p. 200; César Marques, .Dicionário, p. 137.
360 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, "Relatório da visita pastoral do bispo D. Pedro Maria de Lacerda", "Visita a Guarapari'', "Terça-feira 11 de maio".
361 D. João Batista Correia Néri, Carta pastoral despedindo-se da Diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese (D. João Néri, Carta pastoral), Campinas, 1901, "Apêndice", "II. Visitas pastorais", p. 18.

O autor do *Livro do Tombo de Guarapari*, mandado fazer pelo mesmo Dom João Néri em 1897, afirma que o arcediago apenas reconstruiu a igreja dedicada à Santa Ana, erguida pelos jesuítas, e levanta uma série de argumentos a favor de sua afirmativa.[362]

A solidez da construção e o tamanho da igreja com a residência anexa não deveriam ser obra do arcediago, embora se possa considerá-lo bastante rico para tal, tendo em vista que a igreja construída pelo donatário Francisco Gil Araújo não apresentava a mesma solidez, pela própria falta de operários especializados e capazes de fazê-lo na capitania do Espírito Santo. A igreja só pode ser a que os jesuítas construíram. Estando abandonada, arruinou-se no telhado, permanecendo com as paredes de pé. O arcediago, chegando em 1751, consertou-a e passou a utilizá-la. Possivelmente com consentimento de seus verdadeiros senhores. Quando da expulsão dos jesuítas, oito anos depois, já era considerada como que pertencente ao arcediago, uma vez que os verdadeiros construtores, seus donos, há muito lá não iam.

O edifício após a expulsão

Após a morte do arcediago, a igreja com a residência continuou a ser utilizada de quando em vez, embora quase sempre estivesse abandonada, por ser administrada por Mitra, então com sede, para o Espírito Santo, no Rio de Janeiro.[363]

Em 1812, o Pe. Domingos José da Silva utilizava a residência, que estava em mau estado.[364] Em 1819, a residência ameaçava cair de todo e a capela estava de tal modo que o bispo visitador proibiu que nela se dissesse missa e que "deixassem apodrecer as Imagens escondidas, porq. nam são dignas de se-reformarem".[365]

A igreja em frente, construída pelo donatário, era utilizada como matriz. Em 1833, o padre vigário, encarregado, reclamava ao presidente da Câmara Municipal contra a ruína que o edifício apa-

362 Arquiivo da Cúria Metropolitana de Vitória, Livro do Tombo da paróquia de Nossa Senhora da. Conceição de Guarapari, pp. 5-6.
363 Ver as citações das notas 12 e 17, referentes às visitas dos bispos D. João Néri e D. Pedro Maria de Lacerda.
364 Arquivo da Diocese do Rio de Janeiro, "Relatório da visita pastoral do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho", "Freguesia :de Graparim". Na visita de 1812, o título era: "N. Sr.a da Conceição da Vila de Guaraparim", e na visita de 1819 o título é o citado: "Freguesia de Graparim".
365 Ver a citação da nota 21.

renta "pela sua decriptude, e má construcção, e no presente só se poderá utilizar a pedra, a telha..."[366] A Câmara encaminhou a reclamação ao presidente da província, acrescentando que a "Matriz acha-se edificada a mais de dous séculos e a sua construcção mui pessima por ser de barro, e pedra..."[367] Essa Igreja passou a ser, a partir daí, objeto de trabalhos de conservação, embora precários, e os padres que se sucederam, reclamavam de sua pequenez, além da inexistência de um cemitério, pois as pessoas eram enterradas no adro da igreja ou à sua volta.[368]

Enquanto isso, a igreja com residência dos jesuítas e, posteriormente, do arcediago Quintal, também se arruinava cada vez mais. Em 1860, quando da sua passagem por Guarapari, Dom Pedro II coloca em seu caderninho de anotações, referindo-se a ela: "A Capella havia de ser bonita e a casa contígua é de sobrado com 6 janelas de frente, mas pouco profundo".[369] Essas observações definem que, contígua à igreja, a residência só tinha o quarto da fachada, pois era "pouco profundo", o que o ilustre visitante observava. E, curiosamente, não viu a porta de entrada da residência.

Em fins de 1863, a Câmara Municipal de Guarapari estava à espera de que o engenheiro da província fosse lá para executar os projetos necessários ao cemitério, que seria construído no edificio dos jesuítas, pois já estava autorizado a fazê-lo pelo governo 1861.[370]

Em fevereiro de 1864, o engenheiro Eugênio de la Martinière, fez um orçamento do que achava necessário para a transformação da 'igreja e convento', que era dos jesuítas, em cemitério.[371] De acordo com este orçamento,

366 A.P.E.S., Série Histórica, livro 223: ofício do vigário Matias Pinheiro Furtado ao presidente da Câmara Municipal Joaquim José Rodrigues em 4/5/1833.
367 Id.: ofício da Câmara ao presidente da província Manuel José Pires da Silva Pontes em 22/5/1833.
368 Id., livro 225 ofícios dos vigários aos presidentes da província em 7/2/1844, 11/12/1847, 21/8/1848, 24/1/1849, 22/12/1851, .4/1/1852, 5/4/1852, 11/4/1855, 12/3/1857, 18/3/1857, 1/4/1862, 3/9/1863; livro. 387: ofício do cônego Francisco Antunes de Siqueira: ao presidente da província Filipe José Pereira .Leal, em 17/5/1850; Arquivo Público do Espírito Santo, manuscritos dos livros da Série Governo, livro 139G: ofícios :dos inspetores da Tesouraria aos presidentes da província em 30/11/1863, 26/1/1864, 27/2/1864, 29/2/1864, 24/3/1864.
369 Levi Rocha, Viagem de Pedro II, p. 131.
370 Arquivo Público 'do Espírito Santo, manuscritos dos livros ,da. Série Gover-no, livro 139G: ofício da Câmara ao Inspetor da Tesouraria Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano em 20/11/1863; livro 139G: ofício do inspetor Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano ao presidente dá província, André Augusto.de Pádua Fleury em 30/11/1863.
371 A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 81G: ofício do engenheiro Eugênio de ia Martinière ao vice-presidente da província Eduardo Pindaíba de Matos,. de Vitória, e 24/2/1864.

> O antigo convento compõe-se da Capella que no interior tem 56P de comprimento e 28P de largura; Destina-se elle por deposito de cadaveres, missas de defuncto e encomendadas. O convento, que como a Capella, não tem mais que as paredes que as cercão, têm 92P de comprimento e 68P de largura.[372]

Pretendia ele fazer uma parede nova na fachada, "no alinhamento da frente da torr", já que a parede que Dom Pedro II vira era recuada em relação à torre, mas as outras paredes de contorno estavam de pé e com as janelas e portas, pois o engenheiro diz da necessidade de "fechar 11 janellas e portas noas lados Norte e Est..."[373] E, sobre a igreja, é interessante verificar que ele fala apenas de uma porta na fachada, quando hoje existem três; diz, também, de abrir uma porta que comunicasse a igreja com o cemitério, mas não diz se na nave ou na capela-mor, como existem, ainda hoje, nas paredes externas da igreja.[374] Mas, se considerarmos que as duas que estão sobre o coro, uma de cada lado, são na realidade portas, pode ser que ele estivesse tentando fechar as quatro janelas que dão sobre o corpo da nave, pois as que existem hoje na capela-mor, por trás do altar atual, não deveriam existir. Ou então ele podia estar se referindo às duas janelas da parede do lado oposto à residência e ao vão do púlpito — que acabou sendo fechado —, uma vez que as janelas do lado da residência não deveriam ser fechadas.

Enquanto a igreja dos jesuítas era preparada para ser a capela de um cemitério que se faria entre as paredes da residência — e que, em agosto de 1864, estaria pronto —, a igreja matriz de Guarapari continuava pequena e ameaçando ruir.[375] Chegou a tal ponto o mau estado da igreja que, em 1867, uma parede lateral inclinou, algumas tesouras do telhado se soltaram e a travessa do corpo do edifício foi escorada "com um páo de prumo"; a

372 Ver citação da nota 28 acima.
373 Id.
374 1d.
375 A.P.E.S:, Série Histórica, livro 225: ofícios do vigário João Luís da Fraga Loureiro ao presidente da província Eduardo Pindaíba d Matos em 16/1/1864, 13/2/1864 , 10/3/1864 7/5/1864, 30/6/1864; livro 224 .9 ofício da Câmara Municipal de Guarapari ao vice-presidente Eduardo Pindaíba de Matos em 3/8/1864; livro 224: ofício da Câmara ao presidente da província Joaquim do Carmo em 28/4/1865; livro 225: ofício do encomendado Maximiano Custódio de Queirós ao presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 26/3/1866; livro 224: ofício da Câmara ao presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 19/5/1866; A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 139G: ofícios do inspetor da Tesouraria Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano ao presidente da província Eduardo Pindaíba de Matos em 26/1/1864, 27/2/1864, 24/3/1864.

torre inclinou-se para frente, abrindo uma fenda de 20cm na parte superior, ameaçando cair, tendo sido demolida posteriormente, enquanto as paredes laterais eram escoradas. Apesar de tudo isso, a igreja continuou a ser utilizada, sem consertos, o que só foi providenciado mais tarde.[376] Só em fins de 1875 foi liberada parte de uma verba de 5:000$000 para a reconstrução da igreja.[377] E, em outubro de 1878, o inspetor-geral das Obras Públicas da província do Espírito Santo, Maximino Maia, examinando as obras da matriz de Guarapari, dá o parecer que transformaria, menos de dois anos depois, a igreja dos jesuítas em matriz:

> Entendo que seria muito mais vantajoso abandonar a actual igreja aproveitando-se os materiais para a reconstrucção do antigo Convento que lhe fica em frente, onde as paredes estao muito solidas e feitas com toda solidez e no qual a architectura é de templo e não de casa particular como acontece com a que actualmente serve de Matriz.[378]

Este parecer do inspetor foi posto em prática e, a 3 de agosto de 1880, faltava apenas assoalhar a sacristia.[379] A 21 de agosto de 1880 houve a inauguração solene da igreja dos jesuítas, reconstruída, com a transferência, para seu interior, de todos os objetos de culto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, quando então

376 A.P.E.S., Série Histórica, livro 225, ofício do encomendado Maximiano Custódio de Queirós ao vice-presidente da província Carlos de Cerqueira Pinto em 17/4/1867; ofício do vigário encomendado Otaviano da Rosa Costa ao presidente da província Francisco Ferreira Correia em 12/5/1871 e 25/6/1871; ofício da comissão encarregada da obra do cemitério e igreja ao presidente da província Francisco Ferreira Correia em 15/7/1871; livro 224: ofício da Câmara ao presidente Domingos Monteiro Peixoto em 16/9/1875; A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 120G: ofício do inspetor João Antunes Barbosa Brandão ao presidente da província Francisco Ferreira Correia em 30/3/1872; ofício da Câmara ao presidente da província João Tomé da Silva em 12/7/1873; ofício do engenheiro-ajudante Al-fredo Quent ao inspetor-geral das Obras Públicas dr. José Feliciano de Noronha. Feital em 5/9/1873 (por cópia sem data do amanuense José Augusto da Frota Meneses).
377 A.P.E.S., Série Histórica, livro 225, ofício da comissão de obras da igreja matriz ao secretário do governo Benjamim Const.° Pereira da Graça em 9/12/1875; ofício da mesma Comissão ao presidente da província Manuel José de Meneses Prado em 11/12/1875 e 3/7/1876; livro 387: ofício do contador interino Manuel Rodrigues do Nascimento.'ao inspetor (não consta o nome do inspetor) em 31/7/1876; livro 224: ofício da Câmara ao presidente da província Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama em 7/2/1877; A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 143G: ofício do inspetor Caetano Dias da Silva Jr." ao presidente da província Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama em 17/5/1877 e ao pre-sidente Afonso Peixoto d'Abrão Lima em 9/10/1877.
378 A.P.E.S., manuscritos da Série Governo, livro 120G: ofício do inspetor, geral das Obras Públicas da província do Espírito Santo Maximino Maia ao presi-dente da província Manuel da Silva Mafra em 1/10/1878.
379 A.P.E.S., livro 31G: ofício do inspetor-geral das Obras Públicas da província do Espírito Santo Maximino Maia ao presidente da província Eliseu de Sousa Martins em 19/3/1880 e ao primeiro vice-presidente da província tenente-coronel Alfeu A. Monjardim d'Andrade e Almeida c;m 3/8/1880.

se tornou a matriz de Guarapari.[380] E como tal permaneceu até 25 de julho de 1971, quando a nova matriz foi inaugurada.

Pe. Manuel Pires Martins, no Livro do Tombo de Itapemirim, a descreveu e, 1880 como já tendo três portas, o que faz com que se fique sabendo que as duas portas laterais, na fachada, foram abertas na época da restauração. Ele dá da igreja a seguinte descrição:

> "Tem esta Egreja, que por sua solida construcção, belleza, e posição é uma das mais bellas Matriz, digo, é uma das melhores Matrizes da Comarca Ecclesiástica de Itapemirim, tres portas e tres janellas na frente, um lindo frontespicio e as seguintes dimensões: comprimento do corpo 12 m. 14; largura 6 m; altura das paredes 6 m,66; altura até a cumieira 8m,02; comprimento da capella-mór 6 m; largura 3 m,5; altura das paredes 4m,6; altura até a cumieira 6m; comprimento da sacristia 11m,7; largura 4m,54; altura do arco cruzeiro 5m,5; altura da torre, inclusive a cupula, 11m,2; altura do côro 3m,6. Possue a mesma Egreja: 1º um espaçoso consistorio; 2º um altar-mor, dous lateraes, e dous nichos; 3º as seguintes..."[381]

Estado atual

A igreja dos jesuítas foi bastante modificada, desde sua inauguração de 1880 até os nossos dias, após deixar de ser a matriz de Guarapari. Contudo, as modificações correspondem mais a aspectos menores de detalhes, que desvirtuam o prédio, embora não o descaracterizem, conquanto sua fachada tenha sofrido o problema do 'modismo' e sido alterada (figs. 92, 91 e 90). É o caso, por exemplo, do piso de ladrilhado, bem como as paredes da capela-mor; o forro do corpo da igreja e mesmo o modo de assentar o altar-mor; uma residência que foi construída no terreno da igreja (figs. 13 e 82) e que nada tem a ver com a que os jesuítas haviam construído e da qual só os alicerces ainda existem (figs. 82 e 83 e 87 e 68) é talvez a descaracterização maior depois do alongamento evidente da capela-mor: a elevação do nível do piso do coro e a substituição de suas colunas de madeira por colunas de alvenaria (74), bem como o seu piso de madeira, que também passou a ser de alvenaria. Essas seriam as maiores modificações existentes, mais no aspecto interno.

380 A.P.E.S., Série Histórica, livro 224: ofício da Câmara ao presidente da província em 15/6/1886, no qual encaminha as modificações que a Câmara propõe sejam feitas no Dicionário de César Marques; Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, ms. 11-34, 14,6 (C.E.H.B. n.9 552); ver nota 19.9.
381 Manuel Pires Martins, Livro do Tombo de Itapemirim, folha 30 e 30v.

O frontão da igreja é, evidentemente, do século XVIII (figs. 92, 91. 90 e 93). Um estudo sobre o reboco revelaria se, primitivamente, não seria triangular, o que parece provável. E a fachada, que tinha apenas uma porta e três janelas, permanece com as três janelas, mas com três portas também. A porta do meio parece ter, ainda, sua portada de lioz, só que foi trabalhada para receber um reboco com conchas. Fora esta suposição, nenhum outro elemento de pedra, de qualquer espécie, existe interna ou externamente, como ornamento, a não ser uma pequena pia em lioz (figs. 94), por dentro, à direita da porta principal.

Em Guarapari, é bastante curioso o fato de a residência haver sido construída recuada em relação à fachada da igreja, tomando a fachada posterior da torre como limite (figs. 13 e 97). É curioso, também, por ter tido apenas o quarto da fachada principal e, por sinal, bastante largo, ocupando quase toda a extensão da igreja (fig.13).

Nessa residência é também impossível determinarem-se as aberturas. Vimos que o número de suas janelas foi dado por Dom Pedro II (p. 96) como seis (fig. 98). Mas ele não se refere a portas. E deveria haver pelo menos uma, de acesso à residência, pela praça fronteira. E essa porta deveria estar situada dentro da torre (fig. 15). E ela, em relação ao que existe hoje, tinha sua abertura caracteristicamente no meso estilo daquelas que já vimos, isto é, ensutada (figs. 13, planta da torre, e, vão fechado dessa porta visto do interior da residência).

Nos fundos da igreja/residência possuíam os jesuítas um poço para abastecimento de água (fig. 96) que, embora existisse até há alguns anos atrás, não o conseguimos localizar. E, pela foto citada, ele se situava dentro da 'cerca'.

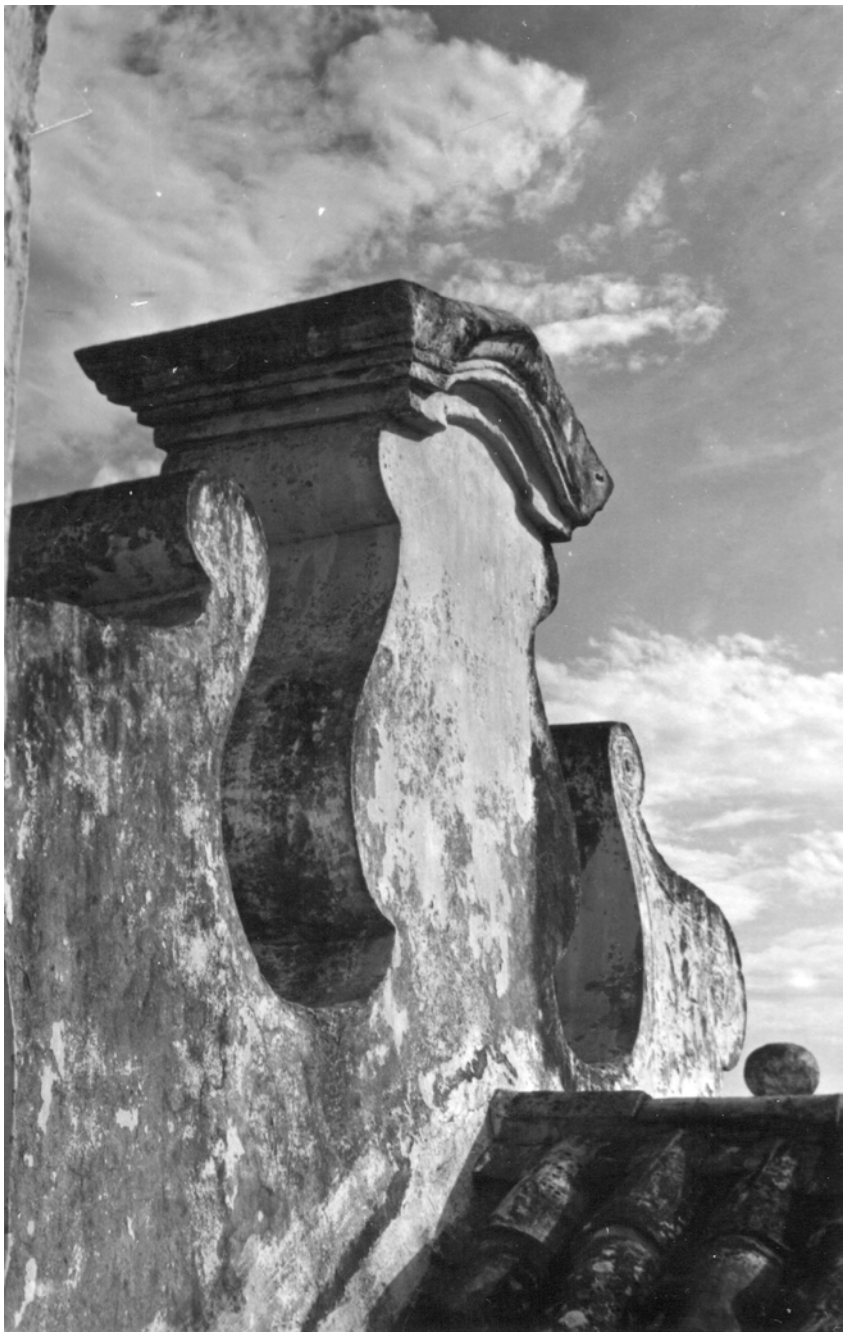


Fig. 90. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: frontão (vista posterior). Foto do autor.



Fig. 91. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada sul. Ver desenho nas figs. 12C e 12D. Foto SAV-CAR-UFES Fig. 69B. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachadas sul e leste. Detalhe. Nota-se perfeitamente que no arco de vão fechado, sobre a torre, o 'roda-pé' é interrompido, como nas portas. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig 92 A e B. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari. Fachada com os acréscimos do século XVIII e o fechamento do arco da torre do início deste século, e sem essas modificações. Conservou-se a decoração por sobre as janelas e porta, do século XVIII. Desenhos do autor



Fig. 93. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada sul. Detalhe do frontão. Observa-se nitidamente a forma do óculo que aparece com o vão fechado. Foto do autor.



Fig. 94. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: pia ao lado da porta central, à esquerda de quem entra na igreja. Aparece na fig. 75A, por trás da coluna do coro. Único elemento da igreja em pedra de lioz. Foto SAV-CAR-UFES .

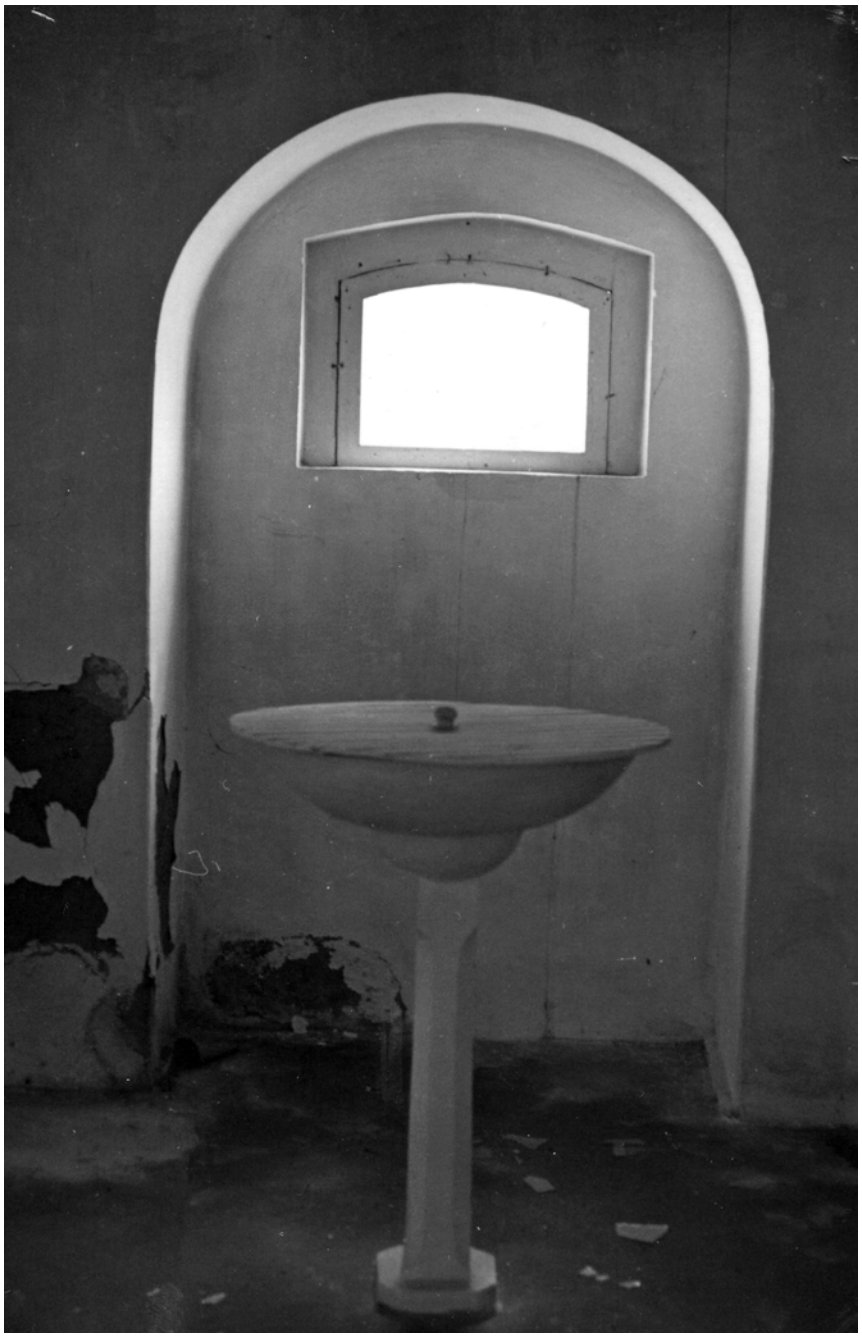


Fig. 95. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Detalhe do térreo, transformado em batistério. O arco ao fundo deveria ser aberto, pois, se originalmente fosse fechado, não haveria o nicho. Pia e coluna de massa. Foto SAV-CAR-UFES



Fig.96. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (vista posterior). Em primeiro plano, o poço dos padres, hoje inexistente. Foto da Enciclopédia dos municípios brasileiros (36 vols., Rio de Janeiro, 1959), XIII, p. 89.

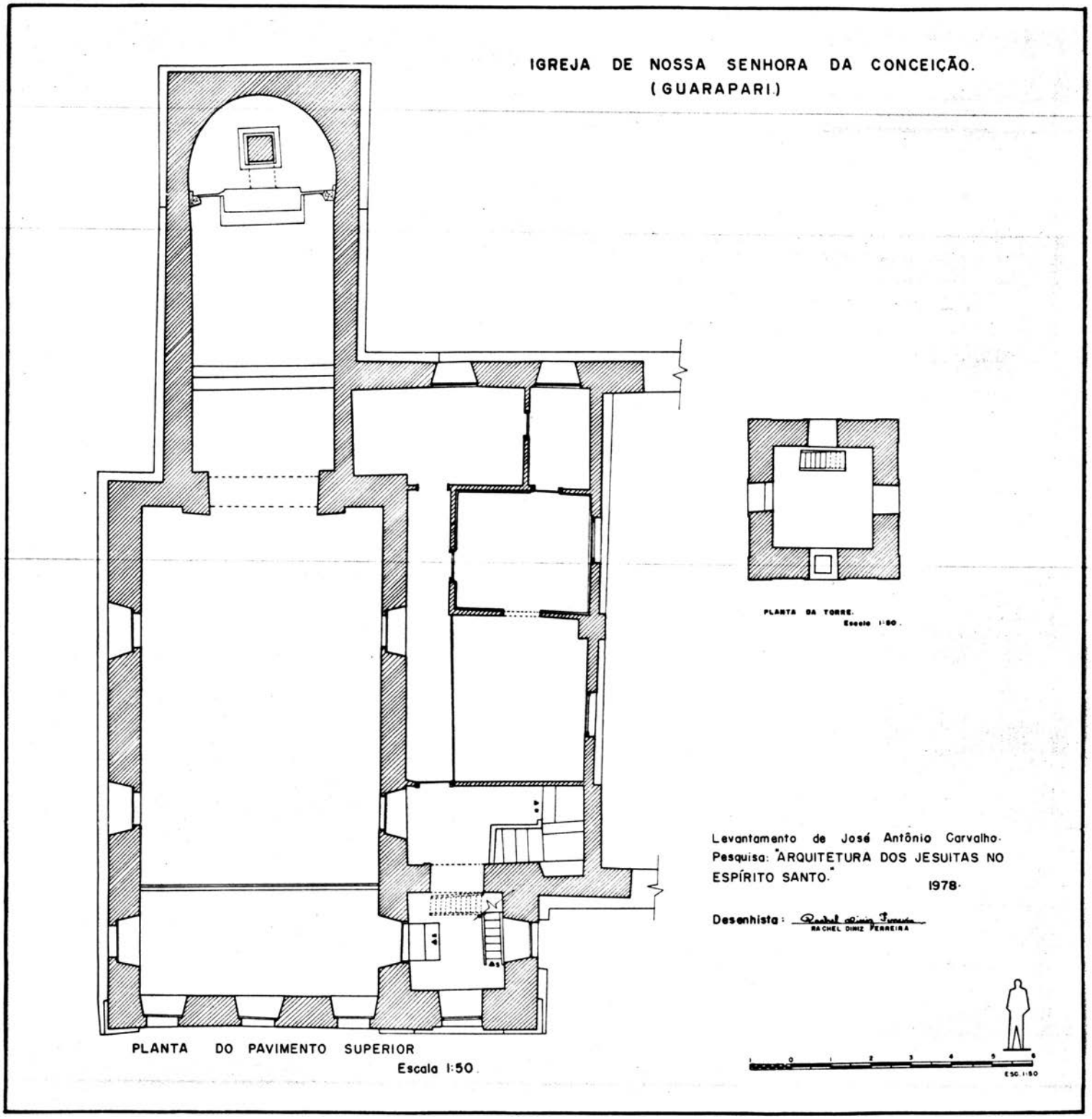


Fig. 97 Planta do pavimento superior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari).

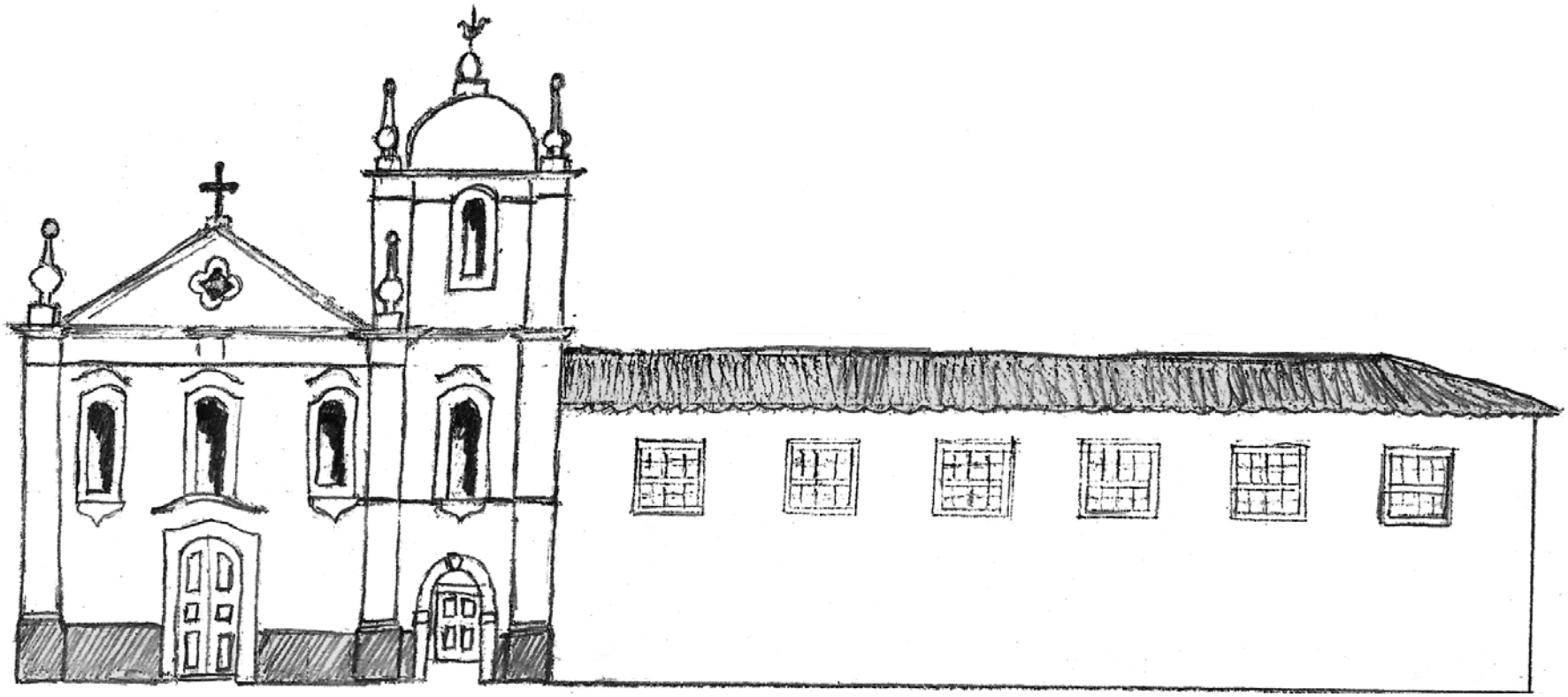


Fig. 98. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari: fachada. Tentativa de reconstituição. Desenho do autor.

Residência de Nossa Senhora da Assunção, na aldeia de Reritiba (Anchieta)

Na aldeia de Reritiba, atual cidade de Anchieta, a residência fundada pelos jesuítas tem a igreja dedicada à Nossa Senhora da Assunção, anexa. Já vimos (p. 78) que a época exata da construção do edifício não está ainda determinada. Tem-se, no entanto, como quase certo, que, à época da morte de Anchieta — 9 de junho de 1597 —, a igreja não estava pronta. Portanto, o edifício só deve ter sido concluído, pelo menos no que se refere à igreja, em princípios do século XVII, tendo em vista que nas construções jesuíticas, após a igreja, seguia-se a parte da residência contígua à sua fachada e, posteriormente, os dois outros lados da quadra eram acrescentados.

Localização

A construção se situa do lado norte do rio Reritiba — hoje Benevente —, tendo a fachada principal voltada para o mar. Assenta-se na encosta de um morro, mas não em sua parte mais elevada. Reritiba parece ser o único caso de residência, no Espírito Santo, em que os jesuítas não mudaram o local primitivo do assentamento. O local onde está o conjunto arquitetônico não só não é o mais elevado como não é, também, o de melhor situação (figs. 99. 102, 100 e 101). O morro que fica do lado sul do rio Benevente (fig. 99) apresentaria melhores condições de defesa, não só por ser mais elevado, mas também por estar mais isolado e mais perto do mar.

Examinando o local, verifica-se que, dentro dos princípios adotados pelos jesuítas, a posição atual não estaria totalmente de acordo com os seus métodos de trabalho. Mas é possível que tenha havido ordens para a permanência no mesmo sítio, como aconteceu com o Colégio de Olinda, em Pernambuco (p. 26 do cap. I), ou por ser considerado razoável, ou por ser em homenagem a Anchieta, por ter ele passado ali seus últimos dias. O fato é que, segundo nos parece, a residência se construiu no sítio primitivo do primeiro assentamento. A não ser que se atribua à sua fundação uma ideia objetiva para torná-la centro regional, como aconteceu com Reis Magos, como vimos no capítulo anterior (pp. 81-82). A escolha do local da residência de Reritiba talvez tenha sido feita, então, sem que houvesse ainda um conhecimento maior da região.

A fachada principal da residência, unida à fachada da igreja, está voltada para o mar. A igreja se ergue do lado norte da quadra. E, embora da residência só exista atualmente a ala da fachada, uma parte da ala sul, além da cela, dita de Anchieta, na ala oeste (figs. 17 e 18), não temos dúvida de que o edifício estava completo quando da expulsão dos jesuítas, em 1759, como tentaremos provar adiante.

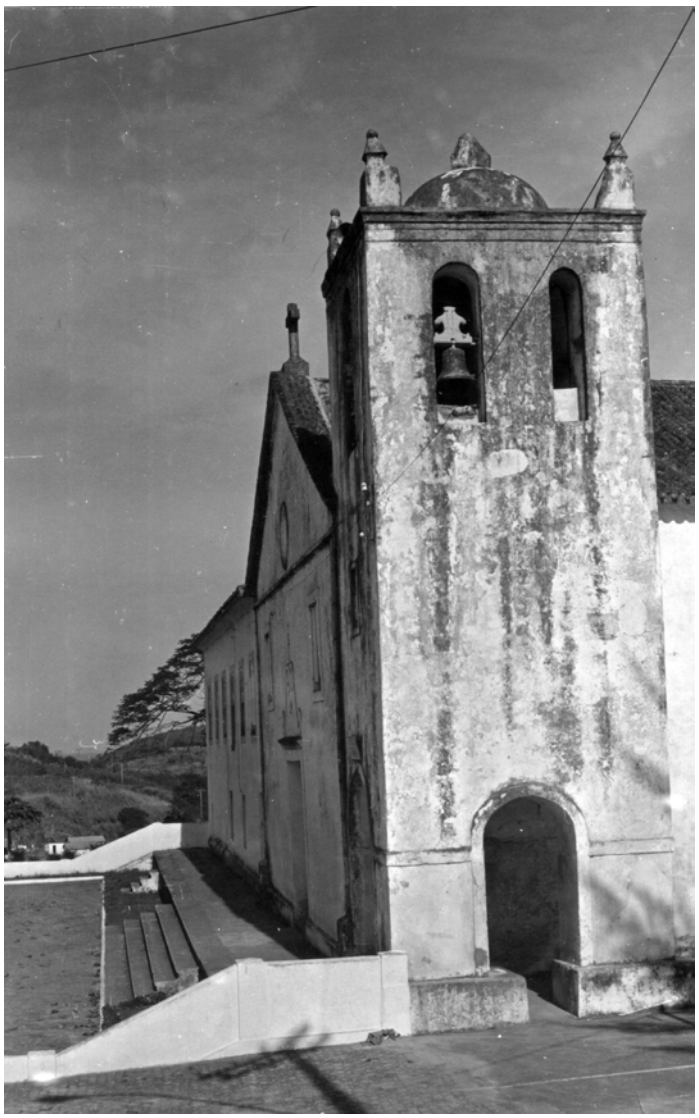


Fig. 99. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista com a torre em primeiro plano). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 100. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista do mesmo ângulo da fig. 87A, com teleobjetiva). Observar a altura da Capela de Nossa Senhora da Penha e da caixa d'água. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 101. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista do conjunto desde a Capela de Nossa Senhora da Penha). Ao fundo, a ponte Cônego Barros, sobre o rio Benevente. É interessante notar-se que as casas brancas, no monte do outro lado do rio, estão mais altas do que o conjunto Igreja-Residência de Nossa Senhora da Assunção. Foto SAV-CAR-UFES.

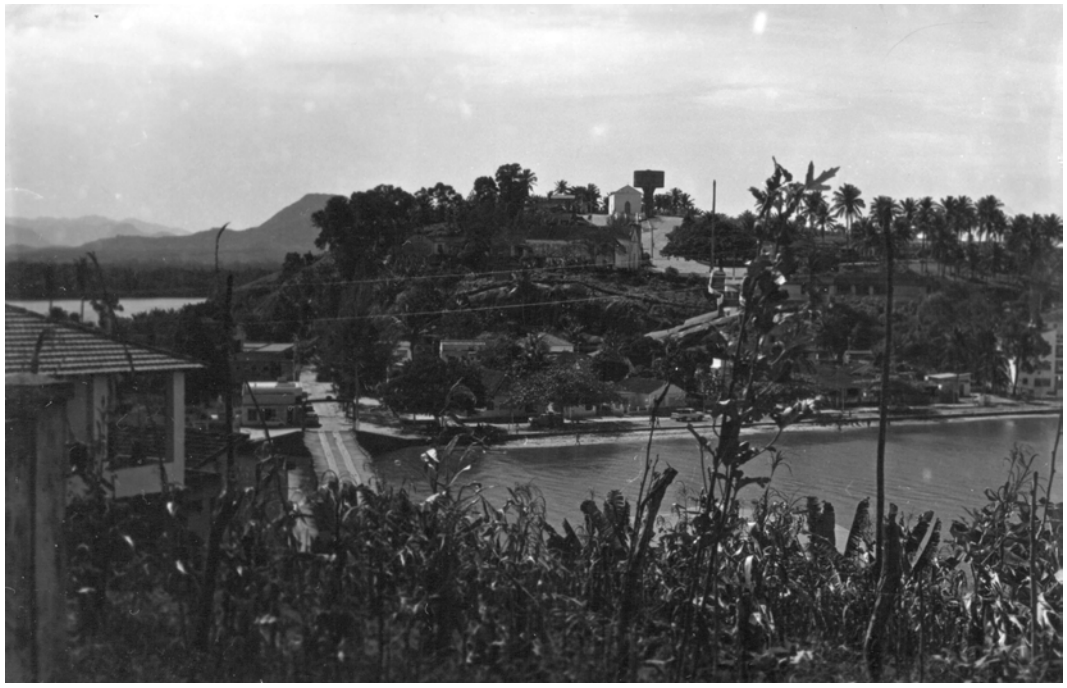


Fig. 102. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista desde as casas brancas que aparecem na fig. 86A). Observar que a Capela de Nossa Senhora da Penha e a caixa d'água aparecem por sobre o conjunto Igreja-Residência de Nossa Senhora da Assunção. Foto SAV-CAR-UFES.

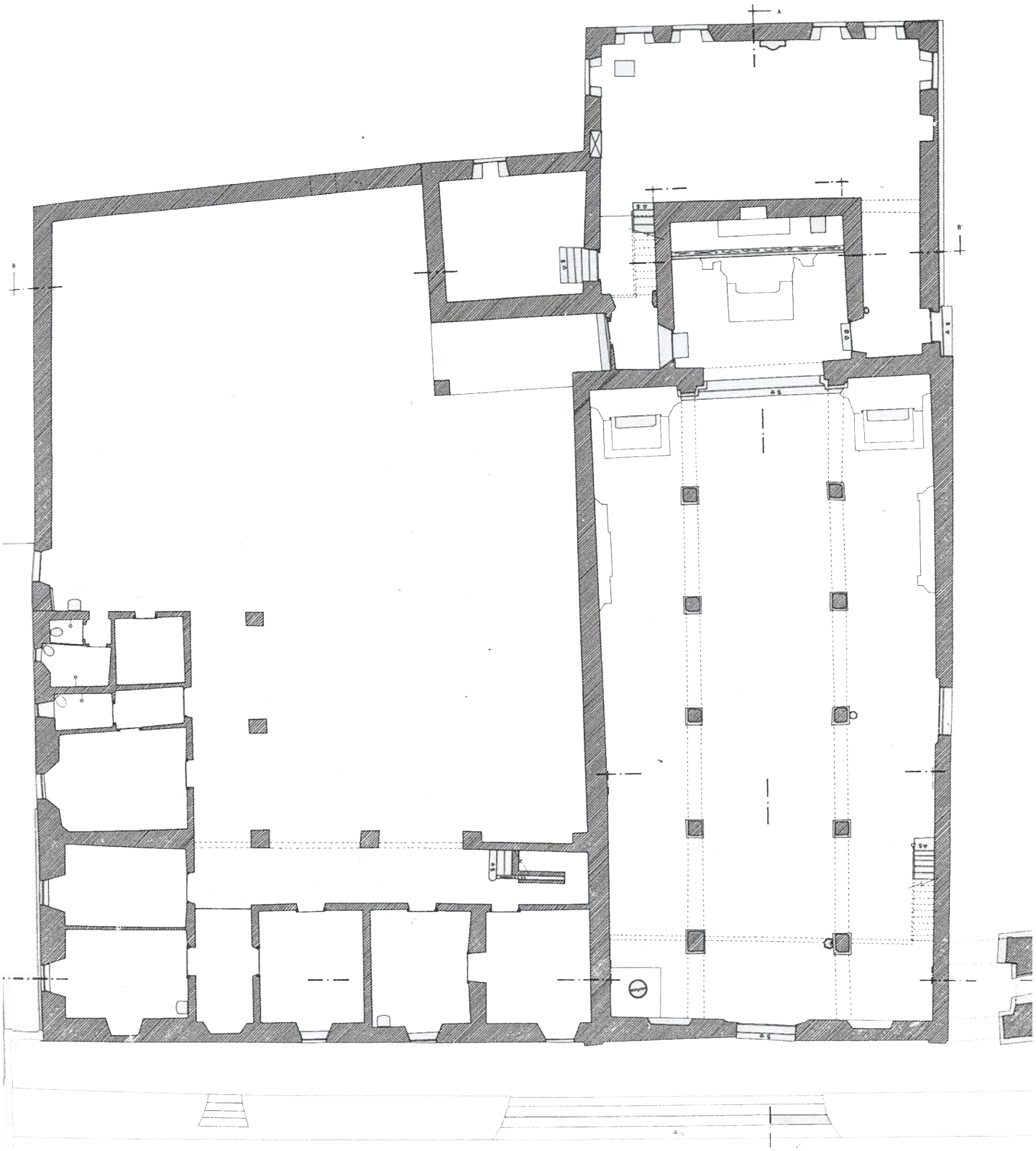


Fig. 103. Planta do pavimento térreo da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (Reritiba, atual Anchieta). Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

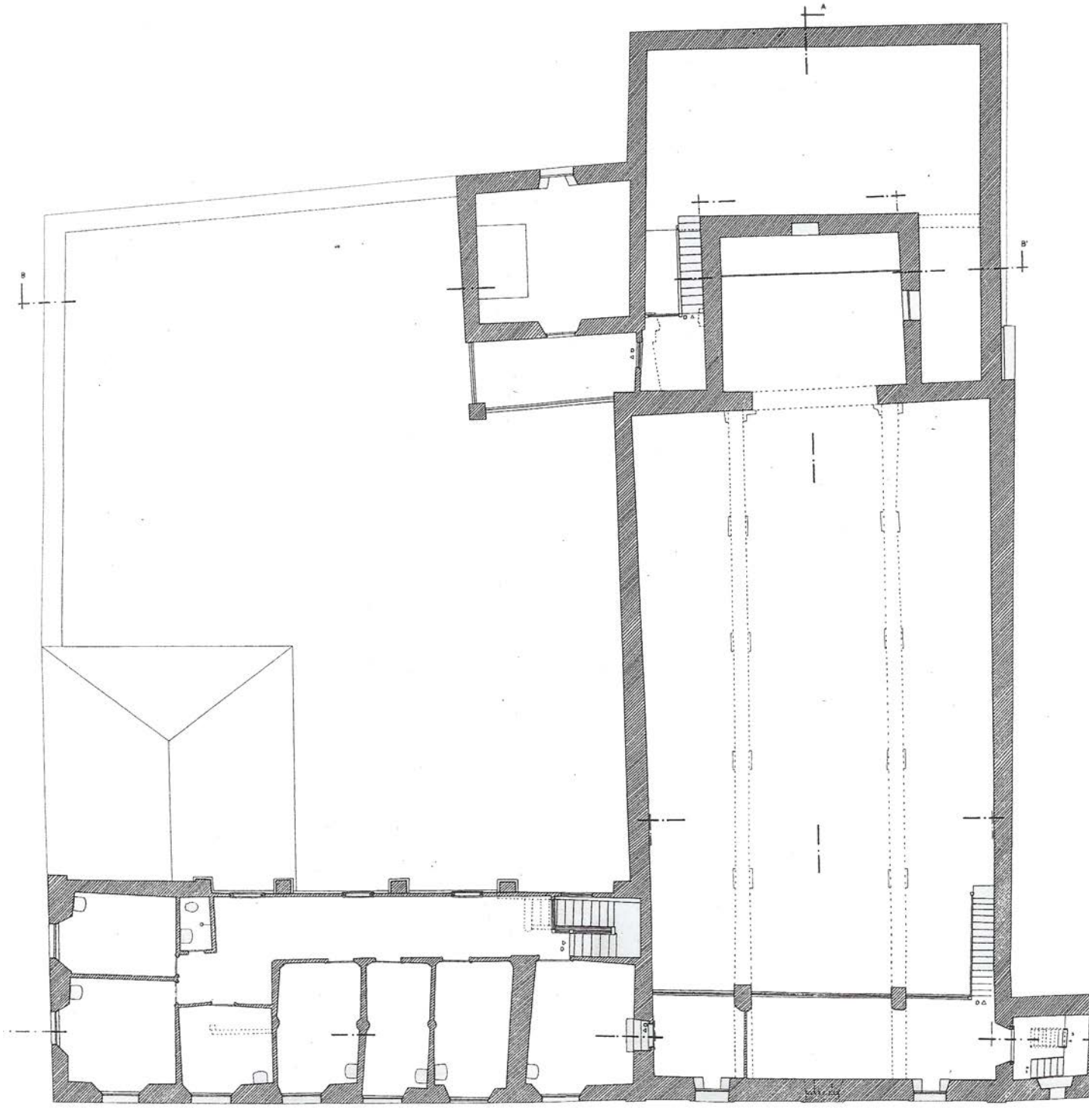


Fig. 104. Planta do pavimento superior da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (Reritiba, atual Anchieta). Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

O edifício após a expulsão

Assim que os jesuítas foram expulsos, a igreja passou de imediato à utilização como 'matriz' da região e, no ano seguinte, apresentava o chão sem assoalhar, ou porque nunca fora assoalhado, ou porque apodrecera a madeira pela ação das goteiras que existiam no telhado.[382] Em fins do século, em 1796, fez-se um 'novo pavimento'.[383] Só que não há uma especificação do local preciso onde se ergueu esse novo pavimento. Na realidade, parece ser a sacristia, sobre a qual, de acordo com documentos encontrados no Arquivo Público do Espírito Santo e que veremos mais adiante, existia um consistório. Parece inclusive que a sacristia foi uma ampliação, um acréscimo, excedendo o limite das paredes de contorno da residência.

A antiga residência, por essa época, não tinha uma finalidade definida. Alguns cômodos serviam de moradia aos párocos e o resto, sem definição, parece ter sido local de habitação de uma família.[384] Em 1804, a Câmara Municipal e o juíz ordinário

> acordarão que para o bem do servisso de Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor que Deos Guarde se tomasse para apozentadoria e hospedagem dos Meretissimos Ministros, e Illustrissimos Governadores as Cazas que forão da Rezidência dos Jezuítas, exceptuando aquella parte della em que estão Rezidindo os Parochos...[385]

Com este 'acordo', a família que ali morava teve 24 horas para se retirar e o vigário foi avisado de que sua permanência na casa era uma concessão especial.[386]

Um ano e meio depois, exigiu-se uma separação definitiva entre as partes ocupadas pela Câmara e Cadeia e juiz, em suas correições, e as partes utilizadas pelo vigário.[387] Essas novas determinações que usaram parecem mostrar a existência de um corredor — hoje inexistente — unido à igreja, com uma escada externa por baixo desse corredor, que leva-

382 Id., ibid., folha 6.
383 d., ibid., folha 24v...
384 Ver citação da nota 42 abaixo.
385 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: "Auto de Vereança de 12 de setembro de 1804" (por cópia do secretário da Câmara Municipal Manuel André dos Santos Pinto em 6/5/1843). No mesmo documento, o secretário transcreveu o "Auto de Vereança de 18 de janeiro de 1806".
386 Ver a citação da nota 42.
387 Id.

ria ao coro, além de mostrar que se transformaram alguns quartos da residência em cavalariças e mandou-se rasgar janelas na parte destinada à Câmara.[388]

A existência simultânea da moradia dos párocos, da Casa da Câmara e Cadeia e do local de aposentadoria do juíz ordinário, na antiga residência dos jesuítas, criou certos problemas aos presidentes da província, pois os juízes estavam sempre querendo o quarto de alojamento que os padres vigários usavam; e utilizavam, muitas vezes, o consistório (cômodo por cima da sacristia) para o júri.[389] O próprio bispo capelão-mor, Dom José Caetano da Silva Coutinho, visitador em 1812, e que voltou em 1819, ao terminar sua visita de 1812, de passagem, na volta do rio Doce, ficou apenas uma hora em Anchieta — na época, vila de Benevente —, para evitar um encontro com o juíz que, ao chegar, se fixara no quarto que lhe estava destinado.[390] Esse bispo, em alguns dos dados que fornece sobre a igreja, informa que a cela dita de Anchieta ficava "por cima da Sacristia Velha ao lado da Capela-Mór".[391] Mais adiante; veremos que documentos comprovam que a cela dita de Anchieta era unida à capela-mor e que a sacristia ficava por baixo dela. Assim, a sacristia que se conhece hoje, erguida provavelmente, como vimos acima, em 1796, era alcançada apenas pelo corredor situado à esquerda do altar-mor (lado do Evangelho).

Em 1818, Saint-Hilaire esteve hospedado em um dos cômodos da residência, quando estava de passagem por Anchieta. E descreve a residência dizendo que "o antigo Convento tem um andar, ao qual se sobe por uma escadaria externa e forma o 3º lado do mosteiro do qual a igreja é o 4º";[392] E não faz qualquer alusão ao estado de conservação do

388 Id.
389 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: ofícios do vigário de Benevente ao presidente da província em 12 (ou 18)/2/1843 e 5/3/1844; ofício do subdelegado de polícia de Benevente ao vice-presidente em exercício em 8/8/1844; ofício do cônego vigário da Vara ao vice-presidente em exercício em 9/8/1849; livro 387: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província em 10/7/1846; ofício do cônego vigário da Vara ao presidente da província em 12/7/1849; livro 133: ofícios da Câmara de Benevente ao presidente da província em 16/11/1846, 2/7/1849, 2/1/1850 e 12/3/1850; ofício do vigário de Benevente .ao presidente da província em 11/2/1850.
390 Arquivo da Diocese do Rio de Janeiro, "Relatório da visita pastoral do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho", "Freguesia de Benevente
391 Id.
392 Auguste de Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce (Saint-Hilai-re, Viagem ao Espírito Santo), São Paulo-Belo Horizonte, 1974, p. 31.

prédio, mas, pelo que diz, fica entendido que três lados são ocupados pelo 'mosteiro' e o quarto pela igreja; portanto, a residência tinha seus três lados de pé. O próprio Saint-Hilaire, ao afirmar que após a expulsão dos jesuítas o governo se havia apoderado do 'mosteiro', acrescenta que

> parte do edifício serve hoje de alojamento ao cura; o resto se tem consagrado a muitas destinações diferentes; fizeram ali uma prisão; dispuseram de uma sala para a Câmara; em outro aposento o Ouvidor da audiências quando vem cumprir suas funções de corregedor; por fim, tiveram a generosidade de reservar um quarto para cedê-lo aos estrangeiros honestos que passam pela região.[393]

Este quarto, onde se hospedou, deve ter sido o meso em que se hospedou Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied, três anos atrás dele.[394]

Durante o século XIX essa residência sofreu muito com a pobreza da província do Espírito Santo. São vários os documentos da correspondência trocada entre os padres vigários e a Câmara Municipal, com os presidentes da província, para que obras fossem feitas na igreja e na residência. Às vezes, uma verba aprovada pela Assembleia Provincial levava anos para ser liberada e, como veremos adiante, a residência desabou nos lados sul e oeste devido a uma dessas demoras. Aliás, a demora, neste caso, foi tanta que o dinheiro para a reforma nunca chegou a vir.

O padre vigário ocupava, na residência, um cômodo que ficava ao lado da igreja, na ala da fachada, um quarto que era tido como a cela de Anchieta (fig. 105) e uma cozinha que ficava por baixo do cômodo da fachada, se é que se pode entender assim.[395] O fato é que os párocos tinham "dois quartos, e huma cosinha, e o concistorio q.~ fica p.r sima da Sachristia, o q.~ não se pode servir-se pela indecencia", pois ficava unido ao 'Santíssimo Sacramento'.[396]

Em abril de 1855, o resto da residência estava já bem arruinada e o padre vigário, apesar de não ser o responsável por sua utilização nem por sua manutenção, competência da Câmara, penalizado

393 Id.
394 Maximiliano (príncipe de Wied-Neuwied), Viagem ao Brasil (Maximiliano, Viagem ao Brasil), 2.a ed., São Paulo, 1958, p. 136.
395 Ver a citação da nota 42
396 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: ofícios do vigário Antônio José Pinto Batista ao presidente da província em 12 (ou 18)/4/1843 e 5/3/1844.

pelo estado do edifício, solicitou ao presidente da província que tomasse providências no sentido de fazer um quartel em um dos cômodos do térreo, para que os soldados tivessem onde ficar e não depredassem o resto do edifício. E, na igreja, era necessário retelhar, forrar, rebocar em certos trechos e caiar.[397]

Em maio do ano seguinte, nada havia sido feito, e o padre voltou à carga, pois o estado da igreja era "pecissimo" e ameaçava ruína junto com o convento. O telhado não consertado criou problemas para o assoalho e para as janelas.[398] O ofício deve ter tocado o presidente da província, pois em junho o padre já remetia um orçamento das obras a serem executadas na matriz e no cemitério, num total de 4:515$000. O interessante do orçamento é que consta aí o conserto de três janelas no coro da igreja, quando hoje só existem duas (fig. 106), o que significa que a do meio foi fechada posteriormente.[399]

A 30 de dezembro, o padre lamenta a tempestade que deu em Benevente (Anchieta), que arrancou telhas e fez saltar janelas.[400] Mas a verba de 4,5 contos de réis foi reduzida a dois contos em janeiro do ano seguinte, acrescentando-se a execução, pela mesma verba, dos reparos necessários à casa da Câmara.[401]

Mas a obra não se iniciou, pois em fevereiro o padre declara que, afora o convento, "que completamente desmoronado, só poderá ser reparado à custa de grandes dispezas", a igreja necessitava de reparos no assoalho, em portas e janelas *desmanteladas*, de caiação, de retelhamento e de substituição de alguns caibros que ameaçavam ruína.[402]

Em março, o padre acha que seis contos de réis eram suficientes para a obra da matriz e da Casa da Câmara, anexa.[403] Já em agosto a obra foi orçada em 20 contos de réis, mas a Câmara informava ao presidente que ele podia "dispor se fôr provavel, na terça

397 Id.: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província em 17/4/1855.
398 Id.: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província em 21/5/1856; livro 133: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província em 21/4/1856.
399 Id., livro 132: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província em 26/6/1856. O orçamento, que tem o valor total de 4:515$000; é assina-do por Joaquim Antônio d'Oliveira, Camilo Ferreira Guimarães, Francisco Dias de Carvalho e Manuel Gonçalves da Costa Beiriz.
400 Id.: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente dá província em 30/9/1856.
401 Id., livro .133: ofício da Câmara de, Benevente ao presidente da província em 12/1/1857.
402 Id., livro 1.32: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província, Barão de Itapemirim, 'em 17/2/1857.
403 Id.: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província, Barão de Monjardim, em 8/3/1857.

parte d'essa quantia, porque o estado — de ruína em certos lugares corre perigo athé desmoronar outros pontos que poderião ainda sustentar-se".[404] Em setembro começaram as obras na matriz.[405] Em novembro já estão prontas, pois a câmara agradece os reparos feitos na matriz e alega a necessidade de 600$00 para os consertos da Casa da Câmara.[406] Em janeiro de 1858, o dinheiro ainda não tinha sido liberado.[407]

Em março de 1859, o padre comunica que o corpo da matriz está em bom estado, "mas a capella-mór se acha em hum estado incapaz de sustentar-se mais hum anno".[408] Dois anos depois, ela ainda estava em pé, e no mesmo estado de ruínas.[409]

Em 1860, Dom Pedro II esteve aí e fez algumas obsevações. A Câmara estava em obras e a cadeia, muito arruinada.[410] Mas foi a cela dita de Anchieta que o surpreendeu, e sua informação, anotada em um caderninho, mostra-nos que, se a quadra não estivesse completa, ele o teria dito em suas observações: "O convento está muito arruinado sendo preciso que me mostrassem o lugar da cela onde morreu Anchieta, para suspeitar que aí fosse; talvez seja o lugar mais sujo do Convento; a cela é ou antes era sofrível em dimensão".[411] E o 'convento' estava mesmo tão arruinado que, em fevereiro de 1862, dois anos depois, o coletor de Benevente escreveu ao inspetor da Tesouraria da Fazenda, solicitando suas providências na tentativa de salvar pelo menos as telhas, uma vez que algumas já se tinham perdido, pois uma parte do prédio havia desabado.[412]

O inspetor comunicou imediatamente ao presidente da província e o engenheiro César de Raiville foi examinar a obra.[413] Sua resposta de 29 de março de 1862 foi acompanhada de uma planta (fig. 28)

404 Id., livro 133: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província Olímpio Carneiro Viriato Catão em 6/8/1857.
405 Id., livro 132: ofício do vigário Emisilio Marques da Silva ao presidente da província em 2/9/1857.
406 Id., livro 133: ofícios da Câmara de Benevente ao presidente da província em 16/10/1857 e 21/11/1857.
407 Id.: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província Olímpio Carneiro Viriato Catão em 11/1/1858.
408 Id., livro 132: ofício do vigário colado Manuel Vicente de Araújo ao presidente da província Pedro Leão Veloso em 26/3/1859.
409 Id.: ofício do vigário colado Manuel Vicente de Araújo ao presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 20/4/1861.
410 Levi Rocha, Viagem de Pedro II, p. 135.
411 Id., ibid., p. 134.
412 A.P.E.S., manuscritos dós livros da Série Governo, livro 140G: ofício do coletor Fabiano Pires Martins, de Benevente, ao inspetor da Tesouraria da Fazenda Geral da província do Espírito Santo João Manuel da Fonseca e Silva em 17/2/1862.
413 Id.: ofício do inspetor da Tesouraria da Fazenda Geral da província do Espírito Santo, João Manuel da Fonseca e Silva, ao pre-

que fez do local, apenas com a parte da frente (fachada leste) e um pedaço da fachada sul; aconselhava que o restante do edifício deveria ser abandonado, tendo em vista o estado de ruína em que estava; aconselhava também o aproveitamento das "telhas, caibros, ripas e alguns barrotes" do trecho arruinado.[414] Mas a planta, o desenho feito pelo engenheiro (fig. 28), que corresponde ao térreo, cria dúvidas na interpretação pelas observações feitas sobre ela, para melhor entendimento do que pretendia fazer: o quartel ocuparia o salão do térreo, que teria por cima a sala de sessões da Câmara; a ala sul seria ocupada pelo cômodo do carcereiro e pelos xadrezes, que teriam por baixo as enxovias. A colocação de seus termos é que cria uma dúvida no que diz respeito aos andares do edifício. Fazendo a planta do térreo, ele escreveu, dentro do espaço correspondente ao salão, que este cômodo seria o "Quartel em cima Sala das Sessões da Câmara Municipal". Até aí, é fácil entender que, no cômodo do primeiro pavimento por cima do quartel, ficaria a sala de sessões da Câmara. Mas quando colocou, dentro dos espaços, a destinação dos cômodos da ala sul, ele criou a dúvida, pois, se a planta se refere ao térreo, os xadrezes ficariam no térreo e, por baixo, estariam as enxovias; portanto, em um plano ainda inferior, que faria o edifício ter um terceiro piso, correspondente ao térreo verdadeiro. Mas no corredor que separa o quartel dos xadrezes, ele colocou uma escada e disse, na planta, que era para "subir nos xadrezes e no carcereiro", que tanto pode ser interpretado como sendo para ir do térro ao primeiro pavimento como do piso inferior ao térreo para este, se bem que seria mais lógica a primeira opção.

Como existe uma porta ou passagem no muro da fachada oeste (figs. 134 e 109), fachada esta que corresponde à ala dos fundos da quadra e da residência (figs. 111 e 112); e como essa passagem está abaixo do nível atual do pátio pouco mais de 2m (fig. 134) e a própria passagem tem quase outro tanto de altura no trecho desobs-

sidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 26/2/1862. Ver a citação da nota 71.
414 Id., livro 81G: ofício do engenheiro César de Rainville ao presidente da província dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 29/3/1862. A planta que acompanhou o ofício foi reproduzida na fig. 28. | Eduardo Corona & Carlos A. C. Lemos, Dicionário da arquitetura brasi-leira (Corona. & Lemos, Dicionário), 1.a ed., São Paulo, 1972, p. 189, verbete enxovia.

truído (fig. 109), passamos a acreditar na possibilidade de haver um terceiro andar na ala sul da residência, que corresponderia ao térreo verdadeiro, e que está, se existente, enterrado. Ainda mais se levamos em consideração que o atual museu — cômodo por baixo da cela dita de Anchieta (fig 19A) —, tem seu piso abaixo dos pisos dos outros cômodos da residência e abaixo do próprio nível do pátio. Além do mais, se considerarmos que o Colégio de Vitória possuía três andares nas fachadas sul e oeste, pela irregularidade do terreno, e considerando que a residência de Anchieta se situa também em terreno irregular, as evidências se acumulam para aumentar a possibilidade de existência desse andar enterrado. Além disso, é bom advertir para o fato de que a palavra enxovia "é o nome que se costuma dar às prisões situadas ao rés do chão nos subsolos".

Em abril desse mesmo ano, a igreja está em mau estado. O vigário de então, o Pe. Manuel Pires Martins, que em 1880 escreveu o *Livro do Tombo de Itapemirim*, afirma que só a capela-mor era forrada.[415] Esse mesmo padre, em setembro de 1864, quase dois anos e meio depois, se queixa da necessidade de consertar o piso e o teto da igreja e recorda que, quando Dom Pedro II, em 1860, passou pela vila, havia deixado 500$000 para os consertos; acrescenta mais 200$000 aprovados por uma lei provincial não sancionada pelo presidente e mais o que se refere à taxa de 1% sobre os gêneros exportados para o conserto do altar-mor, que nunca foi feito. Afirma que um membro da comissão encarregada da obra da matriz deveria ter em seu poder 800$000 ou 900$000.[416]

No ano seguinte, a Câmara Municipal, sabendo que se pretendia fazer uma cadeia por baixo da sala onde celebrava suas reuniões, escreveu ao presidente da província solicitando que não deixasse fazê-lo, pois o teto que separava as duas era muito fraco, e não seria obstáculo se um preso quisesse fugir e ainda roubar da Câmara seu cofre e arquivo; aproveito para aconselhar que se fizesse a dita prisão na sala

415 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: ofício do vigário Manuel Pires Martins ao presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 2/4/1862.
416 Id.: ofício do vigário Manuel Pires Martins ao vice-presidente em exercício dr. Eduardo Pindaíba de Matos em 22/9/1864.

contígua à sala da Câmara, que já servira de prisão.[417] E uma comissão encarregada pela Câmara, tendo como presidente o presidente da Câmara, chegou à mesma conclusão, fornecendo inclusive um orçamento de 1:200$000, "irrisório gasto", para as respectivas adaptações e reparos necessários, já se tendo, à época, arrecadado 223$000 e mais "cento e setenta e tantos mil reis" que ainda podiam ser conseguidos.[418]

Em março de 1866, o Pe Manuel Pires Martins volta a queixar-se da necessidade de consertar a matriz no teto, assoalho e altar-mor.[419] Como não houve qualquer providência, no ano seguinte, em abril, além de citar a necessidade dos mesmos consertos, acrescenta o forro da capela-mor e o assoalho do consistório; mas

> além disso é necessário fazer-se uma parede de quatorze palmos de largura, digo de comprimento, e de dezoito de altura, pouco mais ou menos, no logar, em que antigamente havia uma porta, que servia de communicação entre a Egreja e o Convento...[420]

Onde estaria essa porta? No corpo da igreja? Ou na parede, junto da 'sacristia velha', por baixo da cela dita de Anchieta? Seria essa porta da época dos jesuítas ou posterior? Seu tamanho,o tomando o palmo equivalente a 22cm, era bastante grande, medindo 3,08m x 3,96m.

O padre, porém, não parou aí na sua carta e resolveu falar do cemitério:

> Tem o nome de Cemiterio nesta Freguezia uma area circunscripta pelas paredes do antigo Convento e p.r uma das Matriz, e que tem 76 palmos de comprimento, e 55 de largura. Pode haver nesta area oitenta sepulturas e quando acontece estarem estas occupadas p.r corpos nóvos fazem-se os enterramentos no adro da Egreja. Além de ser de tão pequena dimensão esta area que serve de descanço aos mortos está sujeita a irreverencias, e serve de abrigo aos animaes, que fogem das

417 Id., livro 133: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província dr. José Joaquim do Carmo em 17/2/1865.
418 Id.: ofício da comissão encarregada pela Câmara Municipal de Benevente de examinar a sala da Câmara e a Cadeia ao presidente da província dr. José Joaquim do Carmo em 24/2/1865.
419 Id., livro 132: ofício do vigário Manuel Pires Martins ao presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 27/3/1866.
420 Id.: ofício do vigário Manuel Pires Martins ao presidente da província Dr. Carlos Cerqueira Pinto em 30/4/1867. 77A. A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por sugestão do autor feita como projeto de pesquisa, retirou o reboco da parede da Igreja de Nossa Senhora da Assunção que dá para o pátio interno, em 1980. A parede mostra não só uma porta ao nível do avarandado da cela dita de Anchieta - que pode ser a porta citada no texto - mas também todos os 'buracos' de encaixe dos barrotes de sustentação do corredor avarandado que ligava a cela dita de Anchieta ao 'quarto' da fachada da residência. Infelizmente, as pesquisas no local foram suspensas.

> intemperies do tempo, e isto acontece, p.r q~. teem elles livre ingresso p.r um logar que uma comissão encarregada da obra das novas cadêas desta villa mandou abrir p.r dar entrada para o logar, onde existem a portas dessas cadêas ou para o Cemiterio onde estas forão collocadas. Achando-se, como já disse, em completa ruína o convento, cujo tecto já tem abatido em diversas partes, trazendo com sigo a perda de muitos milheiros de bôa telha, podia do logar por elle occupado fazer-se, com dispendio de pequena quantia, um bom e espaçoso Cemiterio, demolindo-se as paredes interiores do mesmo Convento, salva as que pertencem commumente á Casa da Câmara, e ás novas Cadêas, e conservando-se as exteriores que servirão de muro, até a altura que fosse conveniente.[421]

Essa descrição que transcrevemos parece ser mais documento a comprovar que a quadra estava completamente construída quando os jesuítas a deixaram; que a abertura que existe hoje, no muro da ala sul, também não é da época dos jesuítas (fig. 103), pois parece ser na parede da ala sul a abertura feita pela comissão encarregada da obra; e nos mostra a primeira insinuação para a demolição das paredes internas da construção, com aproveitamento somente das externas, para a ereção do cemitério.

Em fevereiro do ano seguinte, o padre insistia:

> Achando-se arruinados, o tecto e o assoalho da Egreja Matriz desta villa, seu altár-mor, e o forro da respectiva Capella, o assoalho do Consistorio e o quarto a elle contíguo, venho a pedir a V. Ex.cia...[422]

Nesse novo documento, encontramos um quarto contíguo ao consistório. E como este ficava por cima da sacristia, o quarto só pode ser a cela dita de Anchieta, que ficava adjacente à parede da capela-mor.

Em maio de 1869, nada fora feito ainda. A Câmara Municipal decide pedir ao presidente da província a realização dos consertos na matriz (teto, assoalho e forro da nave) e reitera o pedido feito pelo Pe. Manuel Pires Martins, dois anos antes:

> Ha apenas um campo em que se enterra os mortos completamente franco aos animaes, tendo-se ultimamente aproveitado uma aria que existe junto da Igreja no Convento em ruínas, cujas muralhas resguardarão incompletamente o lugar dos mortos dos animaes. Entendemos que mais conveniente seria que o Governo mandasse vender as telhas do Convento arruinado visto não ser possível a reedificação do mesmo e desmoro-

421 Ver a citação da nota 77.
422 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: ofício do vigário Manuel Pires Martins ao presidente da província Francisco Leite Bitencourt Sampaio em 14/2/1868.

> nando-se as paredes internas do Convento aurgmentava-se a area existente que apresenta expaço bastante para o enterramento ordinario da população. É além de econômico, por estar já quasi murado, conveniente por ficar em lugar alto e bem arejado...[423]

Estava só "quasi murado" porque a comissão das obras da cadeia mandou abrir uma abertura no muro. A telha, que o interessado coletor tentara salvar em 1862, antes que o prédio todo desabasse, ainda estava lá, depois que tudo ruíra por falta de providências. A província era pobre, não havendo, portanto, recursos para a reedificação do edifício, como não houvera para sua manutenção. E, quando havia dinheiro, como era o caso daquele que Dom Pedro II legou à igreja, a liberação era demorada. Em janeiro de 1871, mais de dez anos depois de o imperador haver doado a importância ela ainda não tinha sido liberada.[424]

Em setembro desse mesmo ano (1871), o Pe. José Calvoza diz que, com a verba cedida pelo imperador, se poderia acertar a construção do cemitério no "Claustro de um antigo Convento".[425] E, em novembro, a Câmara confirma a informação do padre.[426] Contudo, ao acabar o ano de 1871, a verba ainda não havia sido liberada, pois a Câmara volta a insistir na feitura do cemitério na área do claustro, derrubando-se as paredes internas: "Ficará o cemiterio, desmoronando-se a muralha interna do Convento, com 110 palmos de cumprimento e 94 de largura (24,20m x 20,68m), como Aria mui sufficiente para mortalidade annual".[427]

Em março do ano seguinte (1872), a igreja já está sendo consertada em sua cobertura, embora o padre afirme que os 1:900$000 não seriam suficientes para fazer tudo o de que precisava; acredita, porém que, quanto ao cemitério, com a doação do imperador, se poderia fazer algo melhor do claustro do convento, mas isto teria que ser "depois de obter-se a competente concessão para ser o mencionado claustro destinado legalmente

423 Id., livro 133: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província Luis Antônio Fernandes Pinheiro em 3/5/1869.
424 Id., livro 132: ofício do vigário José Calvosa ao vice-presidente da província Coronel Dionísio Alvaro Rosendo em 15/1/1871.
425 Id.: ofício do vigário José Calvosa ao presidente da província dr. Francisco Ferreira Correia em 22/9/1871. O presidente despachou o ofício do padre para que a Câmara Municipal de Benevente se pronunciasse a respeito, e esta, em 2/11/1871, diria: " .informamos a V. Ex.,ia que é exacto o que allega o mesmo Vigario no seo citado officio".
426 Ver a citação da nota 82. Em seu último parágrafo.
427 A.P.E.S., -Série Histórica, livro 133: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província em 30/12/1871.

para o mister de que trata-se".[428] Essa importância de 1 conto e 900 mil réis volta a ser citada pelo mesmo padre, no mês seguinte, confirmando que não dá para a obra toda, pois a igreja precisava de consertos no telhado, no 'reboque' das paredes, no assoalho e no forro da sacristia que "serve de soalho de um grão salão, aonde, por estar hoje em pessimo estado, muito mal podem ter logar, como é de costume as sessões do jury".[429] Pede para que a igreja seja forrada "nas tres suas naves" e que o altar-mor seja feito de novo; falando do cemitério, reitera sua opinião do ofício anterior de sua execução no claustro, mas que seria necessária a autorização do Governo Geral para isso.[430]

Em janeiro do ano seguinte (1873), a cobertura da igreja estava concluída, e a importância de 1:900$000 exaurida, necessitando fazer outros reparos, já citados anteriormente, como caiar as paredes, rebocar as externas, consertar o assoalho e forrar a igreja toda.[431] Esses consertos ainda não haviam sido feitos em julho, embora estivessem sendo orçados em 1:500$000.[432] A Câmara também toma providências para que o local onde se reúne seja 'decente', e pede ao engenheiro César Rainville uma planta e um orçamento que se elevou a 4:200$000.[433] Essa planta não foi por nós localizada, embora tenha sido citada mais de uma vez em documentos, inclusive num pedido que a Câmara fez ao presidente da província, solicitando sua devolução.[434]

Só em setembro do ano seguinte (1874), porém, é que se começam as obras, e a Câmara solicita 2:000$000 para que não parem.[435] Mas em janeiro de 1876 a verba ainda não havia chegado, pois a Câmara reclama por ela para que se conser-

428 Id., livro 132: 'ofício do vigário José Calvosa ao presidente Francisco Ferreira Correia em 16/3/1872.
429 Id.: ofício do vigário José Calvosa ao presidente Francisco Ferreira Correia em 3/4/1872.
430 Ver a citação da nota 86.
431 A.P.E.S., Série Histórica, livro 132: ofício do vigário José Calvosa ao presidente da província João Tomé da Silva em. 7/1/1873.
432 Id.: ofício do vigário José Calvosa ao presidente da província João Tomé da Silva em 14/5/1873; A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 140G: ofício do inspetor da Tesouraria José Joaquim d'Alm. da Ribr.º ao presidente da província João Tomé da Silva em 14/5/1873.
433 Id.., livro 133: ofícios da Câmara de Benevente ao presidente da província João Tomé -da Silva em 15/7/1873 e 18/7/1873.
434 Id.: ofício da Câmara de Benevente =ao presidente da província Eugênio Horta Barbosa em 27/12/1873.
435 Id.: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas em 16/9/1874.

te também o cemitério e o assoalho da matriz.[436] Parece que o governo da província se tocou da situação do cemitério 'chorada' no ofício e, em março, a Câmara envia três orçamentos para sua conclusão, opinando pelo mais barato; mas é no primeiro deles que encontramos duas informações importantes: a primeira é que as paredes internas da residência, na parte que havia caído, ainda não haviam sido demolidas; e a segunda é que existia uma porta de comunicação entre a igreja e o pátio, que não havia sido fechada, segundo aprece, apesar do pedido feito em 1866.[437]

Em dezembro de 1877, o padre envia um orçamento de 600$000 para conserto da matriz, cobrindo apenas: reboco e caiação na parte externa e na sacristia, além do forro e pintura do altar-mor.[438] No ano seguinte, em janeiro, a Câmara reitera o pedido do padre e acrescenta uma referência à insalubridade da cadeia, cuja entrada dava para o interior do cemitério. Porém em outubro desse ano de 1878, o inspetor das Obras Públicas Provinciais, ao relatar suas atividades ao presidente da provincia,[439] critica o trabalho recém executado; e complementa que o melhor era remover para local mais apropriado o cemitério, cujos muros (no caso da antiga residência) estavam muito estragados.[440] Apesar dessa sugestão, só a partir de 1881 é que sevai começar a pensar em colocar o cemitério em outro local. No sitío definitivo onde foi fixado, só foi concluido em 1888, depois de uma série de problemas, quando chegou a ser iniciado em outro lugar antes de ser transferido para o definitivo, sempre com a aprovação da Câmara.[441]

436 Id., livro 134: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província dr. Domingos Monteiro Peixoto em 20/10/1875 e ao presidente da província José de Meneses Prado em 21/1/1876.
437 Id.:. ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província José de Meneses Prado em 7/3/1876.
438 Id., livro 132: ofício do pe. José Sóla ao presidente da província _em 11/12/1877.
439 Id., livro 134: relatório da Câmara de Benevente ao presidente da província Afonso Peixoto de Abreu Lima em 8/1/1878.
440 A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 120G: relatório do inspetor de Obras Públicas Provinciais ao presidente da província Manuel da Silva Mafra em 1/10/1878.
441 Id., Série Histórica, livro 134: ofícios da Câmara de Benevente ao presidente da província Dr. Marcelino d'Assis Tostes em 14/1/1881 e 2/9/1881; ao presidente da província dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Júnior em 9/2/1883; ao vice-presidente tenente-coronel Alfeu Adelfo M. de Andrade e Almeida em 2/5/1884; relatório do agrimensor Augusto Roberto Wallerstein Pacca à Câmara de Benevente em 10/2/1885; atas da primeira sessão da Câmara em 8/2/1886 e da quarta sessão em 4/3/1886, por cópia; relatório da comissão que estudou a situação do cemitério em 3/3/1886; orçamento do agrimensor Augusto Roberto Wallerstein Pacca para o cemitério em 17/9/1886; ofícios da Câmara de Benevente ao presidente da província Dr. Antônio Joaquim Rodrigues em 30/12/1886 e 27/1/1887, e ao presidente da província Antônio Leite Ribeiro de Almeida em 24/3/1888; Série Histórica, livro 388: regulamento do cemitério de Anchieta de 3/2/1888.

Em janeiro de 1880, a matriz, recém consertada, necessitava de assoalhamento e, segundo a Câmara, de um retábulo.[442]

Nesse mesmo ano de 1880, ao escrever o *Livro do Tombo de Itapemirim*, o Pe. Manuel Pires Martins, que já havia sido vigário em Benevente (Anchieta), descreve a igreja do seguinte modo:

> Serve de matriz à freguezia de N. S. da Assumpção de Benevente a Egreja edificada pelo P.e Joseph de Anchieta em 1579, a qual tem na frente uma porta, tres janellas, e frontispício simples; de um lado, duas portas e uma janella e nos fundos 4 janellas; suas dimensões são as seguintes: comprimento do corpo 26m,84 — largura 11m,22 — altura 11m,44; comprimento da Capela-mór 5m,06 — largura 7m,04 — altura 8m,8 —; altura do arco cruzeiro 8m,58 —; altura da torre, inclusive a cupula, 12m; todas as paredes são de pedra e cal e o tecto tem por sustentáculo, além das paredes, duas ordens de columnas de pedra e cal, que se unem umas ás outras formando arcos. Tem esta Egreja: 1º um espaçoso côro; 2º o altar-mor, 4 lateraes, dous nichos no altar-mor, 2 ditos no altar de N. S. do Rosário, 1 de S.tos Oleos no Baptisterio; 3º um púlpito; 4º as seguintes Imagens...[443]

Por essa descrição, temos a confirmação das três janelas da fachada, que já vimos em outros documentos. É curioso observar-se que o desenho existente hoje — feito no reboco, por sobre a portada de Anchieta —, é bastante semelhante à parte superior da portada da Igreja de São Tiago, a igreja do Colégio de Vitória, só que mal imitada, como se pode verificar comparando as fotografias dos dois monumentos (figs. 106 e 32).

Na descrição observa-se também, do lado norte, apenas uma janela, enquanto hoje temos duas: uma na parede da capela-mor (fig. 116), sobre o telhado da passagem que conduz até a sacristia atual, e a outra na própria sacristia, como se observa na fotografia do local (figs. 114 e 115) e na planta apresentada (fig. 104), com o respectivo corte (fig. 110).

Diz ainda o Pe. Manuel Pires Martins sobre a Casa da Câmara:

> [...] A Casa da Câmara Municipal contígua à Matriz: é assombrada e no pavimento térreo serve de cadêa; no antigo Convento dos Jesuítas é a parte que existe além da cella em que

442 Id.,. Série Histórica, livro 134: ofício da Câmara de Benevente ao presidente da província Eliseu de Sousa Monteiro em 7/1/1880.
443 Manuel Pires Martins; Livro de tombo de Itapemirim, folha 31v.

> falleceo o venerando P.e Joseph de Anchieta, e que foi separada em 1875 pelos Alferes Manuel dos Passos Martins e outros cidadãos...[444]

Dessa descrição, embora não detalhada, podemos concluir que a cela dita de Anchieta não é hoje o mesmo cômodo, pois na separação ela foi cortada no trecho que passou a servir de passagem (na planta, fig. 103, vêem-se ainda as duas saliências, uma na parede da capela-mor e a outra na continuação da parede da cela dita de Anchieta); além disso, a cela, pelo que disse Dom Pedro II em 1860, já era muito pequena, e ficou, pois, menor ainda, ou praticamente deixou de existir. É interessante observar que, se só em 1875 foi separada da parede da capela-mor a cela dita de Anchieta, para permitir um corredor de acesso à sacristia, isso significa que o primeiro corredor de acesso é do outro lado da capela (lado norte) e que deve ter sido construído na mesma época da sacristia, em fins do século XVIII.

A afirmação do padre de que a Casa da Câmara era assombrada não corresponde à suposição que fizemos acima da existência de um terceiro andar enterrado. Apesar disso, não é prova suficiente de sua existência, pois já tínhamos informação semelhante dada por Saint-Hilaire, segundo quem o prédio tinha um andar (p.101). Na realidade, quando o edifício era construído em terreno irregular, só se consideravam os andares em função do nivelamento, como aconteceu com o Colégio de Vitória, do qual Baltasar Lisboa chegou a afirmar que tinha três andares, quando na realidade só em duas fachadas ele possuía três andares, enquanto na principal (leste) e na norte só possuía dois.[445] Já ao pedir ao presidente da província que não deixasse fazer uma cadeia por baixo da sala onde celebrava suas reuniões (p. 104), a Câmara Municipal de Benevente (Anchieta) forneceu uma informação que nos leva a aceitar a inexistência do terceiro andar enterrado: a Câmara sugeriu ao presidente da província que fizesse a cadeia prevista na sala contígua à sua sala de sessões, que havia sido prisão. Ora,

444 Id.
445 Baltasar da Silva Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el rei Dom João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas (Baltasar Lisboa, Anais do Rio de Janeiro), 7vols., Rio de Janeiro, 1834-1835, I, p. 339, 'nota. 1.

se esta já havia sido prisão e estava no andar de cima, isso significa que o engenheiro César de Rainville, em suas explicações postas na planta que fez em 1862, ratificou a existência de xadrezes na parte superior, colocando as enxovias por baixo, ao nível do térreo.

Ainda assim, continuamos preocupados com a possibilidade da existência desse 'terceiro andar', pois o nível do pátio não deve ter sido o atual. E quando foi obstruído? Em que época as paredes que ruíram foram demolidas? Não encontramos nenhum documento que o determine.

Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, visitou Benevente (Anchieta) em 1886. Em seu relatório diz que "a varanda da frente, e as varandas dos 3 lados do pateo já não existem, mas há muitos que as virão, antes de se haver deitado abaixo o que ameaçava ruína".[446] A data da demolição, portanto, deve estar entre 1872 (pp. 106-107) e 1886. Já na residência, o bispo não viu muita coisa. Na parte onde estava a Câmara só viu "hum salão e dous ou três quartos e mais nada. Em baixo há dous quartos, e que não tem entrada senão do lado do pateo, isto he do cemitério".[447] E, após ter visto o altar de pedra, original, atrás do atual, lamentou a mudança e descreveu o altar, que ainda se vê tal como ele o descreveu, há quase um século; vejamos seu texto:

> [...] Como soube hontem que atras do altar mor havia outro antigo de pedra, quis vêl-o. Com effeito o fundo actual que se vê na Capella mor he d madeira caída de alto a baixo; mas atras ha um vão de mais de 6 palmos; ali se vê o antigo altar mór muito comprido e todo de tijolo e pedra, mas só o muro sobre o qual devia correr a pedra lisa e sem esta nem o forro da frente. E assim se fazem altares de pedra que se sagrão. Este mesmo muro está em cima muito estragado. Aos lados de cada banda ha credencias do mesmo estilo e no mesmo estado. Ora para que encurtar a Capella mór? Só para fazerem o tal throno ou camarim que não tem belezza nenhuma nem ornato. O fundo da Capella mor he d pedra e ainda se ve huma simples e singela pintura mas de quadrados ou losangos não cheios mais tendo só os perímetros. Vê-se huma porta que pensei que seria throno antigo, mas dice-me o sachristão (e creio) que he porta antiga que dava para hum salão que ficava

446 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, "Relatório da visita pastoral do bispo D. Pedro Maria de Lacerda", "Visita a Beneverite", "Sexta-feira 7 de maio".
447 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, "Relatório da visita pastoral do bispo D. Pedro Maria de Lacerda", "Visita a Benevente", "Segunda-feira 19 de abril".

em cima da actual sachristia, e que essa porta foi tapada. Não sei onde punhão os santos.[448]

Após a separação do Estado da Igreja, depois da proclamação da República, a Igreja de Nossa Senhora de Assunção da antiga vila Benevente — cidade de Anchieta a partir de 2 de dezembro de 1887 — continuou como matriz, novamente aos cuidados dos padres jesuítas, a partir do início do século XX.[449]

As modificações pelas quais então passou o prédio são poucas e mais na parte interna do que no aspecto externo, principalmente na residência.



Fig. 105. Residência de Nossa Senhora da Assunção: cela dita de Anchieta, no andar superior; por baixo, o atual museu. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 106. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada principal. Onde mostramos a janela central que nessa foto ainda se encontra fechada. Foto do autor.

448 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, "Relatório da visita pastoral do bispo D. Pedro Maria de Lacerda", "Visita a Benevente", "Terça-feira 27 de abril".
449 Arquivo Público Nacional, manuscritos, ms. cód. 910: Decreto n 119, de 7 de janeiro de 1890. 106A. Ver nota 77A. 136. Id.

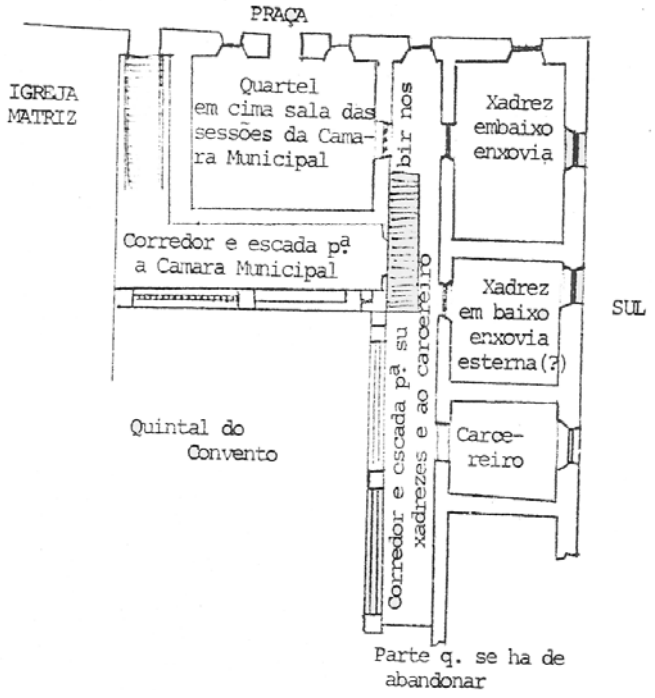


Fig. 107 A. Planta existente no Arquivo Público do Espírito Santo, anexada ao ofício do engenheiro César de Rainvilie, datado de Piúma, 29/3/1862, e enviado ao presidente da província do Espírito Santo. Ao lado, um esboço da mesma planta, apresentando o texto nela contido, de maneira legível.

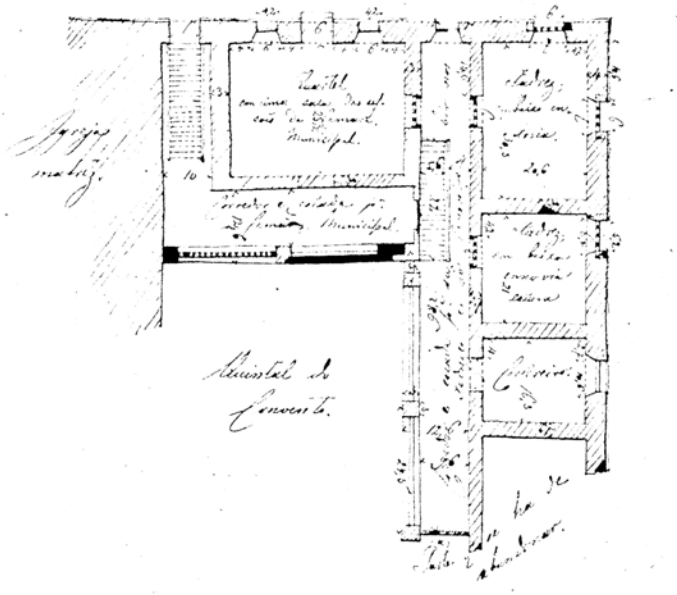


Fig. 107 B. Planta existente no Arquivo Público do Espírito Santo, anexada ao ofício do engenheiro César de Rainvilie, datado de Piúma, 29/3/1862, e enviado ao presidente da província do Espírito Santo. Ao lado, um esboço da mesma planta, apresentando o texto nela contido, de maneira legível.



Fig. 108. Residência de Nossa Senhora da Assunção: parede oeste da residência, trecho original desabado no século passado. O cano (linha branca vertical) mede, de joelho a joelho, 2,25m e sua parte superior está no nível atual do piso do claustro. Vê-se uma abertura onde termina 'o cabo. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 109A. Residência de Nossa Senhora da Assunção: parede oeste da residência. Detalhe da abertura que aparece na foto 112B. Nota-se o arco feito de tijolos e o vão fechado pelo aterro do pátio interno. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 109B. Igreja-Residência de Nossa Senhora da Assunção: fachada oeste (fundos). Sacristia e cela dita de Anchieta. A parede sem reboco corresponde ao trecho que desmoronou no século passado. Foto SAV-CAR-UFES.

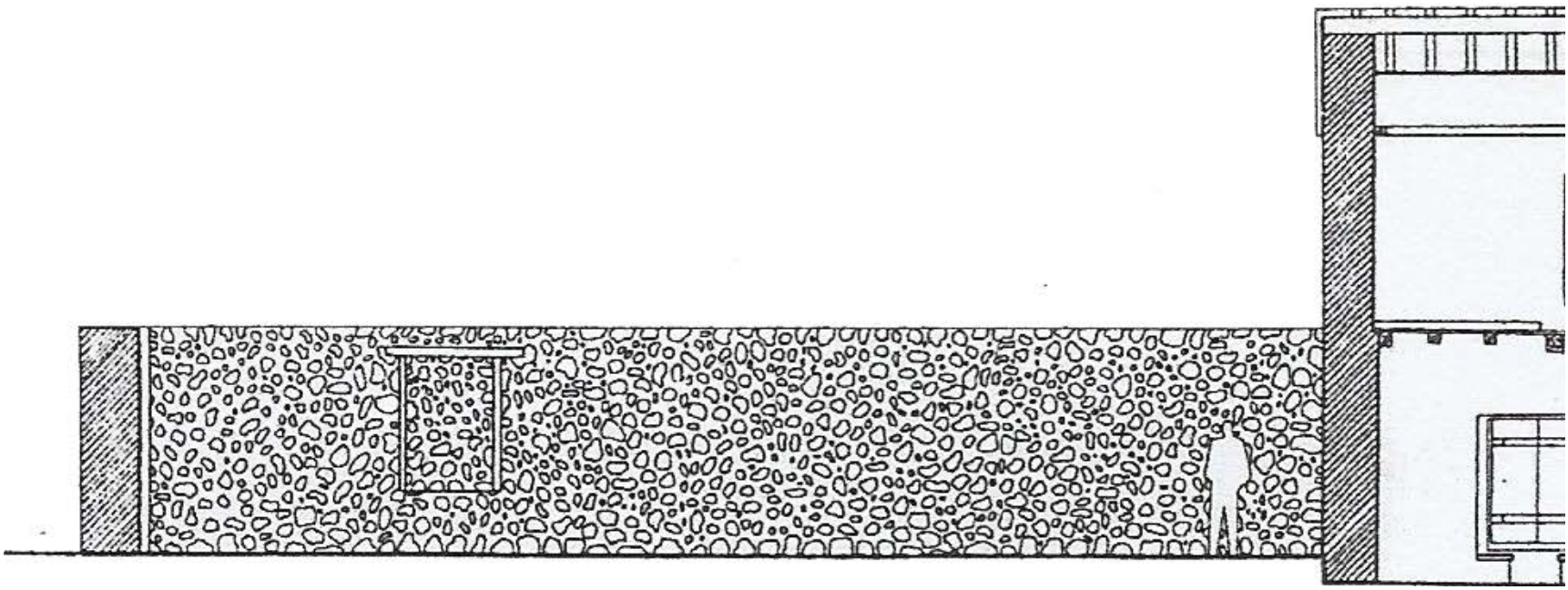


Fig. 110. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Reritiba, atual Anchieta). Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

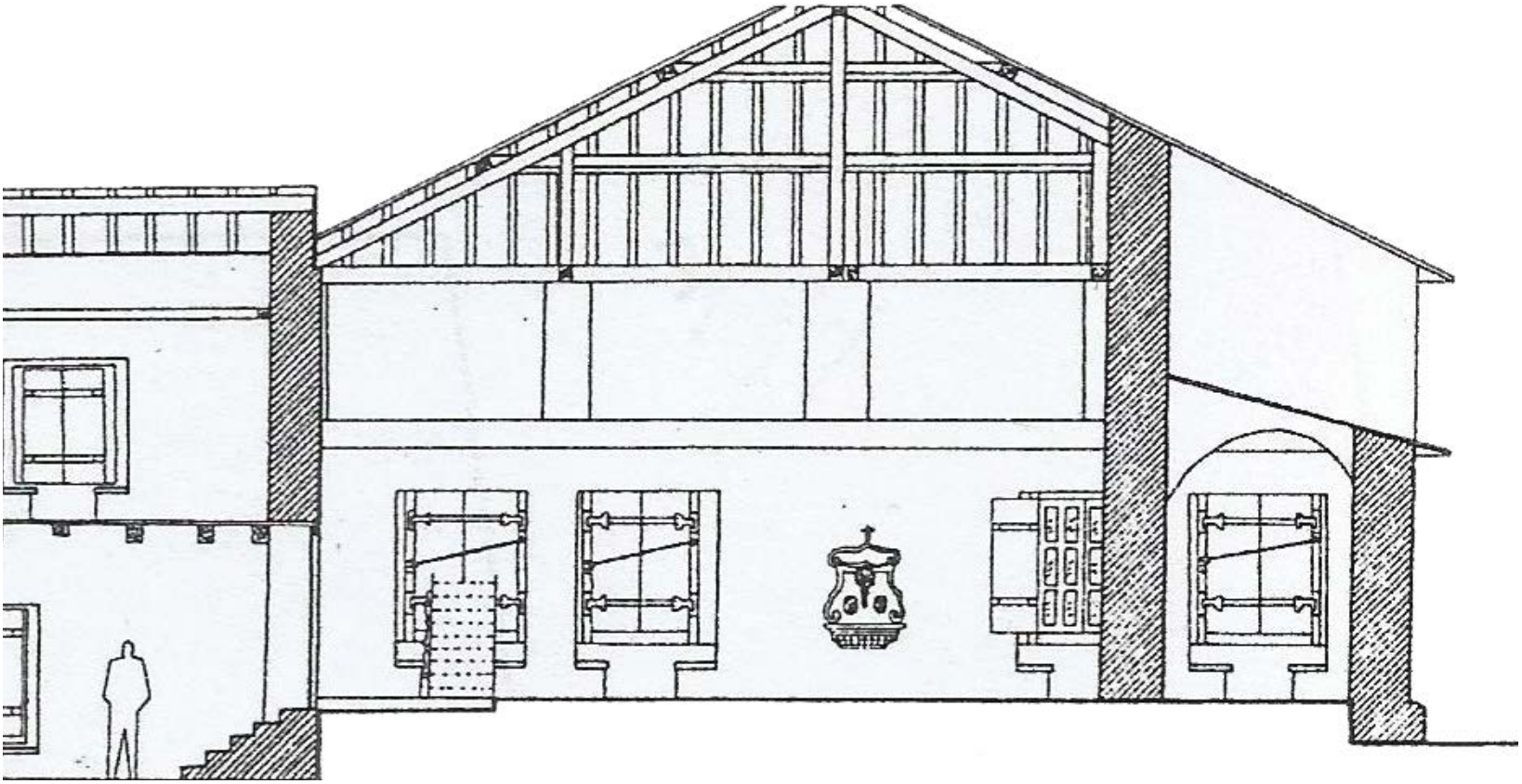




Fig. 111. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada oeste. As quatro janelas juntas duas a duas são da sacristia. A SPHAN abriu outra janela na parede que aparece suja. Quanto às outras duas janelas, a inferior é do atual museu (com grade) e a superior, da cela dita de Anchieta. A parede sem reboco corresponde ao trecho da residência que desabou no século passado. Acervo IPHAN-ES.

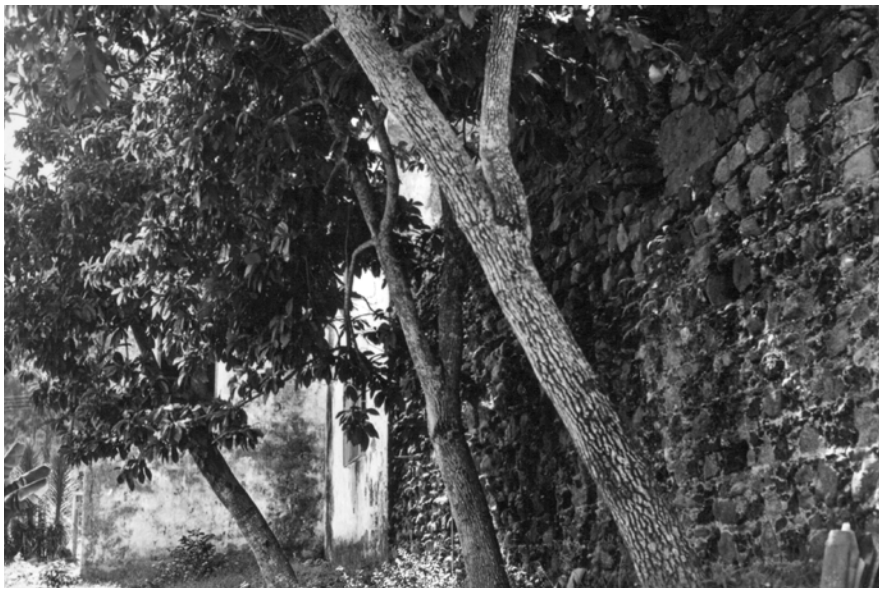


Fig. 112. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada oeste. Estado atual. Por trás da árvore, na parede do fundo, branca, a janela que a SPHAN abriu, mencionada na legenda da foto reproduzida na fig. 113. Foto SAV-CA R-UFES



Fig. 113. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada norte. Observar que, além da porta lateral, só existem duas aberturas: a janela da sacristia, que aparece à direita, na extremidade da parede, e uma janelinha que não aparece na foto e se localiza na depressão do telhado, mas que aparece na foto reproduzida na fig. 111, sobre a parede da capela-mor. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 114. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada norte (vista desde os fundos da igreja). Em primeiro plano aparece a janela da sacristia, mencionada na legenda da fig. 113. Foto SAV-CAR-UFES.

Uma possível reconstituição

A Igreja dos Reis Magos, com a residência, que veremos adiante, permite uma comparação, pois foi o único edifício no Espírito Santo que, embora bastante destruído ate 1944, quando o Instituto (atual Secretaria) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fez a grande obra de restauração, não se descaracterizou. E como, em geral, os jesuítas construíam basicamente do mesmo modo, tomando-a por base, poderemos chegar a algumas conclusões no que respeita à Residência/Igreja de Nossa Senhora de Assunção, em Anchieta, baseados na analogia e nas afirmativas encontradiças nos documentos acima citados. Só não podemos comparar o plano das naves das igrejas, já que Reis Magos só tem uma, enquanto Nossa Senhora da Assunção tem três.

Assim sendo, a construção se fez em quadra como nas construções jesuíticas que possuíam a mesma destinação e finalidade. Segundo nos parece, ficou inteiramente provado acima que a quadra estava completa ao serem expulsos os jesuítas, em 1759.

A sacristia atual foi acrescentada em fins do século XVIII, fazendo com que seu corpo ultrapassasse o limite que a parede da residência da ala oeste possuía, alterando o edifício em seu aspecto arquitetônico, na uniformidade da quadra, limitada em uma linha única, sem reentrâncias nem saliências, como aconteceu em Reis Magos e com o Colégio de Vitória, cujo contorno completo a planta de 1935 (figs. 7 e 8), como planta do palácio do governo, parece mostrar.

A 'sacristia velha' era um cômodo térreo, contíguo à capela-mor (como em Reis Magos), que tinha, por cima, a cela dita de Anchieta. Não existindo uma 'sacristia' como a que se apresenta hoje, não havia necessidade de duas passagens laterais, em relação à capela-mor (fig. 17), pelos lados sul e norte. Inexistindo as passagens laterais cobertas (que também não existem em Reis Magos), não haveria necessidade de circundar a capela-mor com elas, e teríamos ali apenas a porta de saída da capela-mor para fora, pelo lado norte, e a porta de acesso à 'sacristia velha', pelo lado sul, do mesmo modo como ocorre com Reis Magos.

O acréscimo da sacristia, encimada elo consistório, mudou o aspecto característico da igreja que os jesuítas apresentavam em relação à quadra que construíam. As passagens laterais, em relação à capela-mor, pelos lados sul e norte, aumentaram essa descaracterização. Na planta do pavimento térreo

(fig. 17), se prolongarmos o muro de contorno do pátio atual — que correspondia à parede externa da residência completa — na direção da igreja, além do atual museu, teríamos uma passagem estreita, de mais ou menos dois metros e meio de largura, que ficava por detrás do altar-mor. Deveria essa 'passagem' servir para depósito das alfaias necessárias aos diversos momentos do culto, com acesso, através da sacristia, que ficava 'pegada' ao altar-mor, por baixo da cela dita de Anchieta. Uma prospecção no solo poderá indicar a veracidade dessa afirmativa.

O corredor que circundava toda a quadra, em Reis Magos, parece ter existido também em Anchieta.Assim como o acesso ao coro, e daí à torre, se fazia por esse corredor, como também acontece em Reis Magos. Esse corredor era o que ladeava a parede da igreja e unia a cela dita de Anchieta ao quarto da quadra da fachada. O coro era livre em toda a sua extensão, sem o arco cego, como está hoje. Possuía três janelas (fig 116), embora hoje só duas apareçam. A raspagem do reboco poderia provar isso e, talvez, no caso da residência, permitir a reconstituição de todas as aberturas da época dos jesuítas.

É difícil concluir se havia o púlpito preso à parede em Anchieta. A Igreja de Nossa Senhora da Assunção é, como a de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, construída segundo seu modelo, um caso único da utilização de três naves em igrejas jesuíticas no Brasil. Só um estudo sobre o local poderá confirmar a existência ou não de uma porta sobre a parede lateral, para o claustro, que desse acesso ao púlpito.

A porta que os documentos citam como existente, segundo parece, na parede da nave lateral que dá para o claustro, embora grande, aproximadamente 3m x 4m, não parece ser da época dos jesuítas, pois não a encontramos em Reis Magos e, salvo qualquer engano, em nenhuma outra igreja dos jesuítas. A menos que estivesse no andar superior da residência e servisse para o acesso ao púlpito.

Temos a certeza de que o corpo da igreja não era forrado, à semelhança do de Reis Magos e de São Pedro da Aldeia. Forro só cabia à capela-mor. Da mesma forma, o altar hoje existente está inteiramente fora, devendo ser o altar primitivo, aquele que se encontra atrás do atual, em pedra, em cujo nicho (figs. 117 e 119), sobre a parede de fundo, se colocaria a imagem de Nossa Senhora da Assunção.



Fig. 115. Igreja de Nossa Senhora. da Assunção: capela-mor. Altar primitivo. O nicho onde a lâmpada deveria, ser o local primitivo da imagem da padroeira. Fotos SAV-CAR-UFES

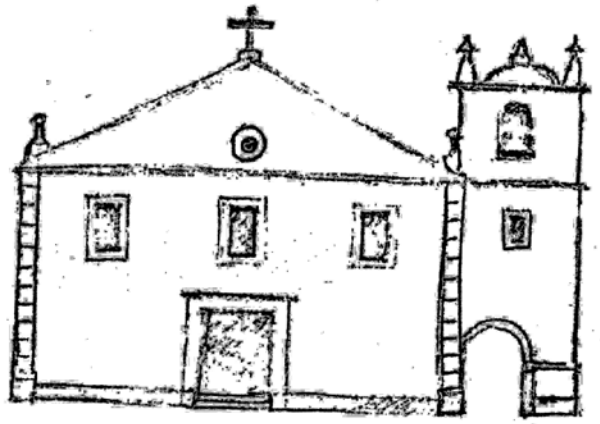


Fig. 116 Desenho do autor. Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta, nela se inserindo a janela do meio, fechada no século passado

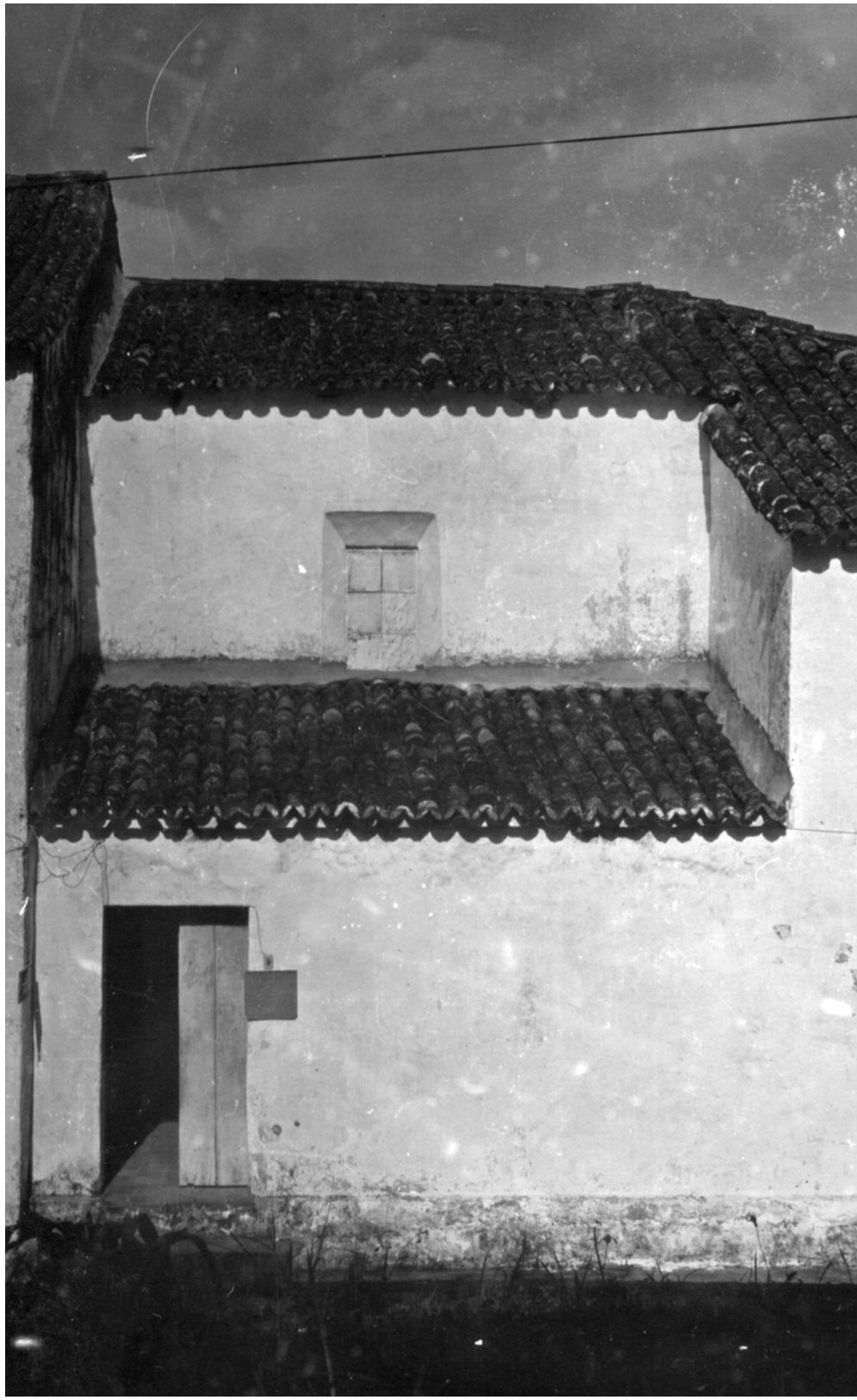


Fig. 117. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Detalhe da janela sobre a parede da capela-mor. Foto SAV-CA R-UFES.



Fig. 118 Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Mesa de altar, em pedra, por trás do altar atual, possivelmente do altar primitivo. Foto SAV-CAR-UFES.

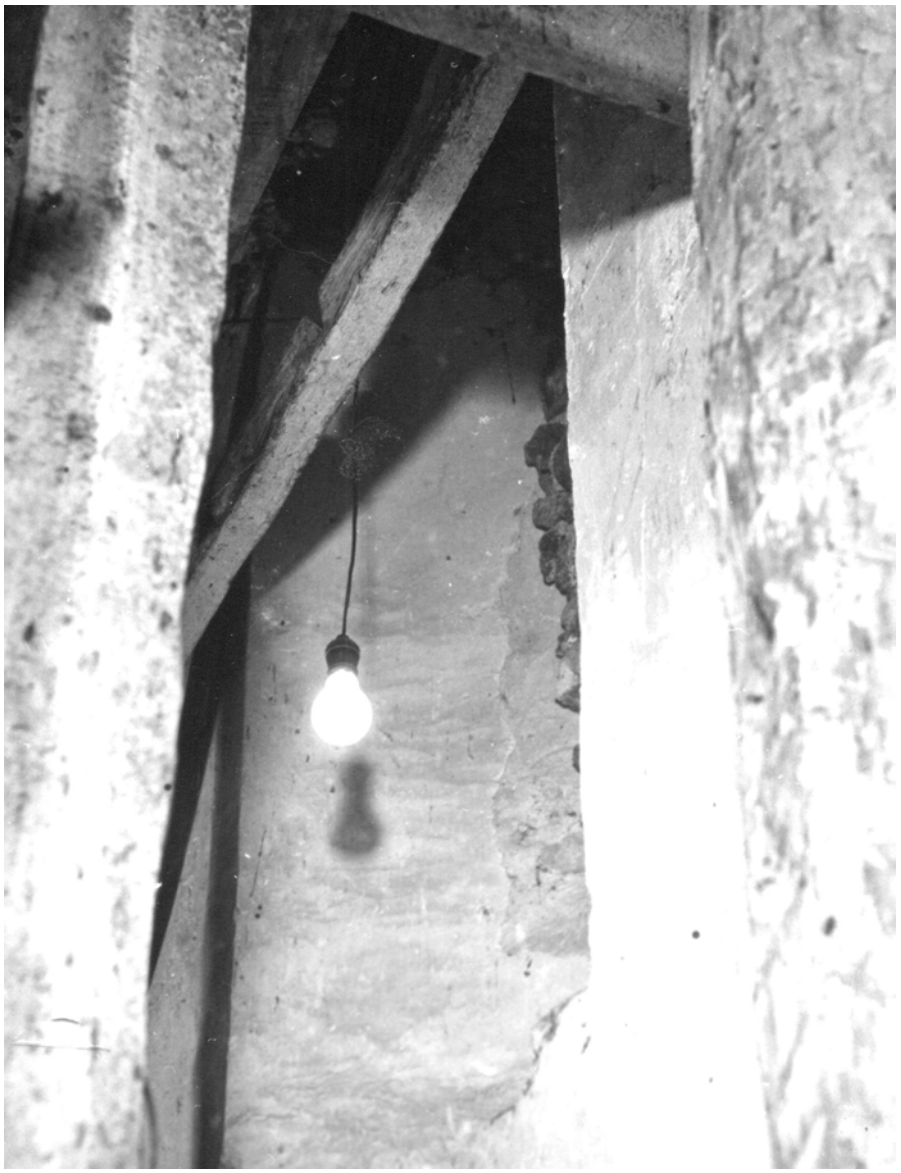


Fig. 119. Igreja de Nossa Senhora. da Assunção: capela-mor. Altar primitivo. O nicho onde a lâmpada deveria, ser o local primitivo da imagem da padroeira. Fotos SAV-CAR-UFES



Fig. 120. Igreja de Nossa Senhora. da Assunção: capela-mor. Altar primitivo. O nicho onde a lâmpada deveria, ser o local primitivo da imagem da padroeira. Fotos SAV-CAR-UFES

Estado atual

As plantas e cortes (figs. 17 a 21, 223, 99, 102 e 128 - 132) atestam o que é o atual edifício. Na residência, ala leste, quase todas as paredes internas não são originais, bem como as aberturas de portas e janelas, que também não o devem ser, como se nota nas plantas (figs. 17 e 18). Do lado sul só existe uma parte do térreo cujas divisões não são originais e, do lado oeste, apenas a parte referente à cela dita de Anchieta, e com uma cela por baixo que hoje serve de museu, devem ser originais. Esta última tem o nível de seu piso abaixo do nível do piso de todo o edifício (fig. 110).

O 'quarto' norte da quadra, é ocupado pela Igreja de Nossa Senhora da Assunção, que sofreu algumas alterações. Uma janela da fachada, a do meio, foi fechada (figs. 116, 133 e 106). Um arco sobre o coro foi fechado. Acrescentaram uma escada de madeira para acesso ao coro e à torre. Esta tem a parede por sobre a parede da igreja, mais fina, em seu terceiro piso (fig. 126), o que faz supor haver ela caído. Ao ser reerguida para suportar a cúpula, fez-se uma viga de concreto que ultrapassa os limites da parede. Isso pode ser bem observado no corte CC' (fig. 126). Nesse mesmo corte acrescentamos ao desenho, em tracejado, a janela central da fachada, semelhante às existentes.

A capela-mor foi encurtada pela colocação do altar-mor que existe atualmente e que teve um acréscimo de dois corredores laterais para se alcançar a sacristia acrescentada ao edifício (fig. 17). Junto à parede da nave, pelo lado do pátio, próximo ao corredor externo da cela dita de Anchieta, existem algumas pontas de pedra que pressupõem a preparação para amarração de uma possível parede que dai sairia (fig. 108).

Na atual sacristia há uma pia de água corrente, com duas torneiras, em lioz (figs. 136 e 137), dotada de 'caixa-d'água', enquanto no corpo da nave da igreja, sobre a primeira coluna esquerda, na entrada, está outra pia menor (figs. 138, 139, 130 e 132), para 'água-benta', também em lioz. São as duas únicas peças em lioz da igreja. Existe uma pia de pedra, de pé, à direita da porta principal (fig. 135), cercada por uma grade de madeira, que devia servir para o batismo, e outra, também de pedra, na coluna do meio, diante da porta lateral de entrada (figs. 140, 141, 142, 143, 128, 129 e 130) pelo lado norte. Nesta notam-se, por baixo, as le-

tras I H S, entalhadas na base. A pia pequenina, no corredor norte que conduz à sacristia (fig. 17), é revestida (ou executada) de cimento.

De acordo com o que vimos em Anchieta, é possível que exista enterrado, um terceiro andar, que seria o térreo verdadeiro. Vimos acima que, no Colégio, só havia três andares com relação às fachadas sul e oeste. Em Reritiba, é possível que possa ter acontecido o mesmo, em virtude de também se encontrar em terreno irregular. Uma coisa é certa: pelo menos no lado oeste há um andar enterrado, uma vez que existe um vão sob o piso atual (figs. 134 e 109). A não ser que fosse apenas uma passagem subterrânea.

Vimos, também, que a residência teria os corredores avarandados à volta do pátio e apoiados sobre colunas cuja maioria ainda se encontra de pé, embora dos corredores só exista o trecho unido à cela dita de Anchieta, e o trecho junto ao 'quarto' da fachada; só que este último foi fechado sob forma de paredes (figs. 105 e 145).

Quanto à fachada principal da residência (figs. 147, 148, 151, 153, 152 e 154), é muito difícil determinar o número das janelas e portas. Atualmente existem seis janelas no pavimento superior e duas no inferior, com uma porta junto à fachada principal da igreja. Mas algumas fotografias (figs. 147, 149 e 151) mostram mudanças de portas e janelas.

As duas janelas do pavimento térreo atual (figs. 148, 151, 153, 152 e 154) não deveriam existir, a menos que haja realmente o andar enterrado, que seria, como vimos, o térreo real. E para as janelas do andar superior é difícil definir seu número, ainda mais que, como vimos antes (p. 100), nele esteve a Casa da Câmara no século passado e foi determinado o *rasgamento* de janelas. De qualquer forma, a retirada do reboco poderá mostrar a possibilidade de outras janelas, ou de mudanças destas. Um fato, porém, nos chama a atenção nas janelas dessa residência: todas as janelas e portas nas paredes originais da edificação, isto é, nas paredes grossas, como as plantas de dois andares (figs. 17 e 18) mostram, se apresentam com o mesmo aspecto daquelas janelas rasgadas na igreja e em outras construções dos jesuítas, e consideradas originais, ou sejam, ensutadas.

E há mais uma coisa que aguça nossa curiosidade com relação a essas mesmas janelas: a sacristia — que, segundo supomos, deve ter sido construída no final do século XVIII, pois já estava em pé com o

consistório em 1796 (p. 100-101) —, apresenta suas seis janelas rasgadas no estilo comum das janelas dos jesuítas. E como o corredor lateral à capela-mor, pelo lado norte, também é da mesma época, tem sua porta externa rasgada nos moldes das outras consideradas originais, ou seja, ensutada (fig. 17).

Possuíam ainda os jesuítas, segundo a tradição local, um poço (figs. 155 e 157) situado a pouco mais de 200m da igreja/residência, ainda hoje existente. Embora chamado de 'poço', o que se vê nas fotos citadas é mais uma nascente de água a que se adaptou uma torneira, após ter sido erguida à sua volta uma proteção de alvenaria. também por tradição sabe-se da existência de um poço atribuído a um milagre de Anchieta, na ponta dos Castelhanos, igualmente citado pelo Pe. Manuel Pires Martins.[450]



Figs. 121. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Pinturas na parede do altar primitivo (retábulo), por trás do altar. Fotos SAV-CAR--UFES.

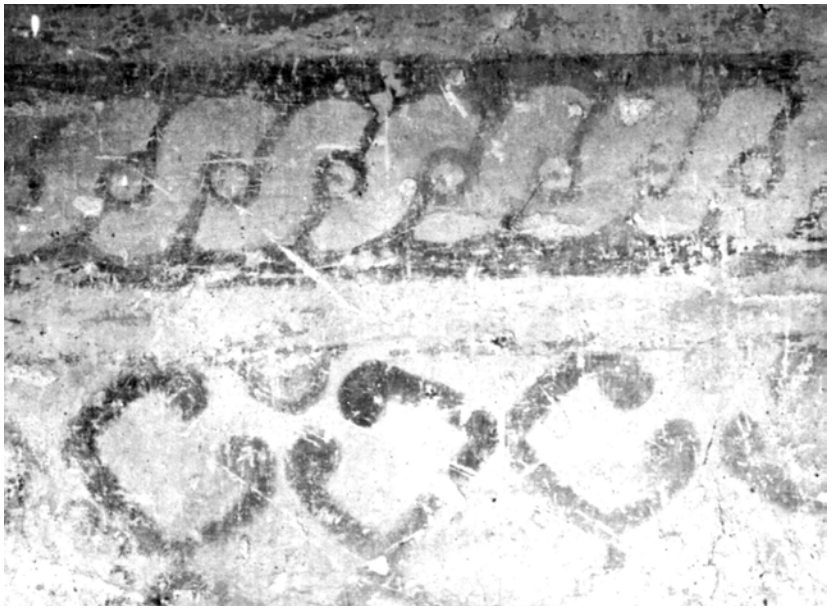


Fig. 122. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Pinturas na parede do altar primitivo (retábulo), por trás do altar. Fotos SAV-CAR-UFES.

450 Manuel Pires Martins, Livro do Tombo de Itapemirim, folha 3, inclusive nota de rodapé.



Fig. 123. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Pinturas na parede do altar primitivo (retábulo), por trás do altar. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 125. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Pinturas na parede do altar primitivo (retábulo), por trás do altar. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 124. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: capela-mor. Pinturas na parede do altar primitivo (retábulo), por trás do altar. Fotos SAV-CAR-UFES.

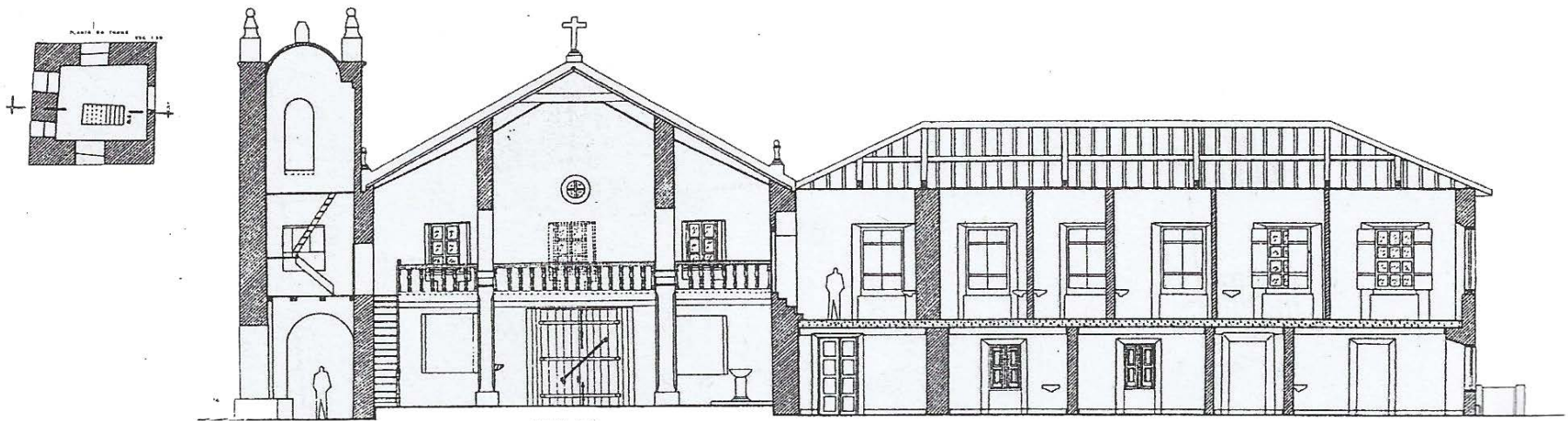


Fig. 126. Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (Reritiba, atual Anchieta). Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.

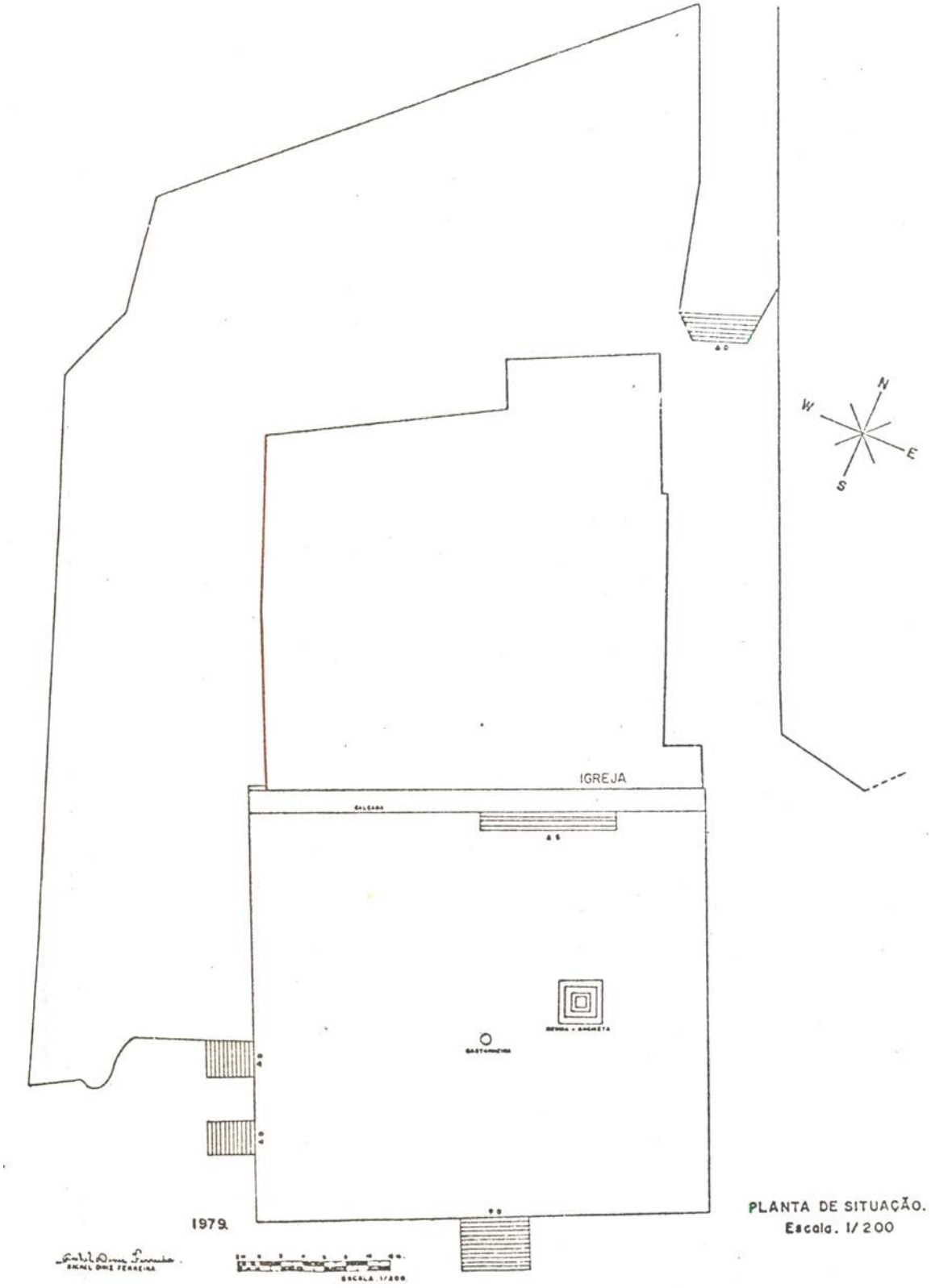


Fig. 127. Planta de situação da da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Reritiba, atual Anchieta). Levantamento topográfico de Rubens Santana. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.



Figs. 128. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: pia de pedra que fica na coluna à frente da porta lateral e que contém na base as letras-símbolo dos jesuítas I H S. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig 129. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: pia de pedra que fica na coluna à frente da porta lateral e que contém na base as letras-símbolo dos jesuítas I H S.
Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 131. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: pia de pedra que fica na coluna à frente da porta lateral e que contém na base as letras-símbolo dos jesuítas I H S.
Fotos SAV-CAR-UFES.

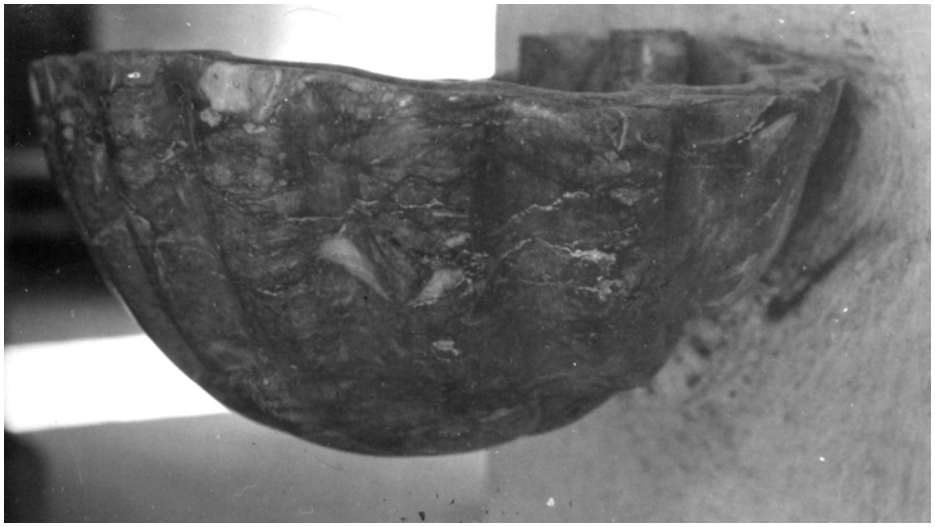


Fig. 130. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: pia de pedra que fica na coluna à frente da porta lateral e que contém na base as letras-símbolo dos jesuítas I H S. Fotos SAV-CAR-UFES.

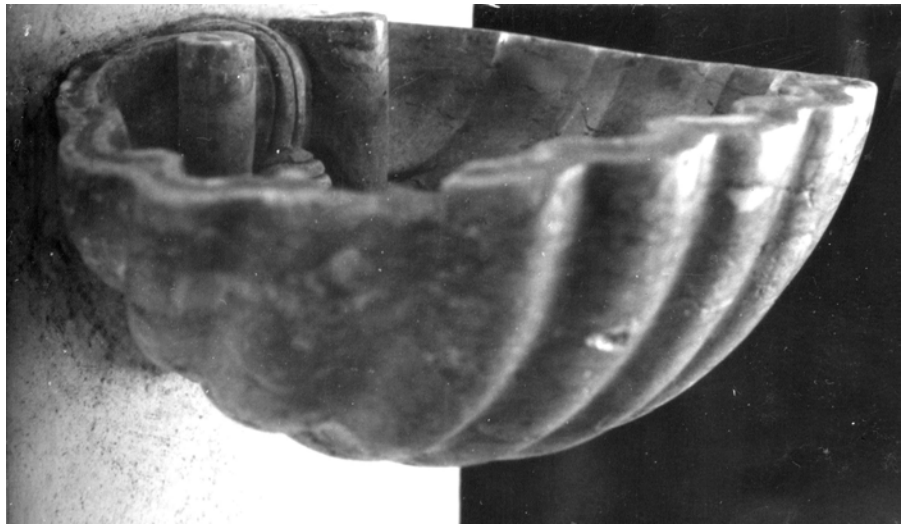


Fig 132. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: pia de pedra que fica na coluna à frente da porta lateral e que contém na base as letras-símbolo dos jesuítas I H S. Fotos SAV-CAR-UFES.

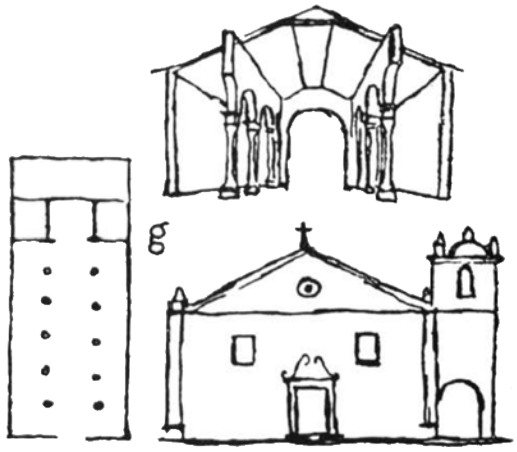


Fig. 133. Desenho de Lúcio Costa, “A arquitetura dos jesuítas no Brasil”, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 22, fig. Ig



Fig. 134. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: parede da nave que dá para o claustro (parede sul). Pedras salientes, possivelmente para amarração de paredes. Foto SAV-CAR-UFES.

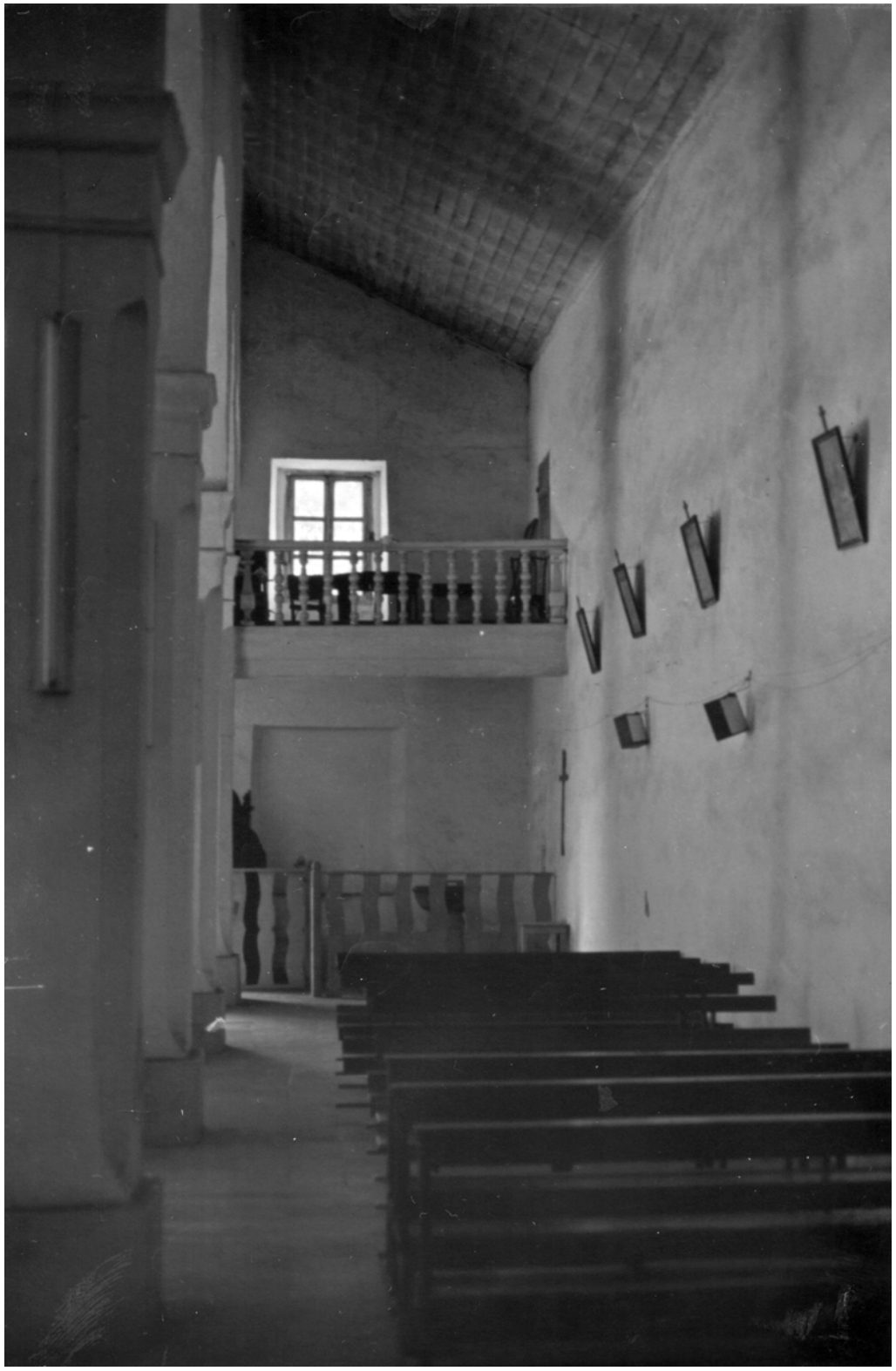
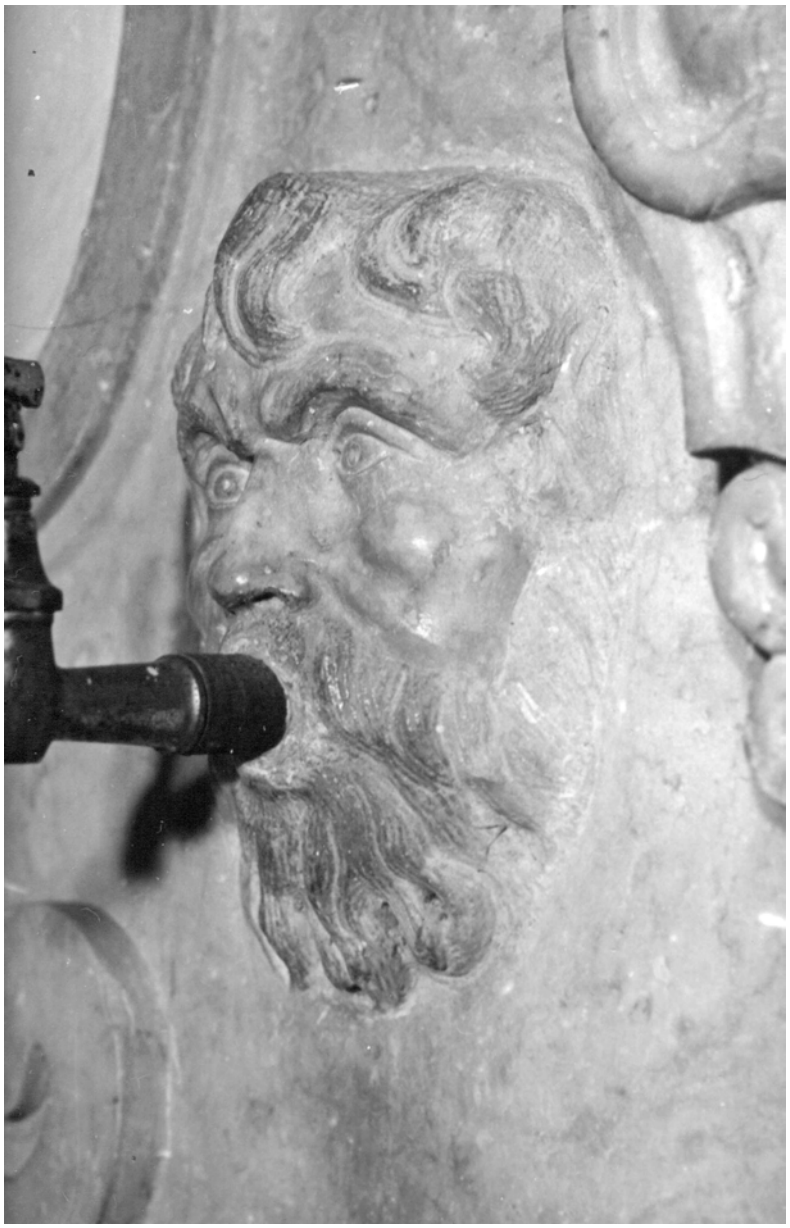


Fig. 135 Igreja de Nossa Senhora da Assunção: nave lateral direita (vista desde o altar). Foto SAV-CAR-UFES.



Figs. 136. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia. Pia de pedra de lioz. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 137. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia. Pia de pedra de lioz. Fotos SAV-CAR-UFES



Fig. 138. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde a capela-mor) Foto da restauração anterior à restauração empreendida. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 139. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde a capela-mor). Estado atual. O púlpito da foto reproduzida na fig. 97A encontra-se no museu. Foto SAV-CAR-UFES.

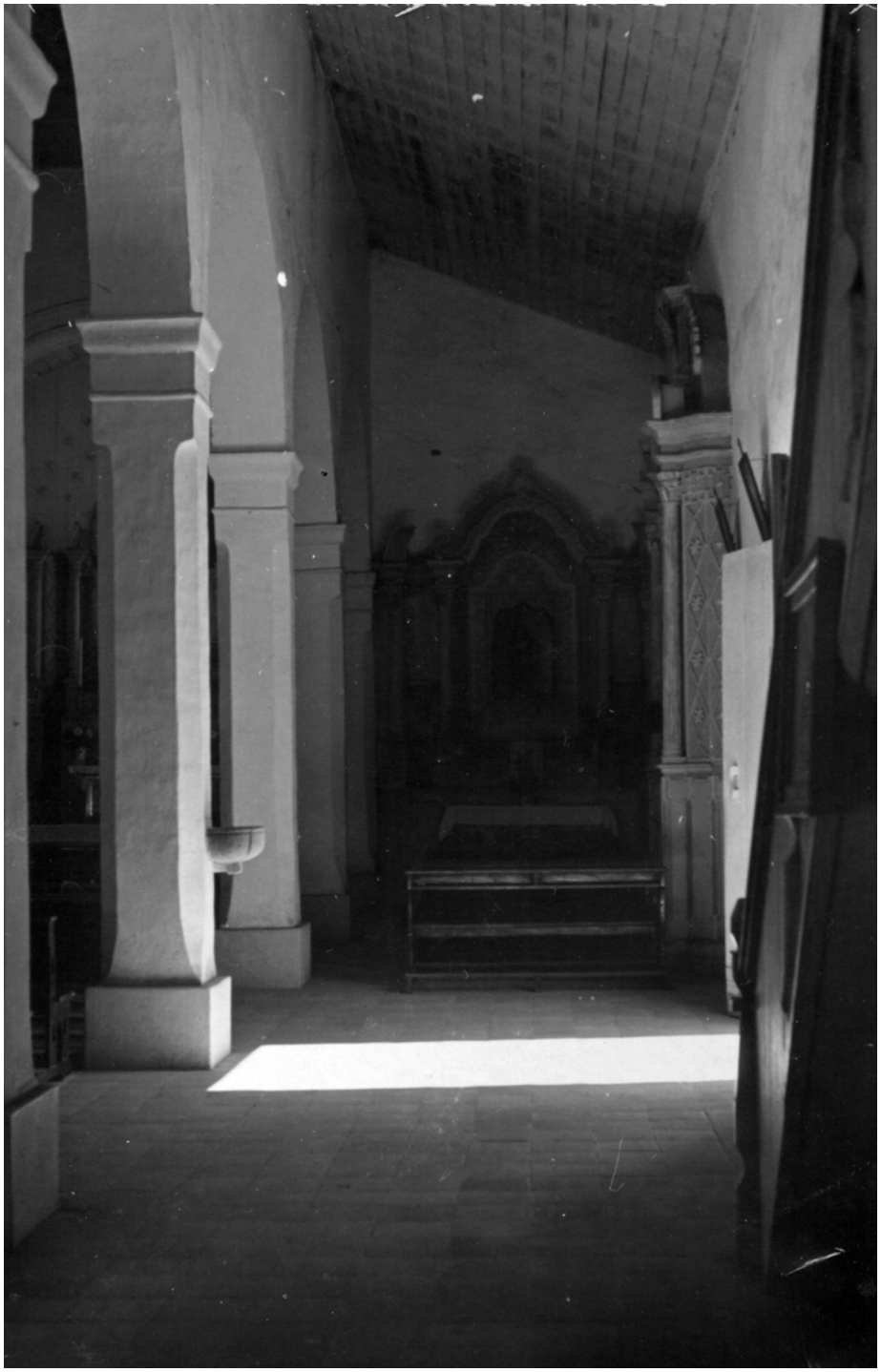


Fig. 140. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: nave lateral esquerda (vista desde a entrada). Foto SAV-CAR-UFES.

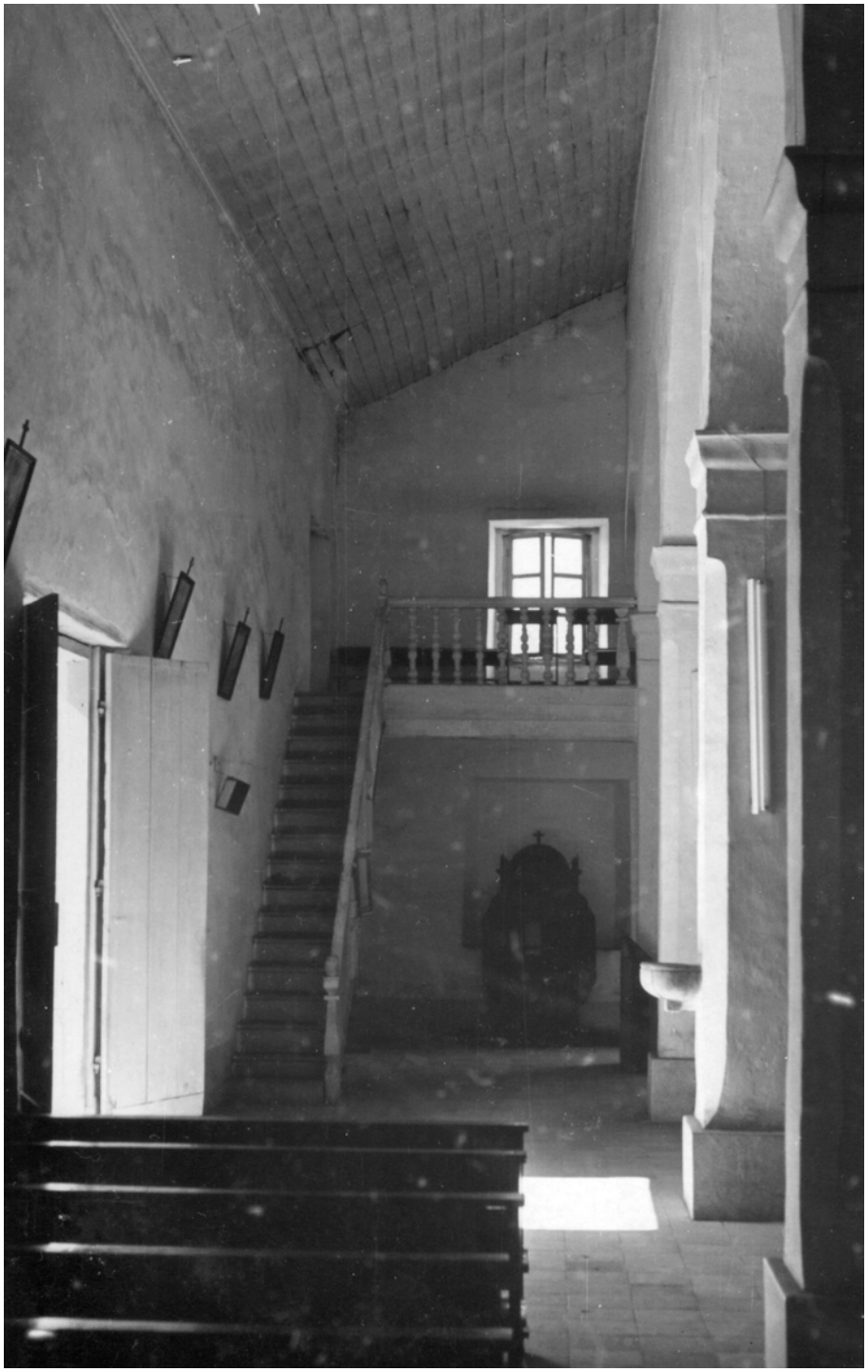


Fig. 141. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: nave lateral esquerda (vista desde o altar). Foto SAV-CAR-UFES.

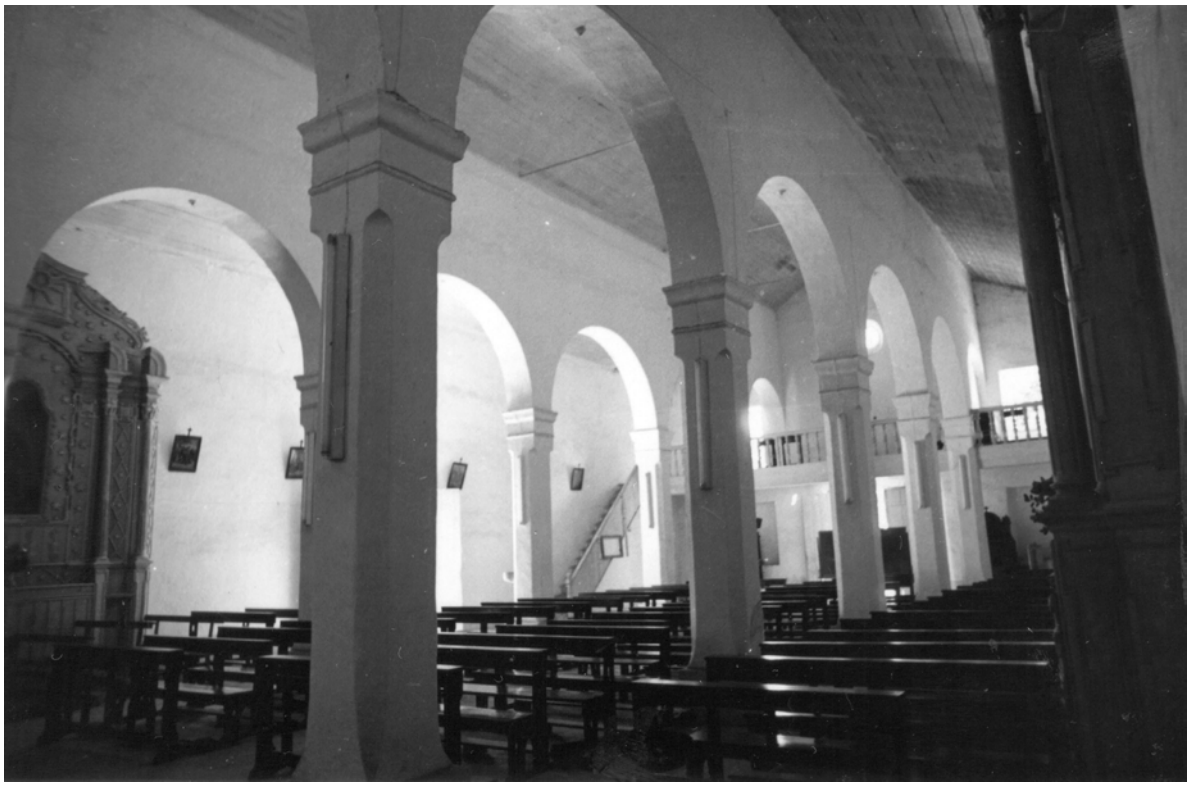


Fig. 142. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde á capela-mor, lado esquerdo). Foto do autor.

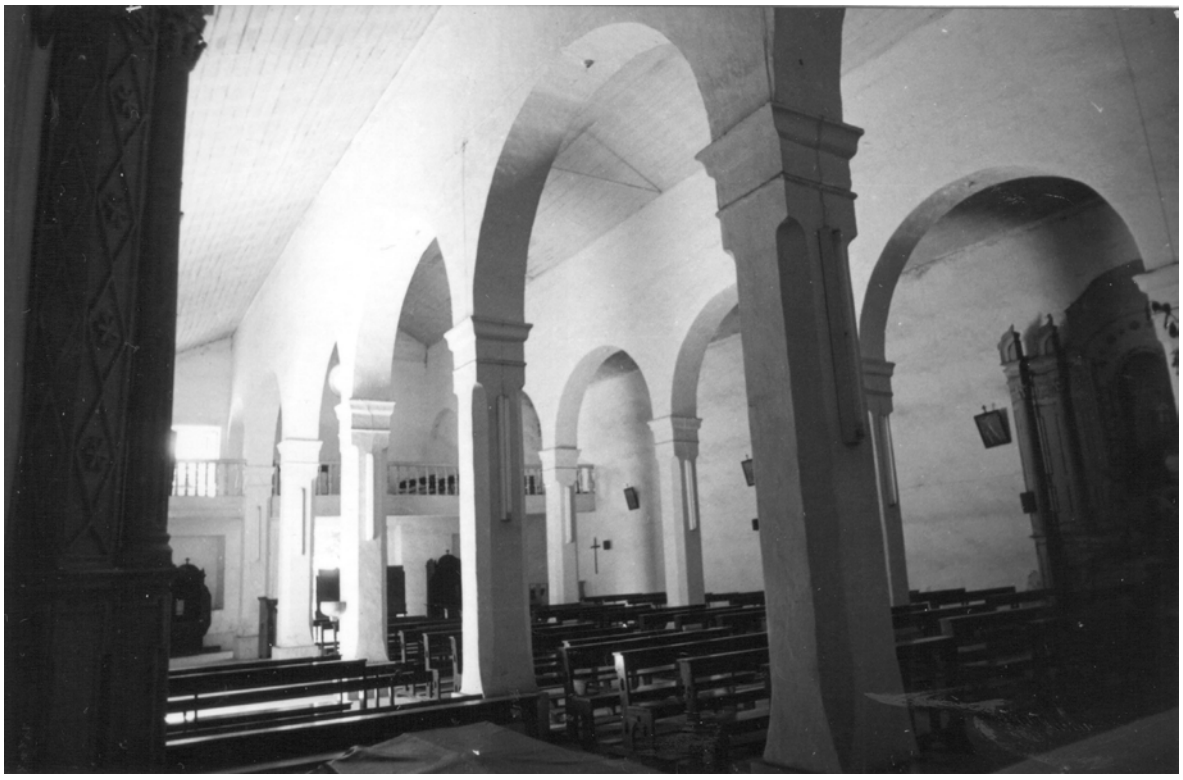


Fig. 143 Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde a capela-mor, lado direito). Foto do autor.



Fig. 144. Residência de Nossa Senhora da Assunção: partes leste e sul da residência, vistas desde o corredor por baixo do avarandado da cela dita de Anchieta. Claustro. Foto do autor.



Fig. 146. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: claustro. Detalhe do canto direito interno, abrangendo os dois trechos da residência (sul e oeste) que desabaram no século passado. Foto SAV-CAR-UFES



Fig. 145 Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: claustro. Detalhe da união da igreja com a residência. A janela ao fundo fica onde estaria a união de dois trechos do corredor avarandado que deveria circundar primitivamente o claustro. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 147 Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista geral em 1944, antes das primeiras obras da SPHAN). Ë curioso observar quatro janelas na parte térrea da residência e uma porta na extremidade oposta à igreja. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 148. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada leste (principal). É interessante observar que, no térreo da residência, só encontramos duas janelas, e a porta está encostada à fachada da igreja. A SPHAN, ao restaurar, reconstituiu as janelas da foto reproduzida na fig. 89A. Foto do autor.



Fig. 149. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção (vista geral em 1910). Observa-se que as janelas do térreo são muito pequenas em relação às do pavimento superior e às que aparecem nas figs. 88A e 88B. É curioso notar que a porta possuía nitidamente portal, hoje inexistente. Não existia a escadaria de acesso. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 150. Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: vista do rio Benevente desde a 'cerca', vendo-se em primeiro plano, à direita, a parede sem reboco mencionada na legenda da fig. 95A. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 151. Residência de Nossa Senhora da Assunção: fachada leste (principal). Detalhe. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 152 Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada leste, estado atual. As janelas inferiores da residência são menores que as superiores, mas são maiores que as da foto de 1910. A porta da residência não tem o portal, e aparece a escadaria de acesso. Foto do autor.



Fig. 153 Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: Vista geral. Foto SAV-CA R-UFES.



Fig. 154 Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção: fachada leste (principal). Detalhe. Foto SAV-CAR-UFES.



Figs. 155. Igreja-Residência de Nossa Senhora da Assunção: poço. Fotos do autor.



Fig. 157. Igreja-Residência de Nossa Senhora da Assunção: poço. Fotos do autor

Residência dos Reis Magos, na aldeia dos Reis Magos, em Nova Almeida, município da Serra

A residência dos Reis Magos, com igreja anexa, situava-se na aldeia do mesmo nome, na atual Nova Almeida. Há muito pouco para se acrescentar ao estudo desse monumento, uma vez que ele se apresenta hoje, salvo raras modificações, como os jesuítas deixaram em 1759.

Do mesmo modo que assumiu um papel importante como centro regional que esses religiosos possuíam ao norte da vila da Vitória, assim que foi fundada é, também hoje, o único monumento importante da região já que Nova Almeida, não sendo mais sede do município, além das praias, nada mais possui de interessante.

Localização

Planejando sair de Aldeia Velha para Reis Magos, os jesuítas tiveram ocasião de escolher o local que melhor lhes agradasse e, com vagar, fazer o prédio na melhor situação, como era seu costume. Assim sendo, a residência se localiza em uma elevação, a mais alta e de melhor posição estratégica na região, uma vez que a parte norte do edifício, que corresponde à sua parte dos fundos, está junto a um barranco íngreme, que, por sua vez, se situa à margem sul (direita) da foz do rio Reis Magos (figs. 157, 158 e 159); sua fachada principal, face sul do edifício, está voltada para uma grande praça (fig. 161) em forma de quadrilátero, que Saint-Hilaire disse ter aproximadamente 140 por 260 pés (aproximadamente 46,20m x 85,80m).[451] A planta de localização (fig. 5) mostra que a praça não é tão regular, apresentando as medidas de 184,43m x 84,70m x 206,15m x 91,15m, sendo que esta última medida faceia a fachada da igreja, enquanto as outras faceiam os alinhamentos das casas.

Das janelas do cômodo da residência, situado no pavimento superior, no encontro do lado norte com o lado leste, tem-se uma vista dominante da foz do rio, em seu desaguamento no mar (fig. 53). Também da torre se tem essa vista (fig. 163). Essa posição privilegiada do edifício — e dominante da região onde se insere — era, como vimos, uma característica das construções jesuíticas.

451 Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo, p..65; Leite, H.C.J.B., VI, p. 161.

O edifício após a expulsão

É difícil precisar a data exata em que o edifício começou a ser utilizado após a expulsão dos jesuítas, em 1759. A igreja parece ter sido utilizada de imediato, pois em 1760 o visitador geral, reverendo Pedro da Costa Ribeiro, autorizou, em janeiro, que o vigário Pe. José Correia de Azevedo fizesse os apontamentos nos mesmos livros que os jesuítas haviam utilizado.[452] Em 1769, o dr. José Ribeiro Guimarães de Ataide, fazendo correição, constatou a necessidade de consertos na igreja e determinou que se fizesse como sugeria o vigário.[453]

A utilização da residência deve datar da mesma época da igreja, no que se refere à habitação do vigário. Mas, como sede da Câmara e Cadeia e como aposentadoria do juiz, é difícil precisar. Parece que em 1786 já era utilizada, pois o ouvidor Barros Freire mandou que nela se fizessem consertos por conta "dos bens do Conselho".[454]

O Espírito Santo, no entanto, era pobre. Assim como a residência de Reritiba se perdeu por haver caído e não ter a província recursos para recuperar o edifício, como não os tivera para mantê-lo de pé, o mesmo aconteceu com Reis Magos. Só que em Nova Almeida o local era menor, a população pequena e a região ainda mais pobre, não havendo grandes preocupações em utilizar o prédio, a não ser para o estritamente necessário. Assim, embora já estivesse sendo utilizada a parte da frente da residência, os 'quartos' leste e norte desabaram logo, pois, em 1808, quando passou por ali o desembargador Luíz Tomás de Navarro, já estava o conjunto em ruínas.[455]

Alguns anos mais tarde, o príncipe Maximiliano, ao passar por ali, achou o lugar morto, pobre e desprovido de população, e acrescentou,

452 Daemon, Província, p. 168; César Marques, Dicionário, p. 7; José Maria Mercier, Relatório ou notícia histórica da vila de Nova Almeida da província do Espírito Santo (José Maria .Mercièr, Relatório); Vitória, 1862, .p.:6.
453 José Maria Mercier, 'Relatório; pp. 35-36.
454 José Marcelino, Ensaio, p. 188; .Daemon, Província, p. 191; Arquivo Público Nacional, Seção de Documentação Histórica, cód. 807, livro 19, folhas 172 a. 200v.; José Maria Mercier, "Relatório oú notícia histórica da villa de Nova Almei-da na província do Espírito Santo", folha 25v.- (o texto desta. folha do manuscrito não saiu na-publicação citada:. ná nota 109).
455 "Itinerario da viagem que fez por terra, da Bahia ao: Rio de Janeiro, por ordem do príncipe regente, em 1808, -o desembargador Luís Tomás de 'Navarro", Revista-do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 292 vols., Rio-de Janeiro, '1839-1959, Vil, 28 (janeiro de 1846), p; 453.

referindo-se à igreja dos jesuítas, "que a capela dêles, dos Reis Magos, foi muito bonita".[456] "Foi..." Parece curioso que, vendo a igreja como os jesuítas a haviam abandonado, a ela se referisse como se aquilo que via estivesse em ruínas e desfigurado. No entanto, a igreja estava perfeita e ainda em uso. A verdade é que tudo o que estava submetido à conservação e à manutenção do governo da província apresentava um aspecto de abandono e de relaxamento e, para quem soubesse disso, a expressão do príncipe de Wied-Newied não representava surpresa.

Mas dos viajantes que por aí passaram é de Saint-Hilaire que se tem uma informação mais interessantes, por ser única: "Entre as casas que se vêem de distância a distância há altares destinados às estações da Semana Santa, cada um colocado em pequeno nicho, uma espécie de caixinha alongada".[457] Esses 'passos' deveriam servir para a instrução dos índios nas passagens evangélicas da 'paixão' do Cristo. Mas esse método e os 'passos', no Espírito Santo, são um caso único e digno de nota.

Saint-Hilaire observou também que a vila dos índios se achava em "condições da mais desoladora decadência" e acrescenta que, na época — 1818 —, o 'convento' caía em ruínas.[458] Mas, cinco anos antes, o ouvidor havia mandado fazer consertos no prédio, exatamente na Casa da Câmara.[459] Em 1820 e 1821, novos consertos foram feitos na mesma casa.[460]

A vila decaía de pobreza a olhos vistos e a província, pobre de um modo geral, não tinha meios de manter o edifício em pé.[461] Além do mais, os prisioneiros, mantidos na parte do edifício destinada à cadeia, de vez em quando aprontavam uma peça para a Câmara. Em 1840 um deles pôs fogo no prédio e teria queimado a Cadeia e a Câmara " q foi por Deos nada disso acontecer".[462] Outro arrombou uma parede da cadeia e um terceiro, louco, conse-

456 Maximiliano, Viagem ao Brasil, p. 149.
457 Saint-Hilaire, Viagem ao Espírito Santo, p. 65.
458 Id., ibid., p. 69.
459 José Maria Mercier, Relatório, pp. 13 e 30-31.
460 Id., ibid., p. 13.
461 Id., ibid., pp. 18-20.
462 A.P.E.S., Série Histórica, livro 212: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província dr. João Lopes da Silva Costa em 11/8/1840.

guiu fugir e entrar na sala da Câmara, tentando aí destruir documentos e chegando mesmo a acabar com inúmeros e importantes deles.[463]

Em setembro de 1843 não havia sacerdote na igreja e esta ameaçava ruína.[464] Uma verba havia sido dada ao sacerdote — 400$000 — para conserto, mas ele morrera e a verba fora devolvida.[465] Em 1846 eram precisos quatro mil réis para o conserto só da cadeia e, em 1848, a igreja estava a arruinar-se, pois desde 1839 ou 1840 não era consertada.[466] O estado de ruínas do resto da residência era tal que nem se cogitava de pedir reparos para ela: só se pediam consertos para os cômodos utilizados.[467]

Em maio de 1850 fez-se o conserto do telhado da igreja, substituindo-se a madeira velha e consertando-se a calha entre a torre e a igreja, mas o dinheiro não era suficiente para se consertar o corredor 167 e 166), que ameaçava total ruína, necessitando-se para tanto de 400$000.[468] Em novembro, o corredor desmoronou e, em março de 1851, a verba havia acabado: não se havia feito o corredor, e o padre solicitou a liberação de 200$000, consignada na lei do orçamento.[469]

Em janeiro de 1852, a Câmara enviou ao presidente da província um orçamento assinado por Manuel Rodrigues de Jesus e Felício Gonçalves Loureiro, que pediram 2:700$000 para os reparos do 'convento' e 600$000 para a igreja.[470] Dois anos depois, o conserto do 'convento' custaria, se feito, 3:000$000; o do corredor que conduzia ao púlpito, torre e coro foi orçado em 500$000; e do 'poço dos padres' (fig. 168) em 50$000.[471]

---

463 Id., livro 56: ofício do chefe de polícia José Inácio Aciáli de Vasconcelos ao vice-presidente da província coronel José Francisco d'Andrade e Almeida Monjardim em 20/10/1846; José Maria Mercier, Relatório, p. III
464 Id., livro 212: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 9/9/1843 e 18/2/1844.
465 Id., livro 211: oficio do vigário frei Gustavo de S. Cecília Sousa ao presidente da província em 4/3/1845.
466 Id., livro 56: ofício do chefe de polícia José Inácio Acióli de Vasconcelos ao presidente da província Luís Pedreira do Couto Ferraz em 12/11/1846; livro 211: ofício do vigário frei Gustavo de S. Cecília Sousa ao presidente da província Luís Pedreira do .Couto Ferraz em 9/1/1848.
467 Id., livro 212: ofício da Câmara de Nova Almeida ao vice-presidente da província José Francisco de Andrade Almeida Monjardim em 3/2/1849.
468 Id. livro 211: ofícios do vigário frei Gustavo de S. Cecília Sousa ao presidente da província Filipe José Pereira Leal em 10/10/1849 e 12/5/1850.
469 Id.: ofício do vigário frei Gustavo de S. Cecília Sousa ao presidente da província Filipe José Pereira Leal em 11/11/1850 e 20/3/1851.
470 Id., livro 212: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 13/1/1852.
471 Id.: oficio da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 29/3/1854.

Em setembro de 1854, o padre vigário pede 600$000 para reparar a igreja e, em janeiro seguinte, a Câmara envia seu secretário para receber, em Vitória, a quantia de 1:000$000, votada para o conserto do 'colégio'. Embora o conto de réis não tenha ido, perdendo o secretário a viagem, abriram-se os editais públicos para fornecimento de madeira para os reparos do 'colégio' a serem pagos com aquele conto de réis. Como não era muito acreditada a província, só um indivíduo fez a proposta para o respectivo fornecimento. Quatro meses depois, na hora de fechar o negócio, apareceu um outro que se ofereceu a fazer por menos e o negócio foi fechado com ele, mas como não existia cal, por estar seu fabricante doente, não se fazia nada na obra.[472]

Um ofício do vigário, pe. João Pinto Pestana, ao presidente Sebastião Machado Nunes, datado de 6 e abril de 1855, entre outras coisas que pede, fala em se "fazer uma janella, e por todas novas para o coro".[473] A informação faz supor a abertura de uma janela no coro, que, se feita, seria evidentemente a da fachada lateral (fig. 169), se já não existisse. E 'faz supor' porque diz apenas "fazer uma janella", acrescentando depois: "e por todas novas". Se fosse apenas colocar janelas novas nos vãos, como insinua o final da frase, não precisaria especificar, no início: "fazer uma janella".

O conserto do 'colégio' — previsto, como acima dissemos, para ser feito com o conto de réis — referia-se apenas à parte da Câmara e Cadeia, cômodos que estavam sendo utilizados e que já estava prontos em novembro, só que, para o resto do edifício, sem a igreja, a obra deveria gastar mais dois contos de réis.[474]

Em março de 1857, o corredor que havia caído em 1851 continua em ruínas e o padre, ao pedir o conserto, comunica que "mãos sacrílegas" destruíram a machado a parte do retábulo (figs. 170, 171, 172 - 175 e 176 - 181) da capela-mor à procura de tesouros dos jesuítas.[475] Nessa mesma época, fica

472 Id., livro 211: oficio do vigário João Pinto Pestana ao presidente da província Sebastião Machado Nunes em 5/9/1854; livro 212: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 13/1/1855, 19/2/1855 e 16/6/1855.
473 Id., livro 212: ofício do Pe. João Pinto Pestana ao presidente da província Sebastião Machado Nunes em 6/4/1855.
474 Id.: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao vice-presidente da província Barão de Itapemirim em 6/10/1855, 14/11/1855, 11/12/1855 e 8/1/1856.
475 Id., livro 211: ofício do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província dr. José Maurício Fernandes

pronto o conserto empreendido na Casa da Câmara, faltando acabar pouca coisa em virtude de a verba ter acabado.[476]

A 19 de março de 1859, o vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro relata ao presidente da província os consertos que fez e diz que recebeu um conto de réis para o trabalho:

> ...tratei do assoalho da Capella mor, e do que faltava no corpo da Igreja e torre; reparei o telhado, barrotamento e assoalho do corredor da Sacristia; mandei fazer as escadas necessarias; feixar o lugar que pela portaria dá entrada para os claustros da Igreja, a fim de evitar a continuação dos actos indecentes e immoraes que nelles se praticavão; e estou tratando do reparo de parte do forro da Capella mor, afim de poder mandar tomar as goteiras que no telhado tem aberto, caso para isto chegue a restante quantia que ainda existe em meu poder e então prestar as competentes contas...[477]

As "escadas necessárias" eram as de acesso ao púlpito e ao coro, pois o corredor continuava caído.

Em julho, esses trabalhos estavam concluídos, mas em novembro as chuvas criaram novos problemas.[478]

Em 1860, o então imperador do Brasil, Dom Pedro II, passa por Nova Almeida e dorme na residência na noite 1 de fevereiro, anotando no seu caderninho:

> O Convento de sobrado tem a frente para a praça quadrangular havendo na extremidade oposta uma pequena casa de sobrado; a única que vi até agora, sendo bastantes cobertas de palha, e o lado esquerdo, para o mar e Barra do rio; a parte dêste lado para o fundo, e os outros dois lados estão em ruínas, consertando-se a parte que serve de Casa da Camara com 1 dos 2 contos que deu o Govêrno Geral, tendo o outro caído em exercício findo. [479]

E deve ter "caído em exercício findo" por conveniência do Governo Geral.

Em Janeiro de 1861, a Câmara oficia ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, conselheiro João de Almeida Pereira Fi-

---

Pereira de Barros em 9/1/1857.
476 Id., livro 212: oficias da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província José Maurício Pereira de Barros em 19/12/1856 ao vice-presidente da província em 26/3/1857, ao presidente da província Olímpio Carneiro Viriato Catão em 23/1/1858 e ao presidente da província José Francisco de Andrade Almeida Monjardim em 15/8/1858.
477 Id., livro 211: ofício do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província em 19/3/1859.
478 Id.: ofícios do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente. da província em 18/7/1859 e ao presidente da província Pedro Leão Veloso em 14/11/1859.
479 Levi Rocha, Viagem de Pedro II, p. 94.

lho, dizendo do estado ruinoso do "convento" e informando que, com dois contos de réis, se concluiriam os concertos iniciados em 1855, acrescentando que isso era também desejo do imperador.[480] O ofício não foi atendido.

Em agosto de 1861, o engenheiro Eugênio de la Martinière foi a Nova Almeida para fazer o orçamento das obras: o conserto da igreja ficaria em 400$000, o do corredor que caíra, em 250$000; a Casa da Câmara, em 2:850$000 réis.[481] Era demais para uma província que pagara alguns anos antes 1:000$000 de uma outra verba de 2:000$000 e deixara cair em exercício findo a outra parte. Parece que ninguém tomou conhecimento do orçamento.

O vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro, em março do ano seguinte, informa a necessidade de uma série de reparos na igreja e, em dezembro, acusa a queda de um raio sobre a igreja, causando estragos na torre, em uma das janelas do coro e sobre a portada principal, sugerindo em janeiro de 1863 que esses reparos se fariam com 100$000 antes que se deteriorassem ainda mais. [482]

Talvez por receio de que o estado da igreja fosse muito grave e pudesse piorar, e porque a importância era irrisória, o presidente autorizou a quantia pedida, que, em setembro de 1863, ainda não havia sido entregue ao vigário.[483]

Em maio do ano seguinte, o vigário ainda não acusara o recebimento dos 100$000, mas a Câmara já havia recebido 1:300$000, sendo 500$000 doação do imperador para o concerto da fonte chamada de "poço dos padres" (fig 168); 500$000 para melhoramentos do município; e 300$000 para o cemitério, a fim de evitar que se enterrassem os mortos no "claustro do Convento". [484]

480 A.P.E.S., Série Histórica, livro 213: ofício da. Câmara de Nova Almeida ao Conselheiro João de Almeida Pereira Filho em 11/1/1861.
481 Id., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 25G: ofício do engenheiro da província Eugênio de la Martinière ao presidente da província José Fernandes da Costa. Pereira Júnior em 28/8/1861.
482 Id., Série Histórica, livro 211: ofícios do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 5/4/1863, 24/12/1862 e 15/1/1863.
483 Id., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 139G: "Despesas autorizadas por ordem da Ex.ma Presidência, e despacho do inspetor, ainda não cumpridas, abaixo relacionadas"; Série Histórica, livro 211.: ofício do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província em 11/9/1863.
484 Id., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 139G: "Despesas autorizadas por ordem da Ex.ma Presidência, e despa-

A 15 de março de 1866, a Câmara de Nova Almeida comunica ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, que as obras da "igreja matriz" estavam finalmente prontas e o vigário, 11 dias depois, escreve que, na matriz, precisava de

> concertar o forro da Capella-mor, retelhar todo o telhado da Igreja, que tem aberto muitas goteiras,, já por terem quebrado algumas telhas e já por terem outras corrido, concertar a grade do côro, e alvejar as paredes internamente; e bem assim cobrir-se o corredor que fica entre a Sacristia e a torre, a fim de evitar que, por expostas ao tempo, se estejão arruinando as escadas do côro e púlpito, as quais apesar de serem construídas em meio parochato, já se achão em máo estado...[485]

Dois meses depois, a câmara explicaria que os concertos realizados na matriz diziam respeito aos estragos causados pelo raio que se abatera sobre a igreja em dezembro de 1862.[486] Isso significa que os 100$000 haviam sido entregues.

O estado lastimoso da igreja, citado acima pelo vigário, é confirmado pela Câmara, que orçou as obras, em maio de 1867, em 1:200$000; e, embora o padre tenha pedido em janeiro pelo menos 100$000 para tirar as goteiras do telhado da nave e da capela-mor, pois estavam destruindo o piso da nave e o forro da capela, orça a obra, quatro meses depois, nesse mesmo ano, em 200$000 menos no que a Câmara, e sugere que retoque o "retabolo do altar mor, substituindo-se algumas pessas que faltão..."[487] Este retábulo (figs 183, 170 e 171) havia sido cortado a machado dez anos antes por "mãos sacrílegas", sem que se saiba como alguém pudesse ter invadido a igreja com um machado para fazê-lo, morando o vigário no próprio edifício e tendo na frente a Casa da Câmara e um quartel de polícia.

Enquanto o tempo destruía o que os jesuítas haviam construído para "durar enquanto o mundo durasse", os responsáveis pelo governo da província,

---

cho do inspetor, ainda não cumpridas, abaixo relacionadas"; Série Histórica, livro 211.: ofício do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província em 11/9/1863.

485 Id., livro 213: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 5/3/1866; livro 211: ofício do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província Alexan-dre Rodrigues da Silva Chaves em 16/3/1866.

486 Id.: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Ale-xandre Rodrigues da Silva Chaves em 2/5/1866.

487 Id.: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Carlos Cerqueira Pinto em 6/5/1867; livro 211: ofícios do vigário Manuel Antônio dos Santos Ribeiro ao presidente da província em 29/1/1867, 7/5/1867 e 16/11/1867.

que não se interessaram em salvar o edifício ou, pelo menos, em mantê-lo de pé, passaram a interessar-se, como ainda hoje, pelas imagens e alfaias da Igreja dos Reis Magos. Mercier se revoltou em 1858, fazendo veementemente apelo à câmara para exigir de volta as alfaias de prata da igreja que haviam sido levadas mais de 20 anos antes pelo vice-presidente da província em exercício, o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, sendo sua proposta rejeitada. [488] Em 1871 foi a vez do presidente da província Francisco Ferreira da Correia, que também se apossou da "imagem do crucificado", dizendo que ia mandar encarná-la, e de um "calvário de prata" para limpar, comunicando ao padre vigário Demétrio João Vieira Falcon que as transferia para a "Capela Nacional" (Igreja de São Tiago do Colégio dos Jesuítas), confiscadas por haverem pertencido aos jesuítas.[489] E estes são só os casos documentados de que chegamos a tomar conhecimento!

Em 1873, a igreja ainda está no mesmo estado em que estava em 1866, como foi descrito acima, e, apesar do orçamento de 1867 - de um conto de réis -, só oitocentos mil réis haviam sido aprovados, e a Câmara estava com a metade da quantia deste ano anterior sem fazer os reparos necessários; no entanto, no ano seguinte, queria que o presidente da província autorizasse o padre a gastar na obra 2000$000 que havia recebido do testamento do padre anterior, Manuel Antônio dos Santos Ribeiro, que havia falecido.[490]

Em fevereiro de 1876, a matriz ameaçava ruir e a Câmara enumera os reparos necessários que, em agosto, continuam a ser os mesmos, apesar de a presidência estar autorizada a gastar o que fosse preciso nessa reforma.[491]

Em novembro de 1876, a Câmara faz uma comunicação incrível ao presidente da província: pessoas desconhecidas haviam feito escavações à caça do

488 José Maria Mercier, Relatório, pp. 33-34.
489 A.P.E.S., Série Histórica, livro 211: ofício do vigário Demétrio João Vieira Falcão ao preSidente da província Francisco Ferreira Correia em 17/9/1871.
490 Id.: ofícios do vigário Demétrio João Vieira Falcão ao presidente da província Francisco Ferreira Correia em 10/4/1872, ao presidente Antônio Gabriel de Paula Fonseca em 18/7/1872 e ao presidente João Tomé da Silva em 1/8/1873; livro 213: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente Luís Eugênio Horta Barbosa em 10/1/1874.
491 Id., livro 213: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Manuel José de Meneses Prado em 1/2/1876 e 5/8/1876; ofício do inspe-tor Cesário Dias da Silva Júnior ao presidente Manuel José de Meneses Prado em 17/2/1876.

tesouro dos jesuítas no quartel da polícia, que funcionava por baixo da Câmara, junto às janelas da sacristia e no pátio, e, além disso, um barrote e uns "cachorros" de madeira, preparados para os reparos do telhado da igreja, haviam sido queimados por um guarda.[492] A residência dos Reis Magos estava, realmente, "bem protegida" com essa espécie de guardas.

Em janeiro de 1877, a Câmara encaminha um relatório que uma comissão havia feito sobre a igreja, pedindo a verba de três contos de réis, pois a igreja já ameaçava ruína completa. Esse ofício é reiterado em abril, pois nenhuma providência havia sido tomada.[493] Mas em junho o vigário João Casella apresenta um orçamento de 3:500$000 e, mais expedito, acrescenta uma relação de doação de 530$000.[494] Em fins do mesmo mês, a câmara, em relatório enviado ao presidente da província, apresenta um orçamento de seis contos de réis para os concertos do "Collegio dos extinctos Jesuítas".[495] Isso significa que, com dez contos de réis - uma pequena fortuna para a província do Espírito Santo - todo o edifício ficaria perfeito.

Em janeiro de 1878, a Câmara estava autorizada a retirar 500$000 na Agência de Rendas para as obras da igreja e cemitério; o vigário achava que a retirada seria de 1:000$000,mas que, em março, a autorização havia sido suspensa.[496] Em setembro parece que o conto de réis tinha sido liberado, pois vão começar a obra que, segundo o vigário, precisava de mais de 2:000$000 para ser concluída, enquanto a Câmara supõe que o total ficaria em 4:000$000, confirmando o início dos trabalhos um ano depois, em fevereiro de 1879.[497]

492 Id.: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Manuel José de Meneses Prado em 11/11/1876.
493 Id.: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 10/1/1877 (que encaminha o relatório da comissão citada no texto) e ao presidénte Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama em 17/4/1877; ofício da primeira seção da secretaria do governo, do 2° oficial Sebastião Pinto Homem ao secretário do governo em 27/4/1877.
494 Id., livro 211: ofício do vigário João Casella ao presidente da província Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama em junho de 1877 (não consta o dia); livro 211: ofício do chefe da segunda seção da secretaria do governo ao secretário do governo em 28/6/1877; manuscritos dos livros da Série Governo, livro 143G: ofício do inspetor do Tesouro Público Cesário Dias da Silva Júnior ao presidente Antônio Joaquim Miranda Nogueira da Gama em 7/7/1877.
495 Id., livro 213: oficio da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 28/6/1877.
496 Id.: ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Afonso Peixoto de Abreu Lima em 19/1/1878; livro 211: ofício do vigário João Casella ao vice-presidente da província Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida em 14/3/1878.
497 Id., livro 211: ofício do vigário João Casella ao presidente da província Manuel da Silva Mafra em 9/9/1878; livro 213: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 21/9/1878 e ao vice-presidente Alfeu Adelfo Mon-jardim de Andrade e Almeida em 28/2/1879.

Ao iniciar-se o ano de 1881, o conserto parece já ter acabado de há muito, pois a Câmara, a 25 de janeiro, solicita obras no "telhado e adejecencias, concernentes á mesma igreija e torre", que, em maio, cinco meses depois, foram orçadas em 640$200.[498]

Quatro anos mais tarde — 1885 — a igreja ameaça ruína e, apesar das reclamações da Câmara, só em junho do ano seguinte é que o inspetor-geral das Obras Públicas faz um orçamento de 1:095$600.[499]

O presidente da província foi tocado, e em novembro a obra está em andamento, precisando-se para ela de mais um conto de réis, sem contar "duzentos e tantos mil réis que ainda resta"; e, em janeiro do ano seguinte, a nave estava pronta, só faltando a "Sacristia e o corredor da escada do púlpito, e alguns consertos no assoalho do côro", em cuja obra se deveria gastar 1 conto de réis, mas que o vigário e o presidente da Câmara haviam doado o primeiro 20$000 e o segundo 100$000.[500]

Em fevereiro de 1888, o inspetor das Obras Públicas faz um orçamento de 350$000 para os reparos da cadeia que funcionava no prédio e, em julho, a Câmara solicita ao presidente Antônio Leite Ribeiro de Almeida que se faça o conserto da

> antiga casa do Colegio dos Jesuítas, hoje Igreija, afim de aproveitando a Sacristia que está a desmoronar-se construir-se 2 salões ''para as escolas conforme o projecto de lei do Sr. Deputado Joaquim Vicente cujo projecto V. Ex. Cia sancionou.[501]

Em dezembro desse mesmo ano — 1888 — foi feito o, projeto para o funcionamento das duas salas de aula:

O curioso é que, apresentava dois orçamentos: um para conserto completo — no valor de 3:936$403 — outro para reparo parcial —no valor de 1:464$303 —, pois já sabia seu autor, que era pouco provável a possibilidade da execução da recuperação plena do edifício.

498 Id., livro 213: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província em 25/1/1881, e ao 'presidente Marcelino de Assis Tostes em 21/5/1881.
499 A.P.E.S., manuscritos dos livros da Série Governo, livro 31G: ofícios da Câmara de Nova Almeida ao presidente da província Antônio Joaquim Rodrigues em 28/11/1885, 19/4/1886 e 29/5/1886; ofícios do inspetor-geral das Obras Públicas Guilherme Grenhalgh ao presidente da província Antônio Joaquim Rodrigues em 14/6/1886 e 9/9/1886.
500 Id.: ofício da comissão encarregada das obras da igreja matriz ao presidente da província Antônio Joaquim Rodrigues em 4/11/1886; ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente Antônio Joaquim Rodrigues em 23/1/1887.
501 Id.: ofícios do inspetor das Obras Públicas Gabriel Emílio da Costa ao presidente da província Antônio Leite Ribeiro de Almeida em 11/2/1888 e 8/3/1888; ofício da Câmara de Nova Almeida ao presidente Antônio Leite Ribeiro de Almeida em 6/7/1888; ofício do chefe de polícia Getúlio A. de Carvalho Suzano ao presidente da província Henrique d'Ataíde Lobo Moscoso em 15/9/1888.

Em fevereiro do ano seguinte, o presidente da província recebia as bases do contrato da obra com Manuel Rodrigues Bermudes e, em maio, já se autorizava o pagamento da segunda prestação das obras que, em julho, estavam prontas.[502] E, em maio de 1898, faz-se um estudo para reformas "na parte do edifício onde funciona o Governo Municipal de Nova Almeida, occupada pela cadeia civil daquella Villa na importancia de Rs. 2:418$416", envolvendo o acerto de quatro cubículos, cozinha e corredor.[503] O estudo desses reparos foi feito com planta que, infelizmente, não encontramos. No ofício de encaminhamento, o diretor das Obras e Empreendimentos Gerais do estado do Espírito Santo levanta a hipótese, antes que o presidente do estado tome qualquer decisão, de que o edifício pertenceria a uma confraria religiosa.[504]

As dúvidas começaram a surgir por não levarem em conta que a residência dos jesuítas não era dedicada ao culto e, portanto, passou a ser próprio nacional, pertencendo. ao governo. Levantada a dúvida, o padre local resolveu exigir a sala onde a Câmara fazia suas reuniões.[505]

A Câmara não sabia que resposta dar, mas em julho de 1907 ainda lá estava, e recebia uma visita importante, a do sr. bispo diocesano — dom Fernando de Sousa Monteiro, já nosso conhecido do cap. II.— que pretendia criar no prédio um "collegio de officios e artes", sob a direção dos padres salesianos, devendo o então governo, municipal entregar o edifício com a igreja, completamente restaurado e em perfeito estado para funcionamento, com água encanada ou, pelo menos, próxima ao 'colégio', mantendo

502 Id.: ofício do inspetor do Tesouro Provincial Manuel Rodrigues Nascimento ao presidente da província Henrique .d'Ataíde Lobo Moscoso em 25/2/1889; ofícios do ajudante Jônatas Paço servindo de diretor da Inspetoria Geral das Obras Públicas ao presidente Henrique d'Atáide Lobo Moscoso em 9/3/1889 e 28/5/1889 e ao vice-presidente Alfeu A. Monjardim d'A. e ,Almeida em 15/7/1889; livro 150G: ofício do ajudante Jônatas Paço servindo de diretor da Inspetoria das Obras Públicas ao presidente da província Henrique d'Ataíde Lobo Moscoso em 28/5/1889; ofício do inspetor do Tesouro Provincial do Espírito Santo Domingos Vicente Gonçalves de Sousa ao presidente Henrique d'Ataíde Lobo Moscoso em 31/5/1889; ofício do.inspetor do Tesouro Provincial Justiniano Martins d'Az.a Mei-reles ao presidente da província José Caetano Rodrigues Horta em 14/8/1889.
503 Id., livro 85G: ofício do diretor de Obras e Empreendimentos Gerais do estado do Espírito Santo José Vieira Machado da Cunha ao presidente do Estado José Marcelino Pessoa de Vasconcelos em 17/5/1898.
504 Ver a citação da nota 161.
505 A.P.E.S., Série Histórica, livro 213: ofício do presidente do governo municipal de Nova Almeida ao presidente do estado em 1/9/1899; ofício do Pe. irmão Augustin Martell ao presidente e membros do governo municipal em 28/8/1899.

a praça para recreio dos alunos, além da doação de todos os terrenos e bens do mesmo colégio.[506]

Realizar o que o bispo queria fora o sonho maior da Câmara havia mais de século; não o conseguiu por absoluta falta de recursos. A província era pobre e, transformada em estado com a República, não melhorara por isso. E Nova Almeida, como ainda hoje, era um município dos mais pobres.

Dom João Néri, passando por Nova Almeida em 1900, chegou a afirmar que ela não podia "offerecer os meios necessarios para ter seu vigario próprio. Está sempre annexa a uma das parochias visinhas, sendo actualmente encarregado de dirigil-a o Revdo. Viga-rio da Serra".[507]E num texto manuscrito que lhe é atribuído, disse que "Esta Villa hoje é morta e pouco valle. Para cumulo de seos males ainda a politicagem a devora !".[508]Proféticas palavras! Em 1921, por divergências políticas, sua própria Câmara Municipal mudou a sede para Fundão e a lei estadual n.º 5, de julho de 1933, fez de Nova Almeida município de Fundão, que, antes, era um distrito seu. E a 11 de novembro de 1938 passou, como distrito, a fazer parte do município da cidade da Serra.[509]

Sobre a fundação do colégio nunca mais se falou. Dependendo de vigários de outras paróquias vizinhas, começou a ser abandonada. A ruína quase total do monumento era inevitável. Sua recuperação se deu em 1944, quando a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (na época Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, até 1979, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) restaurou todo o edifício (figs. 184, 185, 164, 165, 170 e 171).

506 Id.: ofício do governo municipal de Nova Almeida ao presidente do estado em 6/7/1907.
507 Dom João Néri, Carta pastoral, "Apêndice II. Visitas pastorais", p. 50.
508 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, Visita pastoral em 1900 (texto manuscrito atribuído a dom João Néri, sem numeração de páginas), "Nova Almeida'?.
509 Enciclopédia dos municípios brasileiros, 36 vols., Rio de Janeiro, 1959, vol. XXI, p. 149.



Fig. 156. Residência de Reis Magos: claustro. Corredor da ala leste, pavimento superior (visto desde a janela que aparece na foto reproduzida na fig. 127B). A esquerda, sobre a parede, as portas das celas; ao fundo, a porta de acesso ao cômodo maior que serviu de Casa de Câmara no século passado. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 158A. Residência-Igreja de Reis Magos (vista desde a rodovia de acesso a Nova Almeida). Foto do autor.



Fig. 159. Residência-Igreja de Reis Magos (vista geral do mesmo ângulo da foto reproduzida na fig. 116A, com teleobjetiva). Foto do autor.



Fig. 160. Residência de Reis -Magos: fachada leste (oposta à igreja). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 158B. Residência-Igreja de Reis Magos (vista geral desde a ponte sobre o rio Reis Magos, que aparece nas figs. 128B e 130A). Foto do autor.



Fig. 161. Residência-Igreja de Reis Magos (vista geral com a praça). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 162. Residência de Reis Magos: claustro. Cômodo situado no encontro das alas leste e norte, pavimento superior. Da janela da direita (leste) vê-se o mar e da janela da esquerda (ala norte) o rio Reis Magos e a ponte de madeira da qual se tirou a foto reproduzida na fig. 115B. Foz do rio Reis Magos. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 163. Residência de Reis Magos: claustro (visto desde a torre). Ao fundo, a foz do rio Reis Magos. Vê-se a ponte citada na legenda da fig. 128B, feita de madeira, de onde se tirou a foto reproduzida na fig. 1 15B. Foto do autor.

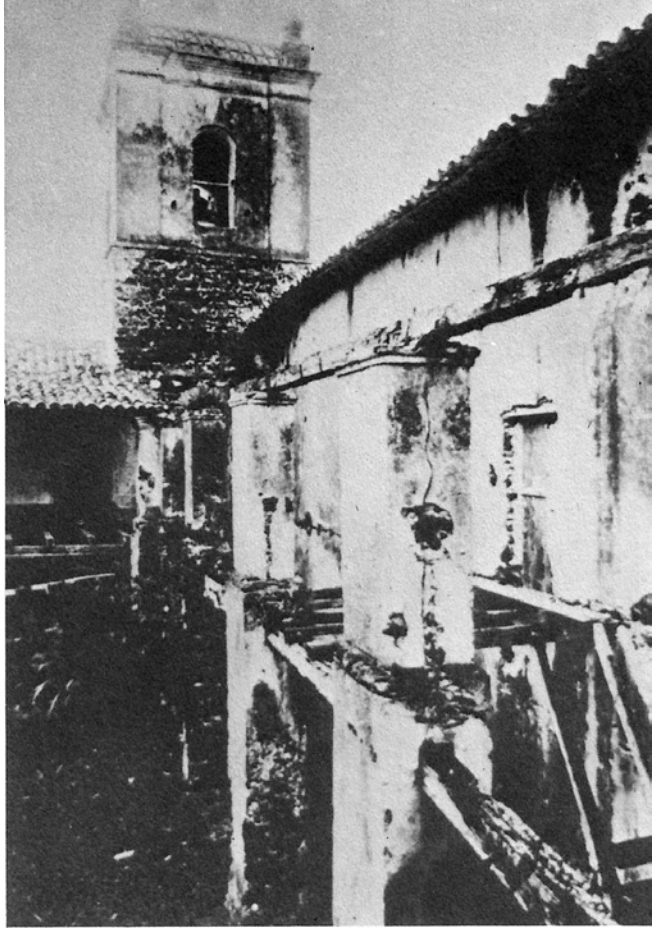


Fig. 164B Residência de Reis Magos: claustro. Corredor da ala oeste antes da restauração do IPHAN. Acervo IPHAN-ES



Fig. 164A. Residência de Reis Magos: claustro. Foto de fins do século passado ou princípios deste, na qual se vê o trecho do corredor que une a sacristia à torre e que acaba em uma escada de madeira que dá acesso ao púlpito. Ao fundo a ala norte da residência, com outra escada que deveria levar aos aposentos do vigário, que ficavam por cima da sacristia. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES.



Fig. 165 Residência-Igreja de Reis Magos: claustro. Corredor da ala oeste fotografado em 1982
Foto SAV-CAR-UFES



Fig. 166. Residência-Igreja de Reis Magos: claustro. Corredor da ala oeste. Pavimento superior. A direita, sobre a parede, a porta de acesso ao púlpito: ao fundo, a porta de acesso a torre e ao coro. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 167. Residência-Igreja de Reis Magos: claustro. Corredor da ala oeste. Em primeiro piano, a escada de madeira do século passado de acesso ao púlpito e a porta do mesmo. Ao fundo, as portas de acesso ao térreo e pavimento superior da torre, e vão para o sino. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 168. Igreja-Residência de Reis Magos: poço. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 169. Igreja de Reis Magos: fachada oeste. Registrada em 1982. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 170. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Estado antes da restauração empreendida pela SPHAN. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 171. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Estado atual. Foto de Augusto Carlos da Silva Teles, Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil (Rio de Janeiro, 1975), p. 123.



Figs. 172. Igreja de. Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes das colunas torsas do lado esquerdo do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 174. Igreja de. Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes das colunas torsas do lado esquerdo do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.



Figs. 173. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhe do sacrário com cabeça de felino na parte superior. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 175. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhe do sacrário com cabeça de felino na parte superior. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 176. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes das colunas torsas do lado esquerdo do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.

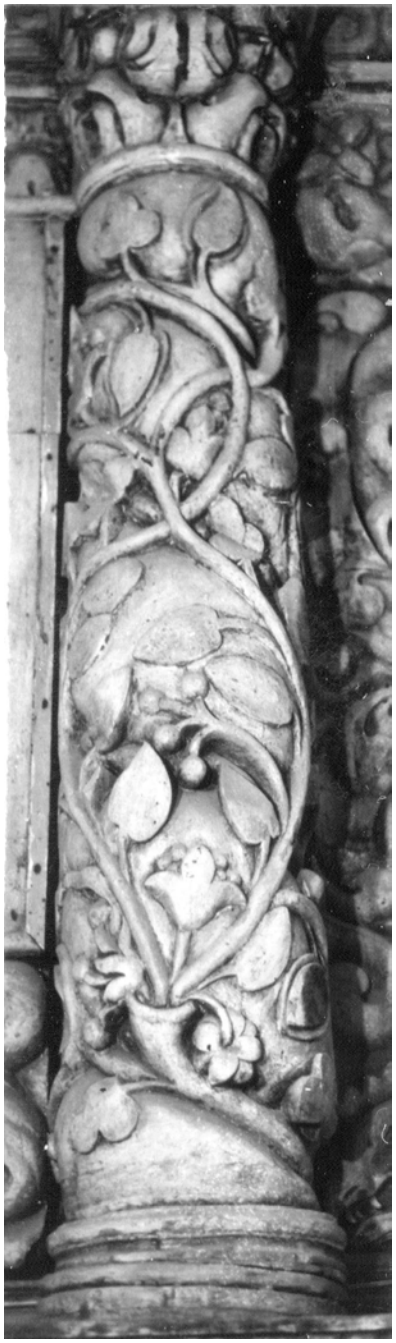
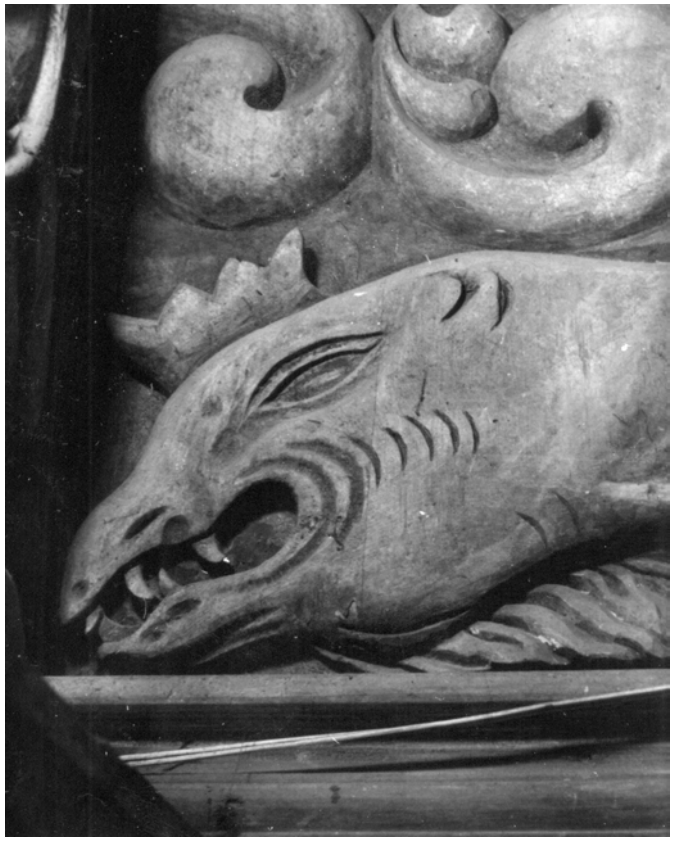


Fig. 177. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes das colunas torsas do lado esquerdo do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.



Figs. .178. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes do painel da 'cobra coroada' do lado direito do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.

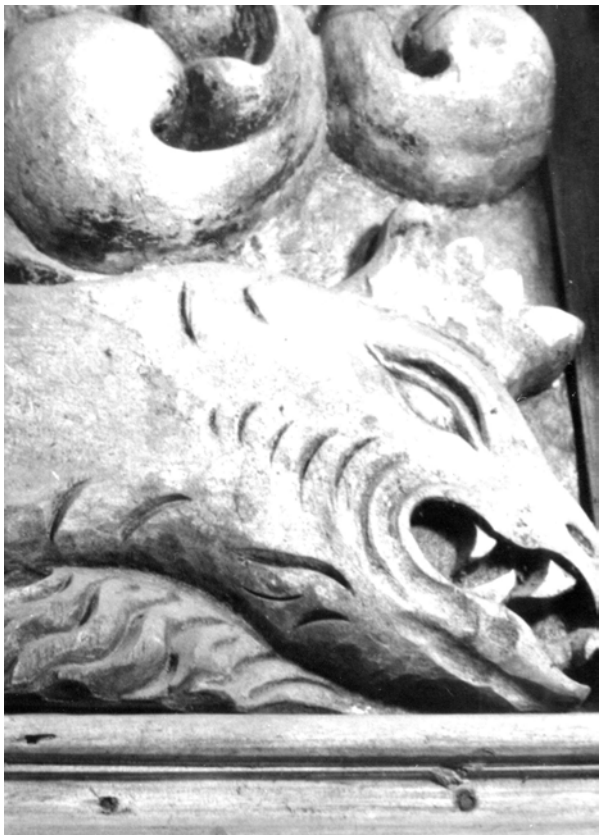


Fig. 179. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar. Detalhes do painel da 'cobra coroada' do lado direito do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.



Figs. 180. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar: detalhes do painel da 'cobra coroada' do lado esquerdo do retábulo.
Fotos SAV-CAR-UFES.



181. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar: detalhes do painel da 'cobra coroada' do lado esquerdo do retábulo. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 182. Igreja-Residência de Reis Magos: poço. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 183. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Ao fundo, o retábulo do altar. Foto SAV-CAR-UFES.

Estado atual

As plantas e cortes (figs. 23, 27, 157, 158 e 197) mostram não só o estado atual do edifício mas também o aspecto arruinado que apresentava em 1944, quando da restauração levada a efeito pela SPHAN. Hoje, a Igreja de Reis Magos, com a residência, é o mais bem conservado dos conjuntos jesuíticos no Espírito Santo e, também, o exemplo mais representativo das construções em quadra que os jesuítas fizeram no estado. Apesar de pequena e pobre, apresenta uma simplicidade que encanta pela proporcionalidade.

A peça mais rica é o retábulo do altar, de madeira entalhada com certa ingenuidade (figs. 170, 171, 172 - 175, 176 - 179 e 187 - 191), sem erudição no talhe, mas com algum conhecimento no projeto do conjunto. Os elementos representados — caras de felinos (figs. 173 e 175), cobras coroadas (figs. 187 - 191) — e certa `rusticidade' no trabalho da talha, faz supor mão-de-obra indígena em sua execução. Coroa o conjunto do altar, no seu eixo de simetria, o belíssimo quadro dos Reis Magos (figs. 170 e 171), pintado sobre madeira e colocado no centro.

Dominando o rio, Reis Magos e o mar pelo lado norte (fig. 163) a residência com a igreja tem sua fachada voltada para o sul, sobre uma praça (figs. 161 e 198), cercada de pequenas casas que, até bem pouco tempo, eram de taipa de mão e cobertas de palha.

A igreja, além da portada principal (fig. 197), das três janelas (fig. 53), da portada lateral (fig. 52) e da porta do coro (figs. 63 e 55), em pedra de lioz, tem também duas pias de lioz presas, uma ao lado direito da porta lateral, na parede (fig. 191), e outra ao lado esquerdo da porta principal, também na parede (fig. 194 - 196), enquanto à direita está uma outra pia, de pé (figs. 192 e 193), também em lioz. Junto à porta da sacristia, lado direito, pelo lado de fora, está outra pia (figs. 199 e 200), só que bem pequena, enquanto no interior, também em lioz, uma pia com água corrente (figs. 201 e 202), dotada de 'caixa para água'. Nota-se, portanto, que, de todos os edifícios que os jesuítas construíram no Espírito Santo, Reis Magos é o que possui mais elementos em pedra de lioz trabalhada.

Quase nada há a acrescentar. As fotos (figs. 204, 205, 206, 164, 165, 167, 166, 207, 210, 209 e 163) mostram a construção em quadra, o apoio do corredor avarandado sobre os pilares, o corredor tér-

reo e o acesso que esses corredores permitem às celas. Reis Magos permaneceu quase intacta, com todas as características que os jesuítas impuseram à sua arquitetura, quase sem modificação.

A planta do andar superior (figs. 211) mostra as quatro janelas da fachada principal, corroborada pelas fotos atuais (figs. 161 e 216). Mas na planta pode-se observar que apenas a janela mais próxima da extremidade da fachada da residência está colocada em uma parede grossa, ou seja, na posição original, composta pelo vão ensutado, mais largado lado de dentro. As outras três, situadas dentro do salão maior, onde deve ter funcionado a Câmara Municipal no século passado, apresentam uma espécie de banco, interrompido entre cada uma das janelas por um pilar (fig. 215) que faria a sustentação, ou pelo menos garantiria a estabilidade da parede local é evidente que a parede foi cortada e o corte BB' (figs. 212 e 213) mostra isso muito bem. Os pilares, dois apenas, como mostra a planta, embora os extremos tenham recebido tratamento semelhante (corte BB' — figs. 212 e 213), só aparecem interiormente. Não se pode ter certeza, mas é quase certo que só existissem realmente as quatro janelas. Só uma coisa faltaria verificar: seria a existência ou não das 'conversadeiras'. Bastaria uma raspagem no reboco do 'banco' pelo lado interno da parede e se saberia, com certeza, se eram mesmo quatro janelas e se as conversadeiras existiam.

Em Reis Magos possuíam também os jesuítas um poço de abastecimento de água, só que um pouco distante da igreja/residência, ainda hoje existente e que fica numa baixada, a sudoeste da fachada (fig. 168).



Fig. 184. Residencia-Igreja de Reis Magos: fachada forte antes da restauracao empreendida pela SPHAN em 1944. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 185. Residência-Igreja de Reis Magos: fachada forte, resgitrada em 1982. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 186. Residência de Reis Magos: vestíbulo da ala leste. A porta ao fundo à vista na fig. 117B. A escadaria de acesso ao pavimento superior. Foto SAV-CAR-UFES.

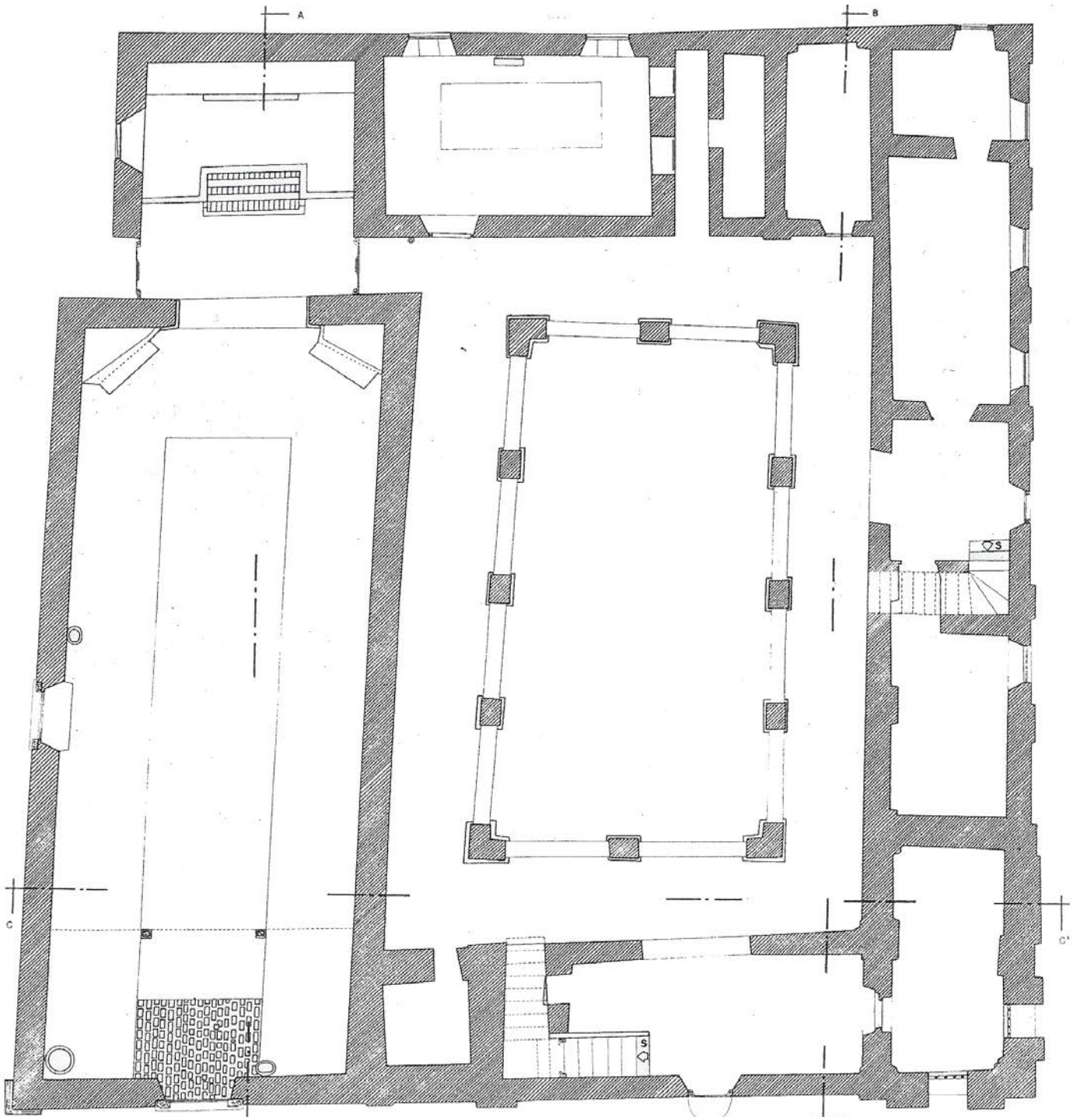


Fig. 187. Planta do pavimento térreo da Residência e Igreja de Reis Magos (Nova Almeida) . Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhistas: Raquel Diniz Ferreira e Noralane Basto dos Santos.



Fig. 188. Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar.
Detalhes dos diversos elementos repetitivos.
Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 189 . Igreja de Reis Magos: capela-mor. Retábulo do altar.
Detalhes dos diversos elementos repetitivos. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 190 . Igreja de Reis Magos: capela-mor.
Retábulo do altar. Detalhes dos diversos
elementos repetitivos. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 191 . Igreja de Reis Magos: capela-mor.
Retábulo do altar. Detalhes dos diversos
elementos repetitivos. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 192. Igreja de Reis Magos: nave. Pia em pedra de lioz,
situada ao lado da porta lateral de entrada.
Foto SAV-CA R-UFES.'



Fig.193 Igreja de Reis Magos: . Pia em pedra de lioz, situada à esquerda de quem entra pela porta principal da igreja. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig.194 Igreja de Reis Magos: . Pia em pedra de lioz, situada à esquerda de quem entra pela porta principal da igreja. Fotos SAV-CAR-UFES.



Figs. 195. Igreja de Reis Magos: nave. Pia em pedra de lioz, de parede, situada do lado direito da igreja, de quem entra pela porta principal. Fotos SAV-CAR- UFES.



Fig. 196 . Igreja de Reis Magos: nave. Pia em pedra de lioz, de parede, situada do lado direito da igreja, de quem entra pela porta principal. Fotos SAV-CAR- UFES.



Fig. 197 . Igreja de Reis Magos: nave. Pia em pedra de lioz, de parede, situada do lado direito da igreja, de quem entra pela porta principal. Fotos SAV-CAR- UFES.



Fig. 198. Igreja de Reis Magos: fachada sul (principal). Detalhe da porta. Pedra de lioz. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 199. Residência-Igreja de Reis Magos: praça fronteira (vista desde o vão sineiro da torre). As palmeiras foram plantadas em 1946 por André Carloni, primeiro representante da SPHAN no Espírito Santo. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 200. Igreja de Reis Magos: sacristia. Pia em pedra de lioz, à entrada da sacristia. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 201 . Igreja de Reis Magos: sacristia. Pia em pedra de lioz, à entrada da sacristia. Fotos SAV-CAR-UFES.



Figs. 202. Igreja de Reis Magos: sacristia. Pia com caixa d'água, em pedra de lioz. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 203 . Igreja de Reis Magos: sacristia. Pia com caixa d'água, em pedra de lioz. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 204. Residência de Reis Magos: claustro (vista desde o vestíbulo de entrada, através do arco de acesso). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 205. Residência de Reis Magos: claustro. Corredor que une a sacristia a torre. Ao fundo, vão de acesso ao andar térreo da torre. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 206. Residência de Reis Magos: claustro. Corredor térreo da ala leste. Estado atual. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 207. Residência-Igreja de Reis Magos: claustro. Corredor da ala oeste, pavimento superior (visto desde a torre). A esquerda, sobre a parede, a porta de acesso ao púlpito. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 208. Igreja de Reis Magos: nave. Púlpito. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 209. Residência de Reis Magos: claustro (vista desde o vão sineiro da torre). Ao alto, à esquerda, a foz do rio Reis Magos. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 210. Residência de Reis Magos: claustro. Corredor da ala leste, pavimento superior. Vêem-se à direita, sobre a parede, as portas das celas, e ao fundo a janela que dá vista para a foz do rio Reis Magos. Foto SAV-CAR-UFES.

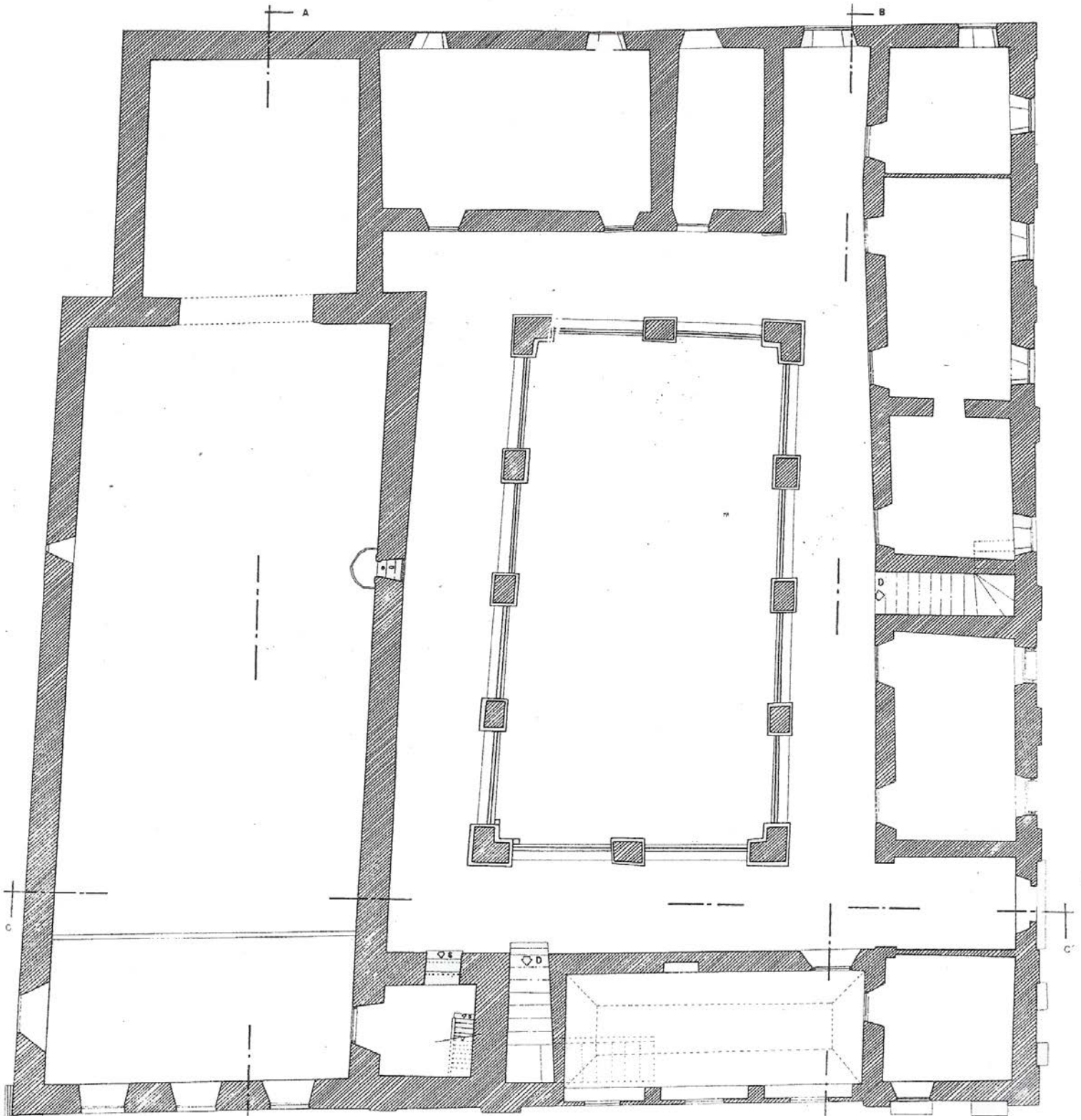
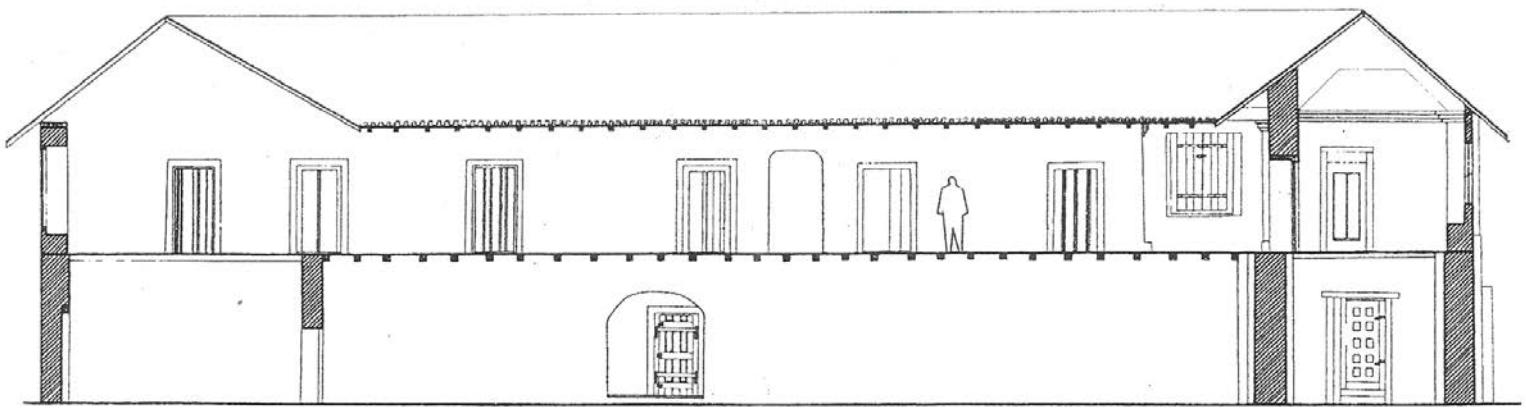


Fig. 211. Planta do pavimento superior da Residência e Igreja de Reis Magos (Nova Almeida) . Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhistas: Raquel Diniz Ferreira e Noralane Basto dos Santos.



Figs. 212. Residência e Igreja de Reis Magos (Nova Almeida) . Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhistas: Raquel Diniz Ferreira e Noralane Basto dos Santos.

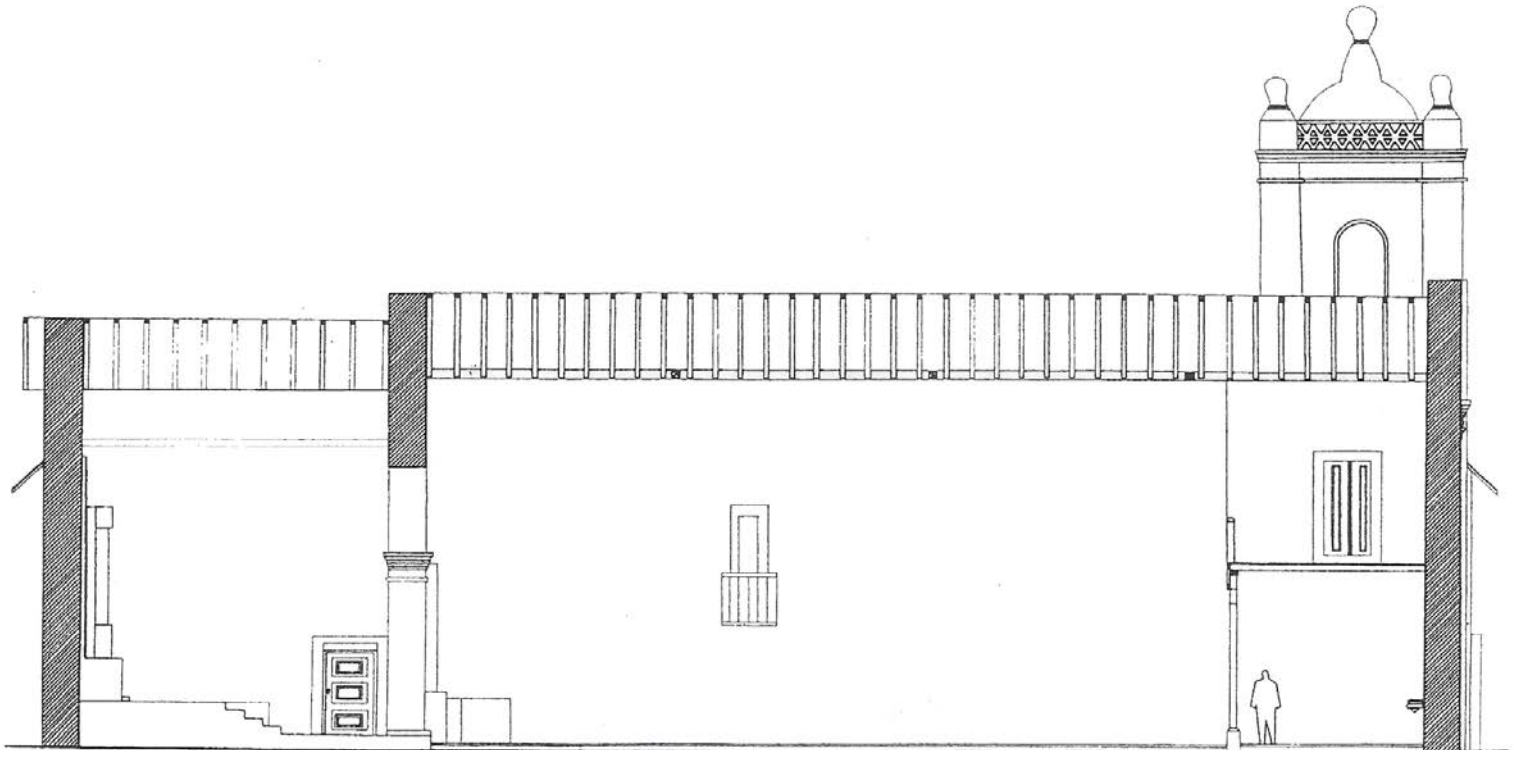


Fig. 213 . Residência e Igreja de Reis Magos (Nova Almeida) . Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhistas: Raquel Diniz Ferreira e Noralane Basto dos Santos.

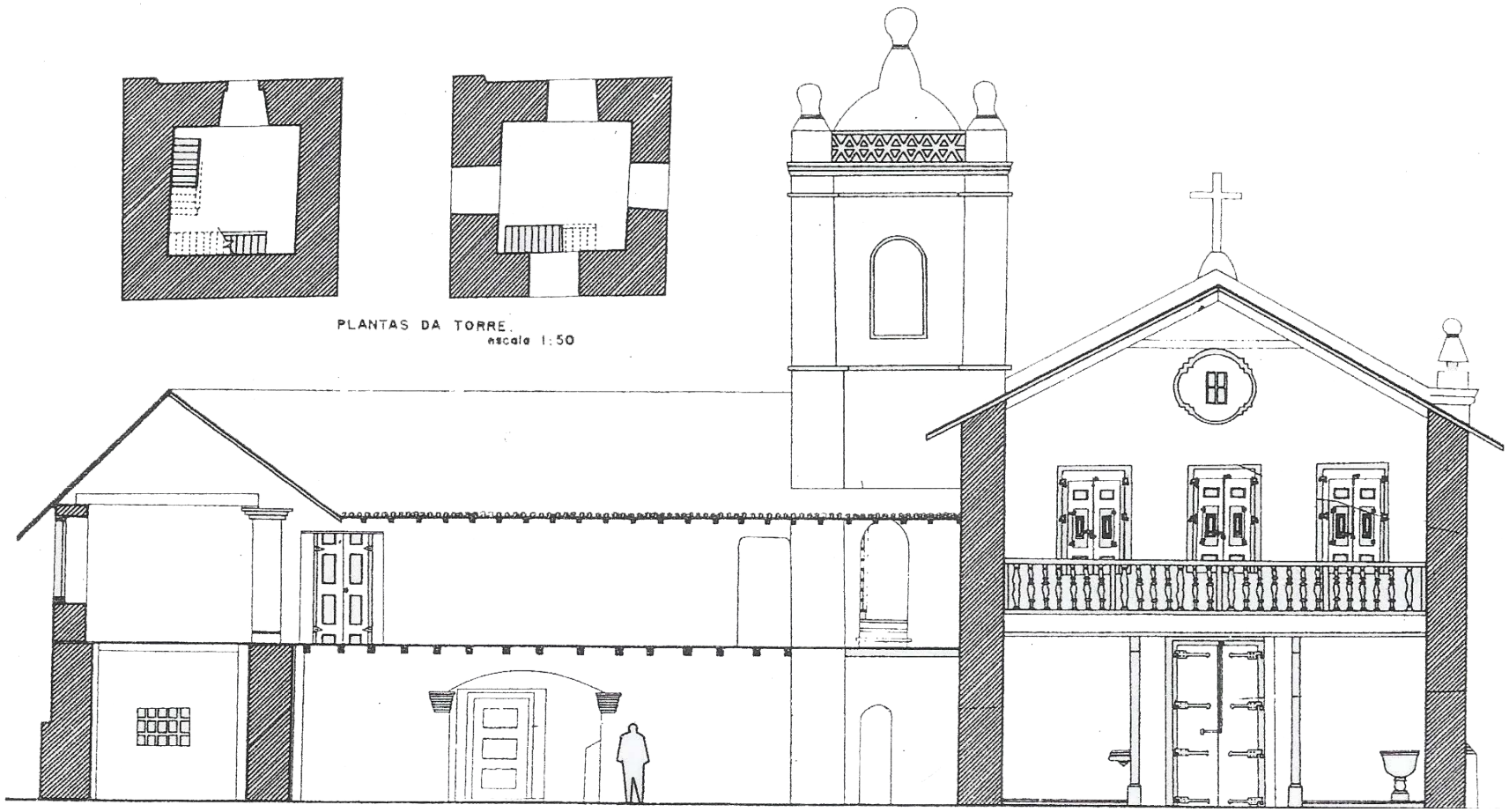


Fig. 214. Residência e Igreja de Reis Magos. Levantamento de José Antônio Carvalho. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhistas: Raquel Diniz Ferreira e Noralane Basto dos Santos.

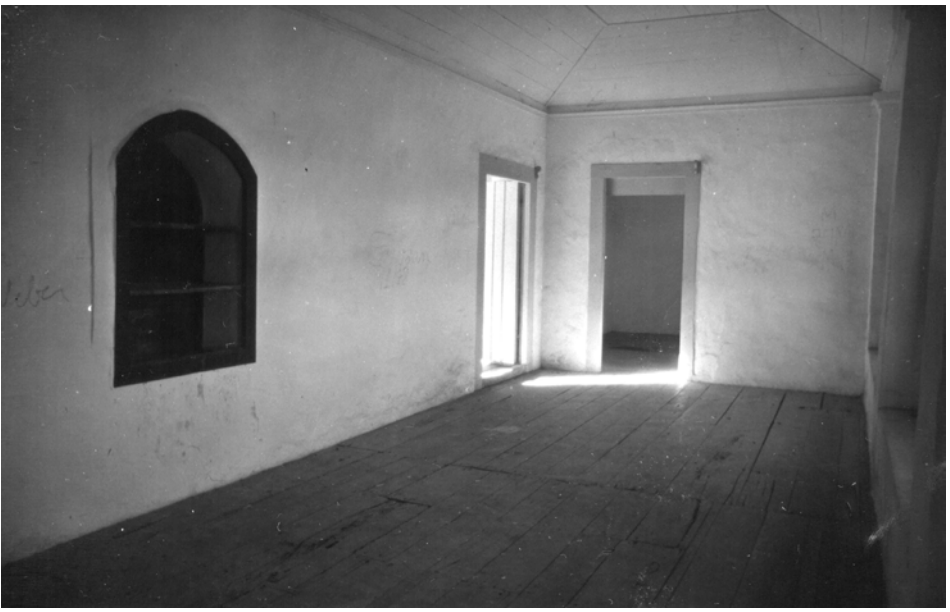


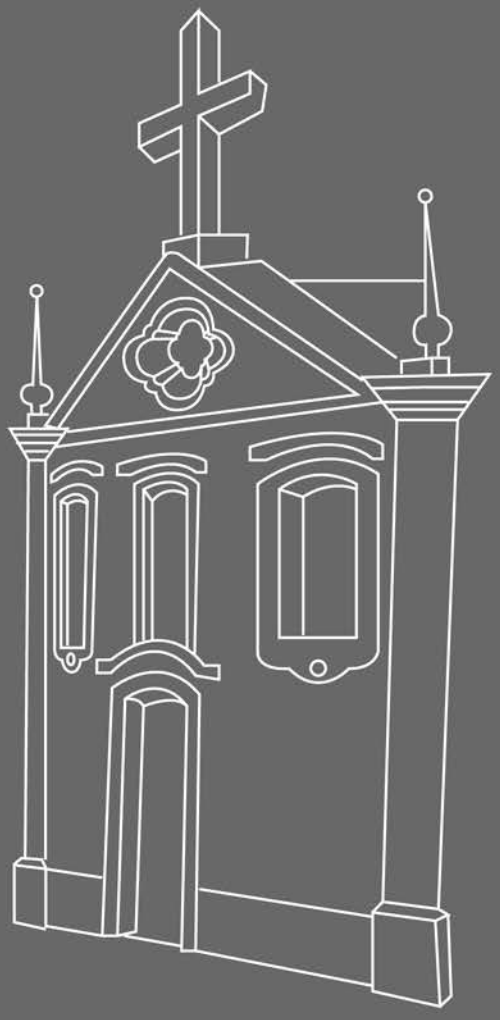
Fig. 215. Residência de Reis Magos: cômodo do pavimento superior na ala sul, por cima da porta de entrada da residência, onde a Câmara fazia suas reuniões no século passado. Notam-se o teto em gamela, um nicho na parede da esquerda e os `bancos' ao comprido, parede da direita. Nota-se que os bancos são separados por um pilar (como contraforte) e que, na união com a parede de fundo, o pilar possui `capitel'. A retirada do reboco da parte inferior dos bancos deverá acusar a existência das 'conversadeiras'. Observar a planta da fig. 24. Fotos SAV-CAR-UFES.

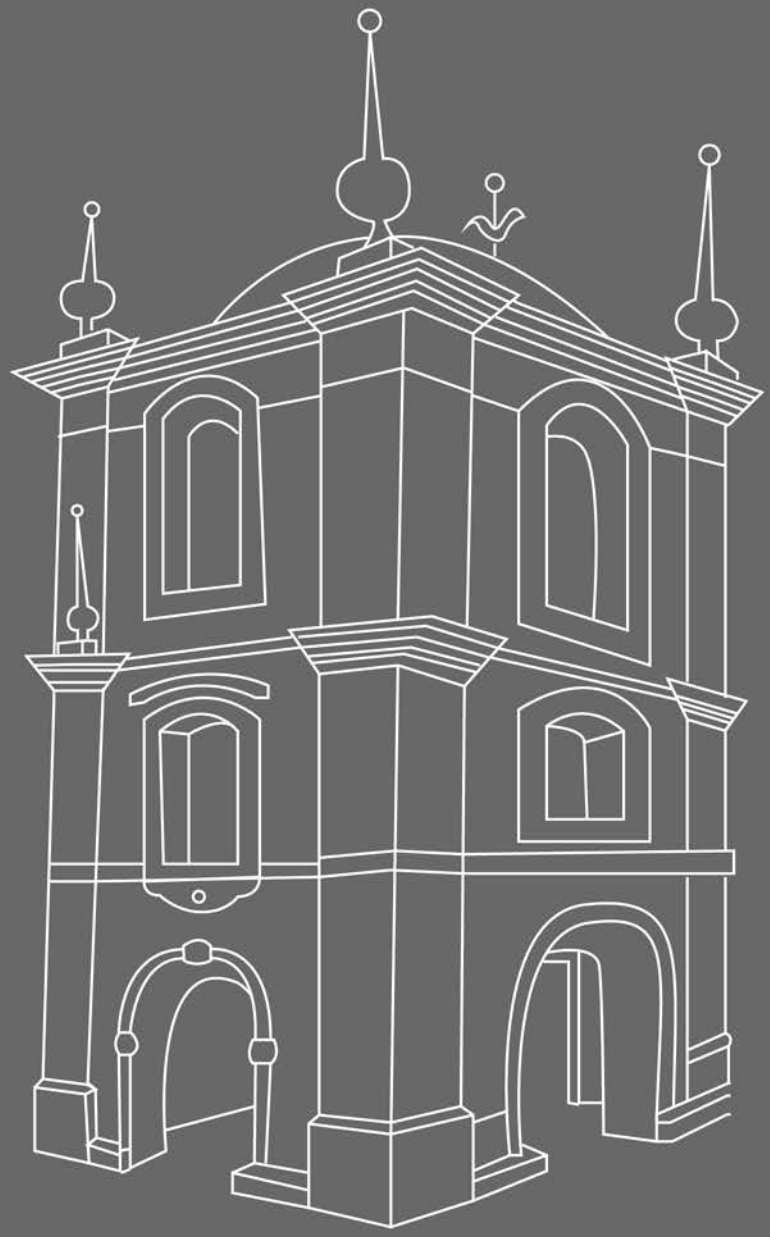


Fig. 216. Residência-Igreja de Reis Magos: fachada sul (principal). Registrada em 1982. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 217. Igreja de Reis Magos: nave. Interior, vendo-se ao fundo o altar-mor e, à direita, o púlpito. Foto SAV-CAR-UFES.





Capítulo V

Colégio/residência: análise comparativa

Já vimos como estavam as quatro residências e o Colégio do Espírito Santo quando os jesuítas foram expulsos em 1759. É verdade que, nos capítulos anteriores, tentamos fazer um levantamento, o mais exato possível, desses edifícios.

Nosso passo agora é comparar os três levantamentos que fizemos: o histórico, que permitiu a tentativa de reconstituição, por descrição, dos monumentos que existem; o gráfico, executando as plantas (nos edifícios maiores, com três cortes); e o fotográfico, capaz de permitir mostrar o que existe hoje e cujos aspectos podem ser comparados com as plantas ou cortes.

Assim, como todos os edifícios — Colégio e residência — tinham a mesma finalidade e o mesmo programa construtivo, vamos compará-los todos quanto aos aspectos que nos parecerem de real interesse para atingir o nosso objetivo, que é o de separar as características que a arquitetura dos jesuítas no Espírito Santo apresentou. Tentaremos, também, comparar essas características com as de âmbito nacional, em relação às construções das principais sedes do século XVI.

Localização

Como já foi visto, os jesuítas escolhiam uma situação privilegiada .para o assentamento de seus edifícios. Vimos, também, que primeiro se fixavam em um lugar e, depois de conhecer bem a região, escolhiam o local mais adequado para o assentamento que, no Brasil, era quase sempre uma elevação.

No Espírito Santo não foi diferente. Em cada edifício encontramos a preocupação da localização, como foi mostrado acima. Apenas em Anchieta, o conjunto Residência/Igreja de Nossa Senhora da Assunção não está no ponto mais elevado (figs. 99 e 100) e, portanto, não está tão bem situado. O Colégio, que também não se assentava sobre o ponto mais elevado, está, porém, em relação à cidade de Vitória, no local mais importante e, à época, dominando a entrada da baía para o interior (figs. 19, 23, 24, 26, 28 e 42). E a Igreja de São João, em Carapina, está, ainda hoje, em lugar elevado e bem situada (figs. 57, 58, 59 e 218).

De todos os edifícios estudados, os conjuntos de Reis Magos (figs. 157, 158, 1.16A e 159) e de Guarapari (figs. 219, 222 e 221) eram os mais bem situados, a cavaleiro de um rio e do mar e, praticamente, dominando toda a região à sua volta.



Fig. 218. Igreja de São João Batista: vista desde o acesso pela rodovia de contorno da ilha de Vitória pelo continente.
Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 219. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (vista geral desde a praia de Muquiçaba). Foto do autor.



Fig. 220. Residência-Igreja de Reis Magos (vista geral desde a praia ao norte do rio Reis Magos). Foto do autor.'



Fig. 221. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (vista do mesmo ângulo da foto reproduzida na fig. 67A, com teleobjetiva). Foto do autor.



Fig. 222. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (vista geral desde a ponte sobre o rio Guarapari). Foto do autor.

Programa construtivo

De acordo com o que vimos, o programa construtivo adotado no Brasil, pelos jesuítas, foi a quadra. A Igreja ocupava um dos `quartos' da quadra, e a residência (ou Colégio), os outros três.

Esses últimos três quartos eram, geralmente, assobradados. No térreo, um corredor, contíguo ao pátio a céu aberto, dava acesso às salas de aula, oficinas, cozinha e dependências necessárias ao contacto imediato com os habitantes da comunidade, seja indígena, seja branca. No andar superior, um corredor 'avarandado', exatamente por sobre o do térreo, servia de acesso às celas onde os jesuítas dormiam, praticavam os exercícios espirituais, se reuniam e mantinham contacto consigo mesmo, em busca da elevação espiritual, através da meditação.

A igreja, o 'quarto' que completava a quadra, era geralmente , de uma só nave, embora houvesse exceções, e possuía um grande arco cruzeiro que dava acesso à capela-mor. Esta era frequentemente quadrangular, pequena, tendo, de cada lado junto à parede do arco cruzeiro, uma porta de acesso: por um lado, de quem vinha do pátio, e, pelo outro, de quem vinha de fora. Utilizavam como sacristia o cômodo da residência imediatamente contíguo à parede da capela-mor.

Colégio/residência propriamente dito

No Espírito Santo aconteceu o mesmo que nos principais centros de fundação jesuítica no Brasil do século XVI. Mas, como vimos antes, apenas três edifícios ali tiveram suas quadras completadas: o Colégio, em Vitória, a residência de Reis Magos, em Nova Almeida, e a residência de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta.

O Colégio de Vitória (figs. 28, 31 e 30) e a residência de Anchieta (figs. 99, 101, 149, 111 e 231) apresentam-se situados em terrenos irregulares e, por isso mesmo, mostram um andar a mais nos quartos da casa. É verdade que, em Anchieta, o aterro executado no pátio interno fez com que desaparecesse esse possível terceiro andar (que seria o térreo). Já o Colégio apresenta, ainda hoje, três andares nas fachadas sul (figs. 9, 11 e 15) e oeste (figs. 10 e 15).

Esses dois edifícios apresentam outro aspecto de semelhança: a situação. Ambos estão com sua

fachada principal voltada para leste, apresentando a mesma disposição de 'casa' e igreja (figs. 28, 147, 148, 149 e 151). Essa disposição é quase a mesma que a Igreja de São João Batista apresenta hoje (fig. 225), com ligeiro deslocamento do eixo longitudinal para a direção sul-norte (fig. 11).

Já Guarapari (fig. 91) e Reis Magos (figs. 161 e 216) se aliaram na disposição: a fachada voltada para o sul (figs. 16, 224 e 27); e situam-se sobre elevações que entram para o mar, em posições invejáveis e, sob todos os aspectos, bastante semelhantes, quase 'gêmeas' (figs. 219, 222, 221, 157, 158, 220 e 159).

Os jesuítas, de um modo geral, construíam seus edifícios, no local definitivo, por etapas. Primeiro, a igreja; depois, o quarto da casa unido a ela; e, a seguir, os dois outros quartos surgiam à medida que fossem sendo necessários e as 'posses' permitissem. Assim aconteceu com o Colégio, em Vitória, que permaneceu só com o quarto unido à fachada da igreja até o início do século XVIII (p. 51), quando os jesuítas se dispuseram a terminar a construção. E só poucos anos antes da expulsão conseguiram completá-lo.

Também a residência de Guarapari obedeceu a esse princípio, só que teve concluído apenas o quarto da fachada. Era, porém, tão largo que deixa supor não terem os jesuítas planejado terminar a quadra, uma vez que o quarto construído ocupava quase todo o espaço correspondente à igreja (fig. 3). A menos que se pensasse em ampliar a igreja posteriormente. De qualquer forma, abandonada em princípios do século XVII, permaneceu só com o quarto da fachada até fins do século passado, quando a residência desabou, e hoje apenas os alicerces, ao nível do chão como contorno, atestam o espaço que ela ocupava (figs. 13, 229, 82, 85, 86, 87 e 68).

Acreditamos que, em Anchieta e Reis Magos, as construções devem ter seguido a mesma linha de ação, faltando-nos apenas os dados documentais. As duas foram erguidas para a reunião dos índios do interior da capitania, e as necessidades de espaço devem ter sido cada vez maiores, à medida que esses indígenas iam chegando.

Além disso, o método de. construção por etapas permitia a utilização imediata de toda uma ala, enquanto se fazia a outra, o que facilitava as atividades que os padres desenvolviam.

Acreditamos, também, que essas duas residências (Reis Magos e Anchieta), devem ter sido concluídas ainda no século XVII, e possivelmente antes do final da primeira metade do mesmo. Pode parecer curiosa essa hipótese e até inverossímil, uma vez que o Colégio, já na época como centro regional — e, portanto, mais importante ainda —, não estava concluído, o que só aconteceu um século mais tarde. Entretanto, tem-se que levar em conta a missão que os jesuítas vieram desenvolver: essa missão estava ligada ao índio. Foi para catequizar o indígena que' a Companhia de Jesus se fixou no Brasil.

Embora os colégios, inicialmente, tenham sido fundados para a formação de missionários que a Europa não tinha condições de enviar, passaram a ser, mais tarde, sedes da ação missionária para o desenvolvimento de aldeias (de residência ou de visita) e onde eram administradas também as fazendas que produziam para a manutenção dos padres do Colégio e das residências. Apesar da mudança administrativa, o Colégio permaneceu como centro de formação de missionários. Mas a missão dos jesuítas, estando ligada ao indígena, deveria se desenvolver nas aldeias; por isso, eram as residências os edifícios que deveriam preocupar os padres, em virtude da clientela que elas deveriam atender, clientela essa que, no Espírito Santo, os padres iam buscar em incursões pelo interior, para fixá-la em aldeias. Por isso acreditamos que as residências de Reis Magos e Reritiba tiveram suas quadras concluídas muito antes de o Colégio concluir a sua.

Já na aldeia de São João Batista parece-nos ser muito provável que a residência só ocupasse um quarto da quadra, como em Guarapari. A aldeia de São João foi mudada de lugar em 1584 (p. 76), quando da visita de Cristóvão de Gouveia. Ora, já por essa época se pensava fazer uma aldeia que reunisse outras. E por essa época que se inicia a construção da Residência/Igreja dos Reis Magos, citada por Simão de Vasconcelos, como tendo residência em 1593 (p. 82), data mais antiga em que aparece documentada a sua existência. Logo, não nos parece que eles pretendessem completar a quadra, principalmente porque sabiam não haver padres suficientes para que lá permanecesse a residência.

Parece-nos, portanto, que ali, em São João, a residência também não completou a quadra, fi-

cando, possivelmente, apenas com o quarto da fachada, como em Guarapari, de onde Bastião Gomes escreveu sua carta de 1596 (p. 74). Veremos adiante as comparações possíveis entre os edifícios, com respeito aos vãos, quando estudarmos as características existentes no Espírito Santo.

A maioria dos edifícios dos jesuítas (Colégio ou residência) possuía uma 'cerca' (p. 27), espécie de horta e pomar que ajudava na manutenção dos padres. O Colégio de Vitória possuía uma onde havia, inclusive, um porto particular (p. 50).

No caso das residências, não temos documentação sobre suas cercas, mas na de Anchieta existe um terreno cercado (fig. 127) nos fundos do prédio, e os jesuítas que atualmente lá residem utilizam-no como horta e pomar (figs. 228, 111 e 231). Em Guarapari (figs. 230, 82, 85, 87 e 68) ainda vemos o terreno cercado pertencente á igreja, mas um pouco abandonado. Em Reis Magos e em São João, apesar da área existente em ambas, não há, hoje, qualquer vestígio da existência da 'cerca'.

O abastecimento de água dos jesuítas era, de um modo geral, através de poços; Desde o Mosteiro de Santo Antão, o Velho, em Lisboa, até os monumentos do Brasil.[510] O poço ora ficava dentro da cerca, ora fora dela. No Espírito Santo, como no caso das cercas, não temos citações específicas a respeito de poços. O do Colégio parece ter existido dentro do pátio interno, como vimos acima (p. 53).

O de Reis Magos ainda existe a sudoeste da fachada da igreja numa baixada (fig. 168). O de Anchieta, segundo a tradição, é mais uma fonte do que um poço (figs. 155 e 157), embora seu aspecto exterior dê uma aparência do poço que existia em Guarapari (fig. 96), e fica fora da cerca, pouco mais de 200m da fachada da igreja, á sua frente, e a nordeste dela. Em Anchieta, existe um outro poço, citado pelo Pe. Manuel Pires Martins, situado na ponta dos Castelhanos, que ainda hoje funciona e cuja feitura é atribuída a um 'milagre' realizado pelo Pe. Anchieta (p. 113).

510 Francisco Rodrigues, História da Companhia de Jesus na assistência de Portu-gal (F. Rodrigues, H.C.J.A.P.), 3 tornos, 6 vols., Porto 1931-1944, t. I, vol..I, livro II, cap. IV, p. 289, nota 4.

O de Guarapari não conseguimos localizá-lo, embora uma fotografia antiga (fig. 96) mostre sua situação, nos fundos da igreja, portanto dentro da cerca.

Sobre o poço da residência de São João não temos a menor notícia, embora exista um poço, ainda hoje, em Carapina, junto às ruínas de uma antiga fazenda dos jesuítas, recebida por doação e da qual se desfizeram muito antes da expulsão (fig. 232).[511]

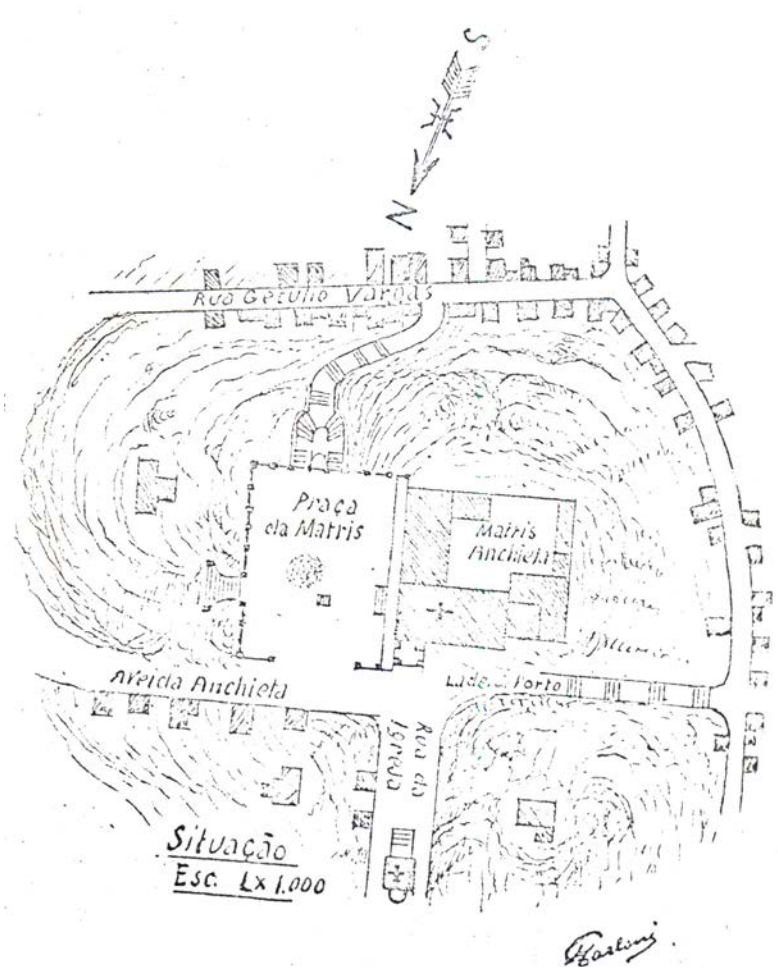


Fig. 223. Desenho de André Carloni, mostrando a situação aproximada da Residência-Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta. Desenho original do arquivo do IPHAN-ES.

511 Basílio Carvalho Damon, Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística (Daemon, Província), Vitória, 1879, pp. 107, 118-119 e 310; Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (Leite, H.C.J.B.), 10 vols. Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, VI, p. 152.

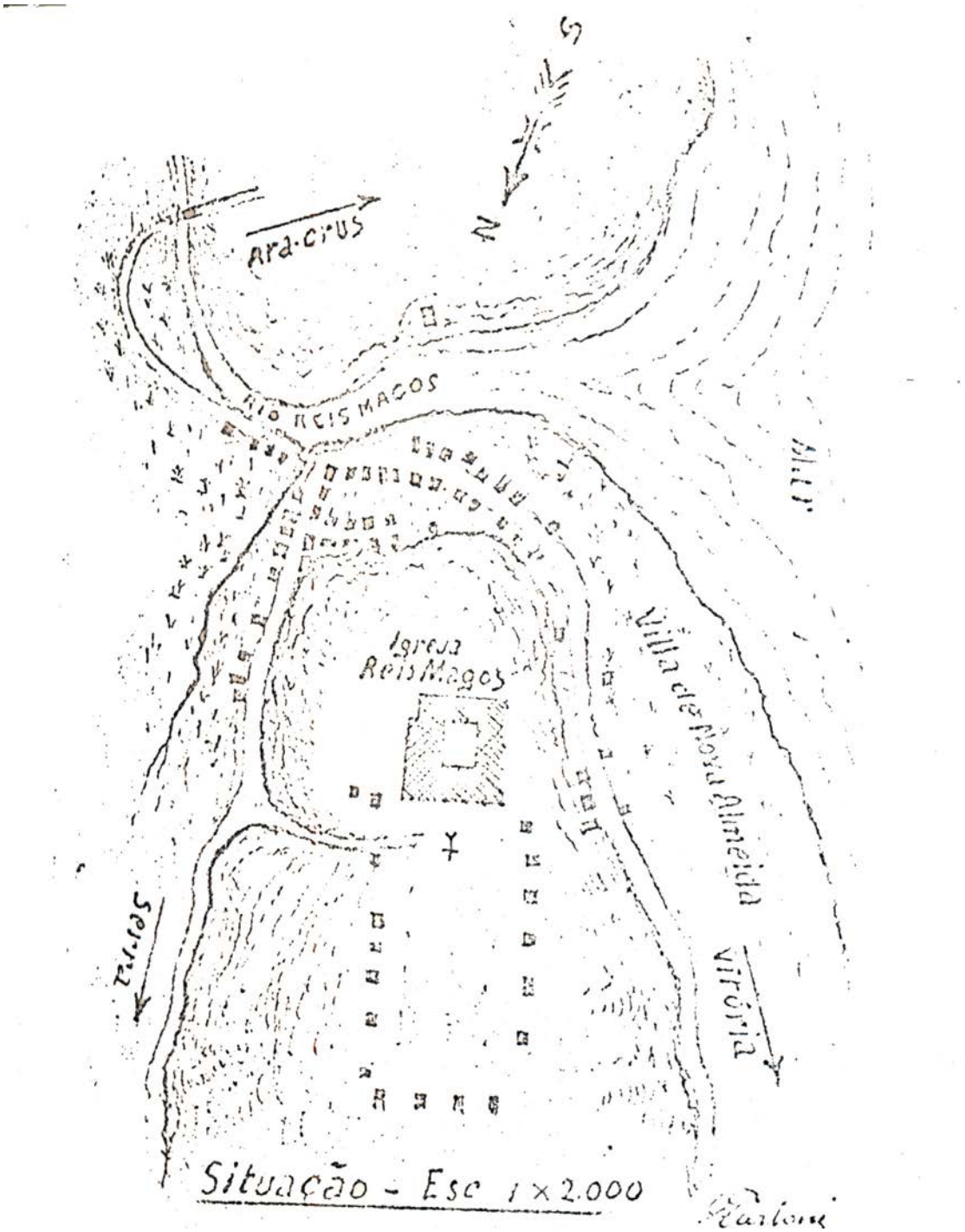


Fig. 224. Desenho de André Carloni, mostrando a situação aproximada da Residência-Igreja de Reis Magos, em Nova Almeida. Carloni errou na orientação em quase 180°. Desenho original do arquivo do IPHAN-ES.



Fig. 225. Igreja de São João Batista: fachada sudeste (principal).
Ver desenho na fig. 12.AB. Foto SAV-CAR-UFES.

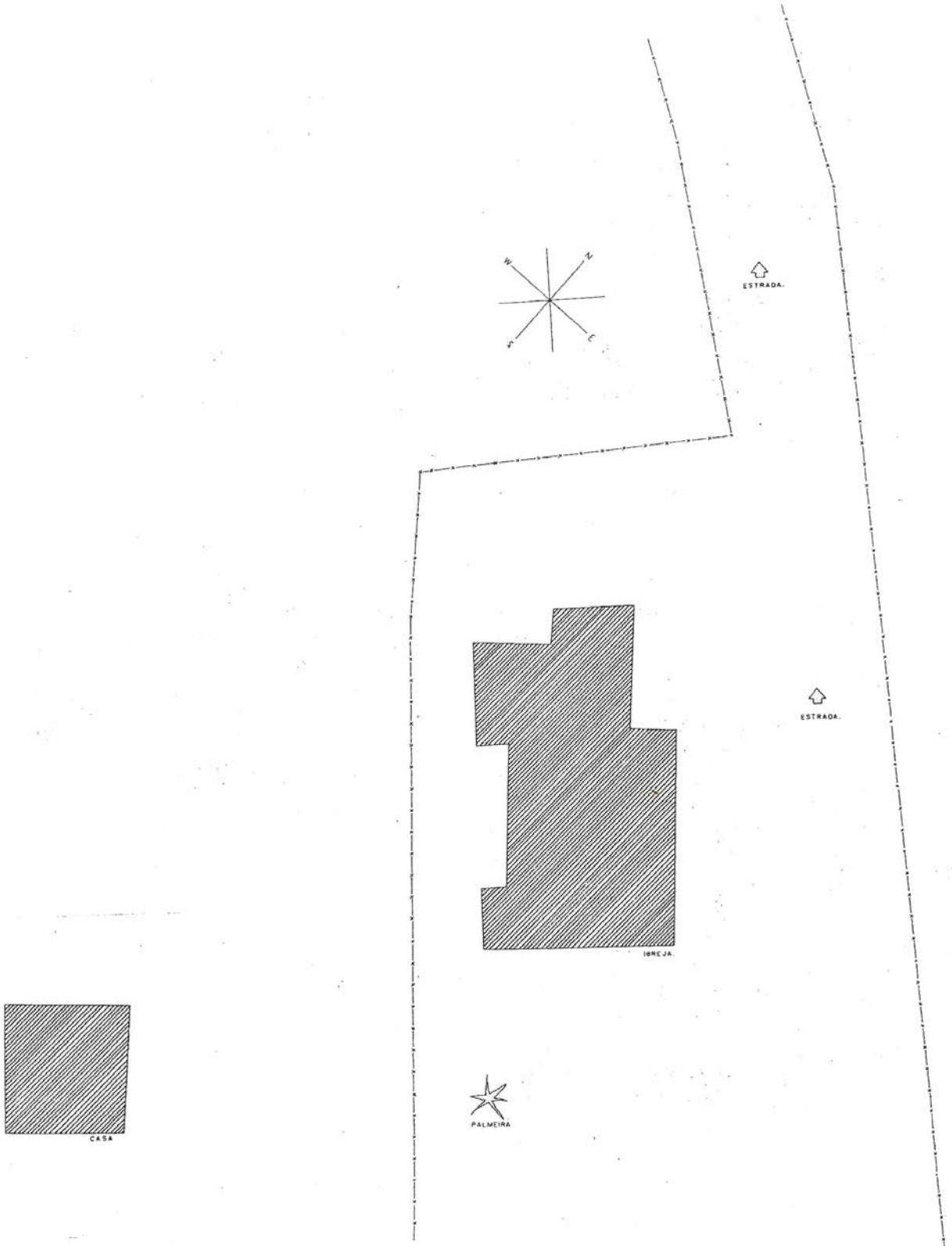


Fig 226. Planta de situação da da Igreja de São João Batista, em Carapina, município da Serra. Levantamento topográfico de Rubens Santana. Pesquisa: A Arquitetura dos Jesuítas no Espírito Santo. Desenhista: Raquel Diniz Ferreira.



Fig. 227. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (vista do mesmo ângulo da foto reproduzida na fig. 66A, com teleobjetiva). Foto do autor.



Fig. 228. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: janelas da sacristia: fachadas norte e oeste. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 229. Residência de Guarapari: fachada norte. A janela. menor, embaixo, fica situada junto à porta de entrada da capela-mor. Ver as plantas do edifício (figs. 13 e 14). Foto- SAV-CAR-UFES.



Fig. 230. Residência de Guarapari: fachada norte. Podem-se ver os alicerces que se prolongam além da casa (parede branca), construída recentemente dentro do espaço que a antiga residência ocupava. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 231. Residência de Nossa Senhora da Assunção: fachada sul. A parede sem reboco do primeiro plano corresponde à parte da residência que desabou no século passado. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 232. Igreja-Residência de Reis Magos - poço.

A igreja

Anexadas a residências ou a colégios, como um dos 'quartos' da quadra, as igrejas que os jesuítas construíram no Brasil eram, geralmente, de uma só nave, com a capela-mor mais estreita e mais baixa, separadas por um arco cruzeiro.[512]

Se não levarmos em conta as igrejas dos três colégios do século XVI (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco), projetadas por um arquiteto que veio de Portugal especialmente para isso, as outras igrejas do século XVI apresentam praticamente o mesmo modelo citado. Na nave, junto à porta de entrada e por sobre esta, encontravam-se o coro, apoiado sobre duas colunas e totalmente de madeira, e o púlpito, sobre um dos lados (quando não nos dois), nas paredes da nave.

A planta

Nas cinco plantas de igrejas que apresentamos, podemos constatar a semelhança do modelo de nave única, com exceção da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba (Anchieta), que apresenta três naves (figs. 17, 18, 138, 139, 233, 234, 142, 143, 235 e 236) e é excepcional na arquitetura que os jesuítas desenvolveram não só no Estado, mas também no Brasil, tendo apenas como outro exemplo a de São Pedro d'Aldeia, no Rio de Janeiro, para a qual serviu de modelo, pois foram os padres de Reritiba que para lá seguiram a fim de fundá-la.[513]

Os planos de Reis Magos e São João de Carapina, além do de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari e do de São Tiago, em Vitória, se assemelham ao modelo comum brasileiro: todos apresentam nave única; capela-mor menor e mais estreita do que a nave; e o coro comum a todas.

Apesar da nave tripla, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção apresenta o coro comum a todas e a capela-mor mais estreita e mais baixa. Os dois corredores laterais exteriores à capela-mor (figs. 237, 241 e 136) para acesso á sacristia são acréscimos posteriores aos jesuítas, bem como a própria sacristia (figs. 238 - 240, 105, 246 e 247). Já a Igreja

512 Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lúcio Costa, "Arquitetura jesuítica", Revista do SPHAN), V (1941), pp. 24 e 29.
513 Id., ibid., pp. 24 e 29; Leite, H.C.J.B., VI, p. 150; J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico, histórico e descritivo do império do Brasil (Mil-liet de Saint-Adolphe, Dicionário geográfico), 2 tornos, Paris, 1845, II, pp. 613-614.

de São Tiago, na planta apresentada (fig. 49), parece mostrar os corredores laterais à capela-mor para acesso a um salão por trás da capela-mor, que deveria ser a sacristia. Só que, aqui, estes corredores e a 'sacristia' parecem pertencer ao projeto original da igreja. Não teria ocorrido em Anchieta uma 'imitação', como fizeram na fachada, ao fecharem a janela do meio, acrescentando aquelas duas volutas em S (fig. 106), por sobre a portada? Parece ser outra imitação da mesma São Tiago (fig. 30), comumente chamada no século passado de Capela Nacional.

Em Guarapari, a capela-mor parece ter sido ampliada no comprimento e na parte arredondada (só internamente), onde está o altar (figs. 13 e 66), que, portanto, não é o original. Nessa capela-mor existem quatro aberturas, duas de cada lado, com formato de óculo (figs. 13, 64, 65 e 67) semelhante ao das fachadas de Reis Magos (fig. 53) e São João de Carapina (figs. 225 e 252). No frontão da própria Guarapari (figs. 91 e 93) aparece o mesmo tipo de óculo, que foi posteriormente fechado. Encontrava-se, também, na torre bulbosa da Igreja de São Tiago (figs. 13 e 31).

A capela-mor de São João de Carapina é recente, embora seja possível que tenha sido erigida sobre os alicerces originais, mas um tanto alongada em demasia, como em Guarapari (figs. 9, 70 e 251). O projeto mais comum seria o de Reis Magos, mais coerente com as necessidades dos padres. É verdade que, em Reritiba, houve necessidade de maior tamanho, pela quantidade de índios da aldeia.

O normal de uma nave era não ter outras aberturas além da porta e das três janelas do coro, nas igrejas maiores, como é o caso de Reis Magos e de Nossa Senhora da Assunção, apesar do tamanho desta. São Tiago, provavelmente, também seria assim. Para as igrejas menores, as naves geralmente possuíam janelas sobre as paredes, como é o caso de Guarapari (figs. 250, 65 e 74) e Carapina (figs. 255, 75, 256 e 253). Com esse aspecto também se apresentam as Igrejas de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba (fig. 76), e a Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Muribeca (fig. 77), ambas igrejas de fazendas dos jesuítas.

Parece-nos, apenas, que falta à nave da igreja de Guarapari uma janela de cada lado para se igualar ao projeto da igreja de Carapina. E talvez se trate, exatamente, da janela (ou porta) onde estaria o púlpito, que aparece em São João (figs. 255 e 75) e se repete em Muribeca (fig. 78). Em Muribeca, po-

rém, a do púlpito está mais baixa, e as três janelas estão acima. Mas a altura de Muribeca é maior. Já em São João parece faltar a porta que comunica o coro com a torre (fig. 298), comum a todas as igrejas jesuítas dotadas de torre sineira.

O arco cruzeiro, por sobre a passagem de acesso da nave para a capela-mor, é bastante vigoroso nessa igrejas. Sem se saber o que existia em São Tiago, encontramos muita semelhança entre o arco cruzeiro de São João (fig. 79 e 80) e o de Reis Magos (fig. 258), que apresentam as mesmas características construtivas, sendo que o de São João é um pouco mais robusto para o tamanho da igreja, apresentando inclusive uma cornija de coroamento à pilastra de suporte do arco, muito pesada e bastante saliente, aparentando uma truculência desnecessária. Em Reis Magos é mais proporcional ao templo. E em Guarapari e Reritiba já as proporções são menos marcantes, mais suaves. O tipo de decoração do arco cruzeiro de São João, semelhante ao de Reis Magos, parece corresponder ao arco de acesso á torre, pela residência, em Guarapari (fig. 261).

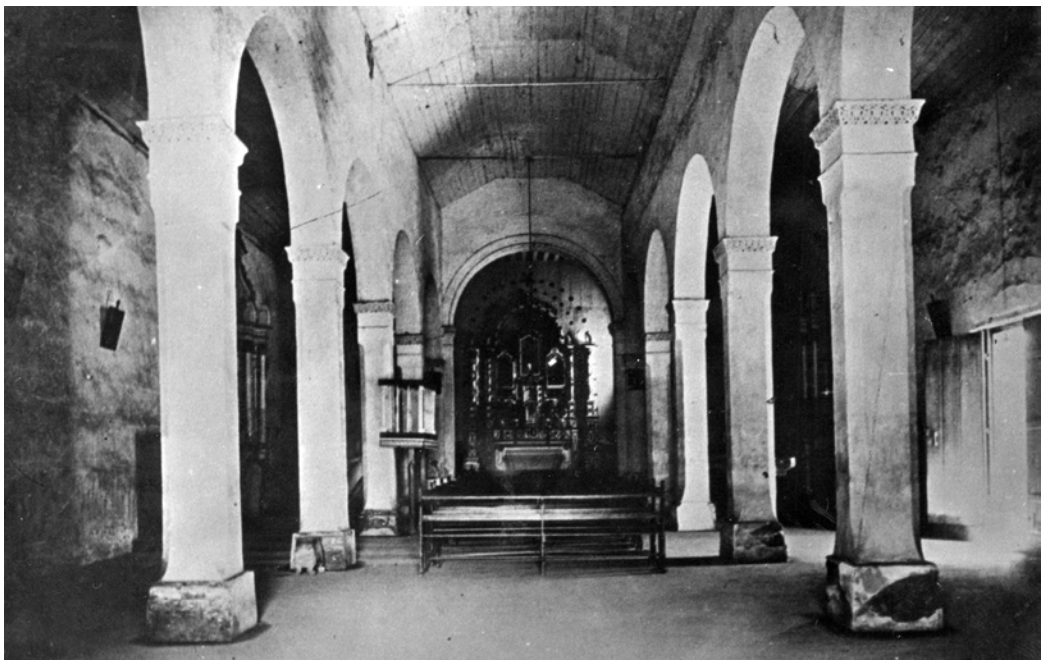


Fig. 233: Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde a entrada). Foto da SPHAN, anterior à restauração empreendida. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 234. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde- a entrada). Estado atual. Foto SAV-CAR-UFES.

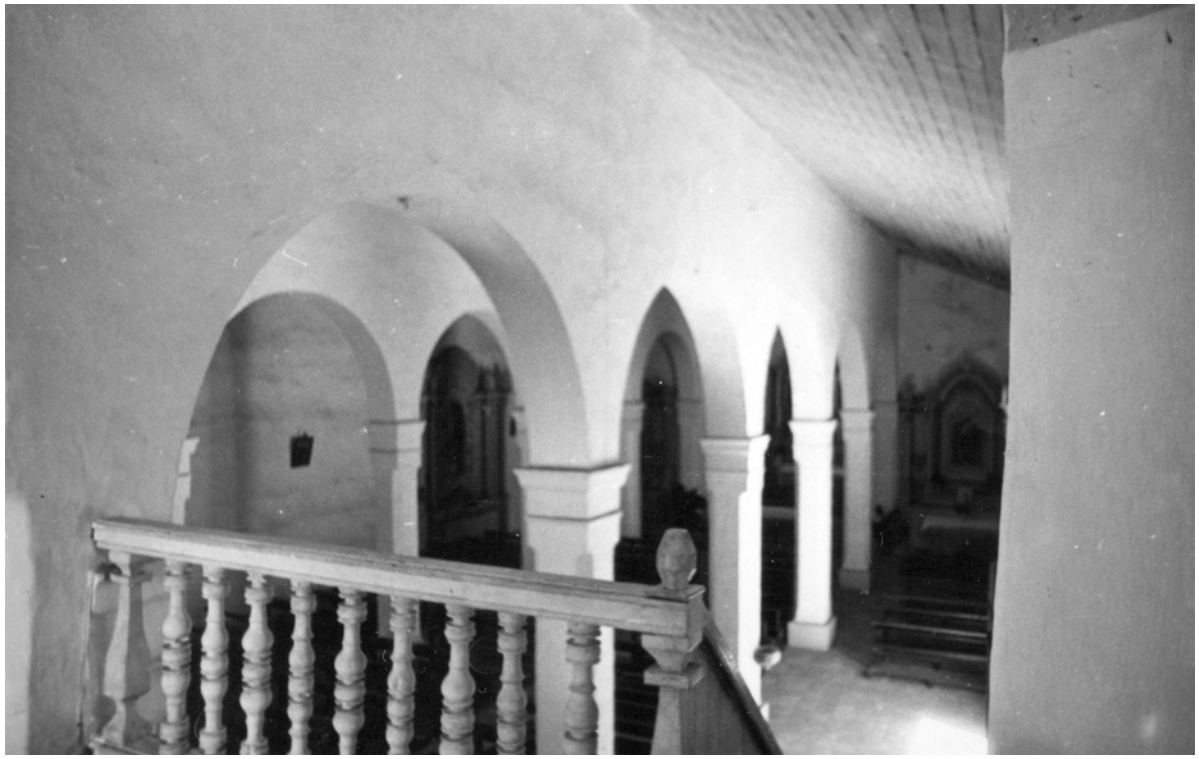


Fig. 235. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: naves (vista desde o coro). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 236. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: coro. O arco do fundo foi fechado no final do século passado ou no, início deste. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 237. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia (vista desde o corredor lateral esquerdo).
Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 238 . Igreja de Nossa Senhora da Assunção: arcaz. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig. 239. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: arcaz. Fotos SAV-CAR-UFES.



Fig 240. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia (vista desde o acesso pelo corredor lateral esquerdo). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 241. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: corredor de acesso à sacristia. Corredor lateral esquerdo. Vista desde a sacristia. Foto do autor.



Fig. 242. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia. Detalhe do armário. Foto do autor.



Fig. 243. Igreja de São João Batista: fachada nordeste. Foto SAV-CAR-UFES Fig.



Fig. 244. Igreja de São João Batista: fachada nordeste. Vê-se o frontão pela parte posterior. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 246. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia. Detalhe do canto direito. A janela isolada, ao fundo, foi aberta pela SPHAN, conforme citado nas legendas das figs. 94A e 94B. No chão, uma janela no 'piso', também feita pela SPHAN, para mostrar a diferença de nível do piso atual relativamente ao outro anterior a ele. Em primeiro plano, à direita, na semi-obscuridade, a pia de pedra de lioz que aparece na fig.



Fig. 245. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia (vista geral). Ao fundo, por cima da janela, a viga de suporte do piso do antigo consistório, mostrando uma diferença de nível e de espessura da parede. Ao lado da janela, o armário cujo detalhe mostramos na fig. 105B. Foto do autor.

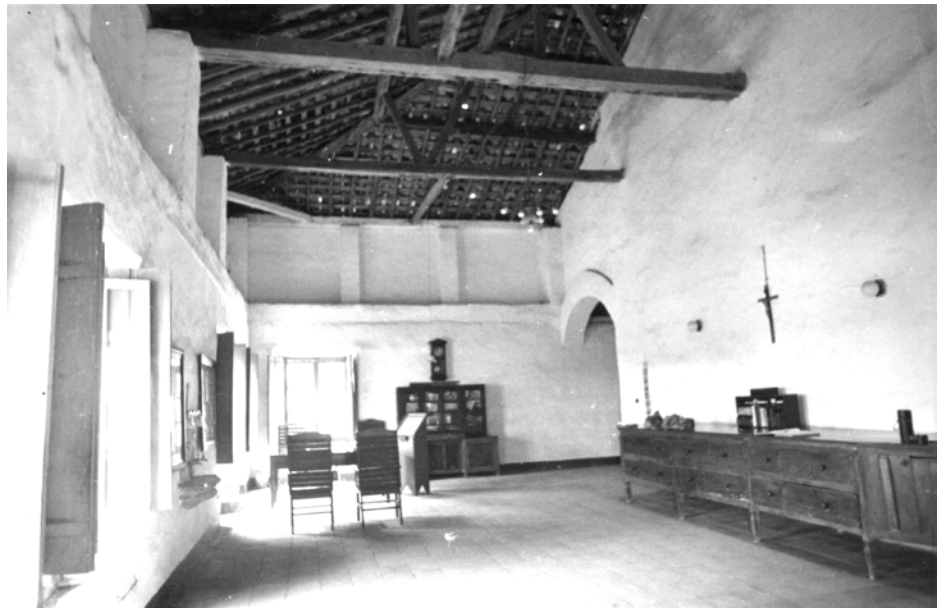


Fig. 247. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: sacristia (vista geral). Ao fundo pode-se observar a viga de suporte do piso do antigo consistório, como foi mostrado na fig. 105A, pelo lado oposto. Foto do autor.



Fig. 248. Igreja de São João Batista: fachada sudeste (principal). Ver desenho na fig. 12.AB. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 249. Igreja de São João Batista: frontão (vista externa). Foto SAV-CA R-UFES.



Fig. 250. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada oeste. O primeiro vão à direita, por trás do poste, está sobre o coro e sua distância para a próxima abertura é diferente em relação à distância existente entre as outras duas aberturas. Foto de Cristiano Woelffel Fraga. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 251 Igreja de São João Batista: fachadas nordeste e noroeste. A porta que aparece ao fundo dá acesso ao corredor lateral que conduz ao coro. Ver as plantas das figs. 9 e 10. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 252. Igreja de São João Batista: detalhe do óculo do frontão (vista interna). Foto SAV-CAR-UFES.

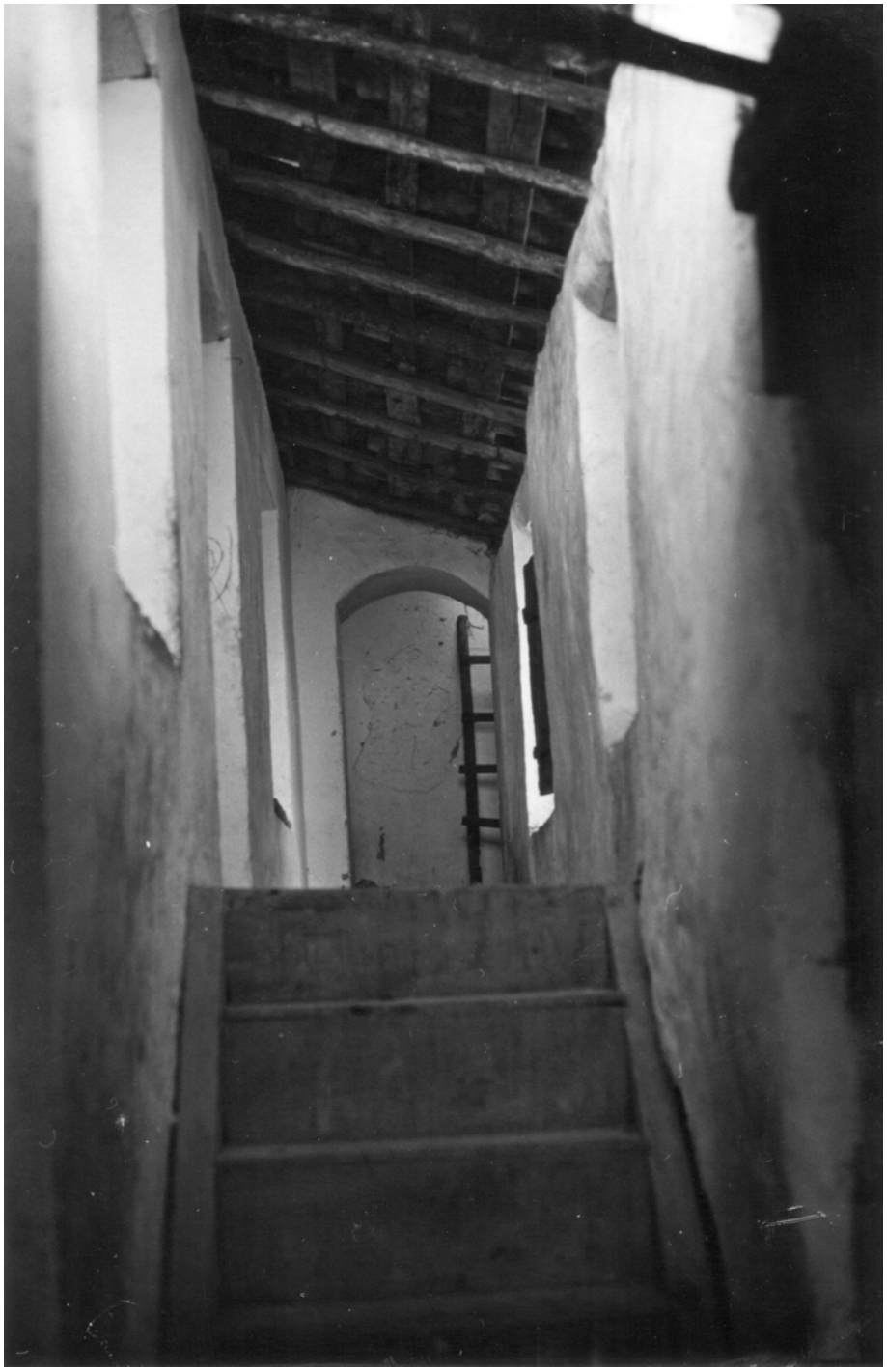


Fig. 253. Igreja de São João Batista: corredor lateral que conduz ao púlpito e à torre. Ao fundo, a porta de acesso à torre; e à esquerda, no centro, a porta de acesso ao púlpito. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 254. Igreja de São João Batista: coro. Foto SAV-CAR-UFES.

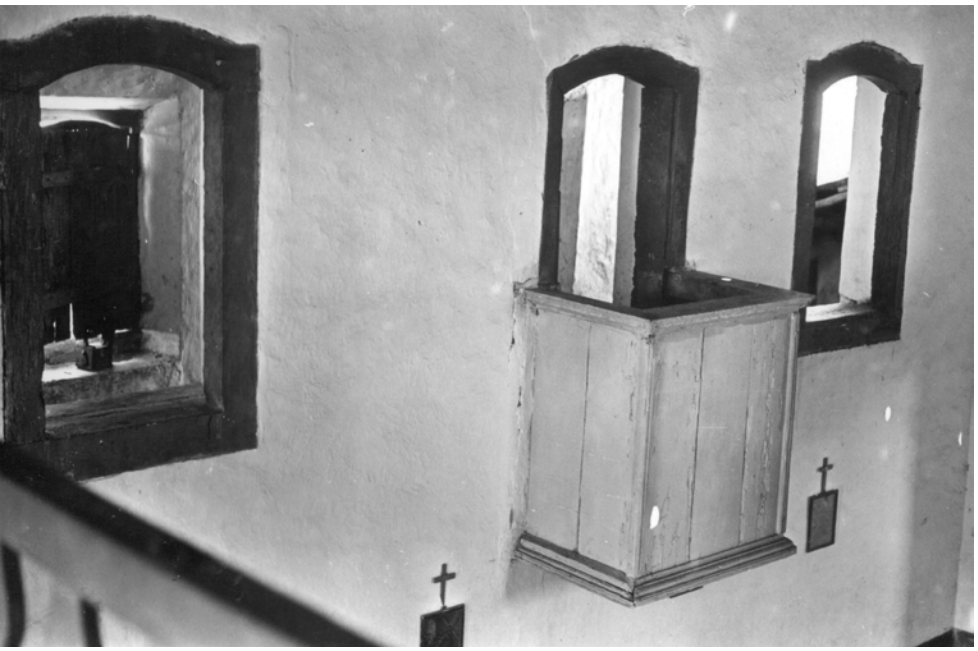


Fig. 255. Igreja de São João Batista: janelas da nave e púlpito. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 256. Igreja de São João Batista: janelas da nave (vista desde a capela-mor). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 257. Igreja de São João Batista: o.mesmo corredor da foto 57A, visto desde a porta da torre. Foto SAV-CAR-UFES.



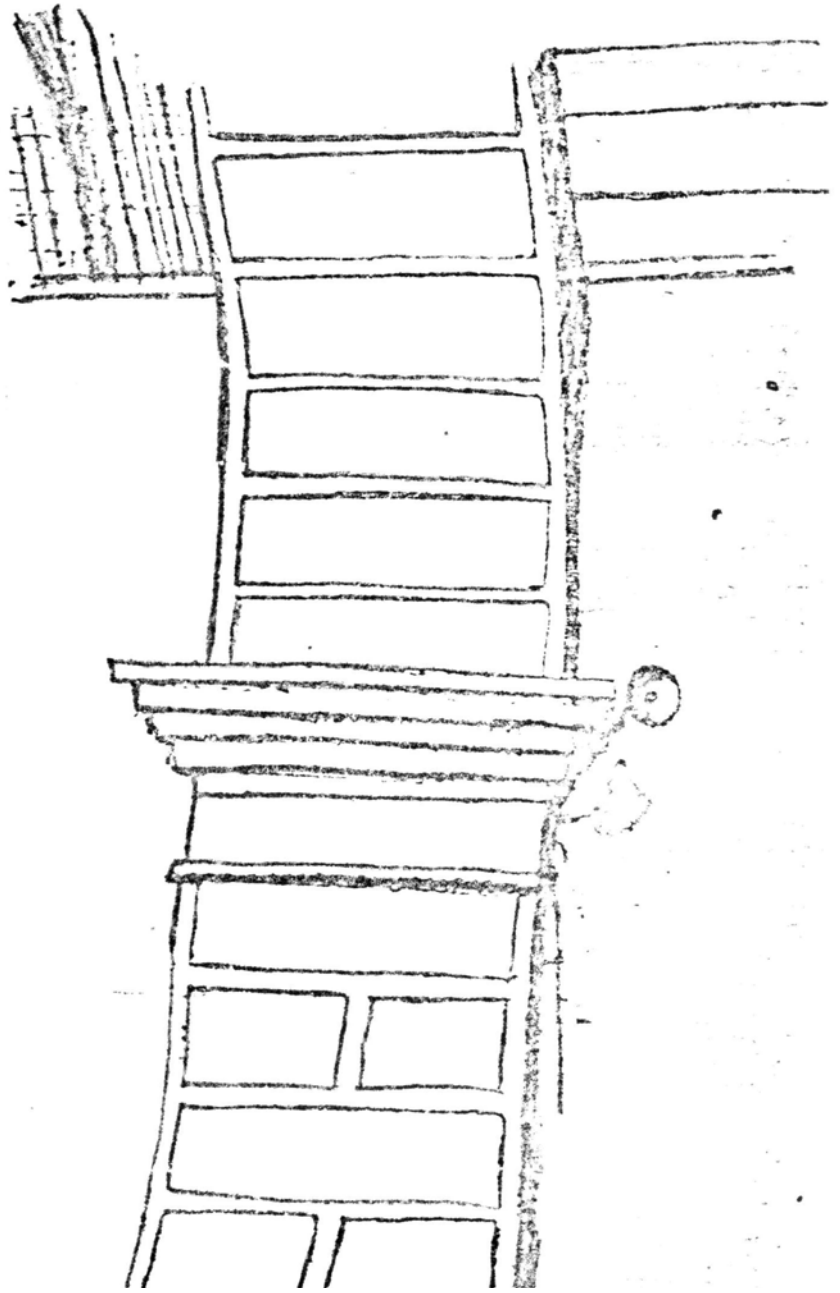


Fig. 258. Igreja de Reis Magos: detalhe de arco cruzeiro. Ver desenho anexo, para comparação com o arco cruzeiro da Igreja de São João Batista, em Carapina. Foto e desenho do autor.



Fig. 259. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: coro. Vão de porta fechada em madeira para ser janela. E possível que por ela se tivesse acesso à residência, só que esta acabou sendo construída do lado oposto. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 260. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: escadaria de acesso à cela dita de Anchieta, desde a sacristia. Foto do autor.

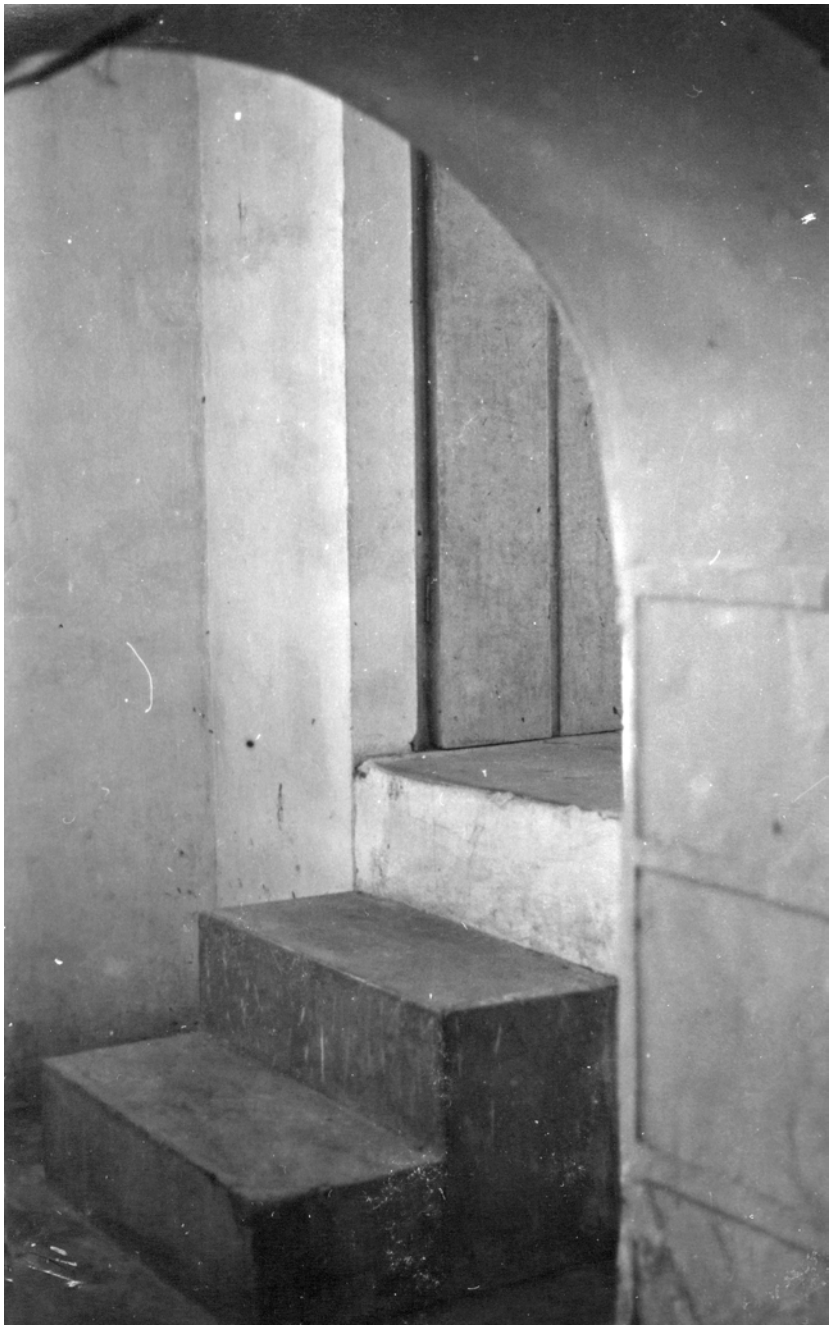


Fig. 261. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Vão de acesso pela residência. Ao fundo, escada que leva ao coro. Observar no arco do vão o mesmo tratamento apresentado pelo arco cruzeiro das igrejas de São João e Reis Magos (figs. 53A e 140A). Foto SAV-CAR-UFES.

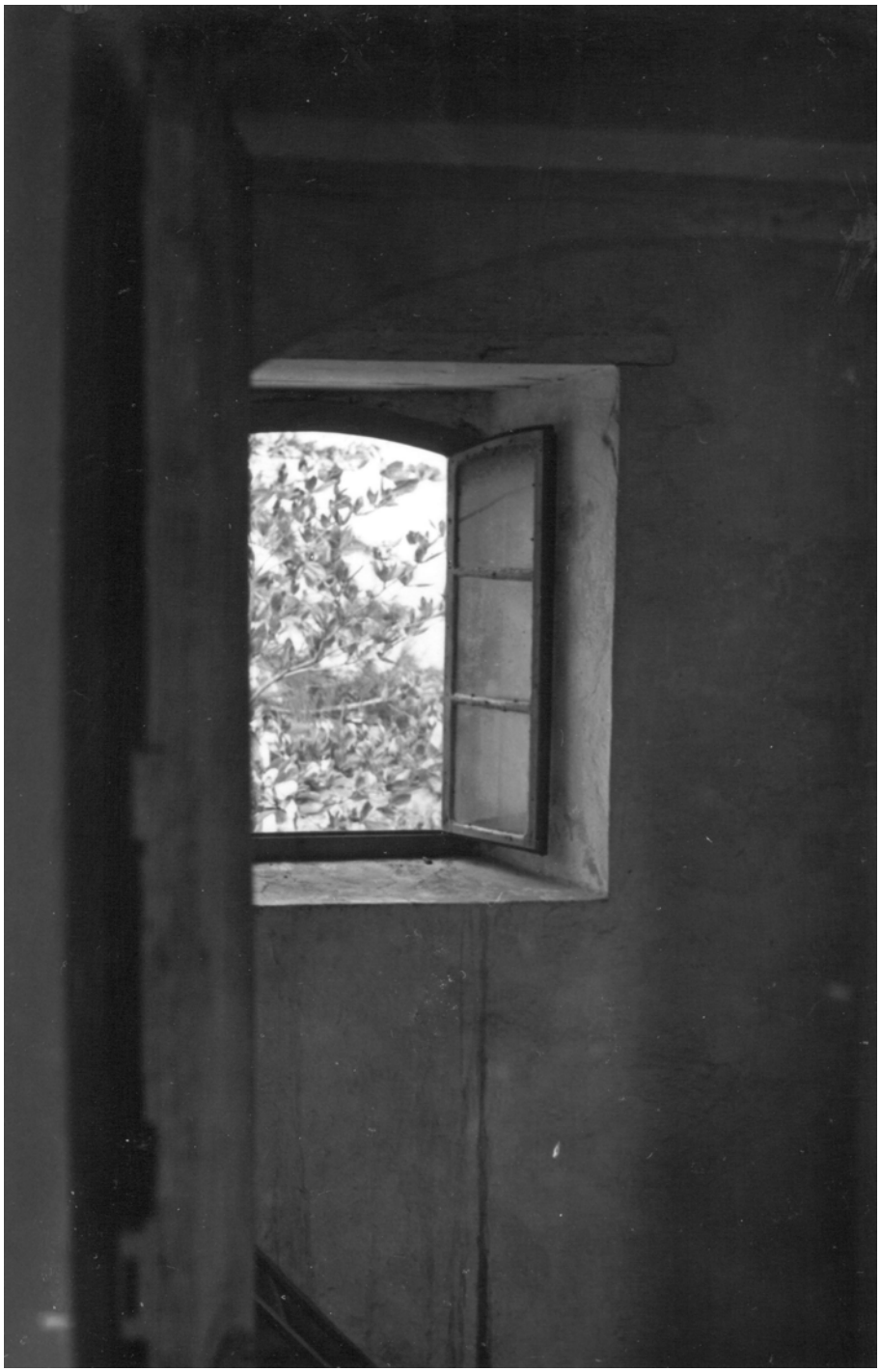


Fig. 262. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Janela do lado oposto á igreja. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 263. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Vão de sino. Ao fundo, por trás dos coqueiros, o mar. Foto SAV-CAR-UFES.

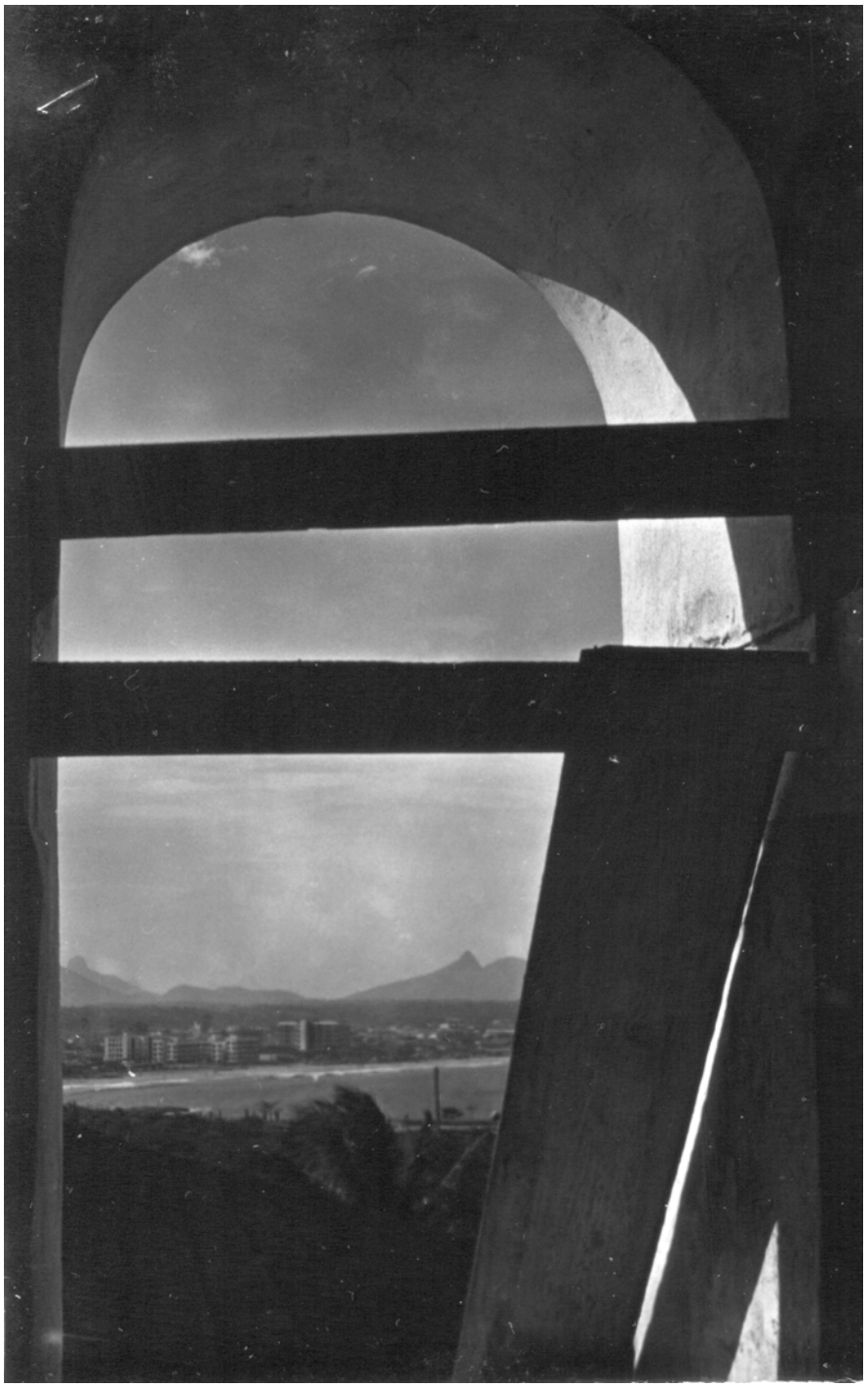


Fig. 264. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Vão de sino. Ao fundo, a praia de Muquiçaba. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 265. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre-telhado. A pequena parede que aparece corresponde ao início do telhado da residência. Ao fundo, atrás do coqueiro, o mar no desaguamento do rio Guarapari. Foto do autor.

Frontaria

A fachada principal, comum às igrejas dos jesuítas no Brasil, apresenta quase sempre um frontão triangular simples para as construções do século XVI e início do século XVII, com um óculo assentado no tímpano, junto à base do triângulo isósceles da empena. Esse frontão faz parte de um frontispício, normalmente com três janelas e uma porta de entrada, tendo às vezes duas torres laterais, embora normalmente apenas uma.

1. O frontão

Acreditamos que o modelo típico de frontão triangular caracterizou as igrejas dos jesuítas no Espírito Santo (fig. 269). Reis Magos (fig. 53), Nossa Senhora da Assunção (fig. 106), e São Tiago (fig. 13) apresentam esse tipo de frontão simples com o óculo, junto à base do triângulo, no interior do tímpano. Em São Tiago e Nossa Senhora da Assunção, o óculo é redondo, enquanto em Reis Magos é lobulado, e o frontão não apresenta a linha da base do triângulo que limita o tímpano, só os lados inclinados. O óculo lobulado também aparece nos frontões de Muribeca (fig. 77) e em Araçatiba (fig. 266).

Cabem aqui algumas considerações sobre São João e Nossa Senhora da Conceição. Nesta última, o óculo, lobulado como em Réis Magos, foi fechado por trás (fig. 93) e o frontão é, evidentemente, de época posterior à construção da igreja, devendo datar da reforma por que passou em meados do século XVIII. Parece-nos, entretanto, que deveria ser também triangular (fig. 92). E a de São João, que tem o óculo lobulado, também apresenta frontão de meados do século XVIII, quando de sua reforma. Aqui, como em Guarapari, o frontão, a nosso ver, também deveria ser triangular (fig. 271) em qualquer das duas, uma simples remoção do reboco permitiria uma conclusão exata.

O aspecto típico dessa parte do frontispício caracterizou a maioria das igrejas que os jesuítas construíram no Brasil durante o século XVI e princípios do XVII. Era assim o frontão da igreja do Colégio do Rio de Janeiro (fig. 270) e o da igreja do Colégio de São Paulo, como também o da Igreja de Olinda (do Colégio de Pernambuco).

Curiosamente, a Igreja de São Pedro da Aldeia, baseada na de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, apresenta um frontão simples, mas com volutas pequenas que se assentam sobre os lados

inclinados do triângulo (fig. 268), que não tem a base — "volutas rampantes sobrepostas ao frontão clássico primitivo" — num momento de transição ao frontão barroco, segundo Lúcio Costa.[514] ' Falta também o óculo; e uma janela, única e central, no frontispício, penetra a área do tímpano.



Fig. 266. Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, município de Viana: fachada principal. Foto de Cristiano Woelffel Fraga. Acervo IPHAN-ES.

514 Lúcio Costa, op. cit., p. 41.

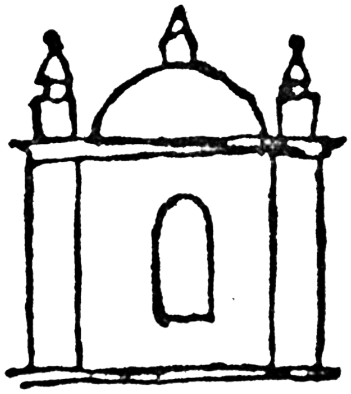


Fig.267 Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIe

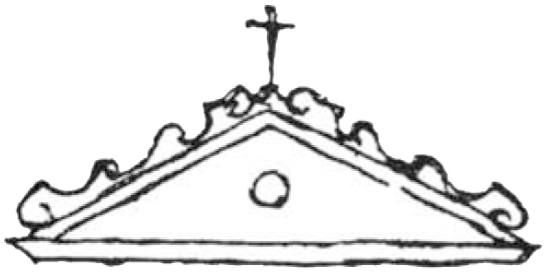


Fig. 268. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIk



Fig. 269. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIj

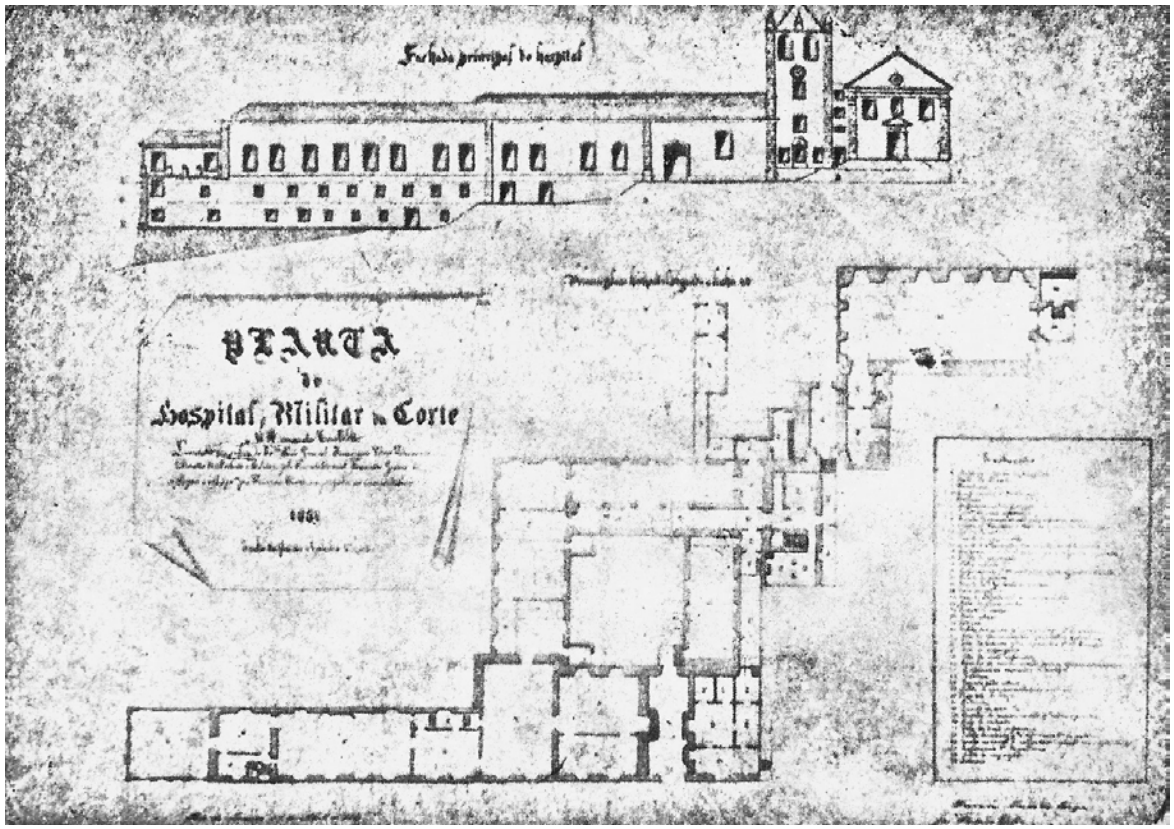


Fig. 270. Elevação e planta do antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro (Patrimônio do Exército do Rio de Janeiro). Tábua III de Paulo F. Santos, Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil (Coimbra, 1966), entre as p. 54 e 55 Fig.

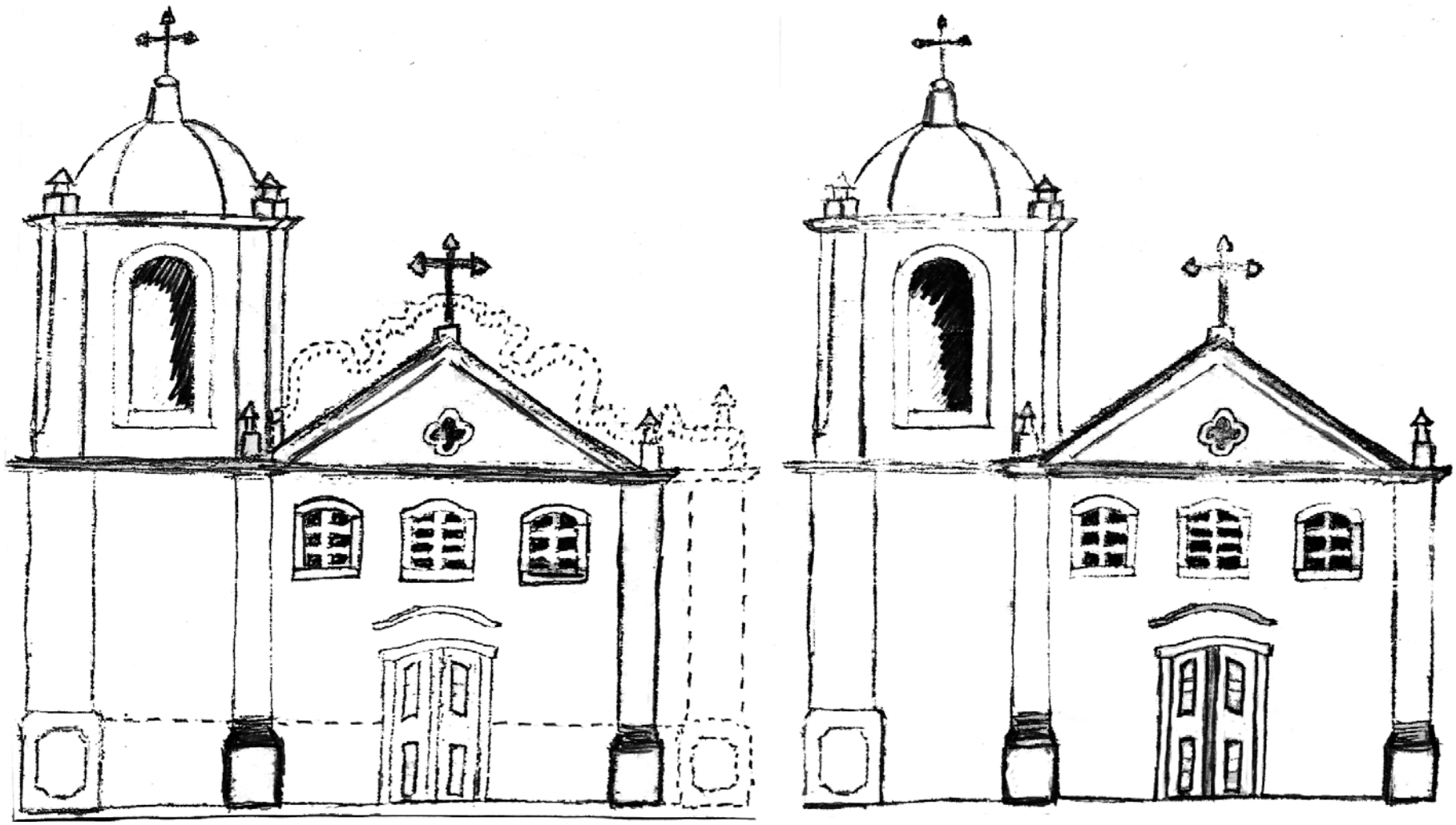


Fig 271. Igreja de São João Batista, em Carapina, município da Serra. Fachada com os acréscimos do século XVIII em tracejado, e sem esses acréscimos. Desenhos do autor.

2. A frontaria propriamente dita

A característica fundamental é dada pelas três janelas e por uma porta. Assim aparecem os exemplos brasileiros: a igreja do Colégio do Rio de Janeiro (fig. 270), a igreja do Colégio de São Paulo e a igreja do Colégio de Pernambuco, em Olinda.

Todas as igrejas que estamos estudando apresentam essa característica. Apesar de Nossa Senhora da Conceição possuir hoje três portas (fig. 91), já vimos (p. 97-98) que as duas laterais foram abertas no século passado. Se Nossa Senhora da Assunção tem apenas duas janelas, é porque a terceira — a do meio — foi fechada no século passado (p. 102 e 107).

De todas elas, apenas Reis Magos apresenta esses elementos da fachada em pedra de lioz (figs. 53 e 197), embora se possa supor que também a portada, de São Tiago (fig. 30) aparente ter sido de pedra de lioz. Nesta última, porém, as fotografias (figs. 32 e 14) da época da demolição, por não ter aumentado o vão ao serem retirados os elementos trabalhados, parecem mostrar que tais elementos eram de massa, e não de pedra trabalhada.

De um modo geral, o acabamento desses elementos é o mais simples possível, não apresentando qualquer requinte. A não ser, por exemplo, em Guarapari, onde o elemento decorativo acrescentado é tipicamente do século XVIII, não sendo, portanto, característico dos jesuítas, embora apareça também em Muribeca, por cima das janelas que dão sobre a nave (fig. 78), mas internamente e por sobre as três janelas do coro, na fachada principal, pelo lado de fora, assim como por sobre a porta principal (fig. 77).

Com exceção de Nossa Senhora da Assunção que é muito larga, vamos encontrar esse trecho da fachada que emoldura janelas e porta, formando quase um quadrado perfeito.

3. A torre

De acordo com Lúcio Costa, quando se projetava a quadra, a colocação da primeira torre definiria se a igreja teria ou não a segunda. Se a primeira a ser construída fosse a do meio (de ligação entre a igreja e a 'casa'), ter-se-iam duas. Reis Magos, neste caso, seria uma exceção, pois não se construiu a

segunda torre.[515]Quando a primeira era externa ao corpo da igreja, então só uma torre seria construída. O exemplo típico é Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta. A torre, nesse último caso, ficaria como acréscimo ao corpo da igreja (fig. 272).

Mais adiante, ao se referir às fachadas, diz Lúcio Costa, escrevendo sobre a igreja do Colégio da Bahia:

> Torna-se ainda necessário observar que a composição da fachada dessa igreja baiana denota ter havido, da parte do arquiteto que a projetou — ou dos que o sucederam durante o andamento das obras — uma certa hesitação na escolha do partido definitivo. Hesitação resultante do desejo, aliás mal sucedido, de conciliar a solução tradicional de duas torres, com o traçado erudito em voga desde que o. Vignola e Giacomo della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesús e de Sta. Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontespício sem torre, geralmente conhecido por `jesuítico" (fig. Ma). Assim, por exemplo (fig. Mb), enquanto as volutas da empena desenvolvem-se livremente (1), o frontão que remata o corpo central ficou reduzido a proporções exíguas (2) e as torres, vistas de frente, mal cabem na fachada (3), parecendo mais sineiras que propriamente torres, a ponto do conjunto reproduzir, feita abstração dos pormenores e da escala monumental, a silhueta das pequenas capelas de duas sineiras, comuns tanto na fig. 2C metrópole como na colônia (fig. IIIc).[516]

De acordo com essas observações, podemos dizer que a igreja da Bahia (fig. 274) não apresenta, na realidade, duas torres sineiras, mas apenas sineiras. O corpo da fachada inclui a parte inferior da torre, e faz com que esta não apareça na frontaria da igreja senão ao lado das volutas, na parte superior, apenas como sineiras. As divisões verticais do corpo da fachada, que vão até a parte superior de coroamento incluem a torre na frontaria como o próprio desenho de Lúcio Costa mostra. É dele também o desenho da igreja de Belém do Pará (fig. 275), que apresenta a mesma aparência da de Salvador, só que ali, no dizer de Lúcio Costa,

> as volutas transbordam por sobre as torres atarracadas (fig. IIId) e, embora ambas as igrejas respeitem, em suas linhas gerais, o mesmo partido de composição compacta, aquilo que na do Salva-dor é medida, apuro e distinção, no Pará se traduz de uma forma tosca e meio bárbara, com certos elementos tão fora de escala que chegam mesmo a parecer brutais.[517]

515 Lúcio Costa, "Arquitetura jesuítica", Revista do SPHAN, V (1941), p. 24.
516 Id., ibid., pp. 33 e 35.
517 Id., ibid.., p. 35.'

Verificamos então que torre, como tal, a igreja do morro do Castelo, no Rio de Janeiro, só possuía uma, a de ligação (fig. 270). A igreja do Colégio de São Paulo também só tinha a de ligação (a do meio). A igreja do Colégio de Olinda não possuía torres na fachada. E, no Espírito Santo, só São Tiago possuía as duas (figs. 8, .29 e 13). Portanto, São Tiago era exceção, e não regra. Na análise de outros exemplos, vamos ver que a torre do centro era sempre a primeira e única a ser construída. Assim, a torre externa ao corpo da igreja, como acontece em Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta, era exceção.

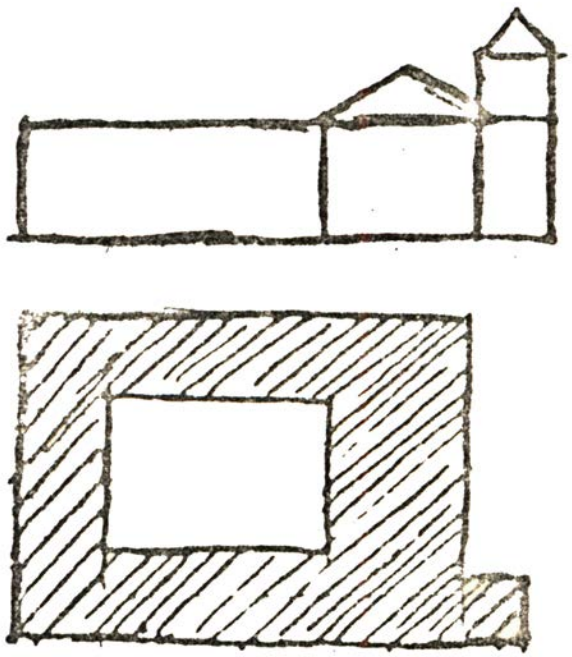


Fig. 272. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 22, fig. Id

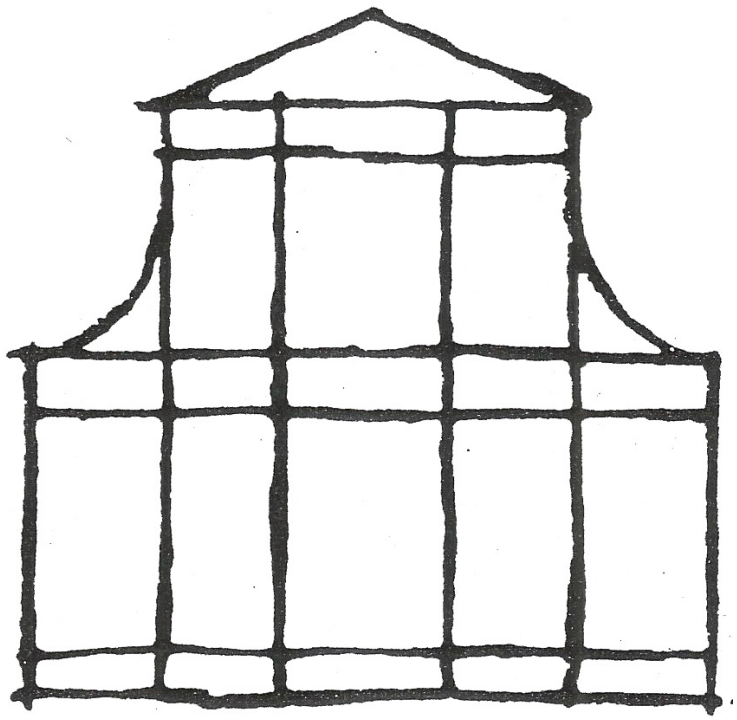


Fig. 273. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista 'do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,. V (1941), p. 34, fig. lila

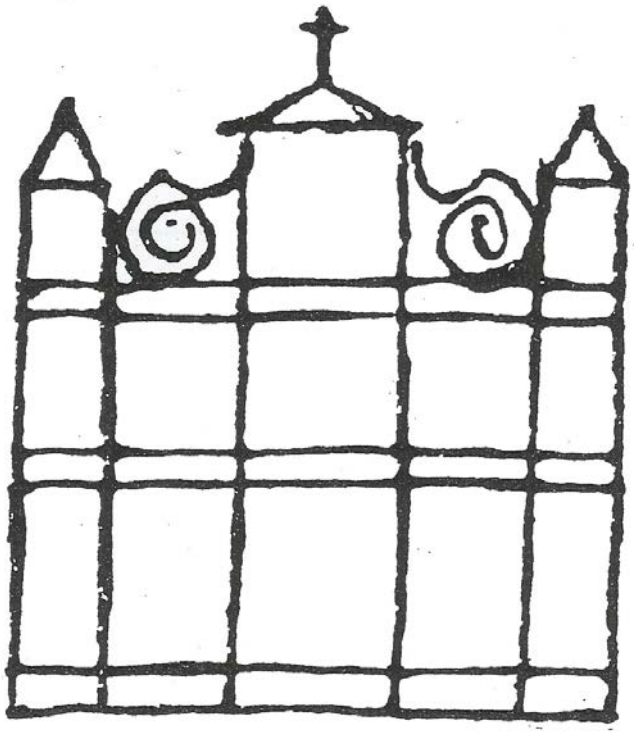


Fig. 274. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIb

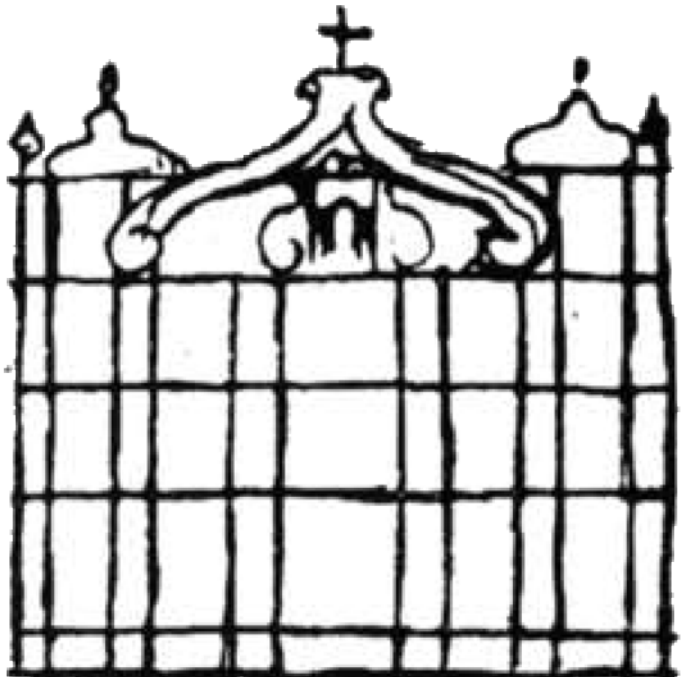
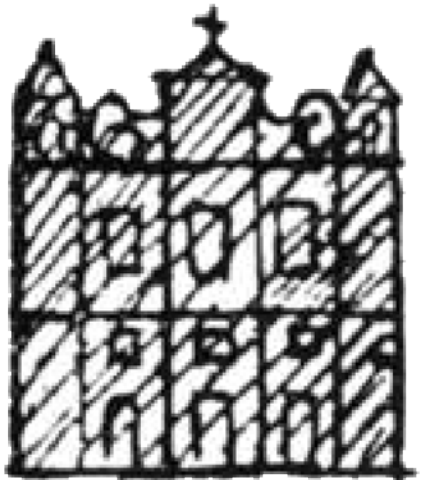


Fig. 275. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIj



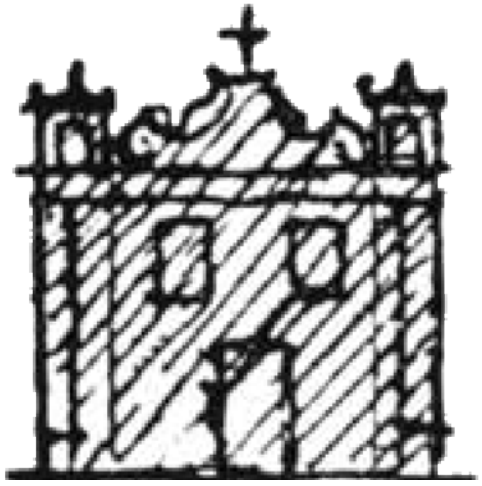


Fig. 276 Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. IIIc

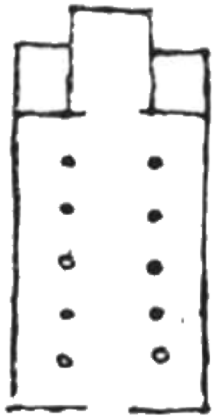




Fig. 277. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do PatrimônioHistórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 22, fig. If

3. A - Aspecto formal

Das igrejas que estamos estudando, construídas pelos jesuítas no Espírito Santo, apenas São Tiago teve as duas torres erguidas (figs. 29 e 13). A de ligação entre o Colégio e a igreja, construída primeiro, apresentava as características das construções do século XVI coerentes com o resto do edifício. A externa, construída muito mais tarde, apresentava um aspecto inteiramente discordante em relação ao edifício: a maior elevação, a forma 'bulbosa' (fig. 7) da cobertura, a decoração barroca contrastam com a severidade e a simplicidade do conjunto da fachada, mais harmônica. Essa torre, apesar de externa ao corpo da igreja, teve um corredor acrescido por trás dela, incluindo-a ao corpo da igreja e fazendo com que a quadra tomasse uma linha única de contorno, sem saliências ou reentrâncias.

Em Reis Magos, a torre única harmoniza-se no todo da frontaria, por sua proporção, fazendo do conjunto — igreja e residência — um dos mais bem equilibrados e racionalizados dentre todos os que os jesuítas ergueram no Brasil. Além disso, sua cúpula realça por sobre a linha da própria torre (fig. 278), possuindo ainda uma cerca de alvenaria que a embeleza e que criou estilo: esta cerca foi repetida na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória (fig. 141B), na torre, no mesmo local que em Nova Almeida; e no frontispício da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, bem como na torre (figs. 266 e 76).

Em Anchieta, dois maciços servem de base externa às extremidades de dois arcos perpendiculares à igreja e unidos entre si (figs. 91 A e 280) por outro arco (ver a planta do pavimento térreo de Anchieta, fig. 17). Esses três arcos sustentam a torre. Maciça, pesada, essa torre de Anchieta, por não ter também a proporção correta em relação à frontaria — apresenta-se muito baixa, atarracada —, faz com que o conjunto não tenha a beleza de Reis Magos (fig. 106).

Além de atarracada, apresenta os enfeites decorativos superiores muito pesados, e a elevação superior da cúpula, que aparece muito pouco, por ser a calota muito menor do que o quadrado no qual se insere (fig. 114), não sobressai no monumento. Essa torre deveria ser um pouco mais alta para que agradasse mais quanto ao aspecto formal. E seus construtores já deveriam conhecer a proporção, pois em Guarapari, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ja haviam realizado um projeto semelhante.

Só que, em Reritiba, a largura da igreja de três naves e a conseqüente elevação da igreja mudaram a esquematização comum às outras igrejas, embora haja acrescentado maior valor teórico, pela busca de fórmulas novas, para a ampliação do edifício e pelas soluções arquitetônicas encontradas.

Em Guarapari, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, encontramos um detalhe interessante: a torre, apesar de estar construída intermediariamente — entre a residência e a igreja — foi, na realidade, edificada nos moldes da torre da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta, para ser externa ao corpo da igreja.

Uma análise da planta (fig. 3) e de fotos atuais, mostra que: 1) a parede da nave foi cortada para a abertura do vão hoje existente, perpendicularmente, quando se sabe que os jesuítas cortavam as aberturas, geralmente, de forma ensutada, isto é, inclinadas em relação ao eixo da parede; e uma rápida observação das diversas aberturas, em quaisquer das plantas apresentadas, confirmaria isso; 2) as paredes que fecham os outros três lados da torre são extremamente finas para que fossem originais; se tivessem sido fechadas originalmente, não haveria indicação de vãos fechados, mas teríamos paredes maciças; 3) as fotos da fachada principal da torre (figs. 91, 284 e 285) e da lateral externa (figs. 281 e 283) mostram que a moldura de contorno da base do edifício (rodapé) está interrompida exatamente sobre o local da passagem; essa última foto (fig. 283) indica, inclusive, a marca de frontão 'ondulado', característico das construções do século XVIII e que aparece ainda por sobre as janelas da frontaria da igreja (fig. 91); e 4) a foto do interior da residência, lado posterior da torre, e a planta (fig. 3) mostram o vão fechado, que deveria ser a porta de entrada original e que dava acesso à residência.

Além de tudo o que foi dito, uma das 'disposições gerais', que Dom João Néri deixou em sua visita de 1900 diz:

> Faça-se uma separação de grade, debaixo do côro, no lado esquerdo de quem entra na Igreja e dentro deste cercado seja colocada uma Pia Baptismal decente, pia esta

> que o Rev. Vigario deve comprar com o producto de uma subscripção entre os fieis... [518]

Ora, se se devia fazer uma cerca do lado esquerdo da igreja para se manter ali o 'batistério', é porque ainda não se tinha pensado nem em abrir a parede da nave nem em fechar os vãos, para se ter o batistério no interior do andar térreo da torre. E diga-se de passagem que, em Nossa Senhora da Assunção, o batistério fica à esquerda de quem entra na igreja (ver planta do térreo, onde se assinala o cercado — figs. 17 e 135), com uma cerca como Dom João Néri dispôs para se fazer em Guarapari.

Esta conclusão de que a torre de Guarapari é externa ao corpo da igreja (fig. 15) faz supor que a residência, construída sempre depois da igreja, planejada para ser do lado oposto da torre, foi mudada de posição. Mas por quê? Talvez seja impossível saber. De qualquer forma, os jesuítas recuaram a construção, para começá-la junto à face posterior da torre, e nela abriram a porta de entrada da residência (fig. 15).

Só o estar a porta de entrada da residência dentro da torre justificaria o fato de não tê-la mencionado Dom Pedro II, na passagem que vimos antes (p. 96), quando fala das seis janelas e nada diz a respeito de portas (fig. 15).

Quanto ao aspecto formal, a torre Guarapari lembra mais a de São João de Carapina. A cimalha é alta também, revelando-se todavia mais bem proporcionada no aspecto do conjunto da frontaria. A cúpula é semi-esférica, aparecendo sem parcimônia, embora a decoração com quatro pináculos, um em cada ponta (fig. 286), seja do século XVIII.

Em São João, a torre é também externa ao corpo da igreja, mas não há vestígios da residência, ficando difícil determiná-la (figs. 9, 10, 289 e 62). É interessante observar ainda que, se a Igreja de Araçatiba tem a torre intermediária, a de Muribeca, embora inconclusa, foi iniciada do lado oposto ao da casa da fazenda.

518 Arquivo da Cúria Metropolitana de Vitória, Livro do Tombo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, pp. 2-3.



Fig. 278. Igreja de Reis Magos: torre. Foto SAV-CAR-UFES.



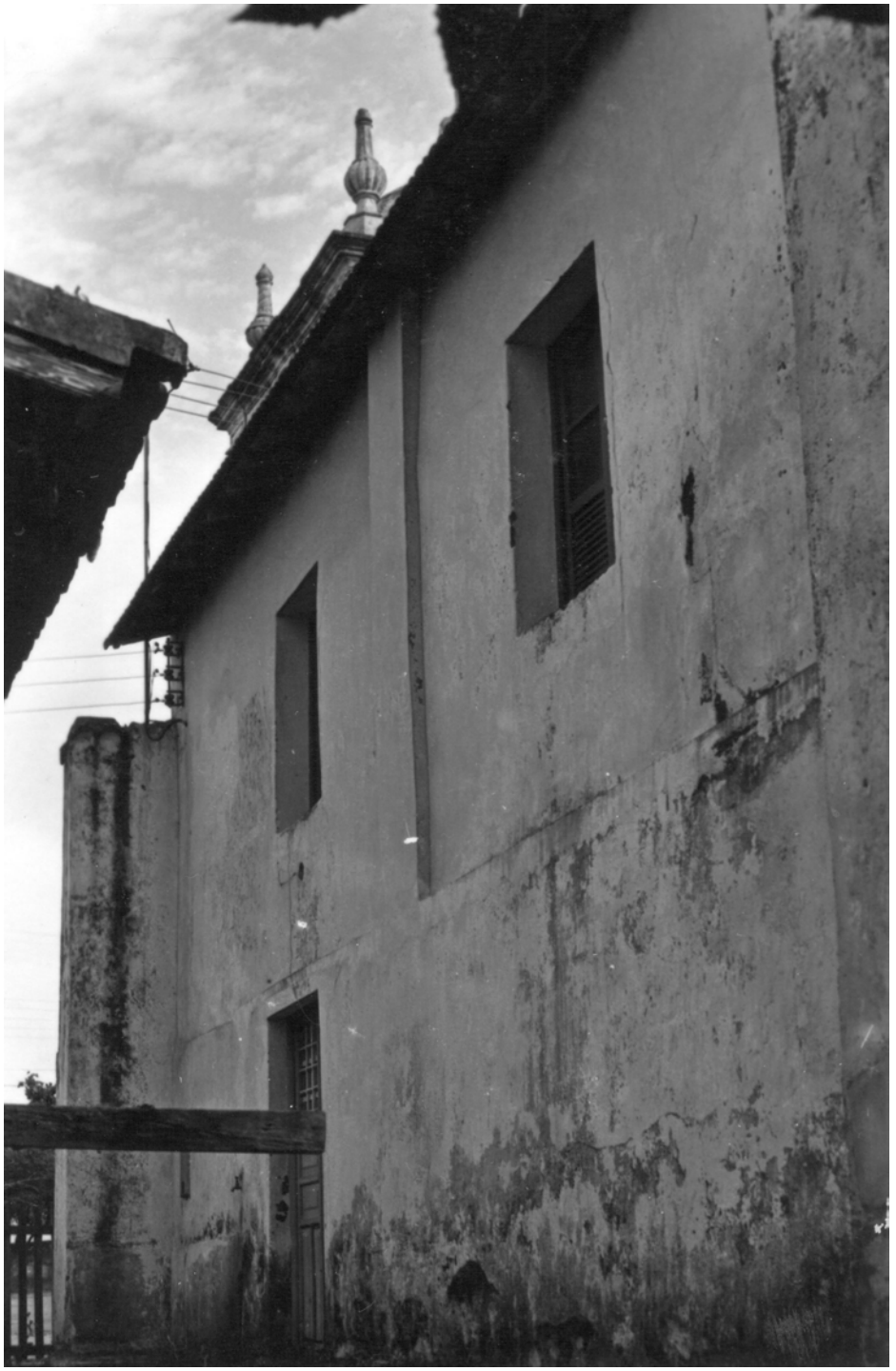
Fig. 279. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória: torre. Foto do autor.



Fig. 280. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: torre. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 281. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachadas sul e leste. Pode-se notar que a residência foi construída junto à parede posterior da torre. Foto SAV-CAR-UFES.



282. Residência de Guarapari: fachada leste, Foto SAV-CAR-UUS.



Fig. 283. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada leste. Detalhe. Nota-se perfeitamente que o 'rodapé' da parede se interrompe sobre um possível 'vão fechado'. Observar que o reboco por sobre o 'vão fechado' apresenta a forma de um frontão semelhante aos que aparecem por sobre as janelas e portas da fachada principal (sul). Ver fig. 69A. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 284 Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachadas sul e leste. Detalhe. Nota-se perfeitamente que no arco de vão fechado, sobre a torre, o 'rodapé' é interrompido, como nas portas. Foto SAV-CAR-UFES



Fig. 285. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: torre. Cúpula e pináculos. Foto do autor.



Fig. 286. Igreja de Nossa Senhora da Conceição : fachada oeste. Foto de Cristiano Woelffel Fraga. Acervo IPHAN-ES.



Fig. 287. Igreja de Nossa Senhora da Conceição: fachada sul. Detalhe do arco de vão fechado da torre. Nota-se perfeitamente que o 'rodapé' sofre interrupção exatamente sobre o arco, Prova de que ele, primitivamente, era aberto. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 288. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: nave lateral direita (vista desde a entrada).
Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 289. Igreja de São João Batista: fachada noroeste. A porta que aparece dá acesso à chamada 'sacristia' do século passado, pela qual se alcançam a capela-mor e o corredor-lateral que conduz à torre. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 290 Residência de Reis Magos: fachada sul (principal). Detalhe da porta de entrada. O símbolo do poder real data do século passado. Portal de madeira. Foto SAV-CAR-UFES.

3. B - Cúpula

As cúpulas das torres são geralmente em 'meia-laranja', semi-esféricas, e se apoiam, às vezes, em pechinas, como as das igrejas de Guarapari e Reis Magos (fig. 291). A de Anchieta (fig. 294), não obstante aparente ter sido do mesmo modo, parece estar mais próxima da de São João de Carapina (figs. 293 e 58D), embora seja semi-esférica. Na de Anchieta, a parede que a suporta e que se apóia sobre a parede da nave (figs. 20 e 294) não é mais original, e uma parte do apoio da cúpula está feita em concreto armado.

Em São João, as pechinas foram substituídas por vergas de madeira (figs. 293 e 292) que chanfraram as quinas do quadrado, internamente, formando o octógono. Só que, aqui, a cúpula acompanha a forma, subindo os oito lados, até se encontrarem em um ponto central, formando urna cúpula octogonal. Todas as cúpulas foram construídas de tijolos.

Embora da Igreja de São Tiago quase nada se saiba, as fotos antigas mostram a torre de ligação (figs. 29, 13, 31, 32 e 38) em 'meia-laranja', normal e característica, enquanto a externa era bulbosa (figs. 7, 29, 13, 14 e 18), apresentando características diferentes, mais específicas do século XVIII. A de Araçatiba apresenta-se também em 'meia-laranja'.

3. C - Vãos e sineiras

De um modo geral, a torre era sineira. Normalmente, cada face da torre possuía uma abertura para sino. Aconteceu assim em Araçatiba, Guarapari, São João Batista e Reis Magos. Já em Nossa Senhora da Assunção, na fachada norte da torre, encontramos duas aberturas para sino (figs. 102, 151, 106, 153, 114 e 280). E, em São Tiago, as fotos de antes da modificação feita em 1910-1912, nota-se que, em todas as faces da torre intermediária havia dois vãos para sinos (figs. 29, 13, 31 e 38), enquanto na outra torre, a externa, apenas uma abertura em cada face (figs. 29, 13, 31 e 38).

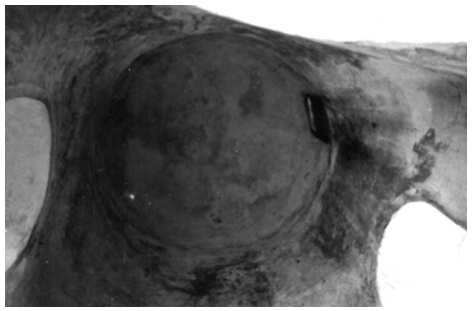


Fig. 291. Igreja de Reis Magos: torre (vista da cúpula, mostrando uma pequena janela que dá acesso à parte superior, onde se encontram a cerca limite e a parte-exterior da cúpula). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 292. Igreja de São João Batista: torre (vista da cúpula). É interessante obser-var o apoio octogonal formado por vigas de madeira colocadas nos quatro cantos. A cúpula também acompanha a forma octogonal da base. Fotos do autor.



Fig. 294. Igreja de São João Batista: torre (vista do lado unido à parede da igreja). Pode-se ver perfeitamente a viga de madeira da esquerda, no chanframento do ângulo do quadrado para a transformação em octógono. A viga da direita já não existe. Ao fundo, pelo vão, a cruz da parte superior do frontão da fachada principal. -Foto do autor.

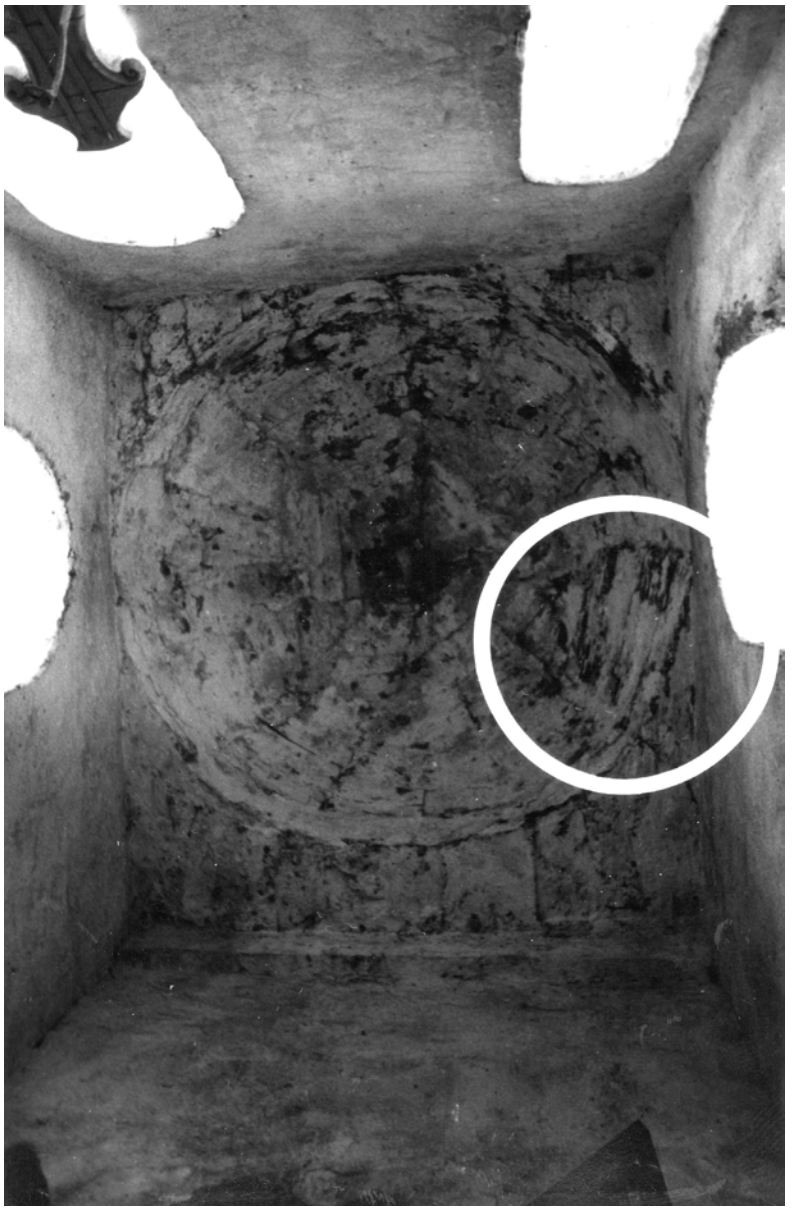


Fig. 293. Igreja de Nossa Senhora da Assunção: torre (vista geral mostrando o lado junto á igreja mais largo para o apoio da cúpula). Nesta, assinala-se um vão fechado, como o que aparece em Reis Magos (Fig. 131A). Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 295. Igreja de São João Batista: vão da torre, lado oposto à igreja. Ao fundo, a rodovia de onde foram tiradas as fotos A e B da fig. 50 e a cidade de Vitória. Foto do autor.



Fig. 296. Igreja de São João Batista: corredor lateral que conduz ao coro. Ao fundo, à direita, porta de acesso ao coro. Foto SAV-CAR-UFES.

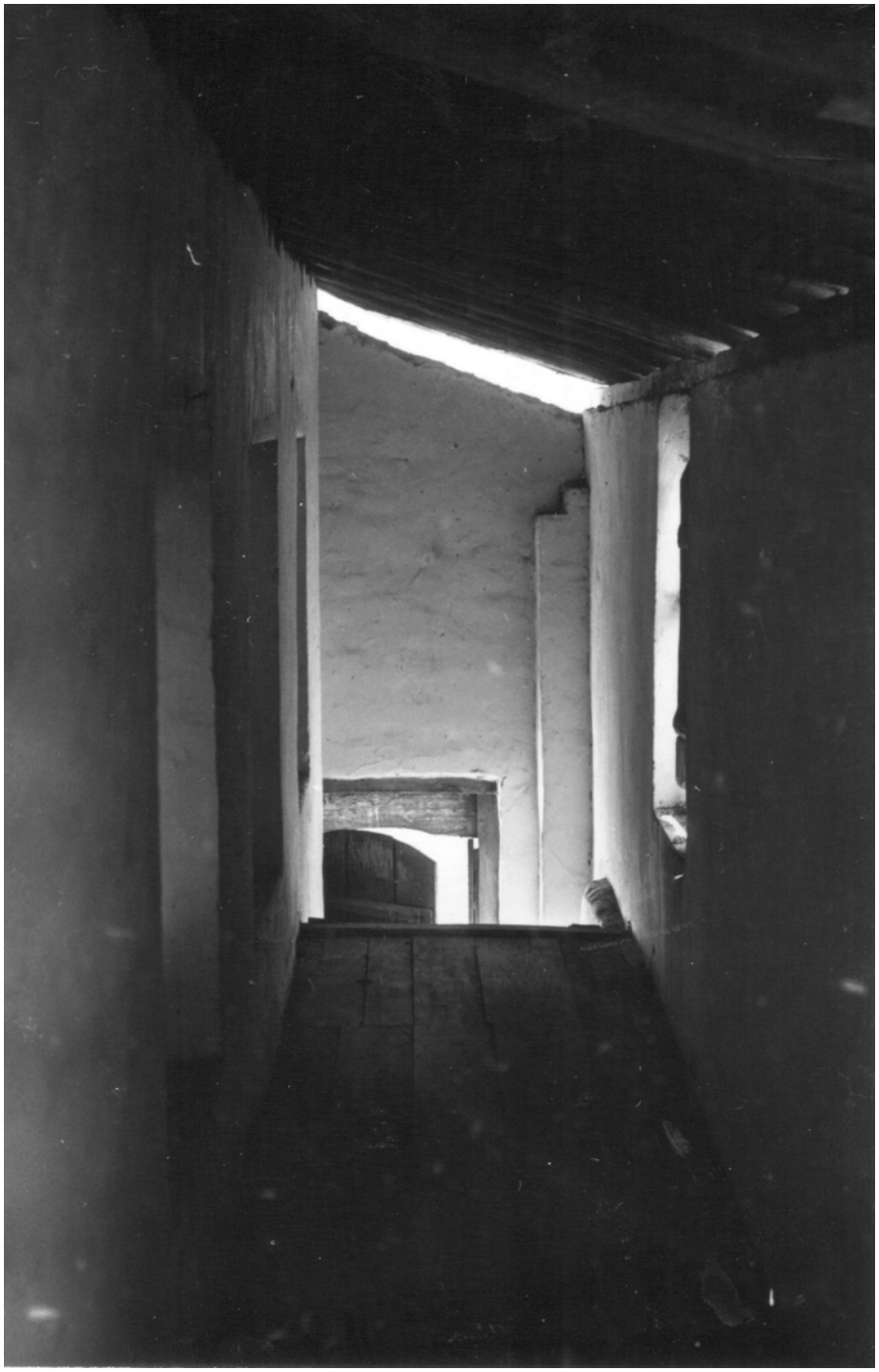


Fig. 297. Igreja de São João Batista: corredor lateral que conduz ao coro (vista desde a .porta do coro). A porta ao fundo é a mesma da fig. 51A. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 298. Igreja de São João Batista: coro. Detalhe do telhado. Na parede ao fundo, parece-nos que deveria haver uma porta de acesso para quem viesse da torre. Foto SAV-CAR-UFES.-UFES.



Fig. 300. Igreja de São João Batista: coro. Vêem-se as três janelas e o óculo do frontão. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 299. Igreja de São João Batista: corredor lateral por baixo do corredor lateral que conduz ao coro. Sua porta de acesso aparece nas figs. 53A e 53B. Foto SAV-CAR-UFES.



Fig. 301. Igreja de São João Batista: reprodução do corredor lateral da foto 64A, visto do ângulo oposto. Foto SAV-CAR-UFES.



Conclusões

Características no Espírito Santo

Tendo em vista tudo o que vimos no desenrolar do texto, podemos chegar a algumas características no Espírito Santo.

- Quanto ao Colégio/residência;
- Quanto à igreja.

Quanto ao Colégio/residência

1. Localização

No Espírito Santo, tanto o Colégio como as residências se situaram em locais privilegiados. É verdade que, no caso de Reritiba, não foi o local mais elevado. Houve uma grande distância do mar, no caso de Carapina. Reis Magos e Guarapari apresentaram, porém, a localização ideal que os jesuítas desejavam atingir.

Já o Colégio, embora não tenha tido o local perfeito, teve, pelo menos, a melhor posição em relação à ilha de Vitória. Mas todos os edifícios, sem exceção, apresentam-se em elevações e bem protegidos.

2. Programa construtivo

O programa construtivo adotado no Espírito Santo foi, como vimos, a quadra. É verdade que, em Carapina, não se encontra qualquer vestígio da residência, e em Guarapari só o 'quarto' da fachada existe, ainda que só em alicerces. Mas a grandiosidade da quadra do Colégio e a beleza do conjunto de Reis Magos, além do que construíram em Reritiba, atestam a execução da quadra como programa construtivo dos jesuítas.

3. Vãos de fachada

Parece-nos impossível, em relação aos edifícios do Espírito Santo, uma definição sobre os vãos existentes nas residências e no Colégio nas três fachadas que possuíam. A principal, ao lado da igreja, parece ter se definido com seis janelas no andar superior. Esse era o número de janelas da residência de Guarapari e do Colégio de Vitória; Reritiba tem esse número de janelas ainda hoje. Só Reis Magos apresenta quatro janelas, enquanto de Carapina não se têm notícias. No andar térreo, porém, é difícil a definição das aberturas. Na realidade, no térreo, em nenhuma das fachadas deveriam existir janelas. Talvez óculos, como aparece na fachada norte de Reis Magos (fig. 185). Isso nos levaria a concluir que as janelas das fachadas do Colégio e da residência de Anchieta não deveriam existir.

As janelas das outras fachadas, do pavimento superior, deveriam ter ligação apenas no que se refere às necessidades de iluminação e aeração internas.

Quanto à igreja

1. As torres

Quanto às torres, as igrejas construídas pelos jesuítas no Espírito Santo apresentam-se como exceções em relação às outras construídas pelos mesmos padres no Brasil: a) São Tiago é exceção por ter duas torres, tendo a externa sido construída muito depois da de ligação; b) Reis Magos, apresentada como exceção, na realidade obedece à regra, pois a torre do centro era quase sempre a primeira e a única a ser construída; c) São João Batista, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Assunção (que serviu de modelo a São Pedro da Aldeia), por apresentarem a torre externa, única a ser construída, eram tidas como fazendo parte da regra, mas são exceções. No entanto, se são exceções para as características gerais no Brasil, quase se tornaram padrões para as características da arquitetura dos jesuítas no Espírito Santo, pelo número de exemplos, já que a elas ainda se pode acrescentar a igreja de São Pedro da Aldeia, construída pelos padres do Espírito Santo com base na de Anchieta.

Só o caso de São João ainda permanece indefinido. Tomamos por hipótese a semelhança em relação a Guarapari e Anchieta, embora também pudéssemos ter tomado por hipótese a semelhança com Nova Almeida, para a qual deve ler servido de modelo. Permanece a incógnita. No local, hoje, parece mais viável a construção da residência, como apresentamos no capítulo anterior. Mas a possibilidade de ser semelhante ao outro partido aplicado no Espírito Santo não pode ser afastada, principalmente se levarmos em conta que o acesso ao púlpito poderia ser pela residência, como em Nova Almeida (figs. 24, 163, 164, 165, 167 e 166), ou como no Colégio do Rio de Janeiro (fig. 302), ou como, provavelmente, no Colégio do Espírito Santo.

Visto isso, no Espírito Santo podemos separar, nitidamente, em relação às torres, dois partidos adotados: o da regra comum, com a construção da torre de ligação entre a residência e a igreja (Reis Magos e Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba), que apresentava a possibilidade de ereção posterior de uma segunda torre (São Tiago); e o da exceção, pois, no Brasil, só no Espírito Santo se construiu o partido de colocação da torre única como 'apêndice' do edifício (Nossa Senhora da Assunção), sem possibilidade de construir outra torre. E não houve apenas um exemplo (Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari; São Pedro da Aldeia, em Cabo Frio; São João Batista, em Carapina; e Nossa Senhora das Neves, em Muribeca, ainda que inacabada).

2. O partido da nave

De um modo geral, no Brasil, as igrejas dos jesuítas apresentam-se com nave única. Só no Espírito Santo se construiu igreja com três naves: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba, hoje Anchieta; e a igreja de São Pedro da Aldeia, em Cabo Frio, que, embora em território do Rio de Janeiro, podemos considerar como exemplar capixaba, uma.vez que foram os padres de Anchieta que a fizeram, tomando por base a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

3. Os vãos sobre a nave

Além das janelas do coro, as grandes igrejas jesuíticas não possuíam outras aberturas, a não ser a porta de entrada na fachada principal e, às vezes, uma outra porta na fachada lateral oposta ao Colégio/residência. Apenas as igrejas de fazendas e as pequenas igrejas de aldeias apresentavam janelas sobre a nave.

4. Fachadas

As igrejas jesuíticas, de um modo geral, apresentavam o frontão triangular simples, que se transformou posteriormente no rebuscamento do barroco, por modismo (figs. 269, 268, 8, 116, 133, 6A e 12).

Já com relação às aberturas da fachada, a maioria das igrejas apresenta apenas três janelas e uma porta. Quando muito, ás vezes, se acrescentam mais duas portas laterais à central, como aconteceu na Igreja de São Tiago (figs. 13 e 31), que possuía uma porta sobre cada torre.

Influências exercidas sobre outras igrejas

Não podemos afirmar com certeza se as semelhanças existentes entre as outras igrejas do Espírito Santo não-jesuíticas e as que os padres construíram são devidas às influências que eles possam ter exercido, por dirigirem obras ou por sugerirem tendências, ou porque os que construíam imitavam suas obras. Uma coisa, porém, não se pode negar: a maioria das igrejas do Espírito Santo se assemelha às igrejas dos jesuítas em vários aspectos.

Nave

Todas as igrejas não-jesuíticas do Espírito Santo apresentam nave única. E a maioria delas apresenta três janelas de cada lado, sobre a nave, como as igrejas pequenas, de aldeias ou de fazendas, que os jesuítas construíram. Como exemplos, têm-se as igrejas de Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim; de São Benedito, em São Mateus, de Nossa Senhora da Conceição em Viana; de Nossa Senhora do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo, em Vitória (fig. 304).

Outras igrejas têm, além das três janelas, uma abertura de cada lado do coro, como portas de passagem para futuras torres que não chegaram a se construir. Assim é o caso das igrejas de Nossa Senhora do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo (fig. 304), em Vitória; de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha, que, inclusive, apresenta no chão os maciços de base para a ereção das torres; de Nossa Senhora do Rosário (fig. 304), em Vitória; de São Gonçalo (fig. 22), que, como a do Rosário, de Vila Velha, utiliza uma dessas aberturas sobre o coro, para sineira. E outras ainda, como a antiga matriz de Vitória (fig. 30), que, além da torre, existente só de um lado, possuía quatro janelas -sobre a nave.

Capela-mor/nave

Todas as igrejas não-jesuíticas apresentam, como as que os inacianos construíram, uma nave mais alta e mais larga do que a capela-mor. Todos os exemplos citados acima se apresentam assim.

Vãos na fachada

Quase todas as igrejas não jesuíticas do Espírito Santo apresentam três janelas no coro e uma porta principal de entrada. Algumas se apresentam com três portas. É o caso, por exemplo, da antiga matriz de Vitória, da Igreja de São Gonçalo, em Vitória, e da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim.

Frontão

O frontão normal das igrejas dos jesuítas do primeiro século e princípios do segundo é o triangular. No século XVIII, a moda era ter os frontões rebuscados e cheios de enfeites (figs. 6A e 12). Por isso, as igrejas setecentistas apresentam frontões assim, enquanto as igrejas de séculos anteriores, principalmente as do século XVI, tiveram seus frontões simples transformados pelo `barroquismo' (fig. 12). O Espírito Santo não foi exceção.

O óculo usado nos frontões das igrejas jesuíticas, principalmente o lobulado, que foi o mais comum, aparece em vários exemplos não-jesuíticos: a antiga matriz de Vitória possuía um sobre o frontão (fig. 107 A e B); também tinham um óculo desses as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo (fig. 303); tem um a igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Velha, e possuía um também a antiga Igreja da Misericórdia.

Por falar nessa Igreja da Misericórdia, é lamentável que não se conheça nenhuma documentação a respeito. Dela existe uma foto, tirada em uma parada militar ou inspeção de tropas, que se realizou diante do Colégio dos jesuítas antes que o templo fosse demolido para a ereção do edifício chamado de Palácio do Congresso. Por essa foto nota-se que possuía uma largura bastante considerável em relação à altura e em comparação com a maioria das outras igrejas de Vitória, assemelhando-se, só por isso, à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, mas sem a torre. Teria ela possuído três naves? Sua largura é fora do comum. Seu frontão é o triangular simples, e a igreja lembrava

bastante as construções dos jesuítas; possuía também três janelas e uma porta na fachada.

Torres

Já vimos como se apresentavam as torres das igrejas dos jesuítas. As outras igrejas do Espírito Santo apresentam uma ou duas torres. As que não as possuem apresentam elementos que nos fazem supor que, no projeto original, às torres tenham existido. Um exemplo, é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha, já citada acima, que não só possui as bases de cada lado da fachada para a ereção das torres, como apresenta também sobre o coro uma abertura de cada lado, correspondente a portas de acesso às futuras torres jamais construídas. Além disso, em um dos lados, à esquerda de quem entra pela porta principal, por baixo do coro, existe a delimitação de um vão que se encontra fechado. Outro exemplo, também já citado, é o da Igreja de São Gonçalo.

Já vimos acima (p.140) que a cerca de alvenaria ao redor da cúpula da torre de Reis Magos (fig. 278) repetiu-se na torre da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, também jesuítica (figs. 266 e 76). A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória, utilizou em sua torre (fig. 141B) a mesma cerca de alvenaria.

Além disso, a decoração da torre da igreja de Guarapari (fig. 285), em retângulos de bordas ligeiramente salientes, se repete na fachada da Capela de Santa Luzia, ao lado da porta de entrada, e na figuração de duas colunas que sobem até a sineira (fig. 306). Dentro dos retângulos inferiores, em Guarapari, aparece um losango, também com as bordas salientes (fig. 285), que se repete em toda a fachada da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, também jesuítica (fig. 266). Existe uma igreja (fig. 307) junto à entrada de Viana, no Espírito Santo, sobre uma elevação, dominando um trecho da BR-101 (sul, em relação a Vitória), construída em meados da segunda metade do século XVIII, que apresenta algumas características semelhantes às das igrejas dos jesuítas: a Igreja de Nossa Senhora de Belém.[519]

519 José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (Monsenhor Pizarro), Memórias históricas do Rio de Janeiro (Monsenhor Pizarro, Memórias históricas), 10 vols., Rio de Janeiro, 1945-1951, II, p. 17; Daemon, Província, p. 486: a provisão data de 24 de outubro de 1780.

Essa igreja, além das três janelas com a porta, da fachada principal, das três janelas sobre cada parede da nave, da torre com uma abertura para sino em cada uma das quatro faces e de haver sido construída nos mesmos moldes das igrejas jesuíticas, apresenta, de forma bastante curiosa, uma residência contígua, sendo a torre colocada como intermediária entre ela e a igreja. Atualmente em ruínas, ela apresenta ainda essas características. Pertenceu ao condestável Torquato Martins de Araújo, o mesmo que, em fins do século XVIII, comprou os bens dos jesuítas das mãos do arrematante pelo mesmo preço com que haviam sido arrematados.

Observações finais

É difícil determinar, em virtude do que vimos acima, por que os estudiosos da arquitetura dos jesuítas no Brasil deixaram de lado o Espírito Santo. Acreditamos que os edifícios que os padres da Companhia de Jesus ergueram em solo capixaba apresentam uma importância considerável não só por suas características regionais, mas também pelo que apresentam de inovador dentro do quadro de características, em âmbito nacional, e pelas influências que parecem ter exercido sobre outros edifícios do estado do Espírito Santo.

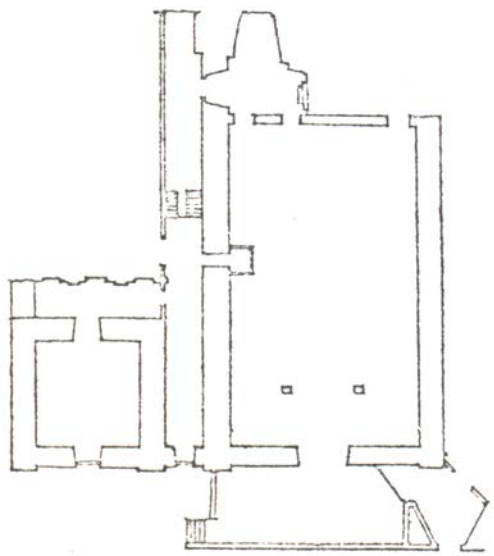


Fig. 302. Planta da igreja do Colégio do Rio de Janeiro (reproduzida do levanta-mento que se vê nas tábuas I e II). Desenho de Paulo F. Santos, Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil (Coimbra, 1966), p. 55



Fig. 303. Igrejas do Convento do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo, em Vitória: fachadas principais. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES.



Fig. 304. Igrejas do Convento do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo, em Vitória (vista lateral). Ao fundo, com duas palmeiras à frente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foto do arquivo de Mário Freire na Biblioteca Central da UFES.



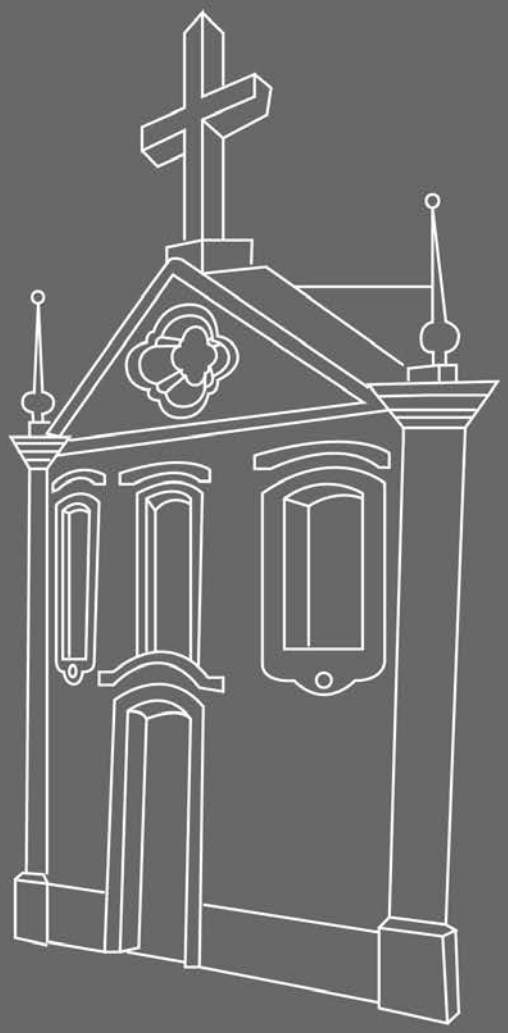
Fig. 305. Desenho de Lúcio Costa, "A arquitetura dos jesuítas no Brasil", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, V (1941), p. 34, fig. III 1.

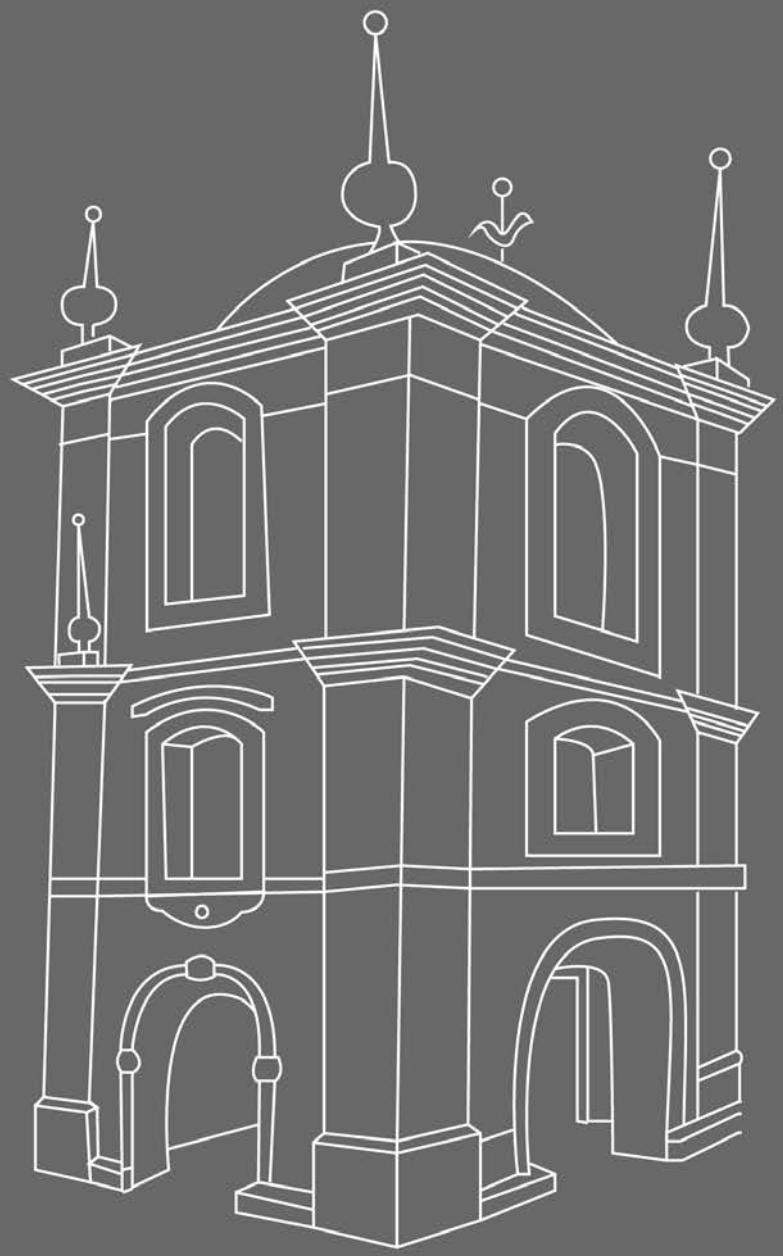


Fig. 306. Igreja de Santa Luzia, em Vitória: detalhe da sineira. Foto do autor.



Fig. 307. Igreja de Nossa Senhora de Belém, em Viana (vista geral). Foto de Cristiano Woelffel Fraga. Acervo IPHAN-ES.





Nota explicativa

Este trabalho foi escrito como exigência parcial para obtenção do título de mestre junto à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ao ser preparado para publicação, foi mantida toda a estrutura básica da dissertação de mestrado, acrescentando-se apenas alguns dados novos e esclarecendo-se certos pontos julgados necessários.

Não pretendemos que este trabalho haja esgotado o assunto. As cartas dos jesuítas só estão publicadas até 1570 e só algumas ultrapassam essa data. Acreditamos mesmo que muitos os conceitos aqui emitidos possam vir a ser modificados assim que as cartas dos séculos XVII e XVIII forem publicadas. Além disso, uma grande parte das conclusões a que chegamos está baseada nas aparências formais que os edifícios apresentam hoje e nas modificações introduzidas nos séculos XIX e XX por interpretação de documentos, e não por terem sido confrontada com observações nos locais, onde a retirada de reboco das paredes permitiria observações mais concludentes sobre vãos originais, alturas alteradas, épocas das diversas alterações etc.

A atuação dos jesuítas é um assunto não só fascinante, mas também, referindo-se ao Espírito Santo, pouco estudado. De um modo geral, os historiadores da Companhia de Jesus ficaram mais preocupados com a atuação dos inacianos em locais como a Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão, deixando de lado o Espírito Santo. Serafim Leite, o padre jesuíta que historiou o desenvolvimento da missão jesuítica no Brasil, fala sobre o Espírito Santo, mas não lhe dedica um estudo

aprofundado e minucioso. Ele se utiliza, às vezes, de fontes que, no estado, se situam entre as mais falhas, como é o caso de César Marques.*

Os historiadores do Espírito Santo do século passado, ou dão informações vagas sem citar as fontes (Daemon, José Marcelino, Pe. Manuel Pires Martins) ou não são dignos de fé (como é o caso de César Marques, J. J. Gomes da Silva Neto). Os deste século, em sua maioria, limitaram-se a repetir os anteriores, às vezes acrescentando algumas informações falsas ou deformando outras verdadeiras. Sobre os jesuítas, fazem citações de passagem, pela impossibilidade de falar sobre a história do estado do Espírito Santo, sem tocar, nem que seja de leve, na atuação dos inacianos. A não ser a *História do estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira, e os estudos de Mário Aristides Freire — cuja biblioteca particular (a que tivemos acesso por pertencer atualmente à Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo) é dotada de uma marginália muito rica — a maioria dos textos apresenta a mesma pobreza e imprecisão de informações. Entretanto, José Teixeira de Oliveira e Mário Aristides Freire não fogem à regra quanto às parcas citações aos inacianos.

Se, sobre a história dos jesuítas no Espírito Santo, quase nada se tem, ainda menos se encontra sobre os edifícios que eles construíram, os maiores que a terra capixaba teve até há alguns anos. Talvez por saber disso, o governo do estado promoveu em 1969 um concurso monográfico sobre a 'História do Palácio Anchieta', designação pela qual passou a ser conhecido o Colégio que os jesuítas ergueram em Vitória e que ficou sendo a sede administrativa da governadoria estadual.

Infelizmente, os concorrentes estavam tão preocupados em dar notícias sociais sobre as pessoas importantes que visitaram o edifício em diferentes épocas e em enaltecer a figura de certos políticos do passado que não se lembraram de historiar a edificação ou de lhe realçar o valor estético, descaracterizado com as diversas modificações empreendidas à guisa de "melhoramentos".

Em virtude de todos esses fatores, resolvemos analisar o aspecto formal dos edifícios que os jesuítas ergueram no estado do Espírito Santo. Para esse fim, foi necessário fazer um estudo histórico, ainda que

breve, não só das próprias construções, mas também da atuação que os jesuítas aí desenvolveram.

Este trabalho é uma modesta contribuição ao estudo da história do Espírito Santo e, particularmente, à história da missão que desenvolveram no estado os discípulos de Inácio de Loyola. Pretende também dar uma pequena contribuição ao estudo da história da arte no Espírito Santo e, especificamente, da arquitetura que os padres da Companhia de Jesus erigiram no estado.

Queremos externar a nossa gratidão a todos que, direta ou indiretamente, concorreram para a realização deste trabalho.

** Daemon, Basilio Carvalo. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística (Vitória, 1879). p. 462.*



Apresentação da 1ª Edição

O acervo arquitetônico remanescente do período colonial existente do estado do Espírito Santo, não sendo embora tão numeroso quanto o dos seus estados limítrofes — Minas Gerais, Bahia ou Rio de Janeiro — apresenta, no entanto, exemplares exponenciais no âmbito dos bens culturais do país. A antiga residência jesuítica dos Reis Magos, em Nova Almeida, a Igreja de N. S. da Assunção, em Anchieta, o solar Monjardim, em Jucutuquara, Vitória, ou o Convento de N. S. da Penha, em Vila Velha, são, cada um em seu gênero, obras-primas do acervo brasileiro. Arquitetura despojada, mas elegante, forte e mesmo rude apresenta no entanto, alguns pormenores de maior apuro, como a pintura da Adoração dos Reis, do retábulo de Nova Almeida, as imagens das virgens da igreja de Anchieta, ou então, os guarda-corpos das janelas de Jucutuquara.

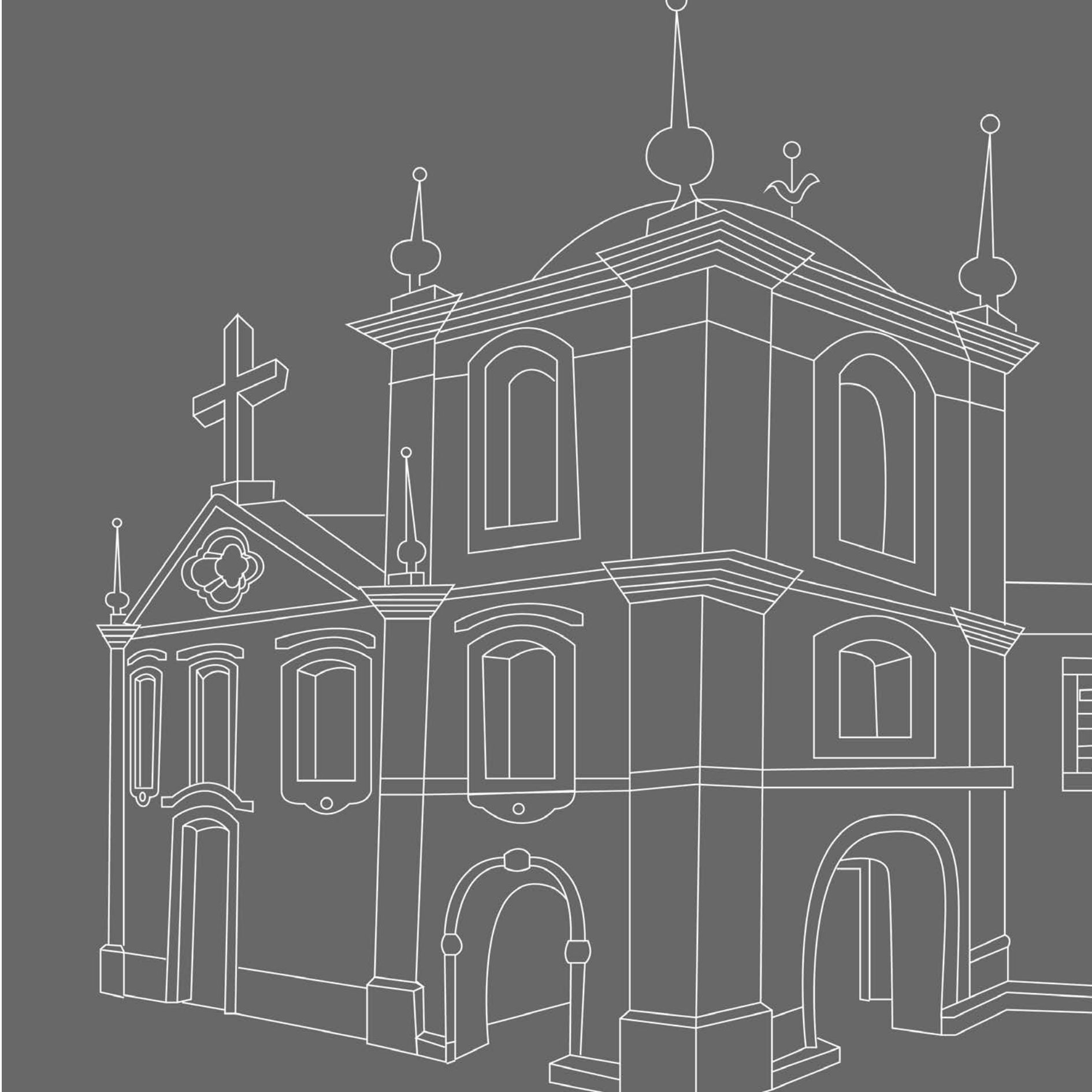
Parte considerável desses bens, provenientes de aldeias, residências e colégios que foram dos padres jesuítas é o assunto do trabalho que ora se edita e que serviu de trabalho de dissertação de mestrado defendido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo pelo autor, jovem pesquisador infatigável e professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Resultou de trabalho de pesquisa longa, meticulosa e inteligente em fontes primárias de arquivos brasileiros e em extensa bibliografia. É obra pioneira e que se apresenta como necessária, pois que muito pouco se tem escrito sobre o acervo capixaba.

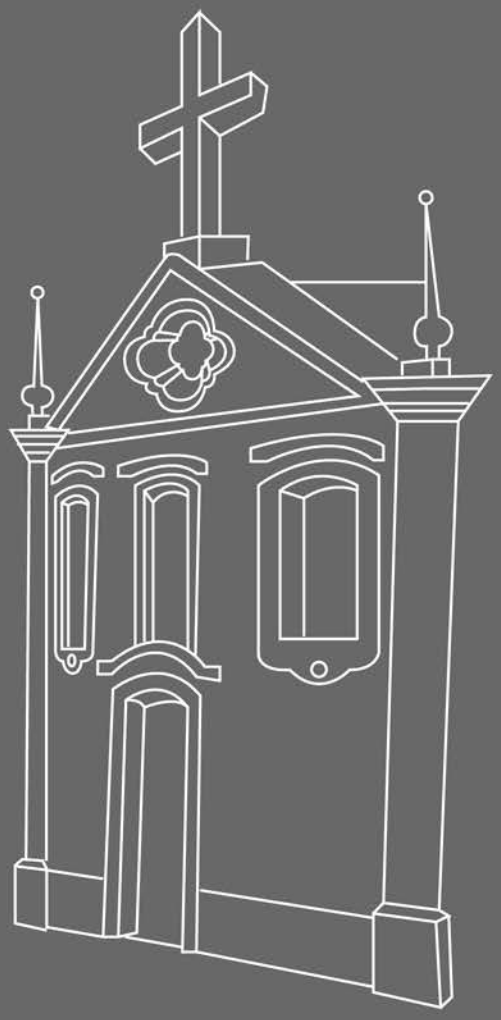
Lucio Costa, em seu trabalho pioneiro sobre a arquitetura dos jesuítas, aborda e analisa esses monumentos, mas, quando o publicou em 1941, a obra clássica do Pe. Serafim Leite estava apenas

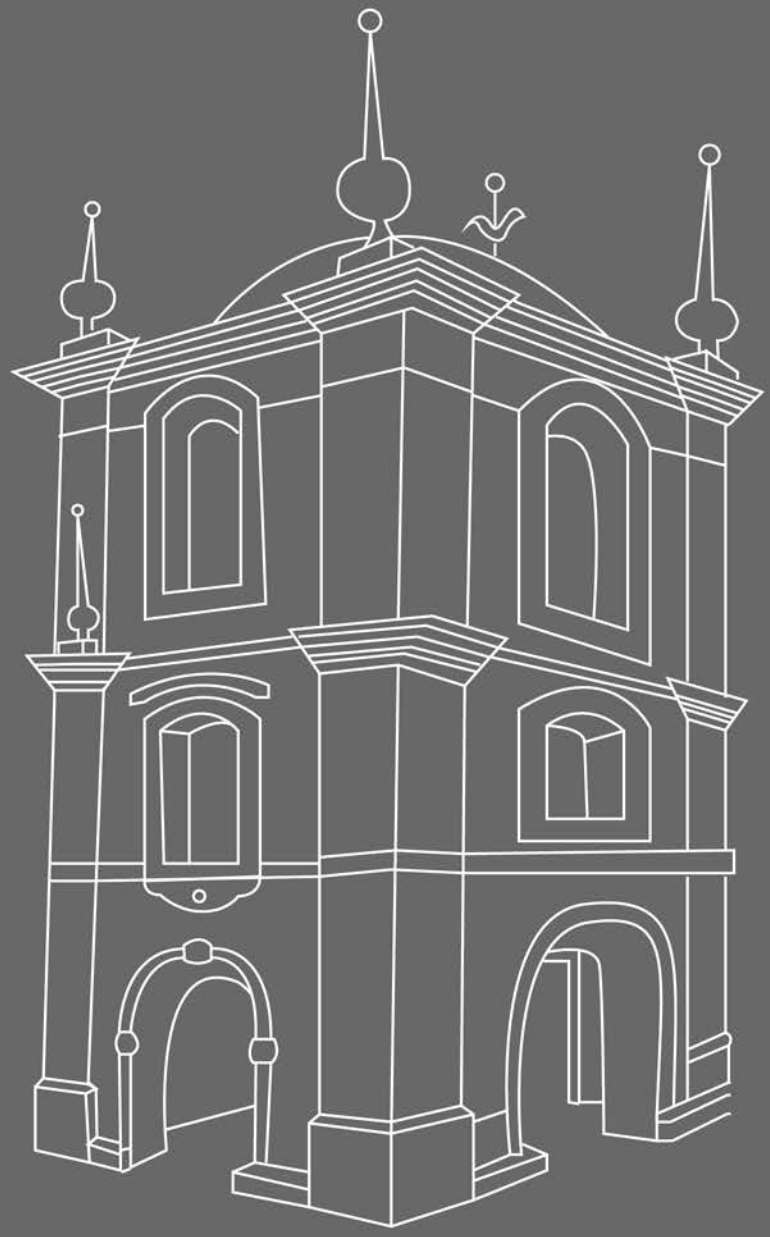
com três volumes editados, não tendo podido, portanto, o arquiteto nela se basear. Por sua vez, Serafim Leite, benemérito historiador, já havia concluído suas extensas pesquisas nos diferentes arquivos jesuíticos quando da publicação do artigo de Lúcio Costa. Disse-me ele, certa vez, que, se as pesquisas tivessem sido realizadas após a publicação do estudo de Lúcio, certamente muitos elementos relacionados com projetos, obras ou planos teriam sido por ele melhor referenciados e anotados. Na época em que pesquisou, disse-me, interessava-lhe mais a ação evangélica, missionária dos padres. Haverá talvez, apesar do manancial de dados relacionados nos dez volumes da *História da Companhia de Jesus* e no das *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*, necessidade de um novo vasculhamento dos arquivos romanos da companhia. Matéria para outra campanha.

Agora se edita, como acima dissemos, obra notável, pois pioneira, baseada em extensa pesquisa e muito lúcidas análises e críticas do colégio e das residências dos jesuítas no Espírito Santo.

Augusto C. da Silva Teles







O nosso autor

José Antônio Carvalho, Zé Antônio, professor Toninho ou simplesmente Zé. Nossa tarefa, nestas linhas, não será algo muito fácil. A função aqui será localizar de onde nos fala o nosso autor. A pesquisa aqui reeditada, após quase 37 anos depois da sua primeira edição, realizada em 1982, foi missão cumprida a muitas mãos: ela é o resultado do reconhecimento da importância desses escritos que, aqui, tomam novamente formato de livro, mas que foi concebido, inicialmente, como dissertação de mestrado, do nosso autor, á Universidade de São Paulo e defendida em 1979. Defesa esta que, para a época, despertou o interesse de muitos pesquisadores da área, o que levou ao convite para a sua publicação.

Mas retornemos à tarefa a nós confiada, de mostrar um pouco quem é o nosso autor. José Antônio Carvalho, em nasceu Governador Valadares, Minas Gerais, no dia 10 de dezembro de1938. Ingressou como universitário em 1958, na primeira turma do Curso de Professorado de Desenho, no Centro de Arte, da recém criada Universidade do Espírito Santo, então, à época de âmbito estadual. Posteriormente fez o Curso de Pintura, ainda no Centro de Artes, e as disciplinas pedagógicas, no então Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Sua carreira acadêmica se iniciou em 1966, como professor disciplina de Arquitetura Analítica História da Arte, como assistente do Professor Cristiano Woelffel Fraga. Posteriormente se tornou professor da disciplina de História da Arte, para os cursos de Artes e de Arquitetura. Lecionou por 25 anos vindo a se aposentar em 1991, ao fim do primeiro semestre, por ter sido, anteriormente, bancário por quase dez anos.

Logo a sua dissertação aconteceu pouco antes da sua aposentadoria. E a pergunta que fazemos é: o que levou um indivíduo a produzir uma pesquisa de tamanha importância, já próximo à sua aposentadoria? Lembrando ainda caro leitor que, esse mesmo personagem era casado e tinha um filho de 10 anos na época, e que esta mesma pesquisa demandou um tempo do qual ele não dispunha, além de idas e vindas a São Paulo, Rio de Janeiro e, aqui mesmo, nos arquivos do Espírito Santo, além dos levantamentos gráficos e fotográficos dos monumentos, em busca das fontes primárias que pudessem sedimentar suas teorias e consequentemente responder às suas perguntas, pois foi por elas, que esse pesquisador, trilhou esse longo e solitário caminho, hoje transformado em publicação em suas mãos.

Convivo com esse ser — José Antônio Carvalho — há mais de vinte anos, antes mesmo de saber o que eu queria da vida, antes de mesmo de me tornar professora ou pesquisadora, e só uma coisa posso afirmar: aquilo que o move são as suas inquietações para com a vida e para com todas as coisas que o cercam! O Zé é movido pela paixão, a paixão pela vida, pelas pessoas, pelas pesquisas que desenvolve. O José Antônio foi membro do Grupo Espírita Casa do Caminho [GECCA], quase 15 anos, fundou em 2007 junto com outros trabalhadores a Sociedade Espírita Irmãos do Caminho [SEIC], da qual é membro ativo em suas reuniões e atividades semanais. Pesquisador espírita, com muitas publicações na área, criou há mais de 20 anos um jornal espírita "A Voz do Caminho" do qual faz desde a diagramação e textos, ainda inclui textos e mensagens espirituais de jornais espíritas franceses, do século XIX, cujas traduções ele mesmo faz, além da tradução de várias obras espíritas, já publicadas. O seu último projeto de pesquisa é a comparação entre a primeira edição e a segunda edição — definitiva — de O livro dos Espíritos, de Allan Kardec, em seus textos originais, em Francês.

Como dissemos, não é algo fácil localizar de onde nos fala este indivíduo, mas uma coisa podemos ter a certeza: nosso autor, falará sempre daquilo que o toca, daquilo que o incomoda, daquilo que o move, de sua paixão pela vida e pelas coisas ao seu redor. É disso que nos fala essa publicação, foram suas inquietações que o fizeram pesquisar quem, onde, como e porquê

os jesuítas atravessaram um oceano para deixar um legado arquitetônico, histórico, educacional e religioso “que durasse enquanto o mundo durasse”, e aqui o nosso autor nos deixa a sua pesquisa para que possamos buscar novas aventuras e descobertas, na certeza de que quando somos tocados pelas nossas inquietações sempre conseguiremos produzir algo.

Bruna Wandekoken





Referências

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1928.

ANCHIETA, José de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões: 1554-1594.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

ANÓNIMO (um capixaba). Memórias para servir à história até o ano de 1817; e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,** Vitória, p. 97-127, mar. 1934.

AZEVEDO, Pedro de. A instituição do Governo Geral. In: DIAS, Carlos Malheiros et al. **História da colonização portuguesa do Brasil.** Porto: Litografia Nacional, 1921. p. 327-383. 3 v.

BIARD, F. **Dois anos no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

BRAUN, Alvino Bertoldo. **Santo Inácio de Loiola fundador da Companhia de Jesus.** 3. ed. Petrópolis: [s.n], 1956.

BRODRICK, James. **El origen de los jesuítas.** Madri: Ediciones Pegaso, 1953.

CABRAL, Luís Gonzaga. **Jesuítas no Brasil: século XVI**. São Paulo: Melhoramentos, [s. d].

CAEIRO, José. **Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do marquês de Pombal: século XVIII.** Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

CALMON, Pedro. **Espírito da sociedade colonial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. História do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1963. 7 v.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CARNEIRO, Édison. **A cidade do Salvador, 1549:** uma reconstituição histórica. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura Brasileira.** São Paulo: Edart, 1972.

CORTESÃO, Jaime. Colonização do Brasil. In: PERES, Damião et al. **História de Portugal.** Barcelos: Portucalense Editora, 1932. v. 5, p. 130-175. 7 v.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, p. 9-100, maio 1941.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória : Tipografia do Espírito Santo, 1879.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972. 2 t.

DOURADO, Mecenas. **A conversão do gentio.** Rio de Janeiro, [s.n], 1950.

FARIA, Júlio César de. **Da fundação das universidades ao ensino na colônia.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

FERNANDES, Antônio Paulo Ciriaco. **Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.

FLETCHER, Banister. **A history of architecture on the comparative method.** 17. Ed. Londres: Athlone Press, 1963.

FRANCO, Antônio. Vida do padre Manuel da Nóbrega. In: CABRAL, Alfredo do Valle. **Cartas do Brasil (1549-1560).** Rio de Janeiro : Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 21-69.

_____. Vida do admirável padre José de Anchieta, taumaturgo do novo mundo. Rio de Janeiro : Livraria Luso-Brasileira, 1898.

_____. Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal. Porto: Biblioteca do Apostolado da Imprensa Editora, 1931.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia, história da guerra brasílica.** Lisboa: Oficina de Joam Calram, 1675.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1961. 2 v.

FREIRE, Mário Aristides. Para reabilitação histórica de Vasco Fernandes Coutinho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,** Vitória, p. 9-15, 1957.

_____. A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). Vitória : Oficina da Vida Capixaba, 1945.

GUERREIRO, Fernão. **Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da índia Oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos anos de seiscentos e dois e seiscentos e três, e do processo da conversão e cristandade daquelas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram.** Lisboa : Per Iorge Rodrigues Impressor de Livros, 1605.

HARTT, Charles Frederick. **Geologia e geografia física do Brasil.** São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1941.

HISTOIRE de ce qui s'est passé en Ethiopie, Malabar, Brasil et ès Indes Orientales. Tirée des lettres escrites ès années 1620. Iusque à 1624, Paris, chez Sebastien Cramoisy, 1628.

HISTÓRIA dos colégios do Brasil (cópia de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Roma). **Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger & outros, 1876-1975. v. 19 (1897), p. 121-138. 95 v.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil.** Rio de Janeiro: Brasiliense (de Maximiano Gomes Ribeiro), 1858. 2 v.

LAMEGO, Alberto. **A terra goitacá à luz de documentos inéditos.** Bruxelas: L'Edition d'Art, 1913-1925. 3 v.

LEITE, Serafim Soares. **Páginas de história do Brasil,** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937.

_____. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Livraria Portugália, 1938-1950. 10 v.

_____. Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional & outros, 1876-1975. v. 69 (1940), p. 337-381. 95 v.

_____. As primeiras cartas dos jesuítas do Brasil para o conhecimento da América: 1549-1562. Gênova: Cívico Instituto Colombiano, 1951.

_____. Pintores jesuítas do Brasil (1549-1760). In: Archivum Historicum Societatis Iesu, extractum e vol. XX (1951). Roma : Editrice Michele Pisani, 1951. p. 209-230.

_____. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil 1549-1760. Lisboa: Broteria, 1953.

_____. Monumenta Brasiliae. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956-1960. 4 v. (Obs.: os três primeiros volumes saíram no Brasil entre 1956 e 1958, sob o título de Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, numa promoção da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.)

_____. Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita do pe. Antônio da Rocha, superior do Espírito Santo. Lisboa: Fernandes, 1961. (Separata das Atas do Congresso International de História dos Descobrimentos.)

LISBOA, Baltasar da Silva. **Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada del rei dom João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas.** Rio de Janeiro: Seignot-Plancher e Cia. 1834-1835. 7 v.

MACHADO, A. de Alcântara. Notas. In: J**osé de Anchieta, cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

MADUREIRA, J. M. de. **A Companhia de Jesus e o Brasil (1549-1759), (1841-1924).** Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1924. (Separata do Anuário católico.)

MARIANO FILHO, José. **Estudos de arte brasileira.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1942.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

MATOS, Aníbal. **Arte colonial brasileira.** Belo Horizonte: Edições Apolo, 1936.

MAXIMILIANO (príncipe de Wied-Neuwied). **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil.** Rio de Janeiro:

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1944.

MELO MORAIS, A. J. de. **Corografia histórica, cronográfica, genealógica, mobiliária e política do império do Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia Americana de José Soares de Pinho & outros, 1858-1863. 5 t.

_____. História dos jesuítas e suas missões na América do Sul. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1872. 2 t.

_____. Crônica geral do Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886. 2 t.

MERCIER, José Maria. **Relatório ou notícia histórica da vila de Nova Almeida da província do Espírito Santo.** Vitória : Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1862.

NÉRI, João Batista Correia. A Companhia de Jesus no Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** Vitória, p. 26-40, set. 1940.

_____. Carta pastoral de dom João Batista Correia Néri despedindo-se da Diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese. Campinas: Castro Mendes & Irmão, 1901.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo,** Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. **O Brasil e as colônias portuguesas.** Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora, 1904.

PEIXOTO, Afrânio, **Cartas avulsas (1550-1568).** Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 193. (v. 2 das Cartas jesuíticas, Academia Brasileira de Letras).

PENA, Misael Ferreira. **História da província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Tipografia de Moreira, Maximino & Cia. 1878.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. **Dicionário topográfico do império do Brasil, contendo a descrição de todas as províncias em geral, e particularmente de cada uma de suas cidades, vilas, freguesias, arraiais e aldeias.** Rio de Janeiro: Livraria de R. Ogier & Cia. Editores, 1834.

PERES, Damião. Política colonial de dom João II: tratado de Tordesilhas. In: Peres, Damião et al. **História de Portugal.** Barcelos: Portucalense Editora, 1931-1932. v. 4 (1932), p. 569-573. 7 v.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** 3. ed. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1950.

PIZARRO e ARROJO, José de Sousa Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (MEC-INL), 1945-1951. 10 v.

RAMOS, Manuel. A tradição portuguesa de terras e viagens para Ocidente; Cabral e o Brasil. In: PERES, Damião et al. **História de Portugal.** Barcelos: Portucalense Editora, 1931-1932. p. 591-604. v. 4 (1932). 7 v.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).** São Paulo: Livraria Pioneira Editora & Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RICARD, Robert. Les jésuites au Brésil pendant la seconde moitié du XVI siécle (1549-1597). **Revue d'histoire des missions,** [S.L.], v. 14, n. 3, p. 321-366, set. 1937 e dez. 1937. p. 435-470.

ROCHA, Levi. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal.** Porto: Apostolado da Imprensa Empresa Editora, 1931-1944. 3 t. 6 v.

ROIZ, Pero. **Anchieta.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

RUBIM, Brás da Costa. Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, 1861. p. 171-351. 24 t.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do império do Brasil.** Paris: J. P. Aillaud Editor, 1845. 2 t.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [s.d.].

SANTOS, Paulo F. **O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1951.

_____. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. Coimbra: [s.n.], 1966. (Separata do v. 6 das Atas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros).

SANTOS, Reinaldo dos. A arquitetura em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

_____. Conferências de arte: 1ª série. Lisboa: Oficinas Gráficas da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1941.

_____. Conferências de arte: 2ª série. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editor, 1943.

SEQUEIRA, Antunes de. **Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense: desde os tempos coloniais até os nossos dias.** 2. ed. Vitória: Imprensa Oficial, 1944.

SILVA NETO, J. J. Gomes da. **Crônica da companhia chamada de Jesus na antiga capitania do Espírito Santo, desde a chegada dos primeiros jesuítas até a sua proscrição.** Rio de Janeiro: Escola de Serafim José Alves Editor, [s.d.].

SMITH, Robert Chester. **Arquitetura colonial.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

_____. Arquitetura jesuítica no Brasil. São Paulo: FAU/USP, 1962.

SOARES DE SOUSA, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

STADEN, Hans. **Suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

TEIXEIRA, Antônio José. **Documentos para a história dos jesuítas em Portugal.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

TEIXEIRA DE MELO, J. A. **Efemérides nacionais.** Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881. 2 t.

TELES, Baltasar. **Crônica da Companhia de Jesus na província de Portugal.** Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645-1647. 2 t.

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

VALE CABRAL, Alfredo do. **Cartas do Brasil (1549-1560).** Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. (v. 1 das Cartas jesuíticas, Academia Brasileira de Letras).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (visconde de Porto Seguro). **História geral do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. 5 t.

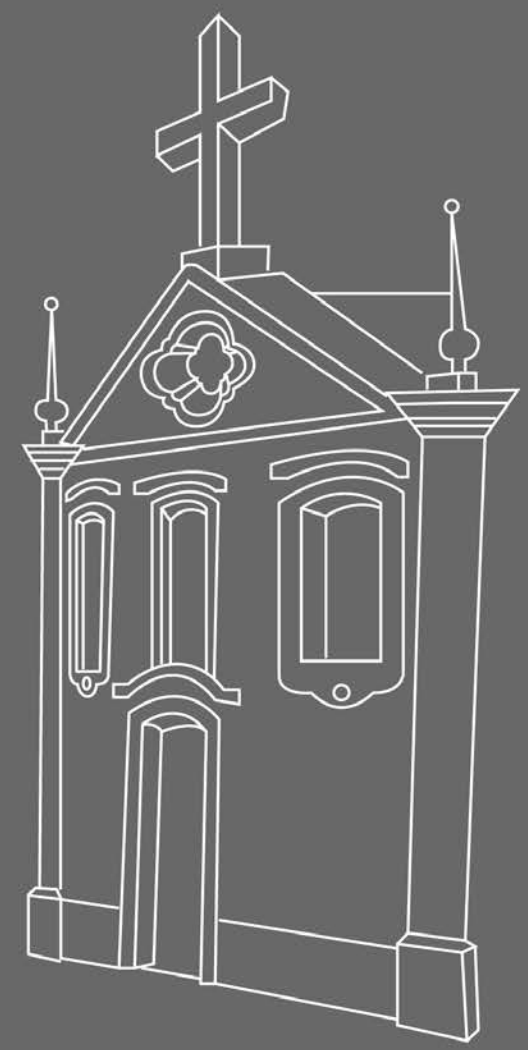
VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. **Ensaio sobre a província do Espírito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos e interessantes, a história da fundação, povoação, governo, monumen-**

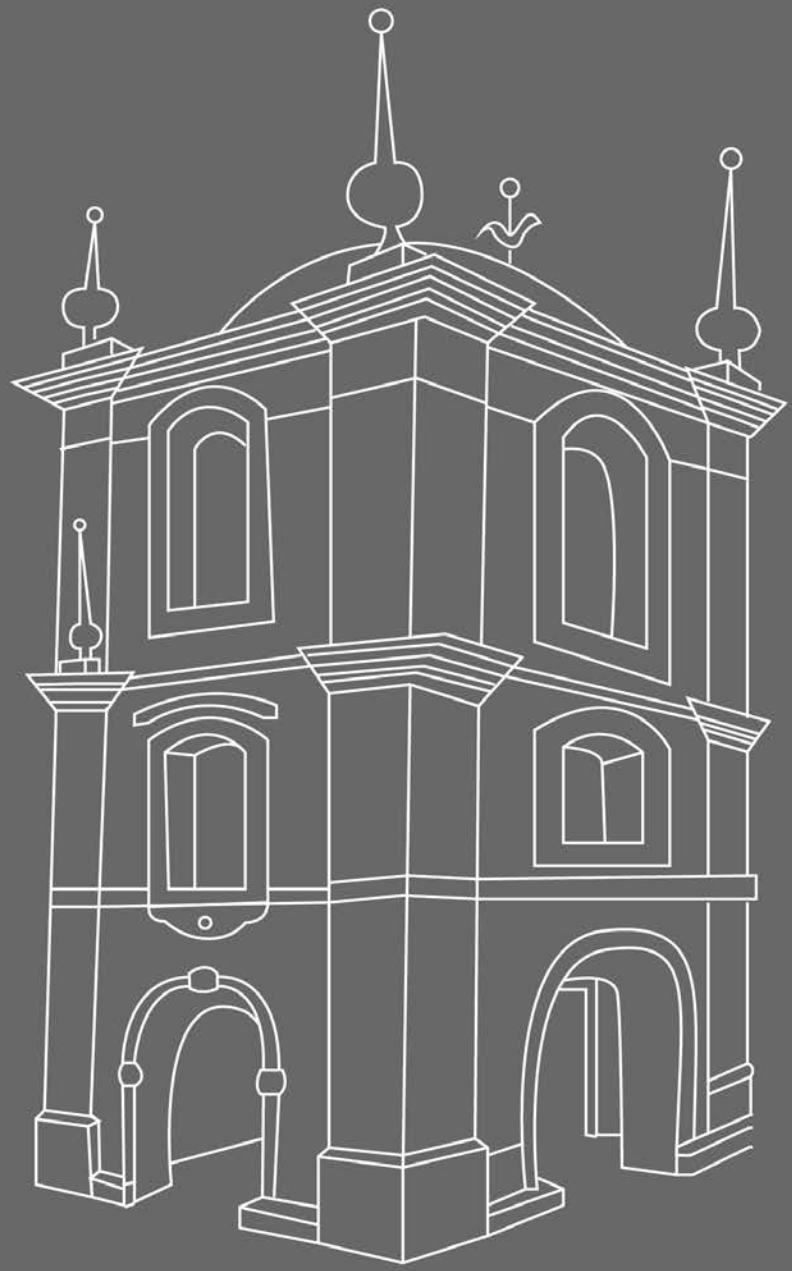
tos, guerras, desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos etc. Vitória: Tipografia de P. A. d'Azeredo, 1858.

VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus no estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo.** Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1864.

_____. Vida do venerável padre José de Anchieta. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 2 v.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **Artes e artistas em Portugal.** Lisboa: Livraria Ferin Editora, 1920.





EDUFES

IPHAN

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

GOVERNO
FEDERAL

ISBN 978-85-7772-396-6

